SONIA MARIA SPERANDIO LOPES ADUM

A SUBVERSÃO NO PARAÍSO:

O Comunismo em Londrina – 1945/1951

Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, para obtenção do grau de Doutor

ORIENTADOR:

Prof. Dr. Ulysses Telles Guariba Neto

São Paulo

2.002

Para

Hilária e Luiza

AGRADECIMENTOS

No momento de agradecer às várias pessoas que, de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho, percebo que a produção acadêmica é, antes de tudo uma obra coletiva.

Agradeço ao professor Dr. Ulysses Telles Guariba Neto, pela forma que sempre se colocou enquanto orientador, possibilitando-me alto grau de autonomia na realização do trabalho.

Agradeço também de maneira especial o amigo Cristiano Gustavo Biazzo Simon, pelo incentivo constante e solidária cumplicidade, nos bons e maus momentos.

É imprescindível agradecer, em especial, às amigas Ana Cleide Cesário e Ana Maria Almeida pela contribuição inestimável, em forma de sugestões críticas e apoio incondicional.

Agradeço com deferência e carinho, Fabricia e Marcelo que, além do incentivo contribuíram guiando-me pelos labirintos da informática.

Aos queridos Pedro e Julia, pela constante companhia e apoio ao longo de todo o período da pesquisa.

À amiga Rosana Sorbille, agradeço a hospedagem e o amparo nos dias e noites de São Paulo.

Aos amigos que, de diversas formas, contribuíram para a execução deste trabalho: José Miguel Arias Neto, Nelson Tomazi, Hamil Adum Filho e Fátima Serra.

Ao Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná pelo profissionalismo do atendimento.

Ao Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, pela solicitude com que sempre me atenderam.

Ao Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina e a CAPES, que viabilizaram o trabalho através de licença e bolsa.

E a todos que , mesmo não citados, não deixam de ser responsáveis pela concretização deste trabalho.

RESUMO

Partindo de um acontecimento, a prisão, em junho de 1.951, de oito militantes comunistas da cidade de Londrina/PR acusados de atividades subversivas, sobretudo por sua participação _ como "líderes intelectuais" _ nos conflitos pela terra ocorridos na região de Porecatu/PR, este estudo procura reconstruir, ainda que parcialmente, as vivências e as experiências de militantes comunistas da cidade de Londrina no período de 1.945 a 1.951. Para isso, acompanha suas trajetórias desde que emergiram do processo político instaurado nessa cidade com a redemocratização do país, até sua transformação em "subversivos da cidade ordenada". A construção dessa memória revela, por um lado, a existência de uma militância que ocorre no plano da luta camponesa e no âmbito institucional da democracia representativa, por outro, um conjunto de efeitos de sentidos produzidos pelos habitantes da região e do Paraná que cala o "movimento" e a ação partidária dos comunistas no plano institucional, fazendo triunfar o discurso que matiza e ressalta os aspectos positivos de Londrina e região como lugares da ordem, do progresso e do liberalismo econômico exemplar.

Palavras-chave: Londrina, comunismo e política.

ABSTRACT

The Prision of eight communists militants in June of 1951, in the city of Londrina, located in the state of Paraná, Brazil, charged of subversive activities, specially because of their participation – as "Intellectual Leaders"- in confliets caused by the possession of land, in the region of Porecatu, a city near Londrina, is the base of this study. The research, that supports this study, is based on the reconstruction, althought partially, of the way of life and experiences of communists militants from the city of Londrina, in the period of 1945 to 1951. To accomplish that, the study follows their paths since they emerged from the political process established in Londrina, with the re-starting of the democratic process in the country, until their transformation in what we call "subversives of the ordered city". The construction of these memories reveals, in one side, the existence of a militancy that happens in the middle of a fight farmers and in the institutional context of a democracy representative, on the other side, a set of effects produced by the inhabitants of this region, and also in the state of Paraná, that silences the "movement" and the communists actions on the institutional context, making succesfull the speech that shades and stand out the positive aspects of Londrina and region as an example of economical liberalis place with order and progress.

Key Word: Londrina, communist, politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO I

1 LONDRINA: O QUARTEL – GENERAL VERMELHO 14
1.1 O Cenário: de Terras de Deus às Terras do Diabo 17
1.2 A Interpretação do Acontecimento pela Imprensa 24
1.3 Os Autos do Processo-Crime – da Versão das Forças da Ordem a Versão dos Indiciados 41
1.3.1 A Versão das Forças da Ordem 45
1.3.2 A Versão dos Lavradores 54
1.3.3 A Versão dos Comunistas 61

CAPÍTULO II

2 DO "AFASTAMENTO"AO "ENCONTRO"DO POLÍTICO: A CONSTITUIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NACIONAIS EM LONDRINA 69
2.1 O "Poder de Fundação"- O Monopólio Político da CTNP 71
2.2 O Manifesto do Povo do Norte do Paraná ao Encontro da Política 93

CAPÍTULO III

3 O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL EM LONDRINA E A LUTA PELO ESPAÇO POLÍTICO NA REDEMOCRATIZAÇÃO DO PÓS-GUERRA: O APELO À UNIÃO NACIONAL E A ALIANÇA COM VARGAS 103
3.1 O "Primeiro Ato" da Redemocratização 139
3.2 As Eleições de 1947: o "Segundo Ato" da Redemocratização 159

CAPÍTULO IV

4 O PCB E A CONSTITUIÇÃO DE CÉLULAS – UMA ESTRATÉGIA DE ORGANIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BASES 177
4.1 O Interregno. A Ilegalidade e a Campanha da Paz 191

CAPÍTULO V

5 TRINCHEIRAS REBELDES 204
5.1 O Último Comício. O Início da Reação 225

CONSIDERAÇÕES FINAIS 232

REFERÊNCIAS

FONTES 235
BIBLIOGRAFIAS 247
ROMANCES, MEMÓRIAS, BIOGRAFIAS E DEPOIMENTOS 269

INTRODUÇÃO

> Nessa longa caminhada, outros escreveram sobre algumas das coisas que eu estava observando. Mas não apressei meus passos, mesmo correndo o risco de não ser a primeira a dizer. Porque não aposto no "conteúdo", no "dado", na "informação", mas na construção dos sentidos e esse meu texto será sempre esse meu texto no seu modo de significar, com sua contribuição específica. BETHANIA MARIANE.

O tema proposto para este trabalho, *A subversão no paraíso: o comunismo em Londrina 1945/1956*, começou a fazer parte do meu universo de interesses por ocasião da pesquisa efetuada para a Dissertação de mestrado[1]. Naquele momento, desenvolvi um estudo sobre a cidade de Londrina/Pr no período de 1930-1960, cujo eixo teórico-metodológico foi tentar estabelecer a caracterização do progresso como o jogo dialético entre civilização e barbárie. A análise realizada permitiu detectar alguns pontos importantes que mantiveram minha motivação em torno dos discursos sobre essa cidade, os quais tomo aqui a liberdade de recuperar.

Em primeiro lugar, a dimensão da projeção simbólica sobre a região. Os autores do empreendimento[2] construíram a idéia de uma terra sem males – provenientes da natureza ou da sociedade –, uma terra fértil, sem desigualdades sociais, que oferecia oportunidades iguais para todos que tivessem amor ao trabalho e à ordem e quisessem enriquecer da noite para o dia. Este ideário excluía todos os outros agentes que, porventura, representassem uma ameaça à esta ordem sonhada. A ideologia estadonovista de pátria como família se reproduziu no microcosmo dos anos 30, em Londrina, na idéia de "Família Pioneira da Companhia de Terras Norte do Paraná/CTNP." O fundamento ideológico desta "família" parecia residir no "poder de fundação", que se caracterizava por apresentar o direito de propriedade como condição de desenvolvimento de um capitalismo diferente: o capitalismo liberal-democrático que propiciava a ordem e o bem-estar social.

---

[1] *Dissertação de Mestrado: Imagens do Progresso: civilização e barbárie em Londrina: 1930 – 1960.* Unesp/Assis. 1991. Orientação Pof. D. Manoel Lelo Bellotto.

[2] Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), subsidiária da Paraná Plantations Syndicate, empresa de capital inglês, que adquiriu, entre os anos de 1925-7 uma área de 515.000 de terras onde se localizaria a cidade de Londrina.

Neste emaranhado ideológico foi muito difícil perceber o "outro", representado por aqueles que, vindo em busca do paraíso, não conseguiram fazer parte da "família", transformando-se em ladrões, malandros, mendigos, curandeiros, prostitutas, etc., compondo assim o quadro da *barbárie*. Tratados como desvio, que ameaçava a ordem pelo discurso do poder, constituíram-se, ao longo do tempo, como maioria.

Com a redemocratização do país, pude perceber o estabelecimento de novas relações entre o político e o social. Não podendo mais o Estado impor arbitrariamente a ordem desejada, novos mecanismos foram criados com o objetivo de, ao mesmo tempo, limitar a participação popular e extrair sua legitimação desta *participação controlada. Este período coincidiu com o boom da economia cafeeira* que provocou a afluência de milhares de pessoas que buscavam o Eldorado. A cidade cresceu e se desordenou.

Tudo isto conduziu-me a caracterizar o Progresso como portador de duas dimensões opostas e complementares: a civilização e a barbárie. Se a ordem liberal necessita da legitimação popular, a civilização que pretende instaurar não pode prescindir dos riscos que a participação popular implica, sendo, portanto, necessário levar até o limite a sua convivência com a barbárie.

Ao longo dessa pesquisa, que tinha como fontes, entre outras, autos de processos-crime e textos produzidos pela imprensa local, deparei-me, surpresa, com a forte presença de um personagem – de um "outro" – que até então não pensava encontrar, pelo menos com tanta intensidade, nas páginas criminais, tanto dos autos quanto dos jornais desta cidade, sempre apresentada e exaltada através do que chamei, por ocasião do trabalho de mestrado, de "Discurso de Felicidade": os comunistas. É certo que esta surpresa logo se dissipou, parcialmente, quando vieram à tona fragmentos de memórias de minha infância. Estudando em um colégio de freiras, e ainda muito jovem para entender as causas de tantos dissabores, muito rezei de joelhos contra o *"perigo vermelho"* que ameaçava a ordem e a paz do mundo cristão.

Posteriormente, ao retomar minhas atividades docentes, continuei intrigada com a dimensão das campanhas anticomunistas estampadas nos jornais da época, principalmente da década de cinqüenta, que significariam, vistas pelo avesso, a existência real (ou seria virtual?) e ameaçadora, de uma intensa ação

comunista na cidade e região. Junto com um colega[3], que também focalizara a cidade de Londrina (no mesmo período) como objeto de pesquisa de mestrado, iniciei uma pesquisa intitulada: *O Comunismo em Londrina: ação e representação - 1950/1960.* Tal pesquisa, apesar de ter sido desenvolvida apenas parcialmente, significou a intensificação de reflexões sobre o tema, bem como, a reunião da documentação que havíamos coletado ao longo de nossas antigas pesquisas. O abandono do trabalho conjunto (meu colega, tendo iniciado seu programa de doutorado, seguiu diferente trajeto), não significou o abandono do interesse pela temática, que ele gentilmente permitiu que desenvolvesse sozinha. Este foi o primeiro passo do caminho que percorri.

Os passos seguintes do envolvimento com o tema decorrem do primeiro. A surpresa que me assaltou com a percepção da dimensão do anticomunismo/comunismo em Londrina, que no início da década de cinqüenta não passava de uma pequena cidade de pouco mais de 70.000 habitantes, sendo que desses, apenas 39.000 viviam na zona urbana, era decorrente também do fato de nunca haver tido contato, nas leituras que fizera (ainda poucas na ocasião) de obras – historiográficas ou não – que tratassem do comunismo no Brasil, com discussões que extrapolassem o âmbito das ações ocorridas nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro[4].

A ampliação dessas leituras só veio comprovar tal fato. Era como se os trabalhos de análise sobre a ação comunista, ou sobre o Partido Comunista[5], só dissessem respeito às perspectivas nacional (Rio de Janeiro e São Paulo) e internacional, e, neste viés, às grandes discussões teóricas e ao campo sério da "grande política". Estudos que, embora densos e com objetivos diversos, muitas vezes perderam-se em discussões acerca das várias e bruscas viragens que o Partido sofreu à esquerda e à direita e suas pertinências; na definição do grau de sectarismo dos dirigentes e de suas ações; nas grandes disputas internas pelo poder; nos embates entre "nacionalistas" e "internacionalistas"; na existência ou não de leituras eficientes sobre a realidade brasileira; nos equívocos, vitórias e derrotas,

---

[3] José Miguel Arias Neto, cujo trabalho de mestrado, defendido na USP em 1993, intitula-se *O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná, 1930 – 1975.*

[4] Refiro-me a publicações clássicas sobre o Partido Comunista, de ampla divulgação, sendo sabedora da existência de trabalhos, principalmente os ligados a programas de capacitação (mestrado e doutorado), que abordam questões relativas ao comunismo em nível regional, alguns deles relacionados na bibliografia deste texto.

críticas e autocríticas, enfim, nos "acertos de contas". Essas perspectivas, na maioria das vezes, levaram ao abandono do viés da "pequena política", aquela desenvolvida pelas inúmeras pequenas células espalhadas pelo país, perdendo, portanto, a dimensão daquilo que permitiria, aí sim, como queria um autor,

> [...] reconstruir o modo como se forjou um determinado sujeito, como e em que medida uma contra-elite política vinculada às classes subalternas e tardiamente comprometida com a formulação de um caminho nacional para o socialismo leu os processos reais, participou das batalhas políticas e contribuiu – com maior ou menor dose de consciência – para o desenvolvimento capitalista e para a construção de uma ordem política democrática para o país.(BRANDÃO, 1997, p.13).

Penso que a quase ausência de estudos sobre as ações comunistas, efetuadas em espaços reais, por homens reais, reflexos/refletores concretos dos grandes embates nacionais, faz parte de um quadro que deve ser revertido, mesmo porque, não estou me referindo aqui a ações pequenas, aparentemente isoladas e inexpressivas e até mesmo supostamente ingênuas como a de relacionar como *"Trabalho de massas: Um baile realizado no dia 7 de setembro na sede provisória da Célula com o salão literalmente cheio"*[6], que por si só já diriam muito sobre o funcionamento do Partido Comunista nas pequenas cidades, mas sim, a ações fundamentais e de grande repercussão nacional. Refiro-me, como exemplos, à chamada "Guerra de Porecatu"; às primeiras Ligas Camponesas do Brasil e a um intenso e incansável trabalho para a sindicalização do homem do campo.

Refiro-me também, e principalmente, ao criativo trabalho dos poucos militantes do Partido Comunista de Londrina que conseguiram dosar suas ações entre as perspectivas internacional, nacional e local, significando, por isso, participar ativamente de campanhas mundiais (Movimentos pela Paz, Contra o envio de tropas para a Coréia, etc.), nacionais (nacionalização do petróleo, constituição de uma Frente Democrática de Libertação Nacional e de um Exército Popular Revolucionário, Campanhas contra a Carestia; em prol da Imprensa Popular; da

---

[5]Partido Comunista do Brasil ou Partido Comunista Brasileiro. A designação varia de acordo com os períodos históricos delimitados pelo ano de 1961.

[6]Manuscrito: *Realizações da Célula Siqueira Campos do Partido Comunista do Brasil – Londrina (dentro do plano de emulação da "Campanha Pró Imprensa Popular") – 1º período do plano.* 1951.(grifo do autor).

Imprensa feminina, etc.) ao mesmo tempo que envolviam-se na política partidária local, disputando eleições.

Não estavam ausentes de suas preocupações a organização das bases nas fábricas e fazendas, o estabelecimento de "batalhas" jurídicas contra fazendeiros e, finalmente, o "fazer a revolução" no campo. Através dessas ações constituiram-se em grupo responsável por introduzir idéias dissonantes e subversivas em uma sociedade que se gabava por sua homogeneidade social, paz e harmonia. Como novos personagens no cenário político local, expressão de uma visão de mundo diversa, e responsáveis pela introdução de discussões que até então não faziam parte daquele universo, são transformados, rapidamente, em *portadores da desordem, ou, nos subversivos da "cidade ordenada".*

Quando me refiro à chamada "Guerra de Porecatu", cuja base de apoio de grande parte da ação encontrava-se em Londrina[7], reporto-me a um movimento considerado de grande importância dentre aqueles em que o Partido Comunista envolveu-se. MARTINS (1981, p.83), quando trata dos movimentos sociais rurais, chama a atenção, brevemente, para a influência do movimento de Porecatu, e outros do mesmo período, na política global do PCB. Este autor, tratando da conjuntura do "Manifesto de Agosto" de 1950, quando o Partido Comunista sofreu uma guinada à esquerda e colocou os camponeses e a luta no campo – entre outras – como questões nucleares de sua política, refere-se à inauguração de uma perspectiva que teria promovido o envolvimento do Partido nas lutas dos posseiros de Porecatu e no desencadeamento da guerrilha. Segundo o mesmo autor, pouco depois, no final de 1953, o Partido lança uma declaração[8] na qual são reafirmadas as teses de 1950, que propunham o confisco de todas as terras dos latifundiários e sua entrega gratuita aos camponeses sem ou com pouca terra, ao mesmo tempo que reconheciam a posse e a ocupação de terras de latifundiários e públicas. Para ele, *"O Partido aí incorpora provavelmente experiências como a de Porecatu e outras que, embora não realizadas sob sua direção, vão no mesmo sentido".* (MARTINS, 1981, p.83)

---

[7] Junto com o comitê de Londrina outros participaram no apoio da Guerrilha, a saber: Jaguapitã, Presidente Prudente e Assis

[8] Refere-se MARTINS à "Declaração sobre o projeto de programa do Partido Comunista do Brasil", publicada na revista *Problemas*, n. 54, fev., 1954, p. 6-27.

O mesmo autor, em trabalho mais recente, quando trata das lutas dos trabalhadores rurais na conjuntura adversa, chega a dar às lutas camponesas do período um caráter fundador de uma luta nova no Brasil.

> O quadro se complicou, a partir de 1946, quando o aparecimento e crescimento das lutas populares no campo, claramente lutas políticas, introduziram um novo componente nesse movimento pendular. [...] Uma nova *personagem assoma no cenário político*, procurando expressar a visão de mundo, os interesses e os conflitos dos trabalhadores rurais, em particular o Partido Comunista, envolvido de maneira clara e inteligente nas revoltas camponesas de Porecatu, em 1950, e do sudoeste, em 1957, ambas no Paraná; [...]. Tratava-se então de uma luta nova. [...] Já não são lutas como a de Canudos, na Bahia, e a do Contestado, em Santa Catarina, em que a dimensão política estava submersa na dimensão religiosa. Nos anos 50, os movimentos populares no campo ganham uma forte dimensão política, com a mediação de um partido que tem um projeto político e que enquadra e define as lutas no campo em função de uma transformação revolucionária da sociedade brasileira.(MARTINS, 1993, p.85)

Assim, pensar este período iniciado com o fim da ditadura Vargas significa pensar um período da história brasileira cujos "silêncios" demandam ainda desvendamentos. Marilena Chauí, tratando da memória (ou dos esquecimentos) do período 1945/1964, assim se pronuncia:

> Segundo essa memória, entre 1946 (fim da ditadura Vargas ou Estado Novo) e 1964 (fim do populismo janguista com o golpe de estado de 1° de abril), o Brasil teria sido uma democracia. Essa memória é paradoxal porque tecida de vários esquecimentos significativos, como, por exemplo, o de que a *Constituição de 1946* define a greve como ilegal, mantém a legislação trabalhista outorgada pela ditadura Vargas (e que é reprodução literal da Carta del Lavoro, de Mussolini), proíbe o voto aos analfabetos (isto é à maioria da população da época), coloca o Partido Comunista na ilegalidade, conserva a discriminação racial e não questiona a discriminação das mulheres, consagrada pelos códigos Civil e Penal etc. (CHAUÍ, 1987, p.47)

Penetrar nesta memória geral consagrada sobre a chamada *República Liberal* (CARONE, 1985) pela via da análise de um microcosmo, parece constituir-se em contribuição significativa para desvendamento de seus silêncios.

Sob uma perspectiva regional, e ainda tendo como questão os silêncios contidos nos discursos, vejo a construção desta memória como

fundamental para a recuperação da heterogeneidade das histórias contidas na "História" da cidade de Londrina e região. Em que pese vários trabalhos, principalmente os nascidos na academia[9], estarem fazendo uma releitura das histórias possíveis, ainda nos deparamos com trabalhos que reproduzem a homogeneidade do "Discurso de Felicidade". Um exemplo é a proposta de confecção, pela Associação Pró-Memória[10], de uma "História Oficial" da cidade de Londrina, para dar fim às "divergências" existentes entre as várias versões que vêm sendo construídas nos estudos acadêmicos. Com o título de "Londrina ano 2.000", o livro é assim apresentada no *folder*: "O encontro na clareira: Londrina e Região."

> A partir de 1929, um estranho fenômeno ocorreu no interior da floresta que cobria o Norte do Paraná: diferentes dialetos ecoavam, simultaneamente, no ar. Eram as vozes daqueles que, fugindo de situações adversas em seus locais de origem, encontraram refúgio nas clareiras das florestas. A busca daqueles que constituíram os primeiros núcleos que aqui habitaram era a paz. No entanto, quando a paz se une à justiça, ocorre a fartura e a prosperidade. O aparecimento dessa coletividade híbrida deu certo porque foi obra do acaso. O encontro das pessoas foi possível porque inexistiam barreiras ou regras: tudo estava por ser feito. A solidariedade foi inevitável. Dela surgiu a música que a todos envolveu e dançaram na floresta abençoada. Nasceram então, desse momento de júbilo, as primeiras crianças da comunidade: nós, os filhos nativos. A felicidade habitou em todos os corações. Finalmente haviam chegado em casa. E assim, nasceu Londrina. [...]. (Folder da Associação Pró-Memória,2000).

Retomando, recorrentemente, a fundação da cidade como fato de memória, ou, poderíamos dizer melhor, inventando-a como memória, ou, como

> Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um

---

[9] Entre outros: ARIAS NETO, Miguel. *O Eldorado: representações da política em Londrina 1930 – 1975.* Londrina : UEL, 1998. TOMAZI, Nelson D. *Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da CTNP.* 1989. Dissertação (Mestrado) -UNESP, Assis.

[10] A Associação Pró-Memória é uma instituição criada por "descendentes de pioneiros" , docentes universitários, escritores, etc., aglutinados no objetivo de produzir uma história de Londrina como "uma verdadeira obra de arte", Seus autores são descendentes de pioneiros e tentaram interpretar da maneira mais fiel a saga de seus pais. Suas edições serão sempre bilingües (português-inglês), de maneira a permitir que nossos empresários e cidadãos possam utilizá-lo como um verdadeiro cartão de visitas no mundo inteiro, trazendo informações e ilustrações contemporâneas da cidade como ela está hoje.

> passado histórico apropriado. [...] Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições 'inventadas' caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial [...], elas são reações a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. (HOBSBAWM & RANGER, 1984, p.9).

Eis a representação que continua vencedora. A cidade é a "casa da família" onde os filhos encontram refúgio, pois esta "casa", fruto de construção conjunta permitida pela ausência de barreiras ou regras (sem desigualdades sociais?), estaria distante das situações adversas e seria o *locus* da paz, da justiça, da fartura, da prosperidade e da felicidade de todos.

Entendendo que os silêncios são portadores de sentidos, e referindo-me a um desses sentidos, à "política do silêncio", isto é, ao *"fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada"*[11], fui em busca das "outras" palavras apagadas, em busca da possibilidade de deslocar-me desses efeitos de apagamento e olhar para outros lugares, reencontrando limites e modos de significar diferentes.

Nesta busca parti de um recorte microscópico, do estudo de um pequeno grupo. Procurar no recorte micro os sinais e relações da totalidade social. Micro estudo, capaz de iluminar a história global e os seus silêncios, pondo alguma coisa em seu lugar. Buscar, também, os indícios das particularidades, das especificidades. Homens e mulheres de carne e osso já dizia o velho Lucien Febvre. A idéia aqui é tentar romper com esse passado reificado, construído pelos textos; romper a memória para descobrir as possibilidades históricas que não se concretizaram, pois

> [...] para os vencidos, sejam agentes, sejam possibilidades históricas, surge como grande desafio localizar onde refletir e repensar problemas e lutas já colocados, o momento que efetivamente existiram e tentaram definir o movimento da história. A capacidade da memória impedí-lo parece fluir, em boa parte, da força auferida por se localizar em um fato – memória e fato se unem, sobrevivendo aquela, e, nesse movimento, ela decide onde as interrogações serão postas, da mesma forma que exclui ângulos onde sua coerência poderia ser colocada em questão.(VESENTINI, 1997, p.19).

---

[11] Idem, p 35

Assim, o objetivo deste trabalho é reconstruir, ainda que parcialmente, as vivências e as experiências de militantes comunistas da cidade de Londrina; um pequeno grupo de uma pequena cidade do interior do Paraná, com pouca tradição política, nenhuma experiência da prática revolucionária, ao qual colocaram-se responsabilidades de execução de grandes tarefas do partido. Procurei reconstruir como os militantes dessa cidade representaram papéis que os transformaram em importantes atores do "balão de ensaio" de PCB de revolução no campo, liderando um movimento armado sem precedentes na história do PCB, pelo menos do Paraná, transformando-se nos "subversivos da cidade ordenada".

Não houve nesta pesquisa a intenção de fazer uma *História do PCB,* de seus grandes líderes, de seus programas ou suas estratégias. Também não foi objetivo do trabalho uma análise extensa e aprofundada da "Guerra de Porecatu" em si, que alguns, senão numerosos, porém importantes trabalhos já trataram de analisar[12]. O interesse foi privilegiar o papel representado por um grupo, entendido pelas forças da ordem como os líderes intelectuais do conflito e os desdobramentos de suas ações na cidade de Londrina, que se viu transformada no "quartel-general vermelho". Em outras palavras, compreender como homens e mulheres, que encontraram no comunismo o projeto de suas existências, desempenharam papéis que os transformaram em *subversivos da cidade ordenada.* Para tanto, foi necessário recuperar suas trajetórias desde que emergiram do processo político instaurado na cidade com a redemocratização do país, atuando na política institucional; aproximando-se de outros partidos; organizando-se minimamente à partir da cidade, e atuando, principalmente, no campo; construindo subterfúgios para permanecerem vivos na ilegalidade e, sobretudo, introduzindo discussões importantes no cenário regional que desvendaram conflitos que a cegueira do "discurso de felicidade" impediam serem vistos.

Para construção deste meu texto, além da bibliografia disponível, apropriei-me de fontes de diversas naturezas, pois, de fato, considerando-se a forma fragmentária da documentação, concretizar a pesquisa significou costurar uma

---

[12] SILVA, Osvaldo Heller da. *Communistes et anticommunistes: Lénjeu du syndicalisme agricole dans l'Etat du Paraná. De 1945 a la fin des annees 70.* Tese (Doutor) -Paris, 1993; PRIORI, Ângelo Aparecido. *A Revolta Camponesa de Porecatu. A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952).* Tese (Doutor) -Unesp/Assis, 2.000; FELISMINO, Pedro Tadeu. *A guerra de Porecatu: a história do movimento armado pela posse da terra que sacudiu o Norte do Paraná nas décadas de 40 e 50.* (Reportagem) Jornal *Folha de Londrina.* 14-28 jul. 1985.

imensa "colcha de retalhos", que incorporou em sua composição tecidos de cores e texturas diversas. O trabalho de recuperar a atuação dos militantes comunistas, principalmente sediados em uma pequena cidade do interior, foi particularmente difícil, pois eles nem sempre deixaram o registro sistemático de suas vidas.

Elegi, como ponto de partida e de constante retorno, ou, como "pano de fundo da colcha de retalhos" o Processo-crime n.º 109/51 (*Investigação sobre atividades comunistas no Norte do Paraná),* que tem como indiciados um grupo de cidadãos londrinenses. Tal processo, composto por 860 páginas distribuídas em quatro volumes, constitui-se em um conjunto documental de significativa importância, posto que através dele pude, por um lado, estabelecer contato com as várias versões apresentadas pelos inúmeros personagens/protagonistas envolvidos – de forma diversa – tanto na sublevação de Porecatu, quanto em outras atividades caracterizadas como "subversivas" no período, por outro, permitiu acessar um significativo conjunto de documentos apreendidos em poder dos acusados, bem como, nos "campos de batalha". Tal documentação permitiu acompanhar de perto muitas das atividades desenvolvidas pelos membros do Comitê de Zonal do PCB na cidade, sobretudo seu cotidiano, não apenas no momento do "acontecimento", mas também nos períodos antecedentes, posto que grande parte desta documentação remonta ao ano de 1945, quando o partido inicia sua atuação no município.

Uma outra tecedura foi permitida pelos textos produzidos pela imprensa nacional, regional e sobretudo local, que tiveram papel importante no *desvendamento das interpretações emanadas, tanto das forças da ordem como, e* em menor grau, dos "subversivos da cidade ordenada". Destaco que a participação da imprensa na constituição histórica da memória oficial do Brasil tem sido estudada por vários pesquisadores. MARIANI (1998, p.33) considera que a análise do discurso jornalístico é importante e necessária já que este, enquanto prática social, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e idéias da atualidade – ou seja, lê o presente – ao mesmo tempo em que organiza um futuro – as possíveis conseqüências desses fatos do presente – e, assim, legitima, enquanto passado – a memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro.

Segundo esta autora, não se trata, como pode parecer, de um mero jogo de palavras. No seu entender, o discurso jornalístico toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recordados no futuro. E, mais

ainda, uma vez que ao selecionar está engendrando e fixando sentido para estes acontecimentos, a imprensa acaba por constituir no discurso um modo (possível) de recordação do passado. Para esta autora, analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula várias vozes constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade. Sob a alegação de estar informando, o jornal permanece opinativo e interpretativo, constituindo sentidos, produzindo história.

Utilizei também em minhas análises a documentação da extinta Delegacia de Ordem Política e Social, hoje sob a guarda do Arquivo Central do Paraná. Irônica e contraditoriamente, o DOPS, organismo criado para constituir-se em instrumento de "apagamento" da "voz dissonante", isto é, criado para censurar e reprimir tudo aquilo que se afastasse de um discurso entendido como da ordem e da normalidade, acabou por se constituir, pelo menos no que diz respeito ao Paraná, em um depositário, talvez o mais importante, do que ainda resta desta memória.

Um dado que deve ser considerado é o pioneirismo do Paraná na condução do processo repressivo. Pelo Decreto N.º 1781, de 31 de dezembro de 1935, logo após a "intentona comunista", o governo local assegurou à Chefatura de Polícia, um crédito suplementar "destinado às despesas de emergência com o combate ao extremismo"[13]. Em 1937, criava-se a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Paraná, após o Congresso dos Secretários de Segurança Pública e Chefes de Polícia, reunido no Rio de Janeiro e destinado a uniformizar e racionalizar, em toda a federação, os "meios para defesa dos poderes constituídos e do próprio regime contra as expansões extremistas"[14]. O DOPS do Paraná atingiu em alguns períodos uma "eficácia" invejável, sendo que até um "Museu Político" chegou a funcionar na sede do DOPS do Paraná. Lá eram expostos livros, jornais, revistas, anuários, folhetos, álbuns, filmes, fotografias, gravuras, discos, bandeiras, emblemas, diplomas, medalhas, etc.

---

[13]Mensagem do governador à Assembléia em 1° de setembro de 1937, p.25

[14] Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Governador Manoel Ribas, em 1° de setembro de 1937, à Assembléia Legislativa do Paraná. Curitiba, 1937, p.24 e Relatório apresentado a S. Excia. o Snr. Getúlio Vargas pelo Sr. Manoel Ribas. Exercício de 1932 a 1939. p.51.

Foi possível também utilizar depoimentos de alguns dos personagens desta história, recuperados, tanto através de entrevistas efetuadas em outras ocasiões, como em memórias já publicadas.

A periodização desta pesquisa segue um eixo que tem em uma de suas extremidades o ano de 1945, marcado, internacionalmente, pelo fim da Segunda Guerra Mundial, nacionalmente, pelo fim do Estado Novo e pela redemocratização do País e, localmente, pelo afastamento da cena política local da Companhia de Terras Norte do Paraná, colonizadora da cidade, agora nacionalizada. A conjunção destes fatores propiciaram um período de grandes transformações econômicas e de intensa vitalidade política, com a criação dos partidos políticos nacionais, entre eles, do Partido Comunista do Brasil, que fundou seu primeiro comitê paranaense na cidade de Londrina em 21 de junho de 1945. Na outra extremidade o ano de 1951, inserido no período do "Manifesto de Agosto" de 1950, quando o Partido Comunista sofreu uma guinada à esquerda e colocou a luta no campo como uma das questões centrais de sua política, marcado pelo fim da "Guerra de Porecatu", primeira experiência de luta revolucionária no campo do partido, quando foram presos os comunistas de Londrina que haviam atuado no sentido de colocar em prática o IV ponto do Programa da Frente Democrática de Libertação Nacional: "Pela entrega da terra a quem trabalha".

FURET (apud CAMARGO,1998, p.153) afirma que "*a história é o conhecimento do passado com o auxílio de tudo o que se puder conseguir*". Esta perspectiva o agrada por permitir "*que cada um exerça sua imaginação e seu talento próprio*", constituindo-se em um exercício que "*contêm 50% de saber e 50% de imaginação*". Para esse historiador "*é preciso reinventar o que aconteceu*", e neste sentido, define o lugar de onde está falando:

> Estou entre dois extremos, e minha concepção de história é que ela deve tornar intelegíveis as grandes articulações da mudança no passado, no mundo de onde viemos e que nos fabricou. É por isso que me coloco a meio-caminho entre a abstração filosófica e o empirismo dos antiquários. (FURET apud CAMARGO,1998, p.153)

Penso que o lugar de onde falo, guardadas as devidas proporções, aproxime-se daquele definido por FURET. Entendendo "*que o lugar da política é provavelemente o mais favorável para perceber a história total de uma coletividade*" (FURET, apud CAMARGO, 1998, p.153), busquei "auxílio de tudo o que pude

conseguir" para reconstruir a maneira como homens e mulheres – que ainda acreditavam na possibilidade de uma transformação global – viveram, pensaram, interpretaram e deram significado ao mundo em que viviam. Assim, coloquei-me em uma posição de entremeio entre uma história política tradicional e aquela que busca o campo das representações e suas conexões com as práticas sociais, buscando uma construção onde a análise dos imaginários e da cultura também ganhem destaque.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro, parte de um acontecimento-chave: a prisão, em junho de 1951, de um grupo de comunistas londrinenses acusados de atividades subversivas, com a instauração de um processo-crime cujo eixo principal foi a participação dos acusados – como "líderes intelectuais" – nos conflitos ocorridos na região de Porecatu à setenta quilômetros de Londrina. Do "acontecimento" emerge a figura de Londrina como o "quartel-general vermelho", emergindo também uma série de interpretações que apontam para diversas formações discursivas.

No segundo capítulo retomo o início da história. Entendendo que o grupo de "subversivos" deu seus primeiros passos na cidade, junto com outros partidos, participando ativamente do jogo político institucional instaurado no momento da redemocratização do país, procurei dimensionar o espaço da política em Londrina, seus fundamentos e suas motivações, sobretudo o movimento de passagem do "afastamento" do político para seu "encontro".

Entendendo que o partido é "*antes de tudo uma reunião de homens em torno de um objetivo comum, e é em primeiro lugar sobre aqueles que reúne que ele é capaz de nos esclarecer*"(BERSTEIN, 1996, p.72), no terceiro capítulo aproximei-me dos homens que se reuniram para fundar e fazer funcionar o PCB na cidade de Londrina. Procurei, ainda, reconstruir os primeiros passos da agremiação, a participação de seus membros nos processos político-institucionais, o cotidiano do grupo nas células, bem como a criação de mecanismos alternativos para a sobrevivência na ilegalidade.

No quarto capítulo, retorno ao acontecimento-chave que transformou homens e mulheres em "subversivos do paraíso", para iluminar, por vários prismas, a preparação e o envolvimento do grupo na grande "tarefa" que fora reservada pelo PCB para os "revolucionários do interior".

CAPÍTULO I

1 LONDRINA: O QUARTEL-GENERAL VERMELHO

> Mas na luta política, ideológica e filosófica, as palavras são também armas, explosivos, ou ainda calmantes e venenos. [...] Algumas palavras lutam entre si como inimigas. Outras são o lugar do equívoco: a meta de uma batalha decisiva, porém indecisa. [...] O combate filosófico por palavras é uma parte do combate político..." LOUIS ALTHUSSER

> [...] o Brasil marcou encontro aqui... Terra das oportunidades presentes e futuras, onde as desigualdades sociais se reduzem, o que se comprova através de dois fatos: os principais centros urbanos desconhecem [...] o fenômeno do pauperismo como motivo de preocupação e alarme e [...] as doutrinas políticas que costumam medrar onde medra a miséria não encontram clima entre nós. MOYSÉS LUPION

Na madrugada do dia 17 de junho de 1951, várias residências da cidade de Londrina foram invadidas por membros da polícia. A ação era liderada pelo delegado especial designado, Celso Nicolau dos Santos, e pelo chefe de polícia do Estado do Paraná, Major Alencar Guimarães Filho, que, segundo afirmou, estava na cidade com seus homens para atuar na questão comunista, pois havia sido nomeado – por decreto governamental – Delegado Especial de Polícia nas zonas de Porecatú, Jaguapitã, Arapongas, Apucarana e Pitanga, com o objetivo principal de, comandando uma tropa da Polícia Militar do Estado, restabelecer a ordem pública alterada por questões de terras naqueles municípios, onde um grupo armado havia estabelecido regime de terror, paralisando completamente as atividades no setor agrícola e comercial. Quando em trânsito pela cidade de Londrina, teria sido solicitado pelo Delegado Especial, Dr. Licínio Barbosa, para que colaborasse com a força policial de que dispunha a fim de efetuar detenções que por eventualidade precisasse fazer[15].

Assim, na madrugada do dia dezessete, dividindo suas forças em grupos de homens comandados por oficiais, iniciaram, simultaneamente, várias ações, dirigindo-se às casas das seguintes pessoas: Dr. Newton Câmara, Dr. Milcíades Pereira da Silva, Bento Paiva, Manoel Jacinto Correia, Almo Saturnino e Gerson Monteiro de Lima. Nas residências, haviam dado busca e apreendido farto

material de propaganda subversiva – totalizando um peso que se acreditava "maior do que oitocentos quilos"[16] – e documentos comprometedores das pessoas acima indicadas, as quais, por sua vez, foram detidas e conduzidas à Delegacia. Na mesma ação haviam sido presas Helena Pereira da Silva, esposa do engenheiro Milcíades e Lázara de Araújo Paiva, esposa do corretor de imóveis Bento Paiva. Fora aprisionado também na ocasião, na residência do Dr. Newton Câmara onde se dizia hospedado, o comunista Celso Cabral de Mello, militante do PCB, que encontrava-se na cidade a mando do Comitê Nacional do partido com a tarefa de dirigir as ações desencadeadas na região[17].

A "expedição punitiva anti-comunista", em seu flanco urbano, iniciara-se com a prisão, em flagrante, na mesma madrugada de domingo, esta em via pública, do advogado e jornalista Flávio Ribeiro, quando retirava-se de seu escritório abraçando volumosa pasta contendo originais da edição de um diário comunista clandestino.

O segundo flanco da "expedição punitiva", este, desenvolvido com a ajuda – como comandante-chefe – do experiente delegado da polícia política paulista, Eduardo Louzada Rocha, dirigiu-se, três dias depois, à zona de conflito cujo epicentro era a cidade de Porecatu. Por volta de 250 homens da força policial do Estado *ali aportaram e desencadearam uma ação repressiva em diversas* localidades da região – Vila Progresso, "Água do Tenente", Guaivira, "Água do Centenário", etc. – que ficaram totalmente tomadas por tropas militares. As forças da ordem, considerando que haviam desarticulado totalmente a "cabeça" do movimento de Porecatú sediada em Londrina, prosseguiram com a sua tropa para a região conflagrada, onde, depois de manobrar militarmente, haviam aprisionado vários componentes do grupo armado, "restabelecendo-se a ordem com a garantia de trabalho e de vida a todos os moradores e trabalhadores da região"[18].

Apesar do tom de "eventualidade" conferido pelo delegado especial às prisões urbanas, a ação repressiva fora resultado de um trabalho preliminar de

---

[15] Auto de Declaração. Celso Nicolau dos Santos. Autos de Processo-crime nº109/51, p.251-252.
[16] Idem,
[17] Quando o Partido Comunista começou a interferir diretamente no conflito de Porecatu, por determinação do Comitê Central, foi enviado ao Paraná Celso Cabral de Melo, militante comunista que havia participado da "Intentona de 35" na função de cabo da Marinha e rádio-telegrafista no encouraçado "São Paulo". Ele chegou ao norte do Paraná em dezembro de 1950, com ordens de fazer um relatório detalhado da situação, composição dos grupos, disposição de luta, armamentos, etc. Após a conclusão do levantamento voltou ao Rio de Janeiro, retornando à "zona de guerra" em 20 de fevereiro de 1951 para assumir o comando da resistência armada.

investigação, quando as autoridades policiais do Estado teriam se convencido de que na cidade de Londrina situava-se o comando da ação subversiva, onde "agiam alguns dos mais operosos dirigentes da agitação comunista do Paraná". Atuando no norte do Estado, Dr. Licinio Barbosa, delegado de carreira da Polícia Civil, que tinha a seu cargo a parte das investigações preliminares no sentido de comprovar as origens, meios de manutenção, procedência do armamento e meios de ligações mantidos pelo grupo armado, alegou que, depois de um apurado e minucioso trabalho, teria comprovado que o bando, que agia com a intenção de subverter o regime político vigente, era puramente comunista, uma vez que os possíveis agentes de ligação e de informação eram todos identificados como comunistas. Além disso, a produção de panfletos, jornais clandestinos e de publicações legais mas de inclinações esquerdistas, surgiam exatamente da cidade de Londrina onde, "como ex-participantes à descoberto do extinto partido Comunista, continuavam misteriosamente em atividade através do chamado Comitê de Zona"[19].

Assim, os indiciados foram acusados de:

> a) terem reconstituído em Londrina, ainda que sob forma e nome diferente, sociedade dissolvida, levando a efeito atividades político-partidárias comunistas, em evidente desobediência ao acórdão do Superior Tribunal Eleitoral, que cessou o registro daquele partido; b) os indiciados faziam propaganda, tinham em seu poder e em sua residência, farta quantidade de boletins, panfletos e material manuscrito e impresso, de propaganda subversiva; c) os indiciados, através de sua atuação, dos jornais que imprimiam ou faziam circular, instigavam o ódio entre classes e incitavam os roceiros de Porecatú à resistência armada e à luta pela violência ; d) os indiciados instigavam desobediência coletiva ao cumprimento da lei e induziam empregados à cessação do trabalho; e) os indiciados injuriavam por palavras, inscrições e gravuras impressas os poderes público e seus agentes[20].

Antes de chegar a Juízo, os acusados, presos e incomunicáveis, haviam participado de uma peregrinação – chamada por um dos advogados de defesa, de "Via Crucis" – por várias pequenas localidades do norte do Estado: de Londrina, para a delegacia de polícia de Amoreira (Município de Assaí) por 5 dias, posteriormente, para a cadeia de Nova América, no mesmo município e, logo após,

---

[18] Auto de Declaração de Celso Cabral de Melo. Processo-crime 109/51, p.251-252.
[19] Idem.
[20] Idem.

no dia 25, foram conduzidos à cadeia de Assaí, sede do município, onde sofreram tumultuado interrogatório. Haviam ficado incomunicáveis por dez dias, e apenas no dia 27 foram levados para Londrina e colocados a disposição do juiz. O período havia sido utilizado, segundo o advogado de defesa, para a "construção" do processo, posto que este carecia de provas.

Naqueles dias de junho as movimentações militares na cidade de Londrina foram intensas, com tropas e agentes do DOPS deslocando-se para a região. No dia 20 de junho, duas aeronaves da empresa Aerovias Brasil pousaram no Aeroporto trazendo dois batalhões da Força Policial do Estado[21]. A Força Aérea Brasileira (FAB) também encaminhou para Londrina uma esquadrilha de aviões de combate para ficar à disposição das autoridades, e, caso fosse necessário, "auxiliar na ação policial"[22]. Tropas do estado de São Paulo foram deslocadas para que fossem vigiadas as fronteiras, impedindo a fuga de posseiros rebelados para aquele Estado[23].

Em suas memórias, o comunista Irineu Luís de Moraes – o Índio –, que fora enviado pelo PCB nacional, em meados de 1950, para atuar na região do conflito mostra, com propriedade, o clima instaurado na cidade naqueles dias de junho de 1951.

> A polícia começou a prender gente em Londrina a três por quatro, inclusive os intelectuais. Nós tínhamos gente boa em Londrina, da classe média, como advogados, médicos. Tinha uma turma muito boa, muito esforçada que ajudava muito; iam com a gente para o campo. Mas nessa perseguição houve prisão em toda a cidade de Londrina: fecharam a cidade e prenderam muitos.(WELCH & GERALDO, 1992, p.122).

1.1 O Cenário: de terras de Deus às terras do Diabo.

> No princípio, as terras eram tôdas de Deus. Depois um governo deu uma imensa concessão neste Norte do Paraná. Depois veio a revolução de 30, e a concessão foi anulada. Para firmar bem essa anulação, o governo do falecido Manoel Ribas animou muitas famílias a tomar

[21] Jornal: O Dia, 22 de junho de 1951; Diário da Tarde, 21 de junho de 1951; Gazeta do Povo, 23 de junho de 1951.
[22] Jornal A Tarde, 22 de junho de 1951.
[23] Jornal Gazeta do Povo, 28 de junho de 1951.

> posse da terra, mas nunca chegou a dar título definitivo a êsses posseiros. De resto essa mataria no fim do mundo não interessava muito a ninguém, foi necessário um grande empreendimento capitalista anglo brasileiro, a Companhia de Terras, para valorizar, com estradas e com organização, não apenas seus 515 mil alqueires como toda a zona. A valorização do café trouxe um *impulso novo ao desbravamento. Então as terras* passaram a ser todas do Diabo. (BRAGA, & D'HORTA, 1953, p.10).

O texto salientado acima, escrito pelo repórter Rubem Braga durante uma visita que fazia a região, em 1952, acompanhando o então governador do Estado Bento Munhoz da Rocha Neto logo após o desfecho da "Guerra de Porecatu"[24], já apresentava alguns dos ingredientes que compuseram o cenário onde se realizariam os eventos que transformaram as "terras de Deus" em "terras do Diabo".

O ponto central do espaço dessa história foi a região de Porecatu, localizada no extremo norte do Paraná à 70 quilômetros de Londrina. No início dos anos 40 essa região fazia parte do município de Sertanópolis, do qual se desmembrou, para, em 1948[25], constituir os municípios de Porecatu e Jaguapitã. Atualmente é formada pelos municípios de Porecatu, Alvorada do Sul, Florestópolis, Mirasselva, Centenário do Sul, Lupianópolis, Cafeara, Guaraci e Jaguapitã. No momento dessa história, ocupava uma área de terras de aproximadamente 1.800 Km2, que limitava-se com as terras de propriedade da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), fazendo divisa com o Estado de São Paulo através do rio Paranapanema.

Essas terras do norte do Paraná, se não eram totalmente desconhecidas, com vários povoados inseridos em seu interior desde os anos 30, estavam praticamente ignoradas pelo governo paranaense, até constituírem-se em objeto de interesse, principalmente a partir da colonização vizinha empreendida pela *Companhia de Terras Norte do Paraná, com o estabelecimento da estrada de ferro* ligando Ourinhos a Londrina, o que contribuiu para o crescimento da região e o surgimento de várias cidades em seu leito.

As terras, que seriam objeto de disputa, estavam contidas em uma concessão muito antiga que o Governo do Paraná fizera à Companhia Colonizadora

---

[24] Era chamada pelos protagonistas como "Guerra de Porecatu", posteriormente, "Guerrilha de Porecatu",

[25] O município de Porecatu foi criado em 1947 e elevado a comarca em 1948.

Alves de Almeida & Irmãos, que, não havendo cumprido o projeto de colonização previsto, tivera anulada tal concessão em 1942 pelo interventor Manoel Ribas. Este interventor, objetivando promover a vinda de mão-de-obra de outros estados do país para a região, com o intuito de colonizar cerca de 120 mil alqueires de terras devolutas, loteou-as em pequenas áreas e colocou-as a venda por preços populares aos lavradores. Assim, pela política estabelecida, bastava ao interessado escolher o lote, requerê-lo posteriormente à Comissão Mista de Terras, derrubar a mata, plantar, produzir, pagar os impostos e viver na área por no mínimo seis anos, quando então poderia requerer o título definitivo da propriedade.

A notícia da existência de grandes quantidades de terras devolutas disponíveis correu o país, fazendo com que centenas de lavradores chegassem e ocupassem as terras da região de uma forma desenfreada e desordenada, que, muitas vezes, abrangia também terras particulares. Posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores e colonos, oriundos sobretudo do Estado de São Paulo, vão se radicar naquele sertão atraídos pela perspectiva de conseguir melhores condições de trabalho e de vida, e, principalmente, a posse de uma parcela de terra.

Segundo LOPES (1982), a região de Porecatú começou a receber a primeira leva de posseiros no início da década de quarenta . Os depoimentos nas entrevistas efetuadas por ela confirmam que o grande afluxo para a região se deu neste primeiro período quando cerca de 200 famílias de sitiantes, ocuparam rapidamente a parte do município pertencente a ex-concessão Antonio Alves de Almeida[26].

Por outro lado, já antes, em 1941, a Companhia Agrícola Lunardelli, dirigida por Ricardo Lunardelli, havia adquirido 9.860 alqueires de terras dos herdeiros de Escolástica Melchert da Fonseca na atual cidade de Porecatu, por muito tempo denominada "cidade Lunardelli" e, em meados do mesmo ano, começara a derrubada da mata na fazenda "Canaã", seguindo-se a abertura de outras nos anos seguintes.

> Iniciando suas atividades agrícolas no Paraná até 1941 Geremias Lunardelli havia plantado 400.000 pés de café,

[26] Referindo-se a esta Concessão, o Estado de São Paulo, comenta em 1937 *"[...] depois de transcorridos três lustros, sequer um palmo de terras foi cultivado na imensa extensão concedida e que o concessionário distribui entre milionários, políticos e parentes, notáveis latifúndios, conseguindo até, em troca de uma promissória, que se encontra até hoje protestada por falta de pagamento no Tezouro do Estado, que o Governo expedisse diretamente em seu nome, um título de propriedade sobre a área formidável de 1.209.735.575 metros quadrados"* (LOPES, 1982, p.94)

> atingindo até 1946, 3 milhões de cafeeiros. As fazendas foram se espalhando até atingir um total de 55 mil alqueires com um total de 6.6 milhões de cafeeiros. (CANCIAN, 1981, p.81).

A região ocupada pelo Grupo Lunardelli era também, desde o começo, uma área de litígio, situando-se também em grande parte na ex-concessão Alves Almeida, sem dúvida a mais problemática de todo o Norte do Estado. (LOPES, 1982).

A proximidade destas terras com aquelas adquiridas pela Companhia de Terras Norte do Paraná, se por um lado trouxera benefícios para as concessões vizinhas, em função das propagandas como também pelas benfeitorias que esta empresa promoveu na região, por outro, significou também algumas dificuldades advindas da forma diferenciada com que as terras foram adquiridas. Enquanto as terras dos Lunardelli foram pagas a preço de mercado, as da "Companhia" (CTNP) foram adquiridas do Governo do Estado por um preço quase simbólico, fato que certamente influenciaria na determinação do preço e na margem de lucro. A "Companhia", pagou 84.000 por hectare, sendo 1000 contos de réis a vista e o restante em 12 anos. No período de 1930 –1943, os preços de venda das terras da Cia passaram de 100$000 em 1930 para 800$000 em 1943. Em contrapartida, as terras da região de Porecatu, pelo preço de compra pago pelos fazendeiros, e para não dar prejuízo, deveriam ser vendidas a um preço similar ao preço das terras da Cia, situadas defronte às terras dos Lunardelli e de igual qualidade.

Segundo PADIS (1981), uma pessoa que adquirisse em 1950 terras da Cia (CTNP), pagaria por três alqueires, trinta mil cruzeiros em 48 prestações o que significava menos de um salário mínimo por mês, condições estas impossíveis de serem igualadas pelas pequenas loteadoras.

Por outro lado, as grandes fazendas que se formaram na região significaram, também, um investimento inicial considerável por parte dos compradores, que para começar a operar precisavam de enormes quantias de capital, fundamentalmente para a derrubada de mata, plantio e construção de caminhos, num momento em que nem o governo federal nem estadual estavam em condições de fazer este tipo de investimento. (LOPES, 1982).

Assim, como forma de contornar o problema, os grandes proprietários da região de Porecatú, por um lado, transformaram-se em vendedores

de parte de suas terras, por outro, como fizeram os Lunardelli, passaram a "ignorar" a ocupação ilegal de suas propriedades. A "tolerância" por parte dos fazendeiros à ocupação ilegal, como forma de compensar a falta de capital para investir na fase de derrubada e preparo da terra, permitindo que posseiros derrubassem a mata dentro das suas propriedades, e iniciassem o cultivo do café não será uma prática eventual, restrita à exploração de algumas famílias, mas uma forma de tornar as suas terras produtivas, objeto de exploração. (LOPES,1982).

Nesse contexto, de um lado, temos então um quadro de fazendeiros desejosos de abrir picadas – de qualquer forma e no menor espaço de tempo – e preparar a terra para o café, que começava novamente a ser rentável. De outro, centenas de famílias despossuídas, ávidas por um pedaço de terra que lhes permitisse sobreviver. Posseiros em potencial, lavradores facilmente ludibriados pelos grandes proprietários que, com a complacência de sucessivos governos estaduais, acreditaram ser proprietários de terras do governo passíveis de ocupação que com o tempo criava direitos de posse.

Segundo depoimento, em 1943, duas fazendas dos Lunardelli (Umuarama e Tabapuã) foram invadidas por aproximadamente 100 famílias que rapidamente abriram picadas. Somente em 1946 seriam tomadas providências para a expulsão destes posseiros, quando a mata já havia sido quase totalmente derrubada e os posseiros já plantavam café em espaço anteriormente cedido pelos Lunardelli[27]. Assim, a atual região de cana de Porecatu se caracterizou pela "tolerância consentida" (entre 1943 e 1948), por parte dos Lunardelli, da invasão das "suas" propriedades pelos posseiros, pelas parcerias não documentadas e pela posterior grilagem em terras vizinhas às suas.

O processo inverso, isto é, a recuperação das terras pelos grandes fazendeiros após período de crise nos preços do café (1948-1951), entre eles Lunardelli, caracterizou-se por extrema violência. Vejamos o que escreve a este respeito Felismino:

> Um dos fazendeiros que se sentiu prejudicado foi Ricardo Lunardelli, e seus irmãos Urbano e Geremias que "tiveram" centenas de alqueires 'intrujados', ou seja 'invadidos''. Antigos posseiros revelam que, para desocupá-los, os Lunardelli valeram-se de uma prática que passaria a tornar-se cada vez mais comum: a violência pura e simples. Contrataram pistoleiros e, entre

[27] Folha de Londrina, 14 - 28 de julho, 1985.

> eles, um nome que se tornaria lenda no Norte do Paraná: o sanguinário José Celestino, que espalhou terror na região e encontrou a morte nas mãos de um dos grupos armados em operação durante a "Guerra de Porecatu[28].

A estratégia de deixar que suas terras fossem "invadidas" por centenas de imigrantes desinformados, para logo recuperá-las pela violência, foi sem dúvida fundamental não somente para a derrubada da mata e fixação das famílias, mas para viabilizar todo o projeto agroindustrial empreendido posteriormente pelos Lunardelli. Quando Geremias Lunardelli morre, em 1962, deixa um patrimônio de 450 mil hectares em 52 fazendas, a maior delas abrangendo boa parte da atual região de cana de Porecatu, numa área que ocupa três municípios, cuja forma de aquisição foi, no mínimo, "controvertida. Alguns depoimentos apontam neste sentido:

> Note-se que os posseiros de Porecatu quando lá chegaram tinham garantida a propriedade 'daquelas terras devolutas', e o título definitivo do fazendeiro, que o chefe regional do DGTC aconselhava respeitar, fora *obtido posteriormente. O que é confirmado por Izidro* Garcia outro posseiro de Porecatu: "Eu era dono do lote 17 da área 2, de Centenário, com 66 alqueires. Cheguei ali em 01-09-42, há um ano e oito meses o José Climácio, com a proteção do Governo Lupion, tomou-me o lote 17 e deu-me o 19. Ora acontece que o imaginário lote 19 é de 22 alqueires e fica dentro do meu terreno mesmo... pois bem: até esses 22 alqueires aquêle sujeito me tomou. Eu fui intimado pela comissão para prestar *depoimento em Porecatu*[29]. *(Revista: O Cruzeiro,* 14.07.51, p.3).

Apesar do clima de tensão já existente, os problemas se agravaram com a posse do novo governador Moisés Lupion[30], que apesar de ter prometido em sua campanha eleitoral resolver os problemas de terras da região, em suas duas gestões – 1946-1950/1956-1960 - transformou as ações do Departamento de Terras em verdadeiras orgias fundiárias. Durante seu governo, quando a valorização do café de um lado, e as vastas áreas plantadas de outro, haviam tornado o Norte do Estado uma *Nova Canaã*, o negócio de terras transformou-se numa negociata de proporções inacreditáveis.

---

[28] Folha de Londrina, 14 jul., 1985, p.24.
[29] Revista: O Cruzeiro, 14 jul., 1951, p.3
[30] O próprio governador um grande grileiro e proprietário de companhia de colonização. Em suas duas gestões frente ao governo do Estado, desencadearam-se dois dos mais graves conflitos de terras do Estado: Porecatu e a revolta do Sudoeste, no ano de 1957.

> Processou-se verdadeira corrida em tôrno à expedição de títulos de propriedade de terras devolutas do Estado, concedidas aos apaniguados do Governador mediante simples requerimento e pagamento de taxas ínfimas. Essas 'terras devolutas' eram aquelas mesmas que a colonização expontânea ou orientada vinha valorizando há muitos anos, e que agora, como si tudo fosse ignorado, eram praticamente doadas aos amigos dos governantes. A corrida processou-se a um ritmo alucinado: os prazos para editais foram reduzidos de 30 para 10 dias; os prazos para vistas de 10 dias para 48 horas; os prazos para pagamentos de 4 meses a 30 dias; o preço do hectare fixado ao sabor das conveniências; as ordens de urgência na localização e ocupação, dadas sem nenhuma atenção aos serviços de medição e demarcação; chefes de serviço de demarcação no Interior eram chamados à Capital para acertar com os próprios interessados a delimitação de suas áreas. No *final do governo Lupion esse processo entrou em* compasso de orgia: o Departamento de Terras, após seu expediente normal, funcionava noite a dentro nos quartos de um hotel de Curitiba, aos quais acorriam incessantemente os beneficiários de tão estranha loteria; em seus arredores fervilhavam os zangões desse comércio inédito, vendendo nas ruas e cafés requerimentos de terras, já despachados, com ou sem localização, com ou sem prestações pagas, às vezes em nome de pessoas supostas ou já falecidas, a 30, 40 e 50 mil cruzeiros. (BRAGA & D'HORTA, 1953, p.8)

Como é fácil de supor, isso tudo resultou no maior amontoado de confusões a respeito da propriedade de uma enorme extensão territorial, dada a ausência de linhas divisórias de lotes, a entrega aos interessados de processos inconclusos, a expedição de títulos definitivos extraídos de plantas que apenas tinham projeto de loteamento, a preterição de direitos de terceiros – alguns dos quais com benfeitorias efetivas em seus lotes, e cujos nomes foram grosseiramente riscados das plantas –, as rasuras e arrancamentos de folhas em processos, a expedição de títulos definitivos em duplicata – com o que o Governo do Estado revendia aquilo que já vendera a outro, tendo-se chegado à situação de que foi vendida área superior a 130 mil alqueires de terra, que na verdade não, existia no território paranaense. (BRAGA & D'Horta, 1953, p.9)

Os componentes assinalados acima, que colocaram em situação de conflito agentes sociais diversos (posseiros, grileiros, fazendeiros etc.), acabaram por desencadear um dos mais importantes embates pela terra do Estado do Paraná no século XX. A presença de grandes grileiros na região, que através da polícia, de jagunços e de pistoleiros ameaçavam, espancavam e tomavam as terras dos

posseiros motivou a organização da resistência objetivando a defesa das posses e das benfeitorias nelas existentes.

Em 1947 aconteceram os primeiros conflitos sangrentos na região[31], ponto de largada para inúmeros outros que ocorreriam até a chegada das "Expedições Punitivas Anticomunistas", em junho de 51, com a presença de tropas da Polícia Militar do Estado e de agentes das delegacias Especializadas da Ordem Política e Social de São Paulo e do Paraná.

1.2 A Interpretação do Acontecimento pela Imprensa

O acontecimento, que irrompeu no cotidiano da cidade naquela madrugada de domingo, introduziu, inopinadamente, o imprevisível: a "Terra da Promissão" emergira como o "Quartel-General Vermelho" que abrigava, em seu seio, os comandantes da subversão no norte do Paraná.

Não que os conflitos relacionados a disputas por posses de terras fossem desconhecidos na região, sabia-se de sua existência desde meados da década de quarenta e até cogitava-se sobre a interferência do Partido Comunista. No entanto, inicialmente, tal problema não se colocava com a concretude que gerasse preocupação, estabelecendo-se um certo indiferentismo que se refletia no tom jocoso das abordagens. Através da ironia, tornavam opacos os embates que já se prenunciavam, sobretudo, negando a possibilidade deles acontecerem na "Terra da Promissão".

Em agosto de 1946, em uma série de três artigos, o jornal local *Paraná-Norte*, apresentava o problema pela primeira vez para o público leitor da região, através de considerações sobre litígios de terras em Porecatu ao mesmo tempo que assumia, claramente, uma posição entre as partes em disputa. Tais artigos, segundo seu autor, haviam sido redigidos no intuito de comentar três matérias publicadas, a primeira, pelo "Correio da Manhã"[32] do Rio de Janeiro, intitulada "Tragédia do Camponês Paranaense" , as outras duas, pela "Tribuna

---

[31] Segundo (PRIORI, 2000, p.210), em 28 de agosto de 1947 doze homens armados, comandados por Antônio Barboza, invadiram uma fazenda na cidade de Guaraci e tentaram expulsar os posseiros das mesmas. Ao final, quatro pessoas morreram no confronto.

[32] Edição de 2 de julho de 1946. Título: "Tragédia do Camponês Paranaense".

Popular" e pelo "Diário da Tarde"[33], ambos da capital paranaense, que, segundo o periódico londrinense, teriam dedicado algumas de suas colunas com reportagens referentes aos camponeses do Norte do Paraná, as quais aludiam a explorações sofridas em Jaguapitã, Porecatu e no distrito de Sertanópolis.

A primeira preocupação contida nos artigos do *Paraná-Norte* era assinalar, com ênfase, que os comentários feitos tinham o sentido de "alertamento dos espíritos", servindo mais para "advertir os incautos" do que para dar explicações, que, acima de tudo, considerava desnecessárias. Denotava, com esta posição, a existência de um ponto de partida que já desclassificava, como impertinente, qualquer consideração acerca da possibilidade da ocorrência de problemas de terras em uma região conhecida por sua riqueza e pujança econômica. Segundo o teor da matéria, seria impossível, "numa terra como esta, acreditar-se numa questão camponesa, sem risco de cair na estupidez comunista"[34].

O jornal assinalava ainda, que antes, de dentro do Parlamento Constituinte, uma voz se levantara para protestar em nome do Partido Comunista contra violências praticadas contra "indefesos colonos". Referia-se o periódico, com certeza, ao discurso proferido pelo deputado constituinte do PCB Carlos Marighella na Câmara dos Deputados, cobrando uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias de violências contra os camponeses de Porecatu. Depois, segundo o jornalista do *Paraná-Norte,* a "Tribuna Popular" também "enchera algumas de suas colunas" com uma reportagem sobre

> [...] pobres creaturas do Norte do Paraná, as quais entrevistadas, aludiam a remotas expropriações sofridas, ora em *Jaguapitã*, ora em *Porecatu*, *distrito de* Sertanópolis, ainda neste estado, terminando com o clássico elogio ao jornal do partido Comunista, como se fosse esse o objetivo da referida reportagem, e não, a divulgação dos fatos ali contidos.

O jornalista acusava de sensacionalista o "*Diário da Tarde*", que "debaixo de títulos verdadeiramente garrafais, se desmilinguava em passar adiante a notícia, chegando ao desplante de pedir justiça para os camponeses, assim tão duramente expulsos de suas monções"[35]. Alegando que a vigilância democrática da imprensa nacional ainda era "pequenina" para resistir à inoculação da demagogia

---

[33] Em edição do dia 22 ainda do mês de julho.
[34] "*Em torno da Tragédia do Camponês Paranaense*". *Paraná-Norte* 01/08/46, p.1.n.º 660,
[35] Idem.

comunista, que iludia, do mesmo modo, tanto um jornalista experimentado quanto um ingênuo caboclo do setentrião paranaense, explicava em que se resumia a "tragédia do camponês paranaense".

> Essa tragédia se resume numa situação normal, a que *não é dado fugir, felizmente no Brasil, porque esse é o* corolário de um sistema jurídico instituído, entre nós – o da propriedade privada. Sistema que, a despeito de tudo, aos comunistas não é lícito malsinar, uma vez que se comprometeram a respeitar e que dizem lutar pela sua efetivação. Aos homens simples do sertão também não lhes cabe negá-lo. Esse sistema é uma garantia para todos – consiste no direito à propriedade conferido à qualquer cidadão e, pois, extensivos aos incautos homens do Norte do Paraná que foram fotografados pelo repórter da tribuna.

E continuava:

> [...] o Paraná – "principalmente o Paraná" – era um Estado, cujas terras só naquele momento estavam sendo exploradas, com um Departamento de Terras funcionando organizadamente, *com o fim de presidir o critério* de distribuição das glebas, que são conferidas indistintamente a todo aquele que deseje se habilitar a um trato de chão do solo paranaense.

No último artigo da série[36], o jornal reservara seu espaço para exaltar a figura de Ricardo Lunardelli, o principal fazendeiro envolvido nos *litígios*, cuja única culpa, segundo o periódico, fora transformar o primitivo Porecatu em moderno estabelecimento agrícola, "do qual haverá de orgulhar-se o Paraná inteiro". Alegava que só a usina açucareira ali implantada por ele, seria capaz de produzir, *dentro de pouco tempo, 200 mil sacas de açúcar para consumo das populações do* Norte do Paraná, "sem falar nos milhões de pés de café que fez espalhar por todo ele, dando trabalho a centenas de operários".

Assim, para o articulista do Paraná-Norte, a expropriação levada a efeito por Lunardelli contra os posseiros consistira

> [...] no mero exercício de um direito também, que a todos é assegurado: o direito de agir, conferido a quem quer que seja que, por acaso, se julgue detenta de um direito, partindo do princípio de que a todo ele corresponde uma ação que o assegura, sem que essa atividade regular possa servir de inspiração demagógica a ninguém. [...] Assim A "violência" praticada por Ricardo Lunardelli contra os "indefesos colonos" do Norte do Estado, que

[36] O Intrusamento da Gleba, *Paraná-Norte*, 15 jul., 1946, p.1.

> está dando logar à decanteada tragédia do camponês paranaense, apenas consistiu em ter ele promovido contra detentores de terras de seu patrimônio de Porecatu, uma ação de manutenção de posse. Ação que, procedente em todos os seus termos, transitou em julgado, estando para entrar na sua fase executória, de acordo com a lei.

FRANCO (1993, p.53), após uma leitura instigante da obra de John Locke, considera que a série de argumentos sistematizados por este filósofo em sua doutrina é autoconcludente:

> [...] o conceito de homem como espécie na ordem natural, a lógica e o entendimento classificatórios que o agrupam e distribuem por uma classificação, distinguindo *os perfeitos e os degenerados; a atualização de sua* potencialidade específica, concebida como geradora do próprio homem e constitutiva do mundo exterior como propriedade, o Estado de Natureza assentado sobre o caráter racional desses dois polos - humano e cósmico; a crescente diferença e hierarquia das pessoas com base no uso díspar da razão e na força de ter sua lei prática 'escrita no coração'. [...] Não há como tornar o chamado "neoliberalismo" distinto e menos agressivo que a *doutrina clássica: os princípios que sustentam o seu* desenvolvimento são os mesmos: propriedade seletiva, *mercado soberano, liberdade como prerrogativa de* alguns, diferenças cada vez maiores, atribuídas aos que sucumbem nos processos competitivos. Locke compreendeu perfeitamente a violência que permeia todo *esse campo - o Estado de Guerra por ele descrito não* deixa dúvidas. Sua falácia está em tê-la posta às avessas, como paz e harmonia. Em vez do reconhecimento e da crítica, temos uma apologética: a discriminação, o domínio, a luta incessante no interior do convívio humano são apresentados num estilo tranquilizador das consciências que os reproduzem, jogando-se a culpa sobre quem os sofre. Tudo isso unificado em um núcleo de máximas e sentenças que fazem do que é o que deve ser. A lei assim inscrita em nossos corações o está com a força dupla e simultânea *da natureza e da prática humana; não foi ainda, como o* será bem um século depois, cindida em moral posta em nosso íntimo, e física, projetada nos céus estrelados.

Os argumentos apresentados pelo periódico londrinense identificam-se com aqueles que Locke ajudou a instituir e naturalizar no século XVII e que estão "inscritos em nossos corações" no século XX. A visão desse processo de construção, instituição e naturalização da sociedade liberal, que faz "do que é o que deve ser", ilumina e coloca elementos que envolvem as representações sobre o norte do Paraná. A naturalização das questões relativas à terra, a propriedade

privada como fator de progresso, a possibilidade de acesso a este "bem" através do trabalho, a impossibilidade de conflitos desse tipo ocorrerem em terras da promissão a não ser através da perigosa equação que somava incautos camponeses ludibriados por astutos comunistas aproveitadores. Assim, constitui-se um quadro que colocava em embate "homens perfeitos" e "homens degenerados", estabelecendo-se a hierarquia com base no "uso díspar da razão". O conflito no interior do convívio humano é apresentado num "estilo tranquilizador das consciências que os reproduzem, jogando-se a culpa sobre quem os sofre." Este entendimento, cristalizado, significou o estabelecimento de constante defesa contra qualquer ameaça de inversão dessa ordem.

Os eventos que se desencadeavam na região de Porecatu já haviam despertado a atenção dos principais veículos de comunicação do país, tendo sido alvo de considerações, tanto de jornais paranaenses, quanto da imprensa nacional. A revista *O Cruzeiro*, que referia-se ao episódio como "Guerra de Porecatu", "Rebelião no Paraná", ou ainda "Sangue na Terra Proibida", enviara repórteres e fotógrafos para acompanhar o conflito e, em sua edição do dia 9 de dezembro de 1950, publicara uma reportagem na qual os atributos do norte do Paraná, como terra da abundância e da riqueza, eram também destacados. Assim, a região onde se desencadeava o conflito constituía-se em um Eldorado,

> [...] onde as populações limpam a poeira penetrante do corpo com notas de mil cruzeiros; onde os hotéis sem conforto cobram diárias exorbitantes; os garçons compram carros de luxo e o vendedor de caldo-de-cana ganha mais que um Juiz de Direito[37].

De forma indireta, porém contundente, a imprensa nacional reproduzia, através de imagens fortes, o estranhamento pela ocorrência de conflitos pela terra em uma região conhecida por sua riqueza e pujança econômica e que fornecia possibilidades de enriquecimento à todos aqueles que tivessem amor ao trabalho.

A constatação da existência de comunistas na cidade também não era surpresa para moradores da localidade. Deste 1945, ano da fundação do Comitê do PCB no município, várias ações do grupo tinham conseguido visibilidade, entretanto, esta presença era abordada, na maior parte das vezes, também através

---

[37] Revista *O Cruzeiro*. 9 dez., 1950.

da ironia e da desclassificação, postura que levava ao silenciamento da dimensão política de suas atividades, transformando-os como um grupo isolado de homens cujas ações careciam de importância e credibilidade. É significativo o número de vezes que os jornais paranaenses, bem como autoridades estaduais, referiram-se à "invulgar desenvoltura" dos comunistas no norte do Paraná, bem como à ausência de repressão por parte dos poderes públicos da região[38].

Típica da postura de desclassificação adotada a respeito dos comunistas foi a matéria publicada pelo periódico londrinense *Paraná-Norte*, menos de um mês após a "advertência aos incautos lavradores". Referindo-se a militância de um "rapazinho" – o funcionário do Banco do Brasil Nelson Torres Galvão – que estaria, *em praça pública, pregando ardorosamente a doutrina comunista*, o periódico assim se manifestou.

> Fala de improviso e rasga a fantasia; é uma engenhoca que não para de moer palavras elegantes e inflamadas, fala tanto que nem fôlego toma; pressenti até que o talzinho pudesse morrer sufocado, vítima de um repentino mal de engasgo.
>
> O nosso "camaradinha" não faz promessas, debulha a doutrina do bigodudo com facilidade, relatando fatos concisos e puros, puros para aqueles pobres que assistiam ao 'meeting'. Diante do microfalante, nunca vi outro que portasse com tanta elegância. Só mesmo um 'finesse' acostumado a sentar-se nos banquinhos do banquinho do Brasil, pode se portar com tanta e impecável conduta.
>
> Como fala o anjinho ... é uma catarata brincando com o vocabulário que se desfaz no leito das ilusões... Tudo é lindo, em palavras, mas na prática, meu amigo, a cousa é diferente. Esse negócio de iludir a bôa fé dos camponeses, isso vai de mal a pior[39].

Não consegui recuperar o teor do discurso proferido pelo funcionário do Banco do Brasil no comício realizado pelo PCB na cidade, em comemoração ao aniversário de um ano de legalidade do partido[40]. Lendo a crítica às avessas, inferi, que seria parte do mesmo contexto permeado pelas acusações do deputado Marighella. Referia-se, principalmente, à questão da terra, colocando, como principais interlocutores, os camponeses no norte Paraná.

---

[38] A *Gazeta de Notícias*, julho de 1951 (recorte)
[39] *Paraná-Norte*, 23 maio, 1946, p.1.
[40] Comício que acompanhava a "Quinzena Comemorativa da Legalidade do Partido Comunista do Brasil", de 8 a 23 de maio de 1946.

Provavelmente, diante da visibilidade que os problemas relativos aos conflitos pela terra no norte do Estado adquiriam nacionalmente, o jornal *Paraná-Norte* tentava – através da desclassificação – minimizar suas reais dimensões reproduzindo a velha equação: camponeses de boa-fé, iludidos por aproveitadores comunistas.

Assim, a imprensa local, considerando-se a vizinhança dos eventos, havia dedicado exíguo espaço para as movimentações ocorridas na localidade conflagrada. O recém-nascido jornal comunista londrinense *O Momento*, um mês antes do desfecho, denunciava o "criminoso silêncio da imprensa vendida", alegando que a "imprensa sadia" queria dar a impressão que a luta de Porecatu não existia ou já terminara[41].

Foi a partir da identificação dos londrinenses como o grupo principal de organização e apoio aos revoltosos armados, que encetou-se a construção do acontecimento na cidade, propiciada, pelo desencadeamento de uma série de interpretações emanadas de diferentes segmentos da sociedade local e regional.

Constatado o sumiço de alguns de seus cidadãos, a repercussão local foi imediata. Por um lado, fizeram-se sentir manifestações de vários segmentos sociais através do envio de cartas e abaixo-assinados em favor de alguns dos acusados[42]. A Ordem dos Advogados do Paraná colocou-se contra as violências governamentais, consignando na Ata dos trabalhos de seu Conselho um protesto contra as violências policiais desencadeadas contra os advogados[43]. Por outro, instaurou-se um debate sobre a importância ou não do conflito, sua dimensão, a existência ou não dos problemas de terras, sobre as culpas, as inocências, enfim, a cidade acordava de um torpor de indiferentismo.

NORA (1988, p.181), referindo-se às sociedades contemporâneas, e tratando do "retorno do fato", coloca que é através dos *mass media* "*que o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar*", mas, segundo ele,

---

[41] Jornal O Momento, ano I, Londrina, 30 de maio de 1951, nº 3.

[42] Os médicos da cidade formulam dois abaixo-assinados, em favor da libertação do colega Newton Câmara, o primeiro, em 05/07/51, com quarenta assinaturas; o segundo, encaminhado ao Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Londrina, pela Provedoria da Santa Casa de Londrina e de seu corpo clínico. Em 5/7/51, com 23 assinaturas. Carta manuscrita por Venância Albuquerque de Souza, solicitando a absolvição de Helena e Lázara; cidadãos de diversas profissões fazem declarações atestando o sumiço dos acusados, referindo-se à violência do ato. Estes documentos constam dos autos do processo-crime n.º 109/51.

[43] Jornal O *Dia*, editado em Curitiba: "A Ordem dos Advogados protesta contra as violências governamentais." *O Dia* (recorte) , julho de 1951.

> *[...] não é suficiente dizer que se colam ao real a ponto* de se tornarem sua parte integrante e que nos restituem a presença imediata, quando abraçam os contornos e peripécias, quando fazem parte do cortejo inseparável. Imprensa, rádio, imagem não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência. A publicidade dá forma à sua produção.

Assim, a publicidade que se seguiu ao acontecimento deu "forma à sua produção" estabelecendo seus contornos.

A imprensa nacional[44] procurou colocar-se com alguma distância das disputas locais, propondo-se a construção da "verdade" sobre os acontecimentos "tumultuosos" nas glebas do norte do Paraná. Os repórteres da revista – que teriam sido os únicos a entrarem no local dos conflitos no momento da repressão desencadeada pelas forças policiais – após a constatação que "toda a região estava paralizada (*sic*), com os olhos fora das órbitas, esperando pelo que viesse acontecer", circularam pela localidade, entrevistaram posseiros [45] e, ao final, *concluíram pela inocência dos "primeiros ocupantes" e pela total responsabilidade do* Governo do Estado. No caso, o Governo era representado tanto por Moisés Lupion, *governador anterior que, segundo a matéria, "passou a entregar as mesmas terras* aos amigos, aos chefes dos subdiretórios, ou então a vendê-las a fazendeiros, a *mesma mercadoria sendo transacionada duas vezes pelo mesmo agente"*, quanto pelo atual, Bento Munhoz da Rocha, pelo descontrole da situação e pelas arbitrariedades cometidas pelas forças policiais.

Os jornais paranenses, de uma forma geral, dividiam-se, assumindo os diferentes matizes das formações políticas dominantes no estado. Antagonizando-se na defesa dos dois principais representantes dessas forças – Moysés Lupion, ex-governador e principal figura do PSD no Estado, e seu maior rival político, Bento Munhoz da Rocha Neto, governador em exercício, eleito pelo Partido Republicano – os partidários, de um e de outro, ocupavam-se em instrumentalizar o acontecimento em defesa de suas perspectivas, diluindo sua real dimensão no jogo das querelas políticas locais[46].

---

[44] Representada aqui pela revista *O Cruzeiro* de 09.12.1950 e de 14/06/51 . À época do conflito esta revista do Rio de Janeiro tinha uma tiragem de 300.000 exemplares.

[45] Antonia Bilar, esposa do posseiro espanhol José Bilar, um dos líderes do conflito, foi a "porta-voz" dos "rebelados" na reportagem apresentada pela revista.

[46] *O Dia 14 e 26.06.51 / A Tarde: 23.06.51 / Diário da Tarde: 22.06.51.*

Os jornais que representavam o PSD, partido de Lupion, interpretavam os eventos minimizando a participação dos comunistas e *potencializando a responsabilidade do Governo do Estado. O Jornal O Dia*[47], entendia que o propalado combate ao comunismo era apenas o pretexto para, por um lado, justificar o envio pelo Governo do Estado de expedição militar ao norte do Paraná com o objetivo de despejar posseiros desprotegidos e entregar suas terras à *políticos latifundiários, por outro, como um golpe do Partido Republicano que* objetivava evitar sua derrota no norte do Estado, sobretudo em Londrina, nas eleições municipais que ocorreriam no dia 22 de julho.

Os jornais que se aproximavam do governador em exercício Bento Munhoz da Rocha, destacavam a ameaça que significava à estrutura econômica e social o movimento comunista que se instalara no norte do Paraná. O jornal *A Gazeta de Notícias*[48], colocava sua posição através de uma entrevista concedida pelo delegado paulista Louzada da Rocha, que alegou que "só aos comunistas se deve o que lá ocorreu". Para o jornal, a prisão dos chefes comunista de Londrina e a ação serena e enérgica das forças policiais do Estado, haviam desarticulado "um possível novo Contestado".

Localmente, o cenário se compunha de caráter partidário ainda mais intenso. A cidade vivia o seu processo eleitoral para preenchimento dos cargos municipais, levando a uma acirrada disputa pela instrumentalização do evento no sentido da obtenção de capital político para os diferentes candidatos, acarretando, muitas vezes, posturas eivadas de contradições.

Um exemplo das várias versões conflitantes que se estabeleceram sobre o acontecimento, pode ser representado por um único jornal local, em uma única edição e em uma única página. O *Paraná-Jornal* – porta-voz do PTB na localidade –, em sua edição de 11 de julho 1951, trazia, na primeira página, uma série de matérias sobre os eventos. Em meio a fotos e propagandas eleitorais dos candidatos ao pleito, o editorial, escrito por um jornalista/fazendeiro[49], *fez uso* flagrante do episódio para criticar o mais forte opositor ao candidato apoiado pelo periódico.

---

[47] O Dia: recorte de julho de 1951, s.d.

[48]. "O Paraná esteve em pé de guerra". *A Gazeta de Notícias,* Julho de 1951.

[49] Alípio C, Leite Jr. , fazendeiro extremamente envolvido na política partidária local, tendo sido eleito suplente de senador pelo PSD nas eleições de 1947.

Referindo-se ao advogado Milton Menezes, candidato da UDN, apoiado pelo PR, ao cargo de prefeito, alegava que além do acervo negativo de serviços à coletividade e a evidência de sua incapacidade administrativa, *pairava* sobre ele a expressiva acusação de ser adepto do "credo comunista". Referia-se, o editorialista, à proximidade deste candidato com aqueles que ora eram acusados de comunistas e, principalmente, pela constatação de ter o candidato da UDN subscrito *listas de campanhas consideradas de cunho esquerdista*[50]. *Colocava ainda o* fazendeiro/articulista – não sem antes esclarecer a ausência de interesse particular na campanha eleitoral, posto estar dela afastado, em serviço de colheita em sua propriedade agrícola – que o candidato udenista sempre havia estado "metido" com *comunistas, havendo prova fotográfica que o mostrava ao lado de líderes do "credo* vermelho". Dizia ainda o editorialista:

> Nós que temos sobre os ombros a responsabilidade de preservar o regime, de defender as nossas tradições de povo visceralmente conservador, de acautelar os *sentimentos cristãos de nossa gente, de resguardar a* família, a cultura e os princípios que estruturam o arcabouço de nossa organização social, temos que impedir, com todas as forças de nossa capacidade de reação, toda e qualquer tentativa de infiltração comunista em nosso meio, ainda mesmo que, para tal, tivéssemos que sacrificar um inocente.

Acompanhando a perspectiva acima, ou seja, no convencimento da existência da ameaça comunista na cidade, e tentando ainda industrializar o comunismo para vantagens eleitorais, o mesmo jornal, na mesma primeira página, apresentou um comunicado – já anunciado aos moradores pela rádio do município – informando que a Coligação Popular "Pró Aquiles Pimpão" e o Partido Trabalhista Brasileiro iriam promover, na Praça Rocha Pombo, um comício monstro, ao qual seguir-se-ia uma passeata pelas principais ruas da cidade. Segundo o periódico

> *A assentada conjunta das duas poderosas forças* políticas do Município não visa a propaganda de seus respectivos candidatos, mas, sim a demonstração de que estão solidários no repúdio às idéias extremistas que têm seu quartel general nesta Cidade, segundo ficou apurado pelas recentes medidas tomadas pelo governo do Estado. O comunicado das forças políticas em apreço compõe-se

[50] Essa provável relação fora publicizada pelo delegado de polícia paulista Louzada Rocha, através da imprensa de Curitiba. Segundo ele, "deixaria de cumprir o meu dever apontando à justiça apenas os comunistas que agiam às claras e deixando de esclarecer a opinião pública da cidade a respeito daqueles que viviam à sombra." *A Gazeta de Notícias*, Julho de 1951.

> de vários considerandos, mas, em resumo, o que ele visa é dar conhecimento ao público de que estão elas em comunhão de pensamento no combate ao comunismo.

Das duas matérias assinaladas acima, depreende-se o entendimento de que os extremistas realmente haviam feito da cidade de Londrina o seu quartel-general, no entanto, e contraditoriamente, na mesma primeira página, o jornal apresenta uma matéria de Álvaro Lins e Silva[51], jornalista que havia viajado à região conflagrada, a "Coréia Brasileira", como era chamada, e analisara os "graves fatos ocorridos ali recentemente". O autor, apesar de entender que chegara atrasado ao local dos acontecimentos, entendia que o atraso poderia ter sido oportuno, uma vez que

> [...] serenados os ânimos dos 'rebeldes' e das forças policiais destacadas para o 'massacre de centenas de brasileiros', vitimas da ganância de alguns fazendeiros e da insensatez de um governo conluiado com os sórdidos interesses dos tubarões da lavoura cafeeira, que estendem suas garras afiadas sobre as terras desta imensa e rica região. Uma surda, porém, visível revolta atinge a todo o povo da área do quadrilátero, especialmente o laborioso povo de Londrina, onde a repercussão da chacina que não se consumou, permanece viva, diante do triste espetáculo de prisão dos comunistas, que nada tinham a ver com a origem do suposto movimento revolucionário de posseiros e *intrusos*.

Como se configura no texto, centenas de brasileiros teriam sido vítimas de fazendeiros e da insensatez de um governo mancomunado com os interesses de "tubarões" da lavoura cafeeira, cujas "garras afiadas" eram estendidas "sobre as terras desta imensa e rica região". A repercussão dos eventos podia ser sentida na revolta do povo laborioso da localidade, principalmente, diante "do triste espetáculo da prisão dos comunistas, que nada tinham a ver com a origem do suposto movimento revolucionário de posseiros". Nesta visão, o governador do Estado transforma-se em insensato, o movimento revolucionário em um "suposto", e os comunistas londrinenses em inocentes das ações de que eram acusados.

---

[51] Idem, sob o título: Desmascarada a farsa de *Porecatu – Resistência dos Posseiros contra os* bandidos armados que lhes queriam roubar as terras e desonrar as filhas – "Nunca fui comunista. Sou trabalhista" – Declara o posseiro José Ribeiro dos Santos, clamando por justiça – Tubarões da lavoura cafeeira espulsam de revólver em punho os ocupantes das terras doNorte Paranaense – A mulher londrinense apela para os homens de bem do país.

Fortalecendo esta posição, na seqüência da mesma matéria, apresenta o periódico a "palavra das mulheres londrinenses", cuja revolta e inquietação se refletiriam no apelo da Sra. Vera Câmara, esposa do médico Newton Câmara, o prisioneiro mais eminente, a propósito dos fatos ocorridos na madrugada do dia 17 de junho.

Eis o relato de Dona Vera:

> Estava ainda escuro, entre 6 e 6,30 horas da manhã, quando minha casa foi cercada por muitos soldados e tiras armados, insistindo ameaçadoramente para que eu abrisse a porta. Assim foi, que dentro de nossa casa, eu e meu marido, recebemos ordem de prisão, sem nenhum respeito à inviolabilidade do lar, sem nenhum mandato judicial, sem que tivéssemos cometido qualquer crime e sem nenhum respeito às garantias asseguradas pela Constituição ao cidadão. A seguir promoveram uma busca geral na casa, num verdadeiro afã de descobrir a qualquer custo, provas com as quais pudessem complicar meu marido. Assim começou a série de arbitrariedades e violências de que fomos vítimas, bem como todos aqueles que foram presos naquela madrugada de Domingo. Em seguida, sumiram com os presos, deixando suas famílias sem nenhuma informação do destino que lhe deram durante dez dias. De nada valeram nossos apelos ao Poder Judiciário local, ao Poder Judiciário em Curitiba, porque a polícia, forjando grande farsa, passou a falar duma revolução que não existiu em Porecatu, de segurança nacional, de agitação comunista e de uma série de outros 'slogans' inescrupulosos, próprios daqueles que procuram a todo custo justificar um dever mal cumprido. [...] É necessário que alguma voz se levante. Uma voz que a polícia não possa chamar de agitadora, para poder amordaça-la. Uma voz que conte ao Brasil as injustiças de que estamos sendo vítimas em toda a sua infâmia e perfídia. Faço daqui o meu apelo aos homens de bem do País.

Estas duas últimas versões completavam a interpretação do periódico sobre o acontecimento. A prisão fora arbitrária e ilegal, os prisioneiros londrinenses eram inocentes e a "Revolução de Porecatu" transformara-se na "palhaçada de Porecatu". No entanto, e surpreendentemente, o candidato da UDN Milton Menezes era considerado comunista porque reunira-se com os comunistas envolvidos (ou não?) no conflito. As questões que se escondiam por trás da aparente contradição estavam permeadas, tanto pela política local, quanto pelas relações estabelecidas no cotidiano da localidade. Na verdade, Newton Câmara, além de médico respeitado na cidade, com relações de sociabilidade estabelecidas com amplos setores da sociedade regional, era também – como o era também o

prisioneiro Manoel Jacinto – vereador eleito pelo PTB em 1947, exercendo ainda seu mandato legislativo. Ao abordar o acontecimento, o jornal colocava-se em uma posição dúbia que pretendía, ao mesmo tempo, incriminar Menezes, porque se aproximara de comunistas, e inocentar, estes mesmos comunistas, por representarem o partido do qual o jornal era porta-voz.

Interpretação diversa emerge dos jornais que se afinavam com a política estadual vigente. Nestes, as posições assumidas são invertidas, ou seja, são minimizados os problemas referentes às posses de terras e potencializada a agitação comunista. O jornal *A Imprensa*[52], dois dias após a prisão dos londrinenses e às vésperas da ocupação da região conflagrada pelas tropas policiais do Estado, em tom sensacionalista, alegava que toda a região norte do Paraná vivia momentos de expectativa em face aos acontecimentos de Porecatu. Que após as sangrentas lutas de 1948, quando tudo parecia normalizado, a região fora sacudida por tremenda ameaça de luta à mão armada. Os posseiros, fortemente armados e municiados, negavam-se a atender as determinações das autoridades de abandonarem as terras devolutas do Estado, pois entendiam, que depois de terem trabalhado as áreas cedidas no governo Lupion, não mais deveriam abandoná-las.

Na mesma edição, apresentava as declarações do Chefe de Polícia do Estado, que afirmava não serem os conflitos do norte do Estado decorrentes de atritos por posses de terras, mas sim, de bem articulada ação de elementos comunistas, que tinham seu quartel-general estabelecido na cidade de Londrina. Para ele, inclusive, os comunistas haviam escolhido "a dedo" essa região, por um lado, para permanecerem em zona limítrofe do Estado de São Paulo, facilitando a vinda ou a fuga para este Estado, por outro, por se registrarem nessa área algumas questões por posses de terras, proporcionando um ambiente de inquietação propício.

Segundo o chefe de polícia paranaense, o quartel-general de Londrina estava empenhado em cumprir as novas diretrizes dos comunistas nacionais, que seriam as de deslocar os focos de agitação dos centros urbanos para o meio rural. Na expectativa de sucesso, haviam escolhido a zona citada para a primeira experiência, ao mesmo tempo que procuraram desmoralizar as propostas do governo paranaense no sentido de regularizar a situação confusa que encontrou ao assumir a direção do Estado. O Governo, que viria desenvolvendo todos os

esforços no sentido de resolver a situação das posses no norte paranaense, onde se registravam irregularidades provocadas pelas concessões ou admissão a "elementos incapazes para o aproveitamento regular da gleba", decidiu conceder, sob novo critério de justiça, novas terras àqueles que pudessem trabalhá-las. Os agitadores, porém, tentando deturpar a boa vontade do governo, aumentaram a agitação, semeando boatos infundados sobre as intenções da administração, o que determinou o aumento da inquietação já existente.

O mesmo jornal, na mesma primeira página, certamente com a intenção de fortalecer a responsabilidade dos comunistas pelos eventos, inclusive construindo esta atuação como uma atividade orquestrada nacionalmente e, portanto, tentando isentar o Governo do Estado da responsabilidade sobre o conflito, apresenta a matéria: "Boletim Secreto do 'Cominform'", na qual anunciava que o delegado de Ordem Política e Social da capital paulista havia apreendido, em poder de um dirigente comunista recentemente preso, um relatório secreto do "Cominform", órgão dirigente do comunismo internacional, determinando aos agentes soviéticos para "distraírem ao máximo a atenção da polícia com toda a espécie de movimentos de rua, a fim de que possa ser executado o verdadeiro programa do Partido Comunista."

Os periódicos comunistas também interpretaram o acontecimento. Esses jornais, além de acompanharem, passo a passo, os movimentos da "guerra", posicionavam-se contra os "desmandos" do Governo do Estado e na defesa dos "camponeses vítimas de uma exploração monstruosa", denunciando, incansavelmente, o "banditismo dos latifundiários e da polícia".

No ano de 1950, as reportagens sobre as lutas em Porecatu intensificaram-se e radicalizaram-se passando a propor, explicitamente, a "violência organizada dos oprimidos" contra a "violência dos exploradores". Esses jornais, além de publicarem os manifestos lançados pelo partido nacionalmente, principalmente aqueles que abordavam as diretrizes sobre o trabalho que deveria ser desenvolvido nos campos[53], publicavam, também, documentos produzidos localmente para serem distribuídos nos campos de batalha. Eram destaques de matérias, abaixo-assinados favoráveis aos posseiros, documentos de solidariedade, notícias sobre as greves

---

[52] A Imprensa. Londrina, 21 jun., 1951, n.19, p.1.

[53] Salientavam principalmente o ponto IV da frente Democrática de Libertação Nacional - "Pela entrega da terra a quem trabalha".

nas fazendas, sobre a fundação de novas ligas camponesas, bem como, reportagens acerca das desilusões sofridas por alguns camponeses e sobre as mortes ocorridas no conflito.

O Momento, jornal comunista londrinense, criado no calor da luta e até para servir como instrumento de comunicação e "educação política" nas manobras no campo da "Guerra", responsabilizava Getúlio Vargas e o governador Bento Munhoz da Rocha pelo ocorrido. Em maio de 1951[54], em sua primeira página, em tom sensacionalista e agressivo, centrava seus ataques no "grileiro Vilela", ou Clemente Vilela Arruda, procurando desmoralizar um dos membros da comissão criada pelo Governo do Estado para mediar os conflitos. Segundo a matéria, os "posseantes" de Porecatu haviam sido atacados

> [...] pela jagunçada do Vilela, protegido de Bento que o nomeou para uma sub-comissão encarregada de enganar os camponeses com o demagógico decreto de terras.
> Vilela (ex-gerente de Lunardelli) concentrou nas terras que grilara cerca de 20 jagunços divididos em dois grupos escoltando uns sessenta peões, muitos dos quais estavam armados com armas curtas. Começaram então as provocações e ameaças contra posseantes, suas mulheres e crianças, além de matarem as criações.
> Foi então que os posseiros resolveram por um paradeiro [...]
>
> E no primeiro encontro com os jagunços, travou-se cerrado tiroteio, terminando com a morte, no local, de 3 jagunços e mais dois mortos posteriormente, além de vários outros feridos.
>
> Hoje o grileiro Vilela só anda acompanhado de 5 jagunços, carregando duas metralhadoras [...]

Em maio, o jornal comunista já previa o desencadeamento da reação e em agosto de 1951 anunciava a prisão como "seqüestro de presos". Alegava ainda, que se encontravam desaparecidos Celso Cabral de Melo e Alberto Silva[55], seqüestrados em Londrina no dia 28 de julho pela polícia do Sr. Bento.

---

[54] Em 30 de maio de 1951, sob o título: "Cinco jagunços mortos e vários outros feridos" ,

[55] Celso Cabral de Melo tornou-se a figura mais controvertida do movimento de Porecatu. Ficou com a pecha de traidor da luta e acabou por ser responsabilizado pela derrocada do movimento. Felismino,(*Folha de Londrina* de 14 de julho de 1985), após entrevistar vários envolvidos nos episódios, afirma que ele teria delatado toda a organização do partido, incluindo seus contatos no Rio de Janeiro. Depois, teria fugido, inexplicavelmente, na noite de 24 de agosto de 51, da cadeia de Porecatu. Outros autores confirmam estas colocações diferindo, apenas, quanto ao motivo da delação. Alguns, como Felismino, acreditam na delação como parte de uma "barganha" , cujo objeto negociado teria sido a própria liberdade, outros, acreditam na delação através de tortura. (AQUINO, Rubin Santos Leão de Aquino. [et al.] *Sociedade Brasileira: Uma História através dos Movimentos Sociais. Da crise do Escravismo ao apogeu do neoliberalismo.* Rio de Janeiro: Recod, 2.000.

Levados para Porecatu teriam sido barbaramente espancados, conforme havia confessado cinicamente o "carrasco" Major Alencar Guimarães. Dizendo que fora impetrada uma ordem de "habeas corpus", o juiz de Porecatu informara que não se achavam mais lá. Teriam sido transportados para Curitiba. O jornal responsabiliza Bento e Getúlio pela integridade fisica dos mesmos.

Após o desfecho, diferentemente dos outros jornais, que apesar das posições conflitantes emanadas à respeito das responsabilidades sobre os eventos, concordavam que as "expedições punitivas" haviam conseguido a desintegração total do movimento armado, os jornais de orientação comunista insistiam na força de sua continuidade. Em 30 de junho de 1951 anunciavam que "com a solidariedade popular serão vitoriosos os resistentes", ou ainda, "em resposta ao banditismo policial tornou-se mais ampla a luta em Porecatu".

Retomando Mariani, importa ressaltar que o discurso jornalístico, particularmente, enquanto prática social, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e idéias da atualidade – ou seja, lê o presente – ao mesmo tempo em que organiza um futuro – as possíveis conseqüências desses fatos do presente – e, assim, legitima, enquanto passado – a memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro. O discurso jornalístico toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recordados no futuro.

Desse modo, a imprensa da época, ao realizar uma leitura sobre os acontecimentos que marcaram os conflitos de terra em Porecatu e o envolvimento dos comunistas de Londrina, confere "sentidos" aos mesmos construindo uma das versões possíveis.

Nesse momento, dos dois lados da "barricada", o anticomunismo assumiu um caráter virulento. Na verdade, serviu para reforçar uma clivagem partidária existente no Paraná – e que não é diferente do restante da política nacional – opondo a UDN (forte em Londrina) ao PSD, partido hegemônico no Paraná no período 46 a 65.

Entretanto, quem estava no Governo era Bento Munhoz da Rocha do PR, com o apoio da UDN, e que expressava a força política contrária a Moisés Lupion e ao PSD. Assim, os ataques proferidos pelo jornalista/fazendeiro Alípio Leite (PSD) tentavam identificar o candidato Milton Menezes com o Comunismo e responsabilizavam Bento pelos conflitos de Porecatu.

O resultado daquelas eleições municipais demonstraram que mais forte do que o anticomunismo falou o regionalismo, isto é, os interesses de Londrina e do Norte do Paraná, colocados acima dos interesses do Paraná Tradicional, já que quem ganha a eleição para prefeito é Milton Menezes, apesar da pecha de comunista.

Todavia, ao se analisar a imprensa comunista local e estadual, uma aparente incongruência parece emergir, já que os jornais do PC culpam Bento Munhoz da Rocha pelos conflitos de Porecatu, contudo, eximindo Milton Menezes de qualquer envolvimento, apesar de ambos serem da mesma coalizão política paranaense que sempre se opôs a Moisés Lupion.

Acontece que o que está sendo criticado em Bento é sua atuação de governador, atuação esta pautada pela legalidade com a intenção de restaurar a ordem na área do conflito.

Milton Menezes não é somente poupado pelo partido, apesar de aliado do Governador, como apoiado na campanha. Esta posição do partido se deve tanto a fatores da política local, pois Milton sempre se manteve próximo ao Dr. Câmara desde o Movimento pela Redemocratização que alijara Vargas do poder, em 1945, quanto a uma disputa no plano nacional, pois apoiar Milton Menezes significava evitar a vitória de Aquiles Pimpão, seu concorrente que, em Londrina contava com o apoio de Adhemar de Barros do PSP de São Paulo. É bom lembrar que o PC, neste momento, se colocava contra Adhemar de Barros no plano nacional.

Em outro plano, apesar das divergências no campo político institucional, os jornais que representavam a "ordem" eram unânimes na posição que assumiam à respeito dos comunistas e dos lavradores. Os primeiros, os inimigos do povo brasileiro, eram ridicularizados e caricaturados como "partidários de Moscou" , "asseclas de Stalin", "adeptos do exotismo vermelho", etc., os segundos, os "Polichinelos de Porecatu" , quer fossem percebidos como intrusos, aventureiros, quer fossem percebidos como reais proprietários da gleba, eram alvo de uma perspectiva paternalista, entendidos como fracos, ignorantes e imprudentes, que, vindo em busca de riqueza no Eldorado, transformaram-se em vítimas das manobras comunistas.

As interpretações colocadas pela imprensa imbricavam-se com as constantes nos autos do processo-crime que foi instaurado, na ocasião, contra os

comunistas de Londrina. As notícias da imprensa eram alimentadas pelos desdobramentos do processo, da mesma forma, que subsidiavam, no processo, as várias versões dos atores jurídicos envolvidos na defesa ou acusação dos indiciados.

A seguir, através da análise dos autos do processo-crime instaurado contra os militantes comunistas, é possível perceber outras versões e, assim, ampliar as interpretações acerca da participação dos comunistas na "Guerra de Porecatu".

1. 3 Os Autos do Processo-Crime – da Versão das Forças da Ordem a Versão dos Indiciados.

> Vladimir Propp, ao estudar a fábula russa, nos ensina que ela atrai para o seu mundo apenas os elementos que correspondem às formas de sua construção. Ao mesmo tempo que constróem a fábula a ser apresentada aos julgadores, os atores jurídicos trabalhando cada um de acordo com os objetivos pretendidos, com a decisão esperada desses julgadores, vão deixando um rastro dos elementos usados em sua construção, que devem se adequar ao molde legal e social do seu contexto de ação, sugerindo uma certa coerência entre as normas escritas e as vividas aceitas pelos componentes do grupo construtor e julgador.(CORREA, 1983, p.13)

Regras formalmente estabelecidas estão na base da construção de um processo crime. Um boletim de ocorrências e/ou uma portaria do delegado de polícia, designando policiais para a investigação de uma violação da lei constitui-se no início do inquérito policial. Na seqüência, encontra-se o resultado dessa investigação, ou seja: o interrogatório de testemunhas, dos próprios acusados, exames médicos, técnicos e de laboratório, descrições e fotografias do local do crime, da vítima, etc. Cada um desses documentos é precedido e seguido de tomadas de decisões e prestação de contas.

Esgotadas as investigações, conclui-se a etapa policial que havia sido iniciada com a descoberta do fato delituoso. Todo o inquérito policial, posteriormente enviado à justiça, constrói uma primeira versão do acontecido.

> É já um afastamento dele e uma interferência sobre ele na medida em que há uma ordenação pelos agentes policiais que selecionam quem estará presente com

> direito a palavra, e o que deve ou não constar como prova dos autos. É também uma reflexão sobre os fatos, através da utilização de uma linguagem uniformizada mediando todos os atos praticados.(Idem, p.35).

A fase jurídica do processo inicia-se quando o promotor oferece a denúncia, reconhecendo o fato como acontecido e o indiciado como seu autor. O juiz recebe a denúncia e passa a ouvir os envolvidos. Primeiro o acusado, em seguida, as testemunhas de acusação (indicadas pelo promotor entre aquelas que participaram do inquérito policial) e as de defesa (escolhidas pelo advogado).É importante ressaltar que todos falam através do juiz, as perguntas são dirigidas a ele que as refaz às testemunhas, refazendo também as respostas ao ditá-las ao escrivão.

Como se pode perceber, as falas dos diversos personagens são condicionadas por inúmeras regras e, sobretudo, filtradas pelos "manipuladores técnicos", o que implica em cortes nas narrativas quando não forem consideradas pertinentes pelas autoridades, movimento que apaga muitos dos traços de emoção mais autêntica. Se para as testemunhas em geral, o jogo de forças que se estabelece dificulta a emissão de versões livres,

> [...] para uma pessoa das classes populares sobretudo, o aparelho policial e judiciário representa uma perigosa *máquina, movimentada* segundo regras que lhe são estranhas. É bastante inibidor falar diante dela; falar o menos possível pode parecer a tática mais adequada para fugir às suas garras.(FAUSTO, 1984, p.22).

Ao serem transcritas, as falas por vezes complexas das testemunhas são remetidas a um conjunto de regras formalizadas que as encerram *"em uma camisa de força padronizada, tecida segundo os cânones do jargão judiciário e da linguagem erudita"* (FAUSTO, 1984, p.24). A voz do acusado também vai sendo, aos poucos, limitada ou suprimida no processo. Menos livre do que a das testemunhas sua fala está sempre condicionada a servir determinados fins.

> No inquérito policial, o objetivo maior - quando a intenção é acusatória - consiste em extrair a confissão; em juízo, o réu só responde sobre o que lhe é perguntado e as suas respostas, inclusive por influência do advogado, devem ajustar-se não à sua verdade mas à versão da defesa.(FAUSTO, 1984, p.25).

Seus depoimentos se constituem sempre em interrogatórios onde são registradas apenas as respostas na linguagem de quem dita - o delegado ou o juiz - às perguntas.

Significa dizer, utilizando as palavras de CORRÊA (1983, p.40), que

> [...] no momento que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde toda sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando a parte do 'real' que melhor reforce o seu ponto de vista.

O processo penal como documento diz respeito a dois momentos diversos: o momento da quebra da norma e aquele que se instaura a partir da atuação do aparelho repressivo. Apesar de o objetivo aparente ser a busca da "verdade" que acarretará a punição ou absolvição de alguém, a relação entre o processo penal e o fato delituoso não pode ser entendida sob este critério, significa, muito mais, a construção de um modelo de culpa e um modelo de inocência, modelos que não são construídos arbitrariamente, mas baseados em uma lógica constituída por um conjunto de normas sociais. Estas dizem respeito tanto àquela que acarretou a sanção penal, como outras que dizem respeito à conformidade com identidades sociais.

> Se o comportamento desviante destas identidades não implica de per si a aplicação da pena, é trazido à baila quando as normas do primeiro tipo são transgredidas, transformando-se nesta atualização em 'preceito penal'. Ou seja, o comportamento inadequado pode importar em condenação ou em exasperação da pena, produzindo o comportamento oposto o resultado inverso.(FAUSTO, 1984, p.25).

Sob um olhar mais amplo, os processos penais mostram que a crise desencadeada a partir da quebra de uma norma legalmente estabelecida em nossa sociedade desnuda uma polarização entre os detentores do poder e os que estão submetidos a ele. Desvendam também alianças e conflitos dentro do grupo encarregado de acionar os mecanismos de ajustamento dos "desviantes".

> Todos os atores jurídicos envolvidos nas sucessivas transformações sofridas pelos fatos através das várias versões oferecidas, estão postos [...] cada um em seu lugar como peças de um jogo de xadrez, mas se movem. As regras que presidem seus movimentos formais são predeterminadas, mas há um certo número de opções possíveis e cada um irá escolher uma estratégia de ação

> dentro dos limites que lhe são próprios e de acordo com a situação que se apresenta [...].(CORRÊA, 1983, p.41).

Os processos penais são, para o historiador, muito mais do que uma rede de regras estabelecidas e, por vezes, um tanto maleáveis nas mãos dos "manipuladores técnicos". Fontes plenas de peculiaridades, abrem caminhos de acesso às lutas e contradições inerentes a qualquer realidade social. Um destes caminhos pode já ser revelado nos signos visíveis no rosto de cada auto.

> Distinções espaciais expressam-se nos erros de grafia, na transcrição em conjunto dos depoimentos de várias testemunhas, indicando que um processo foi instaurado em um bairro distante, com marcas fortemente rurais. Pobreza e riqueza deixam por vezes nítidas pegadas distintivas. Em um extremo, a relativa uniformidade resultante da sucessão de declarações, que não é cortada pelas petições de rogo, onde os requerentes esclarecem que deixam de selar por falta de recursos. No outro, as transcrições dos diferentes atos processuais entremeados de petições de advogado, em papel linho timbrado; [...] Isoladamente, talvez o texto mais carregado de significações seja o documento de antecedentes, juntado em regra pelo réu, valendo-se de sua rede de relações - vizinhos, patrões, colegas, compatriotas, conterrâneos, fregueses. Ele serve para demonstrar, conforme o caso, a conformidade do acusado com o modelo sócio-familiar, sua origem respeitável, etc.(FAUSTO, 1984, p.24).

Outros caminhos possíveis estão contidos na compreensão de como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso, construindo explicações válidas do social exatamente a partir das versões conflitantes apresentadas. Inseridos nessas versões encontram-se também os silêncios e, estes, tanto quanto as palavras, têm suas condições de produção e, consequentemente, sua diversidade de sentidos, sua ambigüidade.

> O silêncio imposto pelo opressor é exclusão, é forma de dominação, enquanto que o silêncio proposto pelo oprimido pode ser uma forma de resistência. Ambos produzem uma ruptura, no caso, desejada. Inscreve-se nesse caso aquilo a que se chama ruído na comunicação(ou seja, a comunicação mal sucedida). Há ainda a ruptura categórica entre interlocutores ocasionada pela destruição do contato: é o silêncio radical.(ORLANDI, 1987, p.263).

Acrescenta-se ainda os caminhos abertos pela observação da própria produção social dos processos que

> [...] fornece um primeiro parâmetro de reflexão para a questão do controle social numa sociedade capitalista. Os processos revelam de forma notória a preocupação dos agentes policiais e jurídicos em esquadrinhar, conhecer, dissecar mesmo os aspectos mais recônditos da vida cotidiana. Percebe-se então a intenção de controlar, de vigiar, de impor padrões e regras preestabelecidas a todas as esferas da vida. Mas a intenção de enquadrar, de silenciar acaba revelando também a resistência, a não conformidade, a luta [...].(CHALHOUB, 1986, p.32-33).

O Processo-crime que ora coloco no centro de minha análise – o de n.º 109/51, *Investigação sobre atividades comunistas* – que tem como indiciados oito homens e mulheres da cidade de Londrina, acusados de serem comunistas, desenvolverem atividades subversivas e ilegais e participarem (na chefia e apoio) dos eventos de Porecatu, é portador de algumas características que devem ser ressaltadas. Em primeiro lugar, coloca diante das "forças da ordem", como réus, indivíduos, em sua maioria esclarecidos e de certa projeção social na sociedade local, que tiveram a oportunidade de contar com defesa especializada e eficiente através da contratação de vários e renomados advogados. Em segundo lugar, a maioria das testemunhas de acusação colocadas em ação – os posseiros e membros dos bandos que atuavam no conflito de Porecatu – além de serem pessoas simples, de poucas posses e, em sua maioria, analfabetas, ocupavam, ao mesmo tempo, o espaço dos réus. Eram também indiciadas em outros processos criminais que "corriam" na justiça de Porecatu, tornando o aparelho policial e judiciário – máquina movimentada segundo regras que lhes são estranhas – ainda mais ameaçador .

Cabe ressaltar ainda que, no caso do processo-crime em análise existe um componente ideológico, mas que acaba se expressando como desrespeito à propriedade privada, à posse da terra e às autoridades constituídas, enfim valores assentados na ideologia liberal burguesa assegurada pela ordem jurídico política.

1.3.1. A versão das forças da ordem.

A primeira versão que o processo-crime apresenta é a emanada das forças da ordem que assim relacionavam os componentes do acontecimento:

> [...] onde um desentendimento se verifica, onde um desajustamento se constata, cada vez que as naturais imperfeições da sociedade humana afloram, aí está o Partido Comunista, para explorar, para agitar e para mais fundo cavar a discórdia [...]. Um menor cuidado na distribuição das terras; uma evolução imprevista na *economia de toda a região conhecida como norte* do Paraná; um afluxo de aventureiros de toda espécie; a ganância desses aventureiros e a ignorância da grande massa de proletários do campo. Tudo isso gerou uma situação complexa de desajustamento e incompreensão da qual a agitação comunista se apoderou, agravando o mal e estabelecendo, em toda esta zona, um clima de insurreição e subversão da ordem[56].

Acrescentava que em Londrina, até aquele momento, vivera o Partido Comunista à vontade podendo desta cidade dirigir e arregimentar bandos armados que, intitulados "Posseantes de Porecatu", constituíram um fato criminoso de repercussão nacional. Esses *"posseantes"*

> Gente da roça, geralmente ignorante e animada de espírito pioneiro, estabeleceu-se em terras da região compreendida no situado entre o Ribeirão Centenário e Tenente, num sentido, e o Rio Paranapanema e a estrada que vai de Porecatú a Centenário, noutro sentido, e aí, não distinguindo entre aposseamento *do solo devoluto e* a invasão de propriedade alheia, instalaram-se como donos e senhores, derrubaram matas, formaram roças e lavouras e geraram o fenômeno conhecido como "intrusamento". Em outros municípios do estado, como Jaguapitã e Centenário entre outros, esse problema pode ser resolvido, porque o Estado se adiantou à agitação *comunista. Na região citada, a agitação comunista* empolgou os intrusos e, num regime de verdadeira insurreição armada, os atirou contra os proprietários do solo e os agentes do poder constituído[57].

Nos fragmentos relacionados acima, estão já contidos os elementos que acompanharam e deram o tom *dos discursos das elites sobre o acontecimento* em tela. Em primeiro lugar, a afirmação de que os desentendimentos/desajustamentos existentes eram o resultado do afloramento das naturais imperfeições da sociedade, silenciando os problemas relativos a terra que *vinham, à muito tempo, ocorrendo na região. Assim, um* "menor cuidado" com a

---

[56] Relatório de Celso Nicolau dos Santos que concluía a investigação policial apresentando-a ao juiz, 02/07/1951.

questão da terra (apagando o possível sentido de "má-fé"), somado a imprevistos da economia, afluxo de aventureiros e ignorância da massa proletária no campo, *haviam gerado a situação que os comunistas se apoderaram para subverter a* ordem. O Estado, neste contexto, desaparecia como responsável. Na verdade, onde o Estado havia se antecipado às adversidades os problemas haviam sido resolvidos. No caso, o Estado estava apenas um pouco atrasado, abrindo espaço para que o *Partido Comunista se apropriasse da situação e estabelecesse um clima contrário* aos proprietários do solo e ao poder constituído.

Assim, vários componentes desagregadores compunham o "clima contrário" àqueles que eram entendidos como reais proprietários do solo. O primeiro deles, materializava-se na existência de "aventureiros". A preocupação com a afluência de "aventureiros" já era antiga e parte integrante dos discursos das autoridades e da imprensa daquela região "ponta de trilhos". Em dezembro de 1937, pouco tempo após a fundação da municipalidade, o Jornal *Paraná-Norte* já apresentava a equação que se constituiria em constante preocupação das forças da ordem regionais:

> Elementos indesejáveis, nocivos ao convívio social, estigmatizados e corridos da polícia das cidades da alta Sorocabana, aqui armaram suas tendas na parte denominada ZONA ESTRAGADA espalhando pelas ruas e pensões uma legião de recrutadores de *incautos que* attraiam ás espeluncas os sitiantes mal avisados para serem despojados do pouco dinheiro apurado no mercado com a venda de produtos agrícolas, adquiridos com o esforço exhaustivo e honesto do rude trabalho de lavrar a terra neste recanto dadivoso do Brasil[58].

Nesse "recanto dadivoso do Brasil", alvo de um afluxo maciço de migrantes, percebe-se uma constante tentativa de separação entre os que entendiam como "trabalhadores" e aqueles percebidos como "aventureiros". Em 1949, um agente do DOPS que circulara na região como "olheiro" de "questões comunistas" e "questões políticas" fazia a seguinte observação sobre a cidade de Londrina:

> Há muita influência de aventureiros nessa cidade, e as negociatas de terras são avultadas. [...] Londrina necessita de um bom quadro de agentes competentes, para fazer frente, com eficácia, aos problemas policiais,

[57] Relatório do delegado designado, Autos de processo-crime n.º 109/51, p. 386.
[58] Paraná-Norte, 12 dez., 1937, p.1.

> pois o movimento e afluência de elementos de toda a espécie é desusado em todo o município[59].

Assinalava ainda, dentro do mesmo contexto, mas não deixando de registrar relações perigosas também entre os "aventureiros" e as forças da ordem, que podiam transformar-se, com muita presteza, em "jagunços" à serviço da polícia e de fazendeiros nas pendências de terras da região .

> Ainda, no norte, de jeep, com placa oficial, um tal Anibal Goulart, libertado condicionalmente e agente reservado da Chefia de Polícia, que tem sob o seu comando uns 30 a 40 capangas, armados de winchester, para impedir que compradores de terras entrem em terrenos devolutos.

O segundo elemento desagregador contido na construção era a percepção do sitiante, do homem rural, como incauto e facilmente ludibriável. Nesse contexto, a equação se completa: os comunistas, identificados aos aventureiros, aparecerão como os reais responsáveis pela discórdia, ou, por desnaturalizar e potencializar os conflitos "naturais" da sociedade, convencendo a "gente simples da roça", por sua vez, vítima da ignorância e do espírito pioneiro, que estabelecera-se, sem distinguir entre aposseamento (solo devoluto) e invasão (propriedade alheia), em permanecer nas terras à qualquer custo, porque defenderiam um direito. Esta "gente simples" fora transformada em bandos armados por aqueles que, residentes em Londrina e agindo desta cidade, acobertados por suas posições sociais, melhor esclarecidos e mais cultos, muitos deles de formação universitária. Estes aproveitadores e inimigos de todo o país, por falta de repressão adequada, haviam ficado livres na região para constituir bandos armados com os "polichinelos de Porecatu" , criando um fato criminoso de repercussão nacional.

O "entrosamento" Londrina – Porecatu foi assim apresentado pelas forças da ordem:

> Há tempos nesta cidade e pela região Norte do Estado os acusados vinham exercendo intensa atividade visando tornar viva a chama do Partido Comunista Brasileiro, com todos os requisitos de sua propaganda ideológica e métodos de expansão. Para tanto estavam perfeitamente entrosados, reunindo-se com assiduidade e traçando planos que eram efetivados publicamente em nome do "Conselho da Paz" e outras instituições notoriamente tidas como ramificações do Partido Comunista Brasileiro, [...]. A par deste reagrupamento os acusados faziam

[59] DOPS. Dossiê: Relatórios da Zona Norte. n.º 0857/105.

> imprimir um jornal com matéria nitidamente comunista e subversiva, além de mandarem confeccionar e manterem em suas residências para larga distribuição, milhares de boletins concitando à rebelião, incitando a luta de classes e ainda usando termos desrespeitosos aos poderes constituídos[60].

Assim, era em Londrina que se situava a direção intelectual e a orientação técnica imediata, de um delito que se processava em outra comarca. Era desta cidade que saiam os planos de trabalho, como também era impresso o jornal, "O Momento" – "agitador coletivo, como o chamaria Lenine, o grande, inolvidado mestre". Elementos que se distinguiam numa ou noutra especialidade, intelectuais e executivos, haviam se concentrado nesta cidade, e elementos encarregados do comando e da arregimentação dos grupos armados, teriam sido enviados para a zona rural de Porecatú. Montada a máquina, foi ela posta a funcionar.

> O Partido Comunista julgou maduro o fruto e enviou para a região dois agitadores, que alí passaram a atuar sob pseudônimo, politizando os caboclos da região, convencendo-os a que fizessem finca-pé nas terras que ocupavam, trazendo para o grupo elementos novos, esperançosos de conseguirem lotes que demagogicamente lhes eram prometidos, armando-os até com implementos de guerra, dando-lhes organização militar, dividindo-os em grupos e incutindo-lhes o sentimento de desrespeito à autoridade e de resistência à ação do Estado contra a mashorca. Quando se procurou, suasoriamente, resolver o caso através da chamada "Comissão de Terras", procuraram, não só os de lá, como os de cá, desmoralizar a Comissão, taxando de fascistas a alguns de seus membros e a todos incriminando como de mãos dadas e pactuando com os "tatuíras", pejorativo lançado contra os proprietários do solo, por Monteiro Lobato, no seu melancólico fim de vida, quando descambou para o crepúsculo vermelho[61].

Era em Londrina, enfim, que

> estava a cabeça que era preciso se decepasse, como ação preventiva e resguardadora da segurança interna do País, nessa luta que vem mantendo as autoridades contra essa quinta-coluna vermelha, que pretende aumentar os hiatos, acrescer as dissenções e estabelecer um clima de desentendimento que enfraqueça o Estado, desmoralize a sociedade, solape a economia e lhes propicie meios para a conquista revolucionária do poder e o estabelecimento de mais uma

---

[60] Carta Precatória expedida pelo Juiz da Vara Criminal de Londrina, Guilherme da Mota Correia. Processo-crime n.º 109/51. Em 20/10/1952.
[61] Idem, p. 387.

dessas infelizes e caricatas 'democracias populares'[62].

Alguns fazendeiros da região participaram da construção do acontecimento com versões que davam respaldo – procurando fornecer dados concretos – às conclusões apresentadas pelo delegado de polícia. O primeiro deles, Alcides Caetano[63], agricultor, comerciante e deputado estadual pela região de Porecatu era residente na fazenda Itaúna, na área do conflito. Seu depoimento, efetuado 10 dias antes do desencadeamento das ações da "expedição punitiva" urbana, na Delegacia de Ordem Política e Social em Curitiba, com ar de denúncia, encontrava-se na origem dos autos, justificando as buscas e prisões desencadeadas pelas forças policiais. Os dois outros, o fazendeiro Clemente Vilela Arruda e o agrônomo Aldrovando Gonçalves Magalhães[64], membros da Comissão de Terras constituída pelo Governo do Estado para intermediar os litígios, eram detentores de terras na localidade e haviam prestado serviços à firma Lunardelli S. A, grande proprietária na região. Mesclando seus depoimentos, uma narrativa sobre os eventos e suas relações com os comunistas londrinenses se constitui.

Desde que chegaram na região, no início da década de quarenta, souberam que quando a família Lunardeli iniciara a colonização naquela zona, em 1941, as terras entre Ribeirão Capim e Centenário eram completamente virgens e desabitadas e, assim que os engenheiros as iam loteando, os intrusos entravam pelas picadas e as iam ocupando. Segundo os fazendeiros, constava-se ainda, que naquela ocasião, o ex-Interventor Manoel Ribas fizera uma grande propaganda de distribuição de terras na região a todos aqueles que as requeressem, e o resultado teria sido a ocupação, pelos "intrusos", tanto das terras do Estado como as de particulares, já demarcadas e tituladas há muitos anos atrás.

Assim, segundo os fazendeiros, entre 1943 e 1944, toda região já estava invadida e os Lunardelli, não conseguindo retirar pacificamente os "intrusos", iniciaram uma luta jurídica, promovendo ações de despejo contra os diversos ocupantes de seus domínios. Em 1945, tentara a firma Lunardelli resolver as questões através de acordos particulares, mas, em virtude das muitas dificuldades

---

[62] Idem, p.387.

[63] "Injunção do Partido Comunista na questão de terras de Porecatu". Depoimento prestado no dia 7 de junho de 1951.

[64] O primeiro deles, natural de Pernambuco, com 39 anos, proprietário, residente em Porecatu. O segundo, engenheiro agrônomo, com 46 anos, natural de Formosa, estado de Goiás, também residente em Porecatu na Fazenda Primavera e administrador das fazendas "Quem Sabe" e "Flama".

encontradas, apelara ao Governo do Estado exigindo o cumprimento dos mandados de despejos.

Em 1946, diante da gravidade da situação, o então governador Lupion, comparecera a Porecatú e promovera uma reunião com os posseiros na qual fizera uma proposta de acordo. Considerando que as terras já haviam sido vendidas e tituladas a terceiros, garantira lotes de dez alqueires noutras zonas, em terras do patrimônio do Estado, bem como indenizações pelas benfeitorias à serem pagas pelos "legítimos proprietários das terras". No entanto, tendo a execução desse acordo se processado muito lentamente, começaram a surgir sérias dificuldades e mesmo conflitos entre posseiros e proprietários, o que levou o Governo a enviar a Porecatu uma força policial, em 1947, para restabelecer a ordem e permitir o prosseguimento dos "acordos" pacificamente.

Entre 1948 e 1950, alguns "acordos" puderam ser efetivados entre "proprietários" e "posseiros", outros, mais difíceis, haviam sido resolvidos pela Inspetoria de Terras de Londrina, que promoveu entendimentos através da avaliação das benfeitorias existentes nas posses e propôs aos "posseiros" a entrega de lotes bem maiores do que os prometidos pelo Estado. No entanto, deixando a Inspetoria de entregar as terras prometidas a um grande número de "posseiros" nestes acordos, acabou por gerar um descontentamento muito grande, fazendo com que muitos deles, apesar de receberem o pagamento pelas benfeitorias, continuassem dentro das posses impedindo que "os proprietários promovessem o cultivo de suas próprias terras".

Ao final, segundo a versão dos fazendeiros, restara ainda um número grande de posseiros recalcitrantes, que constituíram um grupo perigoso à ordem do município. Os "posseantes" começaram a promover reuniões, viagens de comissões nomeadas, contratações de advogados de Londrina, Curitiba e Rio de Janeiro, tudo no sentido de organizarem a defesa de seus direitos.

À partir daí, começou a gerar um grande mal estar entre os administradores e trabalhadores que culminou em verdadeira indisciplina de trabalho, com a promoção de greves, abandono das empreitadas, bem como, da responsabilidade de colonos e empreiteiros pelas dívidas assumidas com as fazendas. Além disto, acrescentavam os declarantes, estabelecera-se uma grande campanha para descrédito dos proprietários e começaram a aparecer nas fazendas diversos boletins, "pregadores da doutrina comunista", sempre procedentes de

Londrina, que algumas vezes foram atirados profusamente de um "avião teco-teco" em toda a região. Tais boletins, aconselhavam a arregimentação em bandos armados, a promoção de greves, a desobediência às ordens da administração e a formação de comissões para reclamar salário.

Em outubro de 1950, segundo os depoentes, as questões entre posseiros e proprietários assumiram um aspecto verdadeiramente grave, levando os posseiros, por meio de grupos armados de carabina, fuzil e até metralhadora, sob liderança de um desconhecido de nome Strogoff[65], a paralisarem serviços nas fazendas. Foi quando se deu um conflito no Ribeirão Tenente, ocorrendo várias mortes nos tiroteios[66]. A partir dessa data, a zona situada entre Ribeirão do Tenente e Centenário, abaixo da estrada que demandava de Porecatu à cidade de Centenário, passara a ser chamada de "Coréia brasileira".

As provocações teriam se tornado mais ameaçadoras quando o grupo armado passou a ser chefiado por um "comandante", ao qual tratavam de "Capitão". Segundo os fazendeiros, era pessoa instruída que dava ordens muito severas para que abandonassem os serviços das fazendas e aderissem ao bando, sob pena de serem mortos caso se negassem a atendê-lo. Alegava o "comandante" que as terras eram do Estado e iriam ser divididas e entregues a todos os trabalhadores que pegassem em armas para defenderem aquela causa. Segundo os fazendeiros, o comandante alegava, ainda, que se o governo não loteasse e lhes-entregasse as terras das fazendas, eles as tomariam de qualquer maneira, pois, ali, eles não contavam nem com Bento e nem com Getúlio – protetores de "grileiros". Com essa promessa, o grupo de homens armados aumentou, "engrossado" por muitos trabalhadores das fazendas, chegando a constituir-se aproximadamente de cem pessoas, ao qual não faltavam, armas, munições e dinheiro. Em conseqüência, houve pânico entre os trabalhadores das fazendas e muitos abandonaram a zona com suas famílias.

Os três fazendeiros entendiam que o Governo do Estado havia se empenhado na solução da questão "bastante melindrosa" de terras que surgira na

---

[65] Strogoff era pseudônimo de Arildo Gajardoni. A família Gajardoni – Arildo, Ângelo, Miguel e Mercedes – exerceu papel importante tanto na organização do movimento, quanto nos conflitos posteriores. Dirigentes do Comitê Municipal de Jaguapitã, mudaram-se para a região conflagrada e passaram a orientar os posseiros em suas reivindicações.

[66] No dia 10 de outubro de 1950 aconteceu o maior dos embates, mostrando que havia uma "guerra" no norte do Paraná. Três emboscadas foram preparadas pelos posseiros contra comandos da polícia

região, sobretudo, com a nomeaçao de uma comissão para tratar do assunto, e haviam chegado a conclusão, pelos contatos que haviam mantido, que já não era mais caso de "posseantes" ou "intrusos", mas sim, da orientação e injunção ousada do Partido Comunista que, através de seus líderes, incitava posseantes e intrusos a não aceitarem acordos de espécie alguma e a defenderem as terras de armas nas mãos.

Concordavam, que por trás da ignorância ou da má fé dos intrusos estavam os "chefes comunistas de Londrina", que, através da interferência pessoal, eram responsáveis pelos boletins distribuídos, propondo a defesa de seus direitos à mão armada. Mais ainda, essa proximidade com os comunistas – figuras de destaque na sociedade londrinense – fazia com que os trabalhadores adquirissem confiança em seus atos. Era comum afirmarem que tinham "*gente boa com a causa deles, que em Londrina por exemplo, contavam com o apoio do Dr. Newton Câmara e que ele não fazia segredo disso*"[67].

Segundo eles, esses fatos eram públicos e notórios, não havendo em Porecatú, Centenário ou Vila Progresso, um só habitante regularmente informado que não soubesse que os dirigentes comunistas de Londrina, junto a alguns outros, eram os verdadeiros responsáveis pelos graves fatos que vinham ocorrendo. Os indiciados, alguns deles homens formados, e todos eles altamente instruídos pelo Partido Comunista, vinham se prevalecendo de seus conhecimentos e de suas luzes, para iludir e concitar à violência a massa dos trabalhadores ignorantes e no geral analfabetos, e que, surpreendentemente, desfrutavam de grande liberdade de ação em toda a região norte do Paraná.

Por essas versões, que se aprofundam no passado distante e marcam, no tempo, a violência e os desdobramentos da "guerra", instaura-se um "ato de fundação de uma civilização" em "terras vazias", que exclui os posseiros, há muito tempo presentes na região. Ao apoiarem seus argumentos neste "ato de fundação" procuram estabelecer um "direito natural" de propriedade, justificando, dessa forma, o combate aos intrusos.

Mais ainda, por considerarem esses lavradores ingênuos, ignorantes e manipuláveis, e os comunistas, como homens sem escrúpulos, que poderiam

---

secundados por jagunços. Naquele dia a revolta chegara ao seu auge, tendo como resultado vários motos e feridos de ambos os lados, inclusive um garoto de apenas 14 anos.

[67] Autos do processo-crime n.º 109/51.

submetê-los e instrumentalizá-los em favor de seus interesses revolucionários, os fazendeiros justificavam, mais uma vez, a ação repressiva do Estado.

Se, de um lado, existe esta interpretação sobre posseiros e comunistas, por outro, esses fazendeiros tendem a salientar o "bom" governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, mesmo porque dois deles são membros da Comissão de terras criada pelo próprio governador para "mediar" os conflitos e promover os "acordos".

1.3.2. A versão dos lavradores.

Em um dia do mês de maio, logo ao anoitecer, o lavrador da "Água do Centenário" Concílio Tuponi Filho, chegara na casa do seu amigo José Severiano de Almeida, vulgo "Zé Maria", e encontrara um "desconhecido" que o convidara à integrar uma Liga Camponesa. Mais tarde, com o amigo Severiano, Concílio seguira para a residência de Osório Bernardes, local onde se realizava a reunião, podendo ouvir parte da palestra do "estranho" que explicava ser a Liga destinada a socorrer seus sócios com remédios, gêneros, roupas, dinheiro, etc., sempre que fosse preciso, tudo ao preço de custo, sendo que quaisquer mantimentos que os sócios colhessem, ficariam depositado, para serem vendidos pelo melhor preço possível, devendo seus sócios contribuírem com uma mensalidade de cinco cruzeiros.

O "desconhecido" que liderara a reunião, fora visto apenas naquela ocasião, à noite, não sendo possível descrever com clareza suas características, sendo homem de "estatura regular, corpo cheio (retaco), branco, cabelos louros, bigodes cheios, barbas raspadas, aparentando ter uns 30 anos de idade".[68] Seu nome e profissão eram desconhecidos, sabendo-se apenas que diziam ser filho do Sr. Gajardoni, residindo em Londrina onde trabalhava em uma "prensa".

Nesta reunião, com a presença de muitos lavradores da região, a iniciativa de criação da "liga" fora abraçada entusiasticamente por todos, tendo em vista os objetivos apresentados pelo "estranho" em sua preleção. Nesta mesma reunião, fora constituída a diretoria, da qual Tuponi passou a ocupar um dos cargos.

No entanto, algum tempo depois, o lavrador ficara sabendo que seu nome aparecera na reportagem de um jornal, que se referia à "Liga" como órgão comunista. Naquelas condições, pedia providências no sentido de

> [...] apurar sua inocência visto ter sido ilaqueado em minha boa fé, por elemento sem escrúpulo, que trabalha contra os nossos princípios democráticos.
>
> Nunca fui comunista e nem desejo ligação com esses elementos, e desejo que V. Excia. averigue o meu passado e certifique-se da minha conduta.

Este relato está contido em uma carta enviada por Concílio Tuponi às autoridades policiais, que junto a outras duas, de teor semelhante, encontra-se, ao lado e de forma complementar, às declarações do deputado Alcides Caetano, no início da construção do processo-crime contra os comunistas londrinenses[69]. Como Concílio, os lavradores Pedro Alves Madeira e Epaminondas Dias do Prado, ambos de Centenário do Sul, que, na ocasião, também aceitaram cargos de direção da referida Liga, pediam providências, para que fossem esclarecidas suas "verdadeiras ideologias" , e o fato de serem "apolíticos", por professarem, o primeiro, a religião católica, o segundo, a "religião crente" – Igreja Presbiteriana Independente – e nunca terem tido idéias comunistas, como poderia ser provado por todas as pessoas que os conheciam desde a infância.

Solicitavam, com veemência, que seus nomes fossem excluídos da Liga e suas inocências provadas, porque haviam sido vítimas

> [...] de sua boa fé, servindo involuntáriamente aos caprichos comunistas sem escrúpulos, que além de viverem fora da lei, ainda vêm procurar iludir a boa fé dos pobres lavradores que vivem de seu trabalho honesto, sem importunar o sossêgo de ninguém[70].

Mesmo que se perceba com nitidez o medo que salta das entrelinhas das cartas – que apesar de terem sido escritas antes do ataque final das forças policiais refletiam o clima de apreensão existente entre os moradores da região – bem como a preocupação em livrar-se da "culpa", vale assinalar os fundamentos em que se apoiam na busca de sustentação às suas defesas. Em

---

[68] Carta. Autos do processo-crime n.º 109/51, p.231-232.
[69] Idem. p.234-239.
[70] idem p.237.

primeiro lugar nos objetivos, extremamente favoráveis, da "Liga" , que, por si só, justificariam o interesse na participação nas reuniões; em segundo, a religião cristã e o passado sem máculas, se opondo ao "credo comunista" e a seu estatuto de ato criminoso; em terceiro, a ignorância sobre as reais pretensões do "estranho" e das "ligas", colocando-se como objetos manipuláveis nas mãos dos comunistas e, neste caso, nada mais fazendo, certamente por defesa, do que aceitarem o rótulo de "polichinelos" , reproduzindo o discurso das elites sobre os eventos. Procuravam, os lavradores, através dos argumentos, se opor a um modelo de culpa, construindo, no mesmo ato, um modelo de inocência.

É esse mesmo sentimento – o medo – além da preocupação em livrar-se da culpa, que se depreende dos depoimentos prestados nas Delegacias de Londrina e Porecatu por lavradores – tanto aqueles presos na ação da polícia sob acusação de pertencerem aos grupos armados, quanto os que haviam sido expulsos das fazendas, pelos mesmos "bandos", por ocasião dos embargos de trabalho promovidos pelos resistentes. Nos dois casos, as interpretações convergem na direção da construção de provas da liderança dos eventos pelos militantes comunistas.

Entre os dias 27 de junho e 2 de julho, prestaram declarações oito lavradores: o baiano de 23 anos Lucindo Roque de Carvalho, trabalhador na fazenda Santalina no município de Porecatu, que se unira ao bando; Alcides Ferreira, que também integrara os bandos armados , natural de Santa Cruz do Rio Pardo no Estado de São Paulo e morador na fazenda "Quem Sabe"; Caetano Ferreira dos Santos, natural de Boa Esperança, estado de São Paulo, que integrou os bandos armados; José Soares dos Santos, natural de Montes Claros; José Verone natural de Cravinho, Estado de São Paulo, que fora expulso pelos resistentes da área de terras que ocupava[71], o posseiro João Leite e os irmãos Bilar – Arlindo e Mário – filhos do posseiro José Bilar, considerado, por muitos, como um dos pioneiros do movimento e líder da resistência armada.

As versões apresentadas por esses homens dimensionam as ações desenvolvidas pelos "resistentes", mostrando as formas de arregimentação, de organização e de lutas.

---

[71] Segundo PRIORI, (2000, p.253) José Verone fora expulso porque ocupara a área de terras de quatro posseiros mortos nos conflitos de 10 de outubro de 1950.

O primeiro e mais comum mecanismo de arregimentação, organização e "conscientização" dos lavradores/posseantes para a luta eram as reuniões. Efetuadas nas residências dos próprios lavradores, essas reuniões constituíam-se em espaços onde desencadeavam-se dois tipos de atividades. Por um lado, eram organizadas as ligas camponesas[72], ou associações, como muitas vezes eram chamadas, por outro, eram feitas preleções de "conscientização" dos lavradores concitando-os a integrarem-se ao Partido Comunista e a lutarem para que Luis Carlos Prestes fosse conduzido ao poder.

Mais amplo do que as reuniões isoladas, o segundo método de arregimentação constituía-se no "muchirão", isto é, a convocação de um grande número de trabalhadores para a realização de serviços diversos nas "posses", onde, ao final do dia, eram promovidas reuniões para a discussão do movimento, sempre, no intuito de conseguir adeptos para a luta armada.

Alcides Ferreira da Silva, lavrador que participara dos bandos armados assim referiu-se a essa atividade:

> [...] em dia do mês de maio próximo passado, foi procurado por Orozimbo de Tal, residente em um lote de terras vizinho do de propriedade do Dr. Silva, situado ao longo da margem esquerda do rio Paranapanema, para que o declarante fosse tomar parte na colheita de um arroz dado, como de propriedade dos posseantes e situado no lote conhecido com a denominação de LOTE DO ALEMÃO; que accedendo ao pedido feito, o declarante ali esteve auxiliando diversas pessoas que também se ocupavam na referida colheita, ficando estabelecido, que o declarante receberia o respectivo pagamento com a venda do próprio arroz; que posteriormente, accedendo a idêntico pedido, [...] esteve o declarante auxiliando a família de JOSÉ BILAR na colheita de um café de sua propriedade, [...] que o declarante foi convidado por Orozimbo de Tal a integrar grupos armados para defesa do direito de adquirir determinada área de terra naquele local, tendo o mesmo insistido para que o declarante se integrasse no Partido Comunista Brasileiro sob alegação de que deveriam trabalhar no sentido de que LUIZ CARLOS PRESTES fosse conduzido ao poder, e que esse seria o governo de que o Brasil necessitava; [...][73]

---

[72] A fundação das ligas camponesas está na origem da resistência armada na região de Porecatu. A primeira referência sobre fundação de ligas no Paraná data de 1944, ano que marca o início do movimento armado na região

[73] Auto de Declarações de Alcides Ferreira da Silva, na Delegacia de Polícia de Porecatu, em 27 de junho de 1951. Processo-crime n.º 109/51, p.249/250.

Após reuniões e "muchirões" seguia-se uma terceira forma de luta dos "resistentes": os "embargos" de trabalhos, não apenas nas fazendas, mas também em outras atividades, como construção de estradas, de portos, etc.

Ainda segundo o lavrador Alcides Ferreira

> [...] as atividades mais comuns a que se dedicavam consistiam no embargo de serviços de derrubadas das propriedades vizinhas, impedindo pudessem ser os mesmos realizados; que cita entre outros fatos a proibição dos serviços de construção e adaptação do porto TAPARICA no rio Paranapanema através do qual se faria ligação com as estradas de rodagem para Presidente Prudente e Regente Feijó; [...][74].

Outro método utilizado pelos "resistentes" era a expulsão dos trabalhadores das fazendas em litígios. O empreiteiro José Verone, em suas declarações na Delegacia de Polícia de Londrina alegou

> [...] que tendo sido contratado pelo Sr. Gulherme Muller, para fazer plantação de café, para ali se dirigiu no dias seis de novembro do ano próximo passado, juntamente com sua família; [...] tendo plantado cincoenta mil pés de café e mais arroz, milho, etc. [...] depois de haver feito aquela plantação, ali se fizeram presentes, [...] um senhor que o declarante soube chamar-se Strogoff em companhia de mais um outro senhor cujo nome ignora [...], os quais se encontravam armados, Strogoff com um fuzil e revólver ou parabelum e o outro companheiro deste, com uma metralhadora portátil; que aqueles indivíduos (...) foram procurar o declarante em sua casa [...] tendo os referidos indivíduos dito-lhe que o declarante tinha que se retirar da fazenda dentro de vinte e quatro horas, [...] que a terra onde se encontrava o declarante não era terra de fazendeiro e sim de posseantes, alegando mais que se o declarante não se retirasse, resultaria "muito mal" para ele, [...] dizendo mais que a casa estava circulada e que tinha no interior do mato, quatrocentos homens, para caso, dali, o declarante não saisse, deixariam a casa em pó; [...][75].

Verone, por medo, teria se retirado, com seus familiares, para a fazenda do Dr. Magalhães. Quatro meses depois, encontrando-se com Strogoff, este lhe pedira que entregasse alguns boletins (Strogoff falou que eram Decretos do Governo) entre os colonos da fazenda Santa Maria onde agora trabalhava. Sendo analfabeto, apenas após a leitura do sobrinho pode saber o conteúdo desses

---

[74] Idem

[75] Auto de Declarações de José Verone. Autos do processo-crime n.º 109/51. Em 28/12/50, p. 251-252.

boletins, e que se tratavam de direitos que o colono deveria ter: aumento do preço pelo trato de café, pagamento das férias, importância determinada para a formação do café e outros direitos[76].

O posseiro João Leite mostrou, em seu depoimento na Delegacia de Polícia de Londrina[77], a eficiência do mecanismo mutirões/reuniões/embargos, que surtiam, muitas vezes, resultados imediatos.

Segundo ele, há dois anos, havia deixado Porecatu, onde residia, passando a trabalhar por empreitada na fazenda "Quem Sabe". Fora convidado, por seu amigo Eugênio, para participar de uma reunião na residência de José Ribeiro, o "Zé sem Medo", situada na fazenda "Flama", onde estavam presentes por volta de vinte pessoas, entre elas "Strogoff", encarregado da "preleção" que versava sobre os objetivos da reunião, bem como, acerca da importância de os presentes unirem-se e organizarem-se na defesa de determinadas pretensões. Assim

> [...] por determinação ou sugestão do referido Strogoff, os presentes e o declarante, àquela reunião paralizaram (sic) o serviço a que estavam se dedicando na referida fazenda, seguindo as instruções que lhes foram dadas no sentido de exigirem melhores pagamentos, pelo espaço de dez dias; [...][78]

Posteriormente, João Leite teria sido procurado em sua residência por "Strogoff", acompanhado de "Hilarinho" (filho do posseiro Hilário Padilha), dois filhos de um conhecido seu por nome Lazão (Amador e Ditinho) e, ainda, Joaquim Morais, todos muito bem armados, que o convidaram a acompanhá-los até o acampamento por eles organizado. João Leite aceitara o convite e dali saíram para embargar os serviços nas fazendas, ameaçando com armas os trabalhadores.

O lavrador José Soares dos Santos apresenta mais um dos mecanismos de convencimento utilizados. Segundo ele, em 1948 fora residir na localidade de "Tenente", nas proximidades do rio Paranapanema, onde instalou-se e iniciou uma plantação de milho e feijão. Segundo ele, passados uns dois anos, soube, por um senhor conhecido pela alcunha de "Zé Mineiro", que as terras onde estava radicado, bem como outras nas proximidades, não lhe pertenciam e sim a um

---

[76] Idem, Ibidem. Referia-se Verone ao documento "Aos posseantes, colonos e peões de Porecatu, Jaguapitã e Arapongas".
[77] Auto de declarações de João Leite. Londrina, 29 de junho de 1951. Processo-crime n.º 109/51, p. 255.
[78] Idem.

determinado fazendeiro. Em vista disso, tratou de retirar-se rapidamente de onde estava localizado. No entanto

> [...] há dois meses mais ou menos o declarante se encontrava na fazenda do Sr. Gebran, quando ali apareceu um senhor que apresentou-se com o nome de Strogoff [...] perguntando ao declarante por que razão não voltava para o lugar onde se encontrava, pois ali estava tudo em ordem e a Comissão para regularizar o caso das terras estava mais ou menos nas terras do declarante, alegando ainda que se ali não estivesse a referida Comissão não daria as terras que lhe pertenciam, tendo o declarante [dito] que não iria porque não estava para ser morto e mesmo porque ainda aquele lugar estava "muita bagunça"; que Strogoff disse ainda que ele garantiria ao declarante que ele ficaria de posse das terras ocupadas anteriormente por ele[79].

José Soares, mais tarde, voltara para o Estado de São Paulo, para a Fazenda Gebran, em virtude de ter noticias, através de seu amigo João Leite, que a Polícia iria liquidar todos os "posseantes" por serem comunistas. Apenas posteriormente soubera que Strogoff era comunista e que se os "posseantes" não estivessem de acordo com ele, ele, Strogoff, daria um "geito". Alegou ainda Soares, que quando Strogoff lhe entregou boletins para serem distribuídos, notou que o mesmo estava armado de um revólver, calibre trinta e oito[80].

Todos foram unânimes em afirmar que a "direção da violência" estava a cargo de três homens, dos quais, apenas um era conhecido na localidade. O primeiro deles, "Strogoff", rapaz claro, de 25 anos, de pequena estatura, cabelos ruivos, bigode aparado, barba escassa, relativamente cheio de corpo e estranho no lugar. O segundo, "Carlos de Tal", ou, "comandante Carlos" – alto, corpulento, testa chata, cabeça redonda tipo nortista, também claro de cabelos ruivos e bigode aparado – que tinha uma situação de autoridade sobre os demais. Acrescentavam ainda a presença de outra liderança – Hilário Padilha, o "Cuco" – residente na região, que era considerado de menor autoridade que os demais.

Quanto ao envolvimento dos militantes de Londrina, acentuavam, os lavradores, o apoio que significavam na luta, ao ponto de constituírem-se, posso dizer, em mais um dos mecanismos de convencimento utilizados pelas lideranças do movimento armado no sentido de arregimentar novos adeptos. Caetano Ferreira dos

---

[79] Auto de declarações de José Soares dos Santos, em 29 de junho de 1951, Processo-crime n.º 109/51, p. 254.
[80] Idem, ibidem.

Santos, empreiteiro de café na fazenda de Guilherme Müller, ao narrar como havia sido convencido a integrar os grupos armados, fornece indícios do lugar ocupado por eles na luta. Fora procurado por Strogoff, que dizendo-se tenente do exército, o convidara a participar dos bandos armados,

> Alegando, entre outras coisas, que contavam aqui em Londrina com o Dr. Newton Câmara e um Dr. cujo nome recorda-se ser Haroldo, bem como um farmacêutico da Santa Casa local, os quais prestariam auxílio a eles caso fosse necessário; [...][81]

Esses homens, diretamente envolvidos nos episódios e convivendo, no seu dia-a-dia, com o clima de medo instaurado na região, ao contrário dos fazendeiros, apresentaram narrativas que reduziram suas histórias ao presente, aos eventos mais recentes, silenciando, portanto, falas que se referissem a seus prováveis direitos nas posses, procurando, assim, minimizar seus reais envolvimentos nos conflitos. Neste mesmo sentido, procuraram sempre mostrar , por um lado, uma suposta relutância em aceitar os convites feitos pelos líderes dos resistentes, por outro, a ignorância acerca do caráter comunista do movimento.

A fala de João Leite é representativa do final dessa história:

> [...] que o declarante não se submetendo mais ao regime e a disciplina ali implantada e diante da afirmação de Strogoff de que se tratava de um movimento comunista e que como tais devessem ser todos considerados como comunistas, resolveu dali fugir com destino ao Estado de São Paulo, dadas as notícias e recados ali chegados de que a Polícia do Paraná teria se movimentado para aquela zona; [...][82].

1.3.3. A versão dos comunistas

Os comunistas, aprisionados naquela madrugada de Domingo, deram também suas versões sobre suas participações nos eventos de Porecatu. Colocados diante do juiz e, certamente, instruídos pelos advogados foram unânimes em negar constituírem-se em um grupo com objetivos comuns, a participação nos conflitos armados e a posse dos documentos "subversivos" apreendidos. Todos

---

[81] Auto de declarações de Caetano Ferreira dos Santos, em 02 de julho de 1951, na Delegacia Regional de Polícia de Londrina. Proceeso-crime 109/51, p. 354.
[82] Processo-crime. Auto de declarações de João Leite, n.º 109/51, p. 257.

reconheciam como inidôneas as testemunhas apresentadas, por serem proprietárias de terras, e portanto, com interesses em jogo no desfecho do acontecimento. De uma forma geral em seus depoimentos, os comunistas submergiram suas ações em "querelas" políticas locais, atribuindo as acusações contra eles ao recente movimento político no norte do estado. No entanto, alguns contornos se revelam apontando para a especificidade da atuação de cada um.

Assim, o professor Almo Saturnino, o primeiro a ser interrogado[83], alegando que suas ligações com os outros acusados eram apenas amistosas e que agia apenas como um "pregador da paz", atribuía a acusação da qual era alvo ao movimento político no Norte do Estado e a situação Internacional, pois

> Somente no mês de julho é que o respondente iniciou atividade política, filiando-se ao Partido Trabalhista Nacional, que também foi só recentemente que o respondente manifestou publicamente a sua adesão aos partidários da paz; que o respondente reafirma que a sua participação foi apenas no Partido Trabalhista Nacional e como um dos pregadores das idéias de paz; que assim procedeu o respondente, porque não acredita que essas idéias difundidas através dos chamados "Congressos Pró Paz", sejam de inspiração Soviética ou Comunista, porque a luta pela paz não tem côr política, nela tomando parte cientistas e intelectuais de várias correntes ideológicas; que o respondente não sabia se os demais denunciados eram comunistas ou suspeitos de comunistas.

O corretor de imóveis Bento Paiva[84], alegando que fazia apenas trinta e um dias que havia retornado à cidade de Londrina, onde havia residido há quatro anos, alegava que não tinha conhecimento das provas apuradas contra si apuradas, e não conhecia nenhuma das testemunhas arroladas, a não ser de vista e também através de uma publicação na revista "O Cruzeiro". Colocava também o corretor, que interesses políticos teriam motivado as acusações desencadeadas contra ele no sentido de neutralizar a sua atividade política bem como a de seus companheiros.

Da mesma forma que Saturnino, Bento Paiva havia aderido à Organização Internacional Pró Paz fundada em Estocolmo, e da qual, segundo ele, faziam parte representantes de 85 países, desde que a ONU se desviara da sua

---

[83] Termo de Interrogatório de Almo Saturnino Vieira Magalhães. Em 2 de agosto de 51. Processo-crime n.º 109/51, p.481-482.

finalidade para atender aos interesses de dois ou três países, dos quais o principal era os Estados Unidos. Apenas aceitava como seus os documentos relacionados ao arquivo do Conselho de Paz de Londrina, do qual participava como Secretário, sendo sua mulher, Lázara Araújo Paiva, candidata à presidência desse Conselho na cidade.

Alegava ainda o militante em sua defesa, que Generais do Exército e Desembargadores do Distrito Federal e dos Estados eram partidários dos Congressos Pró Paz, citando os generais Hildebrando Cardoso, Leônidas Cardoso e Artur Carnaúbas; os coronéis Hildebrando Pelágio, Aristóteles Leal e Elpidio Martins e os desembargadores João Pereira Sampaio, Sá Filho, Ribeiro da Costa e Cid Campêlo.

O advogado Flávio Ribeiro, no dia 3 de agosto, respondeu ao interrogatório[85] alegando que exercia a profissão de advogado nessa cidade desde janeiro de 1951, residindo antes na cidade vizinha de Arapongas.

Dizendo conhecer pessoalmente apenas a testemunha Major João Alencar Guimarães, alegou que outras – José Romeu do Amaral, Aldrovando Gonçalves Magalhães e Clemente Vilela Arruda – eram interessadas no processo por serem proprietários e latifundiários em Porecatu, sendo que o Major Guimarães havia declarado que fora ele que tivera a idéia das prisões dele e de seus companheiros.

Flávio Ribeiro atribuiu sua prisão a dois motivos de ordem policial e política. O primeiro, seria seu afastamento da Campanha Eleitoral que então desenvolvia, candidato que era sob a legenda da Aliança pela Paz e Contra a Carestia, registrada pelo P.T.N., partido que estava com a sua situação perfeitamente legalizada perante o Superior Tribunal Regional do Estado. O segundo, como se tornou público e notório, seria a liquidação da candidatura do Sr. Milton Menezes ao cargo de Prefeito Municipal de Londrina sob a legenda da U.D.N., candidatura que afinal veio a se tornar vitoriosa por expressiva margem de votos, em uma clara demonstração de que a campanha empreendida contra o referido candidato e contra ele próprio não passara de grosseira provocação policial.

---

[84] Termo de Interrogatório de Bento Paiva. Em 2 de agosto de 51. Autos do processo-crime n.º 109/51, p. 483-484.

[85] Páginas 485/486. Termo de Interrogatório de Flávio Ribeiro. Em 3 de agosto de 1951. Autos do processo-crime n.º 109/51, p. 485-486.

Negando qualquer ligação com os acontecimentos de Porecatu, dizia ser partidário da paz, una e indivisível, o que era, segundo ele, uma aspiração suprema de todos os povos do mundo, acima da ideologia, credos religiosos, raças ou cor, aspiração que, transformada em realidade, evitaria a destruição da humanidade através de uma nova guerra.

O pedreiro Manoel Jacinto Correia[86], que residia em Londrina desde fins do ano de 1945, como os outros, dizia não conhecer as provas apuradas contra ele e nem as testemunhas arroladas, alegando apenas que sabia que duas delas eram proprietárias de terras em Porecatu sendo, portanto, interessadas no processo.

Atribuía a prisão e o processo que estava respondendo

> a uma perseguição política de caráter nacional, estadual e mesmo local, por causa da atuação desassombrada do respondente na Câmara dos Vereadores, onde tem levantado a sua voz na defesa do povo, contra a carestia da vida, contra a exploração de operários, contra a guerra e contra os contratos de colonos, que são verdadeiramente lesivos a estes; que não foi eleito vereador pelo Partido Comunista do Brasil, o qual já estava extinto, e sim se elegeu pelo Partido Trabalhista Brasileiro, sem compromissos com este, pois que se declarou que se eleito, seria, como foi, um vereador independente; que é verdade que o respondente já pertenceu ao Partido Comunista do Brasil, quando o mesmo tinha existência legal; que, desde que o referido partido foi posto fora da lei, não mais houve reunião dos partidários; que o respondente continua com os seus ideais comunistas, mas somente se bate pelo que acha ser digno de sua atenção e de dedicação, como tem demonstrado; que em qualquer atividade, hoje em dia quem se bate pela reivindicação de direitos de operários, de pequenos e de humildes é taxado de subversivo pelos contrários.

Jacinto sustentou que sua prisão tivera o intuito de impedir que se apresentasse como competidor nas eleições municipais, fato que se comprovou pela atuação de um delegado de polícia vindo de São Paulo, que dizendo estar à frente de um movimento anticomunista, implantou o terror em Londrina e interferiu até na Política Municipal, contra o candidato Dr. Milton Menezes. E mais, que o Major Guimarães havia afirmado a ele, Jacinto, e aos demais presos, que teria interferido junto ao Governador do Estado para que levasse a efeito suas prisões. Jacinto questionara o fato de cidadãos ficarem a mercê de planos preconcebidos de Oficiais,

ao invés de submeterem-se tão somente aos juizes, nos casos estabelecidos ou previstos por lei. Questionara ainda, se não mereciam castigo aqueles que atentavam contra a liberdade dos cidadãos sem estarem munidos da precisa autorização. Lamentava Jacinto que a Lei de Segurança Nacional, sancionada no estado Novo, estivesse ainda em vigor para massacrar alguns patriotas.

Afirmou ainda Jacinto, que na Câmara Municipal havia apresentado uma moção de apoio a idéia da nacionalização da exploração do petróleo, sendo secundado pelo seu colega Dr. Newton Câmara. Considerando o petróleo a maior riqueza nacional, Manoel Jacinto tomara aquela iniciativa para que fosse resguardada para os Brasileiros a exploração dessa riqueza. Por fim, salientou a ilegalidade de sua prisão, pela forma como foi executada, desrespeitando-se a Constituição Federal, as leis e até sua imunidade de Vereador.

O engenheiro Milcíades Pereira da Silva[87], negando ser o "chefe" do Comitê de Zona do Partido Comunista na região, alegou ser apenas membro do Conselho de Paz de Londrina. Como os outros, atribuiu sua prisão a uma perseguição política e policial. Disse ainda, que não havia exercido, anteriormente em São Paulo, nenhuma atividade subversiva, sendo absurdas e inverídicas as informações existentes nos autos a este respeito, as quais o respondente considerava serem fruto de manobras do Delegado Louzada da Rocha no sentido de prejudicar não somente a ele, mas também a candidatura do Dr. Milton Menezes à Prefeitura Municipal de Londrina. Que mal se formou, veio a Londrina e não mais retornou a São Paulo, e que desse modo não poderia ter participado de um movimento relacionado a energia elétrica naquela cidade. Alegou ainda que casara três meses após sua chegada na cidade sendo falsa e absurda a acusação de ter vindo como representante ou delegado do Partido Comunista para realizar certos objetivos, pois viera para exercer o cargo de engenheiro da Prefeitura, cuja nomeação já estava assegurada.

Milcíades acusou as testemunhas Aldrovando Gonçalves Magalhães e Clemente Vilela Arruda, de, como proprietários de terras que eram, dirigirem bandos armados de jagunços contra os posseiros de Porecatu, portanto, as acusações dirigidas por eles se deviam ao fato de que os acusados, ao se aliarem

---

[86] Páginas 487/488/489: Termo de Interrogatório de Manoel Jacinto Correia. Em 3 de agosto de 1951. Autos do processo-crime n.º 109/51, p. 487-489.

[87] Termo de Interrogatório de Milciades S. C. Pereira da Silva. Em 4/8/51. Autos do processo-crime n.º 109/51, p. 490-492.

sob a legenda "Aliança pela Paz e Contra a Carestia", teriam combatido o que se passava naquela localidade contra os referidos posseiros. Que a ação do grupo nesse sentido teria se efetivado nos discursos e nos artigos da imprensa nos quais atacavam a situação dos pequenos sitiantes da região, sem incitamento a desobediência e a revolta contra as autoridades constituídas.

Alegava que tinha o seu "ideal" mas que eram falsas as acusações de que pretendia, juntamente com os outros, "manter viva a chama do Partido Comunista". Quanto ao jornal *"O Momento"*, do qual era Diretor Responsável, tinha existência legal, contestando que o mesmo estivesse a serviço do extinto Partido Comunista.

Por fim, assinalava ainda, como os outros indiciados, que a prisão do grupo visara afastar das competições eleitorais os candidatos a cargos eletivos municipais pelo PTN, os quais dispunham de prestígio para eleger-se, e também com o intuito de prejudicar a candidatura de Milton Menezes a prefeito Municipal. Assim, além de sua prisão e dos outros denunciados, houvera uma intervenção policial que atentara até contra a autonomia estadual, pois o Delegado Louzada da Rocha e Investigadores paulistas estiveram no Norte do Paraná divulgando acusações de comunistas aos denunciados e espalhando terror, com o fim de amedrontar o eleitorado e indispô-lo com as pessoas visadas.

O comerciante Gerson Monteiro de Lima, em seu termo de interrogatório[88], alegou que morava em Londrina há 18 anos, e que possuía alguns impressos alusivos ao Partido Comunista, quando este era legal e que não era mais assinante da "Classe Operária" e nem acionista da "Tribuna Popular". Que apenas havia participado do Partido Comunista na legalidade e agora se limitava a auxiliar a Campanha Pró Paz. Esclareceu ainda Gerson Monteiro, que fazia tempo que não se correspondia com Luiz Carlos Prestes, de quem recebera duas cartas a respeito de assuntos de aniversário, particulares e familiares, assim mesmo ao tempo em que tinha existência legal o Partido Comunista do Brasil.

O médico Newton Leopoldo da Câmara, que respondeu ao interrogatório apenas em 13 de dezembro de 1951[89] (fora excluído da denúncia pelo Promotor Público e, posteriormente, incluído por nova petição) disse ter

---

[88] Termo de Interrogatório de Gerson Monteiro de Lima. Em 4 de agosto de 1951. Autos do processo-crime n.º 109/51, p. 493-494.

[89] Termo de interrogatório do réu Newton Leopoldo da Câmara . Em 13 de dezembro de 1951. Autos do processo-crime n.º 109/51, p.681.

conhecimento das provas contra ele apuradas mas alegou a falsidade da imputação que lhe era feita, fazendo crer que se tratava de uma "farsa" policial com interesses políticos locais. Assim se refere a madrugada da prisão:

> Que em dia do mês de junho deste ano foi o respondente surpreendido com o aparecimento de uma fôrça policial mixta, que compareceu a sua residência, pela madrugada, para proceder a uma busca rigorosa, num cúmulo de arbitrariedade e audácia, sem que o respondente fôsse siquer informado da razão ou da finalidade dessa diligência, que culminou com a prisão do respondente e de sua esposa, sendo que sua senhora foi pouco depois relaxada; que dita prisão se converteu em sequestro durante 12 dias em um lugar que posteriormente veio saber chamar-se Amoreira, tendo sido transferido após, em ônibus, altas horas da noite, para um patrimônio chamado Nova América, em local onde estava instalado um galinheiro; que doze dias depois é que foi o respondente transferido para a cadeia pública desta cidade; que o respondente era estranho a propaganda por ventura existente do Partido Comunista no Norte do Paraná; que algumas vezes o respondente dava o seu assentimento para colocação de seu nome em boletins do "Conselho da Paz" ou das Campanhas Pró Paz, porque não via em tal campanha nenhuma atividade atentatória da ordem social e política; (...)[90]

Dr. Newton alegou não saber onde foram encontrados elementos para acusá-lo de – juntamente com os outros – estar "incitando o ódio entre as classes sociais nesta região do Norte do Paraná". Que, de fato, contribuíra em listas de subscrições para empreendimentos ligados a Campanha Pró Paz, para o órgão de Imprensa que tinham como responsável o Dr. Milcíades Ferreira da Silva, contribuições que, segundo ele, não tinham o vulto que se queria emprestar, tendo ainda enviado auxílio as vítimas de Porecatú, (medicamentos, leite, roupa, etc.). Como Vereador na Câmara Municipal, procurou sempre defender os interesses do povo, sem olhar partido ou a cor política das questões que defendia.

Dr. Newton, tendo que responder pela presença, em sua casa, de um enviado do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil – "Pedro Ferreira da Silva", na verdade, Celso Cabral de Melo – alegou que o conhecia mas ignorava que usasse outros nomes e que, tendo aparecido em sua residência em uma madrugada pedindo cômodo para repousar, o teria acolhido, ignorando se o mesmo tinha alguma missão política ou ideológica extremista.

---

[90] Idem.

As duas mulheres denunciadas – Lázara Araújo de Paiva e Helena Teixeira Pereira – apresentaram também suas versões. Como os homens, negaram participar de atividades subversivas, mas, diferente deles, não fizeram referências às motivações políticas das prisões. As duas, de forma incisiva, procuraram inocentar seus maridos das acusações que sofriam.

Lázara, grávida de seu primeiro filho, alegou que participara – como delegada – do Congresso de Paz de Varsóvia e que não via inspiração soviética comunista em tais atividades. Para comprovar sua afirmação, alegou que 92 países haviam enviado delegações e entre os representantes haviam vários bispos, padres e freiras. Aderira às idéias relativas a esse Congresso por acreditar que não fossem idéias malsãs pois visavam apenas a paz mundial.[91]

Helena, negando todas as acusações que lhe imputavam, disse ser candidata a vereadora pelo PTN

> [...] a fim de bater-se, se fosse eleita, em favor das classes pobres e humildes, propugnando pelo barateamento dos gêneros de primeira necessidade e pela paz; que a respondente foi educada em colégios religiosos e por isso a sua tendência é essa de procurar solucionar os problemas que dizem de perto com a manutenção, subsistência e educação dos menos favorecidos; que o lema de todos os candidatos era o mesmo, era comum; [...][92].

A análise dos autos do processo-crime n.º 109/51 e dos documentos apreendidos com os indiciados, bem como a interpretação dos jornais – de diferentes tendências – acerca dos fatos propiciaram uma leitura, dentre outras já realizadas sobre o acontecimento.

Penso que após esta narrativa inicial – estratégia por mim escolhida de entrada no tema que me propus investigar – cabe, agora, dar contornos aos personagens, aos quadros, que compunham o PC em Londrina, ou seja, tratar de suas origens e de sua militância, tanto na política institucional como na de mobilização junto às massas.

É dessa tarefa que me ocuparei nos próximos capítulos.

---

[91] Termo de interrogatório de Lázara Araújo de Paiva. Em 19 de julho de 1951. Autos do processo-crime n.º 109/51, p. 452-454.

[92] Termo de interrogatório de Helena Teixeira Pereira da Silva. Em 19 de julho de 1951. Autos do processo-crime n.º 109/51, p. 454-456.

CAPÍTULO II

2 DO "AFASTAMENTO" AO "ENCONTRO" DO POLÍTICO: A CONSTITUIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NACIONAIS EM LONDRINA

> 1° – Como homens livres, impregnados de ideais democráticos, com o novo sentido que lhes dá a história, estaremos contra a candidatura do Snr. Getúlio Vargas para Presidência da República e contra qualquer sucessão que seja o resultado de combinação das forças da ditadura.
>
> 2° – Em defesa dos sagrados interesses da região, propugnaremos energicamente pela inclusão de elementos radicados nesta zona, em número proporcional á sua população, nas representações paranaenses ás camaras federal e estadoal.
> 3° – Defenderemos, com intransigência, os interesses peculiares e comuns dos municípios norte-paranaenses, por uma participação ativa na vida administrativa do Estado.
>
> 4° – Pugnaremos pela adoção, na Carta Constitucional da República, do princípio da eleição direta do poder Executivo Municipal[93].

Assim resumiam-se os pontos principais do *Manifesto do Povo do Norte do Paraná*, lançado na cidade de Londrina em 24 de março de 1945 e publicado com destaque nas páginas do jornal local *Paraná-Norte*. Este documento, nascido em um importante momento de transição política do país, assinado por 45 cidadãos, em sua maioria profissionais liberais[94], pode ser colocado como um ponto de interseção/ruptura entre duas épocas distintas na vida política dessa cidade, ou, melhor, como a inauguração de um "tempo novo" na política local, marcado, principalmente, pela organização dos partidos políticos nacionais. Mais amplamente,

---

[93] *Paraná-Norte*, Londrina, 1 abril 1945. Encarte. Este jornal foi a primeira publicação periódica editada em Londrina. Dirigido por Humberto Puiggari Coutinho, seu primeiro exemplar circulou em 09/10/34.

[94] Entre os signatários do Manifesto de 24 de Março encontravam-se os advogados Hosken de Novaes, Ruy Ferraz de Carvalho, Diaoli Lopes Bussi, Manoel Antonio da Cunha Neto, Edmundo Mercer Junior, Licínio Maragliano, Ruy Cunha e Milton Ribeiro Menezes; os médicos Josino da Rocha Loures, Jonas de Faria Castro Filho, Adolfo Barbosa Góis, Newton leopoldo da Câmara e Walter Pereira; os proprietários rurais Manoel Gonçalves e Sinval Leme; vários comerciantes, dentre eles, Gerson Monteiro de Lima e João Wanderley, um dos quatro primeiros vereadores de Londrina, eleito em 1935 e o funcionário da CTNP, Aristides de Souza Melo.

podemos entendê-lo como a representação do fim de uma ordem política-econômica criada no final dos anos vinte e que havia perdurado ao longo dos anos 30, cuja característica principal era a centralidade da Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), empresa subsidiária da Paraná Plantations Syndicate, com sede em Londres, que havia adquirido do Estado do Paraná, entre os anos de 1925-1927, uma área de 515.000 alqueires de terras situadas entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, e, em 1928, incorporado um sistema viário garantidor do acesso a essas terras, com a compra da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná dos antigos concessionários.

O manifesto, que se pretendia portador de uma amplitude regional, trazia em seu bojo duas ordens de questões distintas porém imbricadas. Por um lado, em sua articulação mais ampla, inseria-se nas perspectivas colocadas nacionalmente na conjuntura da queda de Getúlio Vargas e do fim da ditadura no Brasil. O grupo responsável pelo documento juntava-se às vozes da oposição em um momento de aumento da pressão democrática contra o Estado Novo, posicionando-se contra Getúlio Vargas e as forças da ditadura e a favor da democracia e do federalismo. Por outro, e aproveitando o "espírito democrático" do momento, era, e principalmente, portador de ansiedades e reivindicações regionais. Referindo-se aos longos anos em que a cidade e região haviam vivido afastadas do movimento político estadual, pleiteava uma participação mais intensa na vida política do município, do estado e do país.

Assim, os quatro pontos básicos salientados no manifesto da auto-intitulada "Frente Única das Oposições" colocavam o grupo contra Getúlio e seu governo autoritário, e, consequentemente, contra o interventor Manoel Ribas, seu representante no Paraná; defendiam os interesses regionais e a representação política nas esferas legislativas estadual e federal; a participação na vida administrativa do Estado, e, principalmente, via Constituição, o estabelecimento de eleições diretas para os Executivos Municipais.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, a questão da democracia colocava-se na ordem do dia em todo o mundo e era particularmente importante para o Brasil, país que vivia a contradição de ter como regime político uma ditadura ao mesmo tempo que alinhava-se às democracias na luta contra o fascismo. O epicentro da crise do Estado Novo era, portanto, a democratização, e o encaminhamento desse processo carregava junto a definição dos rumos da economia, a luta entre o capital e

o trabalho, as composições políticas, etc. No entanto, a perspectiva ampla de democratização que dominava o cenário político brasileiro comportava também, em cada espaço, a hegemonia de um ou outro componente do conceito. Em Londrina, a questão regional era premente e a democratização incorporava também um significado específico: a "liberdade" do norte do estado na escolha de seus representantes em todas as instâncias da política, no sentido de garantir a defesa dos interesses peculiares da região.

O movimento em torno do *Manifesto do Povo do Norte do Paraná* constituiu-se, fundamentalmente, em uma reação ao estado de coisas do período anterior, quando aquela parcela do estado do Paraná ficara alijada das decisões políticas e administrativas municipais, estaduais e federais. O movimento que emergira naquele momento, era portador de um vetor que apontava uma trajetória que ia do "afastamento" do político ao "encontro" do político. Eis o que se almejava naquele instante o homem londrinense.

2.1 O "Poder de Fundação". O Monopólio Político da CTNP.

Em 1945 a cidade de Londrina era ainda muito jovem. Havia sido fundada em 1929 e elevada a município em 1934[95], fruto de processo colonizador desencadeado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), e até o início da década de quarenta, esteve sob o controle da referida Companhia, que promovia a ocupação por meio de planificação do espaço regional e local[96].

---

[95] Em 3 de dezembro, o interventor Manoel Ribas assinou o Decreto número 2.519 que criava o município, cuja instalação ocorreu em 10 de dezembro de 1934. Separando-se do município de Jataí e abrangendo uma área de 23.463 Km^2, suas fronteiras ficaram estabelecidas de tal forma que a extensão compreendia desde a área inicial do loteamento da Cia até os limites do Estado com Mato Grosso e São Paulo, ultrapassando a própria extensão do território da CTNP, que era de 12.463 Km^2 (515.000 alqueires paulistas)

[96] Vários são os trabalhos acadêmicos que demonstram a existência de uma planificação urbano-rural integrados. Entre eles destacamos: MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.* São Paulo : HUCITEC/Polis, 1984; LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos.* 2.ed. Buenos Aires : EUDEBA, 1973; NAKAGAWARA,Yoshia. *As funções regionais de Londrina e sua área de influência.* Tese (Doutora em Geografia) -Departamento de Geografia da FFLCH-USP, São Paulo, 1972; BARNABÉ, Marcos F. *A organização espacial do território e o projeto da Cidade: o caso da CTNP.* Dissertação (Mestrado em Arquitetura) -Depto. de Planejamento da EESC-USP, São Carlos, 1989; ADUM, Sonia M.S.L. *Imagens do progresso: civilização e babárie em Londrina, 1930-1960.* Dissertação (Mestrado em História) -Depto. de História do ILPH-UNESP, Assis, 1992; ARIAS NETO,

Esta organização espacial não implicava apenas em atividades técnico-administrativas, mas tinha por pressuposto fundamental o monopólio político por parte da CTNP[97], cuja manifestação mais evidente foi o pacto político-partidário efetivado entre a direção desta empresa e o poder público estadual que culminou na criação – apenas quinze dias após a instalação do município – do Partido Municipal de Londrina[98], que se constituiu na versão local do PSD, partido situacionista do Estado no período, pelo qual Willie da Fonseca Brabazon Davids, diretor gerente da Companhia de Terras Norte do Paraná, foi eleito prefeito em 1935. Neste momento, com a junção do poder econômico e político, evidenciou-se também a fusão de interesses públicos e privados, e até 1940, a administração da Companhia de Terras Norte do Paraná e do município de Londrina confundiram-se na mesma pessoa.

Antes que essa junção de poderes – público e privado/econômico e político – se efetivasse na prática, os dirigentes da CTNP na cidade – Willie Brabazon Davids e Mister Thomas[99] – desempenharam papéis que os distinguiram como "orientadores"(CESÁRIO, 1986) dos colonos que chegavam. O "poder de fundação", que os constituiu como "pais da família pioneira"(ADUM, 1991), conferiu-lhes legitimidade para o exercício do poder até a criação da municipalidade, quando estabeleceu-se um conflito entre os interesses dessa Companhia e os do primeiro mandatário do poder local, indicado pelo interventor Manoel Ribas.

Nos primeiros anos de existência do município, passaram pela prefeitura dois prefeitos escolhidos pela interventoria estadual. A gestão do primeiro deles, Joaquim Vicente de Castro, representa, com propriedade, todo o conflito instaurado. Já no início de sua atuação, este prefeito foi alvo de intensa campanha negativa que desembocou em uma crise política que culminou com sua substituição apenas seis meses após a nomeação. Foi através do jornal *Paraná-Norte* – que

---

José Miguel. *O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná, 1930-1975.* Dissertação (Mestrado em História) -Depto. de História da FFLCH-USP, São Paulo, 1993.

[97] A este respeito ver: CESÁRIO, Ana C.C. *Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira: um estudo de poder local - Londrina, 1934-1979.* Tese (Doutorado em Ciência Política) -Depto. de Ciências Sociais da FFLCH-USP, São Paulo, 1986; ADUM, Sonia. op. cit.; ARIAS NETO, José M. op. cit

[98] Sessenta e nove pessoas estiveram presentes à cerimonia de fundação do partido. Assinaram a ata: João Wanderley, comerciante que será posteriormente eleito vereador na primeira eleição do município; João Figueiredo, médico; Antônio Camargo Corrêa Ferraz, advogado; Carlos Almeida, inspetor de quarteirão; Puiggari Coutinho, jornalista do *Paraná-Norte* e Celso Garcia Cid, posteriormente um dos empresários mais bem sucedidos de Londrina.

[99] O primeiro, Diretor Técnico da CTNP, o segundo, seu Diretor Gerente.

atuava como porta-voz dos interesses da Companhia de Terras Norte do Paraná – que desencadeou-se a ferrenha campanha contra a administração local[100].

Neste contexto, o mesmo periódico que em seu primeiro número após a criação da municipalidade, e ainda na expectativa de que o mandatário escolhido para a prefeitura da cidade fosse o "candidato natural" dos londrineses – um representante da CTNP – exaltava uma cidade que crescia sem peias no presente e prenhe de progresso para o futuro, alegando ainda, que quem tivesse duvidado dessas possibilidades teria, ante a evidência dos fatos, que se curvar e reconhecer em seus 550 prédios, suas farmácias, casas comerciais, igrejas, hotéis e outras unidades semelhantes, um fato real, [...]"*podendo-lhe prever uma das melhores urbs do Paraná, mormente porque já é sede de município*"[...][101]. E em fevereiro de 1935, apenas dois meses após a instalação da municipalidade e da posse do primeiro prefeito, quando malograra a tentativa de a Cia assumir o poder político local, inaugurara o embate fazendo emergir a questão central da polêmica.

> O nosso município creado a pouco, não tem patrimonio, não possue um palmo de terra e está inhibido de legislar sobre terrenos. Sobre estes somente se pode aplicar leis substantivas. Até as ruas, praças e áreas separadas para jardins, etc, são de propriedade particular. Falta para o pleno exercício de domínio da Prefeitura a cousa simplissima dum patrimônio. Enquanto este não existir, a cidade de Londrina é um povoado particular.
> Tudo quanto ahi está fazendo a Prefeitura, de leis e regulamentos, para construções, calçamentos, muros, etc., é letra morta porque aos poderes publicos é vedada a interferencia na direção da propriedade particular, salvo nos casos de manutenção da ordem, saude publica e outros exepcionaes.[...].
> Para o governo illustre, snr. Manoel Ribas, apellamos no sentido de ser obtido o patrimonio em referencia e attenuado o vigor da lei municipal que vem entravando o progresso local com exigencias que podem trazer em seu bojo as melhores intenções, que a ninguém é licito duvidar, porem de difficil applicação em nosso meio ambiente porque vem retardar o progresso local e castigar de maneira desuzadamente rigorosa os pequenos proprietarios e os menos favorecidos da fortuna, com a consequente elevação dos alugueis, uma vez que não se permitte as construções modestas, as casas para os humildes, para os operarios, funccionarios e empregados de pequena cathegoria.
> O facto é que o povo, está desanimado e perdendo o

[100]Como colocam FILHO & NETO, Marinósio. *História da Imprensa de Londrina.* Londrina: UEL, 1991, p. 23-5, o jornal *Paraná-Norte*, fundado em 1934, atuava como porta-voz da CTNP. Carlos Almeida e Humberto Puigari Coutinho, diretores do jornal, eram vinculados à CTNP, como atesta a subvenção que o jornal recebia da referida companhia.

[101] *Paraná-Norte*, jan., 1935.

> enthusiasmo que era o factor unico do progresso vertiginoso da cidade. Esse mesmo povo percebe que não havendo um patrimonio municipal, jamais poderá haver um bairro para os humildes. Com o critério municipal, Londrina será a cidade dos ricos e aristocratas...[102]

Colocando os interesses dos "menos favorecidos da fortuna" no centro da argumentação, e aparentemente intercedendo pelo poder municipal, explicitava, na verdade, os principais entraves contidos na relação da CTNP/Poder Local/Governo do Estado. Por um lado, lembrava a desvinculação do município do âmbito das ações do estado do Paraná posto que "povoado particular" da Companhia de Terras. Acentuando a supremacia desta empresa, era como se apontasse para a impossibilidade de um prefeito indicado – "um estranho" – ou, como se referiu o mesmo jornal em exemplar do mês seguinte – "*um invasor estrangeiro, um conquistador prenhe de ódios*"[103] – legislar em um domínio privado. Assinalemos que praticamente todos os estabelecimentos e instituições encontravam-se construídos em terrenos doados pela Companhia – e com recursos cedidos pela mesma –, entre os quais podemos citar a igreja matriz, o primeiro hospital, o matadouro, praças, jardins, cemitério, grupo escolar e edifício municipal, etc. Por outro, apontava para a necessidade de criação de canais de relação entre a cidade e o Estado que propiciassem a regulamentação dos serviços através de leis municipais e mesmo estaduais. Em um átimo, na perspectiva do periódico, o presente e o futuro da cidade transformaram-se em locus da insegurança e do atraso.

Alegando ainda os "interesses do povo" do município que nascia, bem como "o progresso deste pedaço de terra do Brasil", as campanhas do jornal dão continuidade reagindo contra as novas tabelas orçamentárias elaboradas pela Prefeitura e que estipulavam os impostos financeiros (sobre terrenos urbanos, atividades comerciais e industriais) muito acima dos índices do ano anterior, quando Londrina pertencia a Jataí[104]. Segundo o *Paraná-Norte,* as tabelas eram inconstitucionais, pois apresentavam um acréscimo superior a 20%, limite

---

[102] *Paraná-Norte,* fev. 1935.

[103] Paraná-Norte 24 mar., 1935, p.1.

[104] Londrina, ao ser fundada, pertencia à Comarca de Tibagi, mais tarde, veio pertencer à Comarca de São Jerônimo e, em 1931, já um próspero povoado, era distrito administrativo do município de Jataí. Em 3 de dezembro de 1934, pelo decreto nº 2, 519, passa a município de Londrina, Distrito Judiciário da Comarca de Jataí. Em 1939, é elevado à categoria de Comarca.

estabelecido pela Constituição. A vitória da empresa neste primeiro embate fica evidenciada quando, menos de um mês após o início da campanha, as tabelas foram revogadas. Salientemos que ao longo de todo o processo, os interesses da CTNP foram sempre travestidos em interesses do povo[105], e, no caso em tela, sabemos que os prejuízos acarretados por tais tabelas orçamentárias recairiam de uma forma mais intensa sobre a companhia inglesa, já que os impostos incidiam sobre quase a totalidade de suas terras, considerando-se que até a ocasião poucos lotes haviam sido comercializados.

Saliento que, o jornal, ao liderar a campanha de desmoralização da administração local, tinha como uma de suas principais características ser portador de grande quantidade de matérias propagandísticas sobre a cidade e região. Além da última página reservada – em todos os exemplares – para a propaganda oficial da Companhia de Terras Norte do Paraná[106], continha ainda significativo espaço para outras matérias destinadas a exaltação da cidade. Já no editorial de seu primeiro número, assumia como principal compromisso divulgar a riqueza, a fertilidade do solo e as vantagens da colonização. Na verdade, subsidiado pela CTNP, objetivava atrair compradores de terras – o grande negócio da Cia – , via difusão de imagens positivas, contribuindo para a construção do "*discurso de felicidade*"(ADUM, 1991) que perdurará como definidor daquele espaço recém ocupado pelo capital. Destaco ainda que tal editorial, ao mesmo tempo, propunha-se alhear-se das questões político partidárias, apenas apoiando as autoridades constituídas quando estivessem de acordo com a lei[107]. Neste contexto, ao ter que abrir mão do "discurso de felicidade", colocando em seu lugar um outro, que expunha as mazelas da cidade, demonstrava, por um lado, a relação de proximidade entre o jornal e a CTNP, por outro, e já contrariando na origem a perspectiva de "alhear-se das questões político partidárias" explicitada, demonstrava a dimensão de seu envolvimento nas lutas políticas locais, bem como a importância conferida pela CTNP à conquista do poder político do município que nascia.

---

[105] A campanha estabelecida contra os prefeitos indicados pelo interventor, em detrimento de um representante da Cia de Terras, já foi analisada em outros trabalhos. Sobre esta questão ver: ADUM, 1991: CESÁRIO, 1986,etc.

[106] Abordava questões como a fertilidade das terras roxas, inexistência de "saúvas" na região, planos facilitados para aquisição de lotes, excelente clima, garantia de títulos de propriedade, número de lotes adquiridos, etc.

[107] Paraná-Norte, 9/10/34.

Em maio de 1935, o mesmo jornal publicava em suas páginas o teor de um telegrama enviado pelo PSD ao Interventor Manoel Ribas, denunciando desmandos na administração local. No mesmo número, o periódico publicava a resposta do Interventor prometendo providências. Era o desfecho do embate do qual saíra vitoriosa a empresa inglesa. Em 31 de maio, Rosalino Fernandes, ainda nomeado pela interventoria, tomava posse em substituição a Joaquim Vicente de Castro e, menos de quatro meses após, ocorreriam as primeiras eleições na vida do jovem município, quando então o periódico local pôde retomar o habitual "discurso de felicidade", exaltador da "Terra da Promissão".

> Quem chega a este planalto verde e defronta-se com uma cidade dentro da mata, sente-se impulsionado a crer mais no futuro de Londrina que no seu próprio presente, já de si tão próspero. E se falamos mais do futuro, razões fundadas impõe-nas: pois se os recôncavos estão quase virgens, se as indústrias estão ainda se instalando, se o café está apenas na infância dos seus três anos verdinhos; se a iniciativa particular é vária e estranha; como não poderemos afirmar uma descomunal grandeza futura, se as hipóteses presentes estão já concretas para teses de um colossal amanhã quase demonstrado?...É surpreendente!... é inédito...é absolutamente inédito que uma cidade iniciada muito depois da crise de 1929, apresentasse jamais índices de prosperidade tão entusiasmantes. [...] Há fortunas particulares, como pública, plenamente realizadas em três anos, nas terras roxas deste sertão verde. A divisão agrária que nos caracteriza, funda lares felizes por todos estes espigões e encostas, rodeando-as de uma abastança de terra da promissão! Terra da Promissão!... onde ninguém encontrou até hoje um único mendigo domiciliado em seu seio![108]

A cidade, então com 15.000 habitantes – 4.000 na zona urbana e 11.000 no restante do município – e 1120 edificações, preparou-se para a realização de sua primeira eleição. O diretório local do PSD, mediando o processo entre a Comarca de Jataí e o município, estabeleceu um posto de alistamento de eleitores, constituindo o jornal *Paraná-Norte*[109] como seu maior divulgador.

Duas chapas inscreveram-se nesta primeira eleição. Uma delas pela sigla do PSD, encabeçada pelo candidato a prefeito Willie da Fonseca Brabazon

---

[108] Paraná-Norte, 03/01/36.

[109] Os exemplares do *Paraná-Norte* de fevereiro a agosto de 1935 veicularam matérias sobre o alistamento eleitoral. Devo esclarecer que tanto o posto de alistamento quanto a sede do Partido Social Democrata funcionavam em anexo às instalações do jornal.

Davids, Diretor Técnico da Companhia de Terras Norte do Paraná[110], e por candidatos a vereadores, que em sua grande maioria, mantinham relações de grande proximidade com a CTNP[111]. A Segunda chapa inscrita no pleito, constituída apenas para a vereança sob a sigla do Partido Integralista[112], foi recebida com certa estranheza e assim comentou no *Paraná-Norte* um dos vereadores eleitos pelo PSD:

> Esta ultima (a integralista) constituiu verdadeira surpreza para muitos, visto, nella figurar nomes que são liberal-democrátas ou mesmo tidos como de idéias francamente opostas ao Integralismo.(ALMEIDA, 1935, p.1)

A estranheza, manifestada através do periódico, relacionava-se ao fato de ser esta chapa constituída por um pequeno grupo composto por indivíduos de tendências políticas diversas, tendo, lado a lado, figuras como o fazendeiro Heber Palhano, que construíra na cidade uma escola para alfabetizar os "*filhos dos adeptos do credo integralista*"(ZORTÉA, 1975, p.67), e o comerciante Gerson Monteiro de Lima, considerado, à época, um liberal-democrata e que aparecerá, posteriormente, como um dos fundadores e ativo membro do Partido Comunista na cidade. Podemos inferir que, muito mais do que adeptos do integralismo, tal chapa abrigava uma tênue oposição aos objetivos da Cia de Terras Norte do Paraná no seu intuito de obter o governo do município.

As eleições ocorreram no dia 12 de setembro de 1935. De um eleitorado composto de 283 eleitores, 244 senhas foram distribuídas e votaram 221 cidadãos. A abstenção fora atribuída a um temporal que caíra sobre a cidade naquela tarde[113]. O PSD recebeu 178 votos e o Partido Integralista 23. Além do prefeito Davids – engenheiro formado na Inglaterra, que adquirira terras no município de Cambará (no chamado Norte Pioneiro do Paraná), formando a Fazenda União, fora prefeito de Jacarezinho e deputado federal e estadual por aquela região em

---

[110] Em reunião promovida em julho de 1935, o diretório do PSD indicou o nome de Carlos Almeida para candidato a prefeito. No dia 25 de agosto, apenas 20 dias antes do pleito, Almeida envia carta ao Diretório solicitando seu afastamento da chapa por motivos de ordem pessoal. Willie Brabazon Davids, anteriormente indicado como candidato a vereador, assume seu lugar e constitui-se em candidato a prefeito.

[111] Foram: Luiz Estrela, funcionário da empresa; Serafim de Almeida que exercera o cargo de "inspetor de quarteirão" indicado por Davids; o médico João Figueiredo atendente no hospital da Companhia do qual seu irmão era médico responsável.

[112] Tinha como candidatos: Gerson Monteiro de Lima, Heber Gonçalves Palhano, Dr. Oswaldo Dias, Antônio Vilela de Andrade, Abílio Eufrásio da Silva e Luiz Deliberador.

[113] Paraná-Norte, 15 set., 1935, p.1.

diversas legislaturas, tendo assumido, em 1932, o cargo de diretor técnico da CTNP – todos os vereadores eleitos pertenciam ao PSD[114].

Com a chegada desse grupo aos centros decisórios do poder local, estavam colocados os elementos fundamentais para entendimento do primeiro período da vida política londrinense. Por um lado, concretizara-se a junção do poder econômico com o poder político, instituindo-se o que designamos "cidade monopólica", na qual a CTNP tornou-se a exploradora e beneficiária de praticamente todos os serviços públicos.

> Na verdade, todos os bens como muares, tratores, planadores eram de propriedade da CTNP. O que não lhe pertencia diretamente, como por exemplo, o caminhão-pipa, a concessão para exploração dos serviços telefônicos, etc. estavam relacionados aos seus diretores. Além disto, a CTNP subvencionava a única empresa de transporte existente, não permitindo que outras explorassem este ramo de atividades.(ADUM, 1991, p.166).

Somavam-se ainda, além da concessão da estrada de ferro (Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná), a concessão dos serviços de água, esgoto, luz e energia, todos com exclusividade e total isenção de impostos, para toda a zona de sua colonização, ou seja, uma área de mais de 36.700 quilômetros quadrados, posto que o primeiro desmembramento da área ocorreria apenas em 1943[115]. Além disso, como já foi observado, detinha também sob sua direção, o primeiro periódico da cidade, o *Paraná-Norte,* importante formador da opinião pública local.

Por outro lado, institucionalizara-se, na esfera do político, o acordo econômico que já se havia estabelecido entre o governo de Estado e a Companhia de Terras Norte do Paraná, desde a época do final da Primeira República, quando, através da venda das terras, o governo do Paraná transferira para esta empresa privada a tarefa econômica de colonizar uma vasta região da qual Londrina passara

---

[114] Os vereadores eleitos foram: João Wanderley (funcionário da CTNP), Seraphim Almeida (exercera o cargo de "Inspetor de Quarteirão" indicado por Davids), o médico João Figueiredo (trabalhava no hospital da CTNP), Luiz Estrella, Honório Martins Ribeiro e Dr. Jacynto Anthenor Cardoso.

[115] Na edição de 31 de janeiro de 1937, o *Paraná-Norte* comunicou aos londrinenses através da Lei nº 24, que a Companhia, em parceria com a Prefeitura, responsabilizava-se pelo abastecimento de água da cidade. Em 7 de novembro do mesmo ano, o jornal *Paraná-Norte*, apresentou ao público as regulamentações do contrato firmado entre a Prefeitura e a Companhia de Terras Norte do Paraná a respeito do fornecimento de energia elétrica,

a ser a porta de entrada. Através da organização partidária o poder estadual atraíra para si os representantes do poder econômico local.

O "pacto" firmado entre os dois poderes foi construído nos moldes daqueles concretizados nacionalmente no pós-30 e consolidados durante o Estado Novo, estabelecidos principalmente através do sistema de interventorias, entre a "nova burocracia" estatal e maior parcela dos proprietários de terras (as chamadas "oligarquias regionais", dominantes em nível estadual e do "poder local" interiorano). O produto acabado deste "pacto", em se tratando do sistema partidário, teria sido o Partido Social Democrata.(BRAGA, 1996, p.11) Nesse município, nascido politicamente atrelado ao Estado Novo, em um período de forte centralização política, que não permitiu a existência de uma oligarquia local tradicional (CESÁRIO, 1986), a Companhia de Terras Norte do Paraná teria ocupado este espaço de manobra.

No entanto, apesar da evidência de um "pacto" entre o Governo Estadual e a Companhia de Terras Norte do Paraná, detectou-se que essa relação não se desenvolveu sem conflitos. Foi permeada de altos e baixos e, em muitas ocasiões, acarretou dissabores ao interventor, sendo também um dos elos para o entendimento da, até hoje, tumultuada relação norte/sul do estado do Paraná[116].

BENEVIDES (1991), em um trabalho que privilegia a análise dos momentos de confronto entre o que designa por "classes conservadoras" do Paraná e o Governo Federal, personificado na figura do Interventor e de alguns de seus auxiliares diretos, fornece um panorama geral da gestão de Manoel Ribas. Referindo-se à Grande Exposição de Curitiba, constituída de grandes pavilhões e "palácios", montada em 1942 pelo interventor, com a finalidade de comemorar o decênio de seu governo[117], e, ao mesmo tempo, assinalar o progresso econômico do estado com o intuito de atrair investidores, constata que a documentação sobre o evento privilegiava o pinho e o mate, em detrimento do café, gênero que havia alcançado nos anos de 40 e 41 bons índices de exportação, perdendo apenas para a madeira. Outra ausência detectada pelo mesmo autor, nos relatos da Grande Exposição, foi a da Companhia de Terras Norte do Paraná. Este autor justifica o silêncio sobre o café via "feitio administrativo" abraçado por Manoel Ribas, no qual,

---

[116] ADUM (1991) e CESÁRIO (1986) afirmaram em seus trabalhos que só eram considerados paranaenses os homens residentes no sul. Na própria historiografia, essa distinção entre sul e norte foi incorporada sob a denominação de Paraná Tradicional o sul e Paraná Moderno o norte.

[117] Cuja inauguração, em 19 de abril de 1942, coincidia com o aniversário de Vargas.

não haveria interesse em alimentar a produção de um gênero sustentado, principalmente, por grupos oligárquicos. Quanto a Companhia de Terras Norte do Paraná, o autor explica a ausência por estar a região, à época, ocupada predominantemente pelos "advenas", como eram denominados os brasileiros de outros estados, principalmente os capitalistas paulistas, temidos pelas "classes conservadoras" paranaenses. Por outro lado, assinala ainda o autor, Ribas teria sido sempre cobrado pelas "classes conservadoras" no sentido de dar um fim aos privilégios desta empresa. (BENEVIDES, 1991, p.22)

De fato, quando refiro-me às dificuldades na relação entre as "classes conservadoras"/Interventoria/CTNP/norte do Paraná, toco em questão portadora de um componente mais antigo e que já pode ser detectado nos anos 20. Em meados desta década o jornal sulista *O Dia* introduzia o problema:

> [Fomos] sacudidos desse torpor de indeferentismo com que julgávamos a extensíssima região do norte, [...] perdida nos confins de São Paulo, [...] desligada da parte sul que constitui na verdade o Estado do Paraná, desde seus primórdios.
> De Jacarezinho apenas se conhecia o nome e uma vaga notícia de terras cafeeiras [...]; quando algum de seus moradores [...] aportava a Curitiba, apregoando as virtudes daquela região, [...] o curitibano ouvia indefinidamente [...] lembrando-se que fora da erva-mate, do pinho, dos Campos de Guarapuava e dos diamantes do rio Tibagi, nada mais poderia existir de bom neste abençoado recanto sulino.
> Completamente abandonada [...] estava aquela região a ponto de a não considerarmos por hábito, como [...] nossa [...] O certo é que se a fama das terras desse Norte não alcançou crentes dentro do Estado, despertou cobiças lá fora, em São Paulo e Minas [...], e uma verdadeira romaria de agricultores sertanistas aí aportou, de tempos em tempos, para explorar a nova Canaãn prometida.(O DIA, 19 jun., 1924 apud PIVETA, 1997, p.50)

Mesmo entendendo que apenas o sul do Estado constituía-se no verdadeiro Paraná, demonstra o articulista a preocupação com o que considera um "torpor de indiferentismo" a respeito das terras do norte do Estado – a *Canaãn Prometida* – que, abandonada, constituía-se em alvo da cobiça de mineiros e paulistas.

De fato, as dificuldades da cafeicultura paulista haviam produzido uma frente de ocupação no norte desse estado desde o início do século, mais precisamente, a partir da década de 20. A cafeicultura paranaense colocou-se como

a continuação da "Marcha para Oeste"[118] dos paulistas, que adentraram o Paraná quando suas terras já estavam se tornando escassas ou supervalorizadas pelo desenvolvimento da agricultura comercial com base na produção de café. Deve-se considerar que, desde o início do século XX, a procura de terras roxas, novas, devido sua alta rentabilidade na produção cafeeira, os programas de defesa do café, paralelamente à deliberação do governo estadual de incentivar o plantio, motivaram a progressiva extensão dos cafezais. Ao mesmo tempo a proibição do plantio em São Paulo e outros estados, bem como o declínio da produção dos cafeeiros nas regiões velhas, agiram no sentido de atrair numerosos fazendeiros em busca das terras paranaenses.

Inicialmente, como os efeitos da expansão sobre o norte paranaense ainda eram incipientes, o comportamento da elite sulina foi de relativo desconhecimento do que ocorria na região, tendo esta frente agrícola despertado pouquíssimo interesse nas elites tradicionais do Paraná, mais ligadas à economia do mate, madeira, criação de gado. Em função da origem dos fazendeiros e do isolamento em relação à capital paranaense bem como aos portos de Paranaguá e Antonina, a região incorporara-se à economia cafeeira paulista e como se não fizesse parte do território paranaense, utilizava-se de toda infra-estrutura paulista como beneficiamento, comércio, bancos, ferrovia, o porto de Santos. Constituiu-se ao longo do tempo, sem dúvida, um mal estar a respeito do que era considerado uma ingerência paulista no território paranaense. Aliás, um "imperialismo" que foi denunciado até os idos da década de setenta. (RIBEIRO, 1998, p.255).

Manoel Ribas, segundo interventor do Paraná, que se manteve no poder de 30 de janeiro de 1932 a 1° de novembro de 1945, recebera o poder das mãos do general Mário Tourinho, e tivera como uma de suas principais tarefas desarticular a estrutura de mando da República Velha sustentada por poderosos coronéis que lideravam grupos de famílias oligárquicas. O movimento de trinta afastara as oligarquias ervateira e pecuarista do poder no sul do Estado, em favor de

[118] Segundo MONBEIG (1984), a "Marcha para Oeste" não pode ser reduzida a um fenômeno local ou nacional. Além de fatores internos como o "encontro" dos paulistas com a "terra roxa", a reorganização da força de trabalho após a extinção do tráfico de escravos e o imperativo da imigração estrangeira e as medidas de amparo à produção, tal movimento ligava-se à própria expansão da civilização ocidental. A Revolução Industrial levaria ao recrudescimento do comércio internacional bem como ao incremento populacional mundial e à ampliação do mercado de consumo, fatores tão importantes quanto a imigração européia e asiática para a América, indispensáveis ao estabelecimento da empresa agrícola de exportação no sudeste e sul do Brasil e consequentemente ao êxito da cafeicultura paulista e, mais tarde, paranaense.

interventores nomeados por Vargas, entretanto, até meados da década de 30, famílias poderosas continuaram a controlar o poder local, ainda que fracionadas em três partidos políticos: Partido Social Democrático, Partido Social Nacionalista e a União Repúblicana Paranaense. (BENEVIDES, 1991). Neste contexto, a relação de Ribas com os antigos poderes oligárquicos não se desenvolveu sem conflitos que por todo o período de sua gestão tiveram que ser, no mínimo, contornados pois

> Estes antigos poderes oligárquicos e seus representantes ainda alojados na burocracia estatal, colocavam-se contra as concessões de grandes extensões de terra no Paraná à 'advenas' e desenvolveram um 'medo' constante da 'invasão' de paulistas e mineiros no norte do Estado[119].

Uma outra questão coloca-se como exemplar da animosidade desenvolvida por esses grupos contra a empresa inglesa instalada no norte do Paraná. No início dos anos 30, poucos meses antes da instalação do município de Londrina, desencadearam-se os acontecimentos relativos à possibilidade de fixar cem mil curdos no norte do estado, em área de 14.000 alqueires de propriedade da Companhia de Terras Norte do Paraná, que seria vendida à Liga das Nações[120].

Antes mesmo do conhecimento dos paranaenses, a notícia constituiu-se em uma questão nacional, desencadeando-se uma significativa campanha nacionalista iniciada e centralizada na capital federal pela "Sociedade dos Amigos de Alberto Torres"[121]. O debate em torno do fato ampliou-se e foi objeto de discussão na Assembléia Nacional[122], onde o possível ato da Liga das Nações mereceu repúdio. Em São Paulo, estado onde a questão da imigração preocupava desde 1925, refletida nas discussões efetuadas pela classe médica à respeito de

---

[119] BENEVIDES (1991) fala que os conflitos perduram até a "cooptação" das "classes conservadoras". Segundo o autor, para quem pretendia governar o Paraná seguindo os "caminhos firmes do Estado Nacional" era impossível ceder a todas as exigências dessas classes, e enquanto esteve no poder usou e abusou de suas prerrogativas como interventor para cooptá-las.

[120] De acordo com WACHOWICZ, 1987, p.145-50; No início da década de 30, tais povos vinham sofrendo diversas hostilidades, agravadas pelo final do mandato britânico. Chegaram a ser massacrados pelas tropas iraquianas, razão pela qual a Liga da Nações decidiu intervir, através de um contato com o governo brasileiro. Como resultado desse diálogo, intermediado pelo Ministério do Exterior, foi proposto o desembarque, a título de experiência, de apenas cem famílias, condicionadas à se dedicarem à agricultura.

[121] Sociedade fundada em novembro de 1932, com a finalidade, segundo Barbosa Lima Sobrinho, de cooperar para os futuros trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. BENEVIDES (1991, p.77).

[122] Como demonstrou LUIZETO (1975, p.13-14), um dos temas mais relevantes abordados, em 34, pelos parlamentares, foi a "questão imigratória", discutida sobre o prisma da ordem social e política.

seus efeitos em relação à criminalidade e à seleção da raça, a discussão foi retomada quando se colocou a questão dos assírios[123].

Em fevereiro de 1934, os paranaenses iniciaram intenso movimento contra a chegada dos possíveis imigrantes e a primeira medida foi transformar a seção ordinária do Instituto da Ordem dos Advogados, de 22 de fevereiro de 34, em seção permanente até 10 de março. Em seguida foram nomeadas duas comissões, a primeira para estabelecer contato com as demais agremiações vigentes no Paraná, a segunda, objetivando a difusão das atividades programadas. Segundo BENEVIDES, 1991, p.80)

> [...] num esforço que parecia de guerra realizaram reuniões, discursaram, escreveram artigos e fizeram uso do rádio para agir contra o que lhes parecia maldição dos céus. Contaram com o auxílio de diversas agremiações locais como Federação Operária do Paraná, Círculo de estudos Bandeirantes, Associação Médica, Sociedade Odontológica, Instituto de Engenharia, Sociedade Beneficente dos Operários da Batel, Centro de Ação Cívica, Liga Agrícola Norte do Paraná e Associação Comercial de Jacarezinho.

Apesar de toda a discussão girar em torno de argumentos relacionados a raça, este autor vê como simplista a interpretação que atribui apenas conotações racistas à campanha. Segundo ele, não eram os assírios, em si, que atemorizavam as "classes conservadoras" paranaenses. Para ele, uma leitura rigorosa dos treze discursos pronunciados pelos bacharéis indicam uma identificação com a bandeira desfraldada pelos parlamentares paulistas, na sua maioria proprietários, interessados na manutenção do "status quo" que precedeu 30. O grande inimigo a ser combatido surgiu mencionado no discurso de Oscar Martins Gomes, do Conselho da Ordem: a Companhia de Terras do Norte do Paraná. (BENEVIDES, 1991). Assim, segundo BENEVIDES,(1991, p.83) os bacharéis aglutinados no Instituto teriam sido os maiores defensores da velha ordem, tentando preservar os interesses de sua clientela; armados de um vasto paiol de "*teoria*

---

[123] Nesta discussão destacou-se o médico e deputado Pacheco e Silva que se apoiou na tese Eugenia e Imigração, de autoria de Azevedo Antunes, que propunha quatro recomendações: "1) a imigração é um benefício para o Brasil como fator eugênico e de progresso; 2) Na escolha da raça do imigrante devem ser rejeitadas as que mantêm poucas afinidades biológicas e sociais com o nosso povo, por exemplo, a amarela; 3) Os colonos brancos serão os únicos preferidos e destes em primeiro lugar os latinos e depois os germânicos. Em menor escala os demais povos da Europa; 4) Seleção rigorosa afim de evitar a entrada dos indesejáveis físicos, mentais e sociais. (ANTUNES, 1926, p.82-83).

científicas" da época investiram contra os assírios sob a alegação de que "*a gente que a Inglaterra expulsa do seu solo é turbulenta, alheia às atividades agrícolas*".

A campanha paranaense encerrou-se em meados de março e a decisão do governo federal só se deu três meses depois, fundamentada no parecer de Oliveira Viana. A negativa à consulta da Liga das Nações foi consensual.

LINHARES (1953), intelectual paranaense dos anos 50, mostra a persistência da estranheza entre o sul e o norte do estado, em um livro que lhe fora encomendado por ocasião da celebração do centenário da emancipação política do Paraná. Após considerações sobre as origens do que designava como "Novo Paraná", portador de uma "nova cultura", mais técnica e pragmática, na qual os portugueses, que não sabiam construir o futuro, constituir-se-iam em um patrimônio já superado, alega que a particularidade do caso paranaense era justamente a acomodação das populações européias no contexto geográfico e cultural sul-brasileiro. Enfatizando positivamente e com destaque o caso dos alemães, alega o autor que o papel do imigrante – o ator principal de sua história – como forjador do novo Paraná, estava ligado à terra e a tudo que nela se podia produzir através do trabalho.

O autor dedica-se às diferentes economias estabelecidas no Estado. Além de fornecer com riqueza de detalhes para cada cultura – pecuária, madeira, mate, café, cereais e produtos de consumo interno, mineração e indústria – dados estatísticos de volume, produção, comercialização e mercado consumidor, avança também para algumas interpretações de cunho social e psicológico. Assim, o mate, produto tradicional do sul do Estado, é apontado como o responsável pela formação de valores cordiais entre seus consumidores. A produção do café, por seu turno, ao continuar se desenvolvendo, acabaria por formar uma elite aristocrática luso-brasileira, uma vez que sua principal região produtora, o Norte, escapava do circuito econômico e político do estado, principalmente porque sua posição geográfica favorecia um maior intercâmbio com os portos paulistas. Entendia, e aí fazendo claro juízo de valor, que "*Invadido por mineiros e paulistas, no Norte são evidentes os traços luso-brasileiros, em oposição ao sul já miscigenado com os imigrantes* [...]. (LINHARES, 1953, p.155).

Entendo, portanto, que os problemas envolvidos no processo devam ser vistos mais amplamente, pois trata-se de entender a posição do interventor Ribas em meio a vertentes permeadas de contradições. Significava para o

interventor, por um lado, ter que contornar as questões colocadas pelas antigas oligarquias paranaenses, e, por outro, garantir sua própria estabilidade política frente a Vargas, diante da manutenção de relações com uma empresa inglesa de perspectiva liberal, cujos primeiros acordos para a compra das terras no Estado haviam sido firmados com um governo anterior à trinta. No centro de tudo estava a evidente comunhão de interesses entre este interventor e a CTNP, no sentido de promover a ocupação das terras do norte do Estado.

Diante deste quadro, quando da instalação do município de Londrina, Ribas não poderia simplesmente nomear um membro da CTNP como prefeito, sem assegurar-se de que o escolhido constituir-se-ia em um homem de confiança do governo central e ao mesmo tempo das elites paranaenses. Pois, deve ser considerado que a conjuntura política em que o município fora criado diferenciava-se daquela em que a empresa havia adquirido as terras no norte do Estado. Como observa CESÁRIO (1986, p.166), quando Londrina transforma-se em município,

> [...] tem o seu aparelho administrativo municipal ligado a uma administração estadual comandada não mais pelo grupo oligárquico que ocupava o poder à época das negociações efetuadas pela Cia Inglesa, mas por um interventor nomeado por Vargas.

Assim, a criação do diretório local do PSD em 1935 havia contornado a questão política diante da "nova" necessidade, ou seja:

> [...] criar canais – o partido político e a qualificação eleitoral – que propiciassem ao município [...] formas de acesso aos centros decisórios do Estado, mesmo que às custas do atrelamento desses canais ao poder dominante no Paraná. Foi assim que o PSD, através de seu diretório, estabeleceu um posto de alistamento de eleitores [...].(CESÁRIO, 1986, p.183)

O golpe de estado de 1937 e as conseqüentes medidas autoritárias do Governo Federal, aparentemente, não desencadearam reações desfavoráveis na população da cidade, pelo contrário, através da análise das matérias do jornal de maior circulação no município, que representava o grupo que dominava o poder local, bem como pela ação do governante da municipalidade, pode-se perceber total apoio a Vargas, a seu intermediário Manoel Ribas, bem como à nova

Constituição[124]. Alegava o periódico que os dispositivos contidos na nova Constituição permitiriam "reprimir a infiltração communista, a demagogia e o desvirtuamento das funções do poder legislativo". Acentuara, ainda, que em uma conjuntura agravada pela luta eleitoral que se aproximava, entregue ao sufrágio direto do povo desinteressado e descrente diante das ameaças que pairavam sobre o país, entrevistas nos preparativos dominados pelas paixões pessoais em uma infinidade de partidos que se degladiavam, Getulio Vargas teria prestado ao país

> [...] o maior e mais assignalado serviço que de S. Excia. se poderia exigir em benefício do Brasil. E o povo deste recanto da pátria bem o soube comprehender. Por isso reina o contentamento no município de Londrina, contentamento que se inspira na confiança que todos depositamos na acção enérgica do eminente Presidente da República[125].

No entanto, apesar das aparências, a confiança no governante não parecia ser total. Detectou-se uma preocupação nas lideranças quanto ao futuro da política local, posto que visualizavam a nova ordem instalada no país como a possibilidade do retorno dos prefeitos nomeados. Assim, em 24 de novembro do mesmo ano, o *Paraná-Norte* publicou em suas páginas um abaixo-assinado com mais de 500 assinaturas conferindo apoio ao mandatário Willie Davids.[126] Ao final, Ribas foi mantido como interventor no Estado homologando Davids na Prefeitura da cidade de Londrina. Infiro que houve novamente uma espécie de "ajuste", ainda que efêmero, entre as partes. Se, por um lado, como vimos, o poder local (CTNP) apressara-se a alinhar-se ao novo regime que se instaurava, por outro, Getúlio Vargas também não parecia contrário a um "acordo", mesmo que velado, com a CTNP. Essa relação amistosa se evidencia, quando analisamos a política de colonização do período.

A proclamação da "Marcha para Oeste" lançada na entrada do ano de 1938 por Getúlio Vargas, foi, segundo LENHARO(1984)[127], a matriz ideológica

---

[124] Matéria de primeira página do *Paraná-Norte* de 14 de novembro de 1937, apenas quatro dias após o golpe, demonstra aprovação à nova Constituição, considerando positiva a interrupção do processo eleitoral então em marcha. Ao mesmo tempo Willie Davids encaminha telegrama de congratulações ao ditador Vargas através do interventor Manoel Ribas. (CESÁRIO, 1986, p.216/217).

[125] *Paraná-Norte*, Londrina, 14 nov., 1937, p.1.

[126] Paraná-Norte, 24 nov., 1937, p.1.

[127] LENHARO, Alcir. A Marcha para o Azul. ***Anais*** *do Museu Paulista*, XXXIII, São Paulo : USP, 1984, p.7/16. Ver também o mesmo autor: Corpo e Alma: mutações sombrias do poder no Brasil dos anos 30 e História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, 1985.

que marcou as diretrizes gerais da política de colonização do governo federal e fator de mobilização de diferentes segmentos sociais, principalmente os extratos sociais mais baixos, para a execução de uma determinada política de povoamento e ocupação da terra. O mesmo autor coloca que, nos discursos que definiram esta política, Vargas condicionou a formação do que chamava brasilidade à necessidade de uma expansão e integração do oeste brasileiro. O povoamento destas parcelas do país acarretaria o aumento da produção agrícola e mineral, o que favoreceria o desempenho industrial do país. Fazer coincidir as fronteiras econômicas com as políticas significava, para Vargas, levantar uma bandeira ideológica de sustentação do próprio regime.

Neste contexto, poder-se-ia considerar que a relação entre um regime nacionalista e intervencionista e uma companhia inglesa de caráter liberal, que adquirira suas terras no norte do Estado do Paraná através de negociações com a oligarquia estadual deposta em 1930 seria contraditória. No entanto, mesmo sendo o discurso da "Marcha para Oeste" calcado em uma proposta colonizadora a ser promovida pelo Estado, não faltaram na assessoria de Vargas aqueles que sustentassem a idéia de que as companhias colonizadoras particulares pudessem participar do movimento.

Assim, apesar de todas as diretrizes ideológicas do Estado Novo apontarem a nocividade da prática política do liberalismo e sua orientação social e econômica, ao mesmo tempo, apareceram em revistas ligadas a órgãos estatais artigos que procuravam definir um posicionamento entre uma orientação estatizante ou outra particular. Destaca LENHARO dois exemplos desta perspectiva, referindo-se aos textos de caráter técnico assinados por NODARI e BAUER[128]. O primeiro deles, entendia que cabia ao Estado presidir a formação e coordenação das atividades colonizadoras, entretanto, retomava a discussão usual do período, que versava sobre a necessidade de determinar se é preferível a "colonização pelo Estado ou por organizações de ordem privada, ou paraestatal." Vale dizer que sua opção acaba sendo feita pela iniciativa privada, entendendo que o Estado não deveria "dissipar" na colonização os capitais de que dispunha. Para ele, a colonização exigia "não mecanismos burocráticos, mas, ao contrário, organizações ágeis, com capitais ingentes, e, particularmente, com espírito de iniciativa e sacrifício por parte de seus dirigentes". E essas qualidades, assegura, só poderiam surgir nas

livres atividades (Idem, p.122). O segundo autor, fazia também a apologia da colonização dirigida e "*inteiramente subordinada às diretrizes da nacionalização*", entretanto, ele só entendia o funcionamento dos núcleos coloniais e a organização de sua produção, através da "maior autonomia possível". No conjunto de suas propostas de colonização caberia tanto a política nacional da "Marcha para o Oeste", quanto as de iniciativas particulares, cujos exemplos, desse tipo de "colonização de grau superior", são dados pela Paraná Plantation Ltda e pela Companhia de Terras Norte do Paraná.(Idem, p.122).

Assim, após os sobressaltos causados pela instituição do "Estado Novo" e, estabelecida uma ordem política entendida como tranquilizadora, restava aos londrinenses dar continuidade à tarefa econômica. Pois, para o periódico local,

> O anno de 1938, é o iniciador de uma nova era para o Brasil, era de prosperidades, era de trabalho, era de paz. Em todos os espíritos está esta convicção, nascida em 10 de novembro com a nova constituição que veio terminar com a mais incômoda situação jamais sentida no paíz.[129]

Será apenas à partir de 1939, com o início do processo de encampação da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná e sua integração à Rede Viação Paraná -Santa Catarina, através de um decreto de Getúlio Vargas[130], que o "pacto" entre Poder Local/Poder Estadual/Poder Federal passou a sofrer uma série de fissuras.

Willie Davids permaneceu frente à Prefeitura do município até 1940, quando foi substituído por Custódio Rapozo Neto, vindo de Curitiba. A queda de Davids, em meio a rumoroso inquérito administrativo/criminal encetado pelo interventor do Estado contra "desmandos" na Prefeitura de Londrina[131], significou uma ruptura no modelo de política local vigente até então, cuja base de sustentação era o "pacto" entre o Estado e a CTNP. Estes episódios levaram, ao final, à desarticulação do complexo político-econômico criado nos finais dos anos vinte e que havia perdurado ao longo dos anos trinta, e, finalmente, na própria nacionalização da referida Cia, em 1944.

---

[128] Apud LENHARO, 1984.
[129] *Paraná-Norte*, 1 jan., 1938, p.1.
[130] Tal processo efetivar-se-á apenas em 1944 quando a Companhia de Terras foi nacionalizada.
[131] Para entendimento de tal conjuntura ver: ADUM, 1991.

A conseqüência imediata do rompimento do acordo político e da desarticulação do complexo inglês, foi a ampliação da influência da interventoria no município. Do afastamento de Davids em 1940 até o final do Estado Novo, somando-se ainda o período que transcorreu até as eleições municipais de 1947, Londrina teve 13 prefeitos nomeados pelo governador,(CESÁRIO, 1986, p.249) que, com apenas duas exceções, eram homens do sul, o que comprovava a força do mecanismo da interventoria no município. Assim, além do fim da vida partidária e do processo eleitoral, o Estado Novo e seu representante no Paraná – Manoel Ribas – impediam que os "londrinenses" administrassem o próprio município.

Este conjunto de fatores aponta para a pertinência de introduzirmos aqui algumas considerações acerca de uma das representações recorrentes no imaginário político local sobre este primeiro período da vida do município de Londrina. Referimo-nos à perspectiva de que apenas o econômico era relevante para a população, sendo a atividade política algo distante e merecedora de confinar-se em um plano secundário na vida do cidadão. Significa dizer que a preocupação com a construção econômica da cidade e região teria sublimado a vida política ativa.

Partindo do depoimento de antigo morador da cidade[132] e reportando-se também ao primeiro editorial do jornal *Paraná-Norte*, que chamava para si a tarefa de "propagar a riqueza" e ao mesmo tempo alhear-se às questões político partidárias[133], CESÁRIO (1986) já chamara a atenção, em seu trabalho sobre a política local, para a existência bem como para a falácia de tal representação, situando-a, entre outras coisas, como uma das justificativas utilizadas como explicação para o afastamento das posições de liderança no Estado. No entanto, essa representação que propugnava um "afastamento do político" e estabelecia, no mesmo ato, uma "aproximação do econômico", aqui entendido enquanto tarefa ligada ao trabalho no intuito da construção de riquezas, manteve-se ao longo dos anos e constituiu-se, por algum tempo, em um dos elementos fundamentais da construção da identidade do "homem norte paranaense".

Em 1937, o advogado Rui Ferraz de Carvalho, que poucos anos depois teria atuação importante no movimento em torno do "Manifesto do Povo do Norte do Paraná", e seria um dos fundadores e ativo membro da UDN local, em

---

[132] Depoimento de Álvaro Godoy, fazendeiro cafeicultor chegado à cidade em 1931, posteriormente político da UDN e presidente da Associação de Cafeicultores de Londrina na década de 50.
[133] *Paraná-Norte*, 9 out., 1934.

artigo publicado no jornal *Paraná-Norte* apresenta-nos o conteúdo desta representação.

> Dizem que as primeiras impressões são as mais duradoiras, perpetuando-se nas lembranças. Nós achamos que são também as mais justas e as mais sensatas, porque o coração ainda não se eivou de ressentimentos, e as paixões pequeninas não mancharam ainda a pureza do julgamento da consciência.
>
> Aos olhos de quem chega, depois de se embrenhar nestas florestas do norte paranaense, bravas e incultas, Londrina oferece um espetáculo deslumbrante. Comove e encanta. É uma clareira aberta, cheia de luz, de vida, de esplendor; na tenebrosidade destas matas imensas e ameaçadoras. Dir-se-ia um oásis bom e acolhedor no deserto verde destas florestas infinitas. Ouve-se aqui o mesmo rumor de trabalho e de vida que se escuta, lá longe, nos outros centros civilizados. A mesma música das fábricas, das indústrias, das máquinas. O mesmo rumor, a mesma agitação, o mesmo dinamismo.
>
> A Companhia de Terras Norte do Paraná é o eixo de toda a engrenagem londrinense. Em torno dela, gira todo o movimento da cidade. Ela é o princípio, a origem, a razão de ser de Londrina. Londrina existe, porque existe a Companhia de Terras Norte do Paraná. Isso vale dizer que, por uma gratidão muito compreensível e muito humana, está todo o povo ao lado dos chefes da Companhia, unidos, coesos, num só bloco e, por isso mesmo, forte e difícil de romper. Contra eles nenhuma voz autorizada se ergue. Nenhuma voz sensata se levanta. Há uma harmonia de vistas esplêndida, que torna a vida de Londrina calma, suave e serena, ao contrário do que acontece na generalidade das cidades do interior, onde a política meúda, prenhe de malquerenças e dissenções, separa as famílias, géra o descontentamento e destroe a serenidade da vida.
>
> Mas Londrina é ainda uma criança. Criança esbelta e viva, na qual se advinha o futuro luminoso da sua maturidade. O seu presente é já uma realidade belíssima. O seu futuro [...][134].

Percebemos na dicotomia estabelecida no texto o lugar reservado à política. De um lado, a cidade de Londrina, um "oásis" em meio às "florestas bravas e incultas", no qual se ouve o "rumor do trabalho" forjador de um dinamismo construtor de fábricas, indústrias e máquinas, como em qualquer outro centro civilizado. No centro de tudo, a Cia de Terras – princípio, origem e razão de ser de Londrina – ocupando inteiramente o lugar da política, como o eixo da engrenagem que propiciava um bloco coeso e difícil de romper. O outro lado é reservado para a

generalidade das cidades do interior, que, na ausência do "eixo" aglutinador, têm na "política meúda" a causa de malquerenças e dissenções.

Em um conjunto de crônicas do ano de 1952[135], intitulado *Dois repórteres no Paraná,* de autoria de Rubem Braga e Arnaldo Pedroso D'Horta, produzido, pelo que se pode inferir, ao longo de uma viagem realizada pelos dois repórteres ao norte deste estado, acompanhando a comitiva do então governador Bento Munhoz da Rocha Neto logo após a "resolução" de conflitos pela terra ocorridos na região de Porecatu, percebe-se a persistência desta representação. Nos textos referidos a tônica é sempre o

> [...] espírito fortemente materialista de uma zona pioneira, habitada principalmente por forasteiros que aqui vieram para fazer dinheiro. Qualquer preocupação estranha a isso – política, religião, filosofia, arte – só pode ser provisória ou superficial em uma sociedade móvel e imediatista que, [...], 'tomou a terra de assalto'.(BRAGA, 1953, p.10)

Ainda, segundo uma destas crônicas, no norte do Paraná os homens não pediam, mandavam, pois estavam em terras de uma espantosa mobilidade social, em uma sociedade fortemente individualista, em que tudo, ou quase tudo, era feito por particulares. Assim, cada um tinha o sentimento muito vivo do próprio esforço, encarando o Estado com uma espécie de ânimo reivindicativo, com um olhar de credor para devedor. Sendo uma zona sem qualquer tradição política, sem nenhum mito de "doutor" ou "coronel" foi baseada em um lema surpreendentemente teórico: "liberdade e Justiça".

> Isso e não nenhuma palavra de ordem populista, foi o que comoveu êsses rudes pioneiros – como se, no fundo, eles se sentissem por si mesmos capazes de conquistar todos os bens materiais e ao governo pedissem antes de tudo a garantia da liberdade de cada um e de justiça para todos, naufragadas pelos próprios embates das ambições e rudezas de uma súbita e desordenada opulência.(Idem, p.10)

Ao longo de todas as crônicas escritas por estes jornalistas sobre o norte do Paraná esta perspectiva aflora. Do avião, durante a viagem entre Curitiba e Porecatu, diziam avistar, em perspectivas e cortes diferentes, os cafezais a perder

---

[134] *Paraná-Norte*, 6 jun., 1937, p.1.

[135] BRAGA, Rubem e D'HORTA, Arnaldo Pedroso. *Dois Repórteres no Paraná.* Curitiba: Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953.

de vista, e pensavam nos homens relacionados ao cafezal como homens de "pés barreados". Elias Chaves, alguns anos depois, fazia também referência ao barro como um elemento importante na composição da identidade dessa sociedade, segundo ele, "*a poeira, e a sua contrapartida a lama, são um grave problema na vida econômica e humana do Norte do Paraná. Mas são igualmente um elemento que ajuda a compreender psicològicamente uma sociedade*".(CHAVES NETO, 1961, p.49).

De fato, o barro, no imaginário norte paranaense, é portador de aspectos positivos. Por um lado, somado ao "vermelho" é sinônimo de fertilidade e, por outro, somado ao trabalho, é portador também da idéia do "tudo por fazer". A ação do homem através do trabalho encarregar-se-ia de transformá-lo em cafezais e cidades. Esta era a tarefa primordial do homem norteparanaense[136].

Estas últimas descrições, desenvolvidas a posteriori por observadores distantes, reproduzem e fortalecem representações recorrentes sobre a sociedade e o homem norte-paranaense: o individualismo exacerbado, a rudeza, a proximidade do trabalho, a busca rápida de riquezas, a mobilidade social, a construção privada sem apoio do Estado e, por conseqüência, o afastamento do político.

De fato, pelo que pude perceber, até 1945, as constantes trocas de prefeitos foram recebidas pela população com uma certa apatia, apatia, no entanto, infiro, resultante de alguns processos concomitantes. Por um lado, relacionava-se ao quadro político vigente no país que mantinha sob rigoroso controle a sociedade em geral. A evidência deste estado de coisas pode ser percebida na postura assumida pelo jornal *Paraná-Norte*, que durante toda esta fase demonstrou uma total aceitação da ordem política do Estado Novo e do sistema de Interventoria, inclusive cultuando a personalidade de Vargas[137]. Por outro, tal postura pode ser entendida

---

[136] Esta representação mostra sua força enquanto perdura até os dias de hoje. "Pés Vermelhos, Mãos Limpas" é o slogan de uma campanha de moralização ocorrida na cidade Londrina. Na campanha eleitoral de 2002, muitos dos candidatos, oriundos do norte, apresentaram em suas propagandas televisivas, como identificação, a imagem de um pé vermelho.

[137] O Dia do Presidente: Natalício de Vargas. "*Subordinando todos os interesses individuais ao bem comum, ao interêsse da Patria, educando as classes nos princípios da organização corporativa, usando de uma autoridade forte, limitada pelos postulados já consagrados do direito e pelas inspirações de uma superior Justiça, o atual Presidente da República do Brasil restabeleceu a ordem, a disciplina, moralizou a administração, garantiu e valorizou o trabalho, injetou no sangue da mocidade a chama sagrada do amor á Pátria, e prepara, com paciência, tenacidade e segurança, as forças armadas que hão de assegurar a nossa soberania e a nossa capacidade de auto-determinação*". *Paraná-Norte*, Londrina, 19 de abril 1942. p.1 apud CESÁRIO, 1986, p. 248.

como conseqüência da forma de "construção" deste pedaço do Brasil que fincava-se na iniciativa privada de uma empresa de perspectiva liberal, que era colocada como a forjadora da "família Pioneira[138]. O "pai", Willie Davids, encarregar-se-ia da resolução de todas as necessidades emanadas na construção do jovem município. No entanto, a dimensão da participação política inaugurada no ano de 1945, denota que estes fatores apenas escondiam uma vitalidade política latente, prestes a explodir.

2.2 O Manifesto do Povo do Norte do Paraná. Ao encontro da política

> A uma Era de Catástrofe, que se estendeu de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial, seguiram-se 25 ou trinta anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável. Retrospectivamente, podemos ver esse período como uma espécie de Era do Ouro, e assim ele foi visto quase imediatamente depois que acabou, no início da década de 1970.(HOBSBAWM, 1996, p.15).

HOBSBAWM (1996), em sua periodização do "Breve Século XX", apresenta o período inaugurado pelo ano de 1945 como um tempo novo, marcado por extraordinário crescimento econômico e por profunda transformação social. Suas considerações poderiam ser transferidas para a cidade de Londrina, na qual, à partir de meados da década de quarenta instituía-se também um "tempo novo", propiciado pela expansão da economia cafeeira; "tempo novo" que será visto também, quase imediatamente depois que acabou, como a representação de uma "Era do Ouro" local.

Já em 1956, Vicente Barroso, autor do livro *O Famoso norte do Paraná: terra onde se anda sobre dinheiro,* registrava, com imagens fortes, a sensação de desvario causada pelo crescimento acelerado da região a partir do final dos anos quarenta:

> De fato, até 1947, o progresso do norte foi seguindo seu

[138] ADUM, 1991, analisa Londrina nos anos trinta, como um período que a cidade esteve profundamente envolvida na ideologia estadonovista de pátria como família que foi reproduzida no microcosmo desta cidade na idéia de "Família pioneira".

> caminho normal e sem agitação. Mas, aberta a porteira... a boiada estourou. Uma verdadeira avalanche humana, saindo de todos os recantos do Brasil e até do estrangeiro, precipitou-se sobre este norte, na faina de adquirir terras e se enriquecer de um dia para outro, que tal estouro da boiada não será mais contido por nenhuma força humana, nenhuma medida governamental. (BARROSO, 1956, p.29-30).

Em seu trabalho *O Eldorado: Representações da Política em Londrina – 1930/1975,* José Miguel Arias Neto, na periodização da história da cidade que elabora fundada nas representações, denomina de Eldorado o período que se inicia em 1950 e perdura até por volta de meados dos anos setenta. Segundo ele, o Eldorado representa a prosperidade e crescimento ilimitado com base na economia cafeeira.

De fato, a Londrina de meados da década de quarenta e início dos anos cinqüenta era o retrato de uma cidade que sofria rápida transformação. A Segunda Guerra Mundial significou, ao seu final, o restabelecimento do mercado internacional propiciando a recuperação dos preços do café, que desde 1900 enfrentavam sua maior baixa. Por volta de 1940, os preços do café iniciaram uma lenta recuperação, estimulando seu plantio no norte do Paraná. Com o final da Guerra,[139] os preços dispararam, levando a um maior enriquecimento dos "colonos", transformando o Paraná na "nova terra da promissão". A partir daí, a constante associação da fama das terras roxas com a riqueza que poderia advir da produção cafeeira, transformou o norte deste estado na região mais atrativa para a produção cafeeira, e a cidade de Londrina emergiu como centro de uma grande área agrícola em expansão, atraindo milhares de migrantes de todos os quadrantes do país.

> Com a alta do café, no correr da Segunda Guerra mundial, êsses colonos se enriqueceram, fato que transformou o Paraná numa nova terra da promissão. Para lá afluíram nordestinos em busca de trabalho, colonos, aventureiros que iniciavam os mais variados negócios, advogados, médicos. Os capitalistas da cidade, os grandes fazendeiros tornaram-se a se interessar pelo café.(CHAVES NETO, 1961, p.50).

CANCIAN (1981), em pesquisa sobre a cafeicultura paranaense divide as conjunturas da economia cafeeira desse estado em três fases: a de incentivo à

---

[139] Ao final da guerra, em 1944, foram iniciadas manobras para aumentar os preços do café (SERVIÇO INFORMATIVO DO BUREAU PAN-AMERICANO DO CAFÉ. S.I.B.P.A. C.R. *Dep. Nac. Café.* Rio de Janeiro, 12(136): 722, out. 1944)

produção entre 1906-1029; da depressão, relacionada aos anos de guerra, entre 1930-1944, e finalmente, a conjuntura dinâmica, de 1945 a 1970. Neste último período, a cafeicultura paranaense atingira sua etapa de maior dinamismo, marcada em algumas áreas pela presença da monocultura, diversificando-se à medida que começa uma superprodução e queda dos preços na década de sessenta. Segundo a autora,

> Com os preços altos houve, no Paraná, uma tendência à monocultura, se não de modo generalizado, pelo menos em alguns municípios. [...] Todo o Norte do Paraná foi dominado por um verdadeiro mar de cafezais, até meados da década de sessenta, quando por efeito, de um lado da queda de preços do café face a superprodução e por outro, da ação governamental com programas de diversificação agro-pecuária e industrial, foi se acentuando a diversificação da exploração da terra. (CANCIAN, 1981, p.46-47).

Desde o início do século XX, a procura de terras roxas, novas, devido sua alta rentabilidade na produção cafeeira, os programas de defesa do café, paralelamente à deliberação do governo estadual de incentivar o plantio, motivaram a progressiva extensão dos cafezais. Ao mesmo tempo, a proibição do plantio em São Paulo e outros estados, bem como o declínio da produção dos cafeeiros nas regiões velhas, agiram no sentido de atrair numerosos fazendeiros, principalmente paulistas e mineiros, em busca de terras paraneenses para o seu plantio.[140] Assim, o centro dinâmico da produção deslocou-se de São Paulo para o Paraná e a cafeicultura paranaense teve sua fase de maior vitalidade, acarretando implicações sócio-econômicas significativas, decorrentes desse dinamismo. CANCIAN, (1981, p.89) Referindo-se ao aspecto demográfico alega que:

> Ao entrar na fase de maior dinamismo, a cafeicultura paranaense determinou um aproveitamento cada vez mais intensivo do solo, arrastando consigo a dinamização das lavouras temporárias e pastagens, em face da urbanização crescente e do incremento populacional regional que aumentou entre 1920 e 1940 em 468,8%, de 1940 a 1950 em 286,2%, de 1950 a 1960 em 265,8% de 1960 a 1970 em 171,0%. A população das áreas cafeeiras, abrangendo o Norte Pioneiro, Norte Novo e Novíssimo, em 1920 era de 72.627 habitantes, passando em 1970 a 4.428.010 habitantes, num incremento de 6.096,9%. De 1940 a 1970 cresceu em 1300,6%. Em 1920 havia seis municípios cafeeiros no

[140] Grandes concessões de terras foram feitas pelo Estado à particulares em 1920. Em 1931, o Interventor Mário Tourinho, havia "facilitado a aquisição de terras por famílias de agricultores proletários" (MENSAGEM do Interventor Mário Tourinho ao Chefe do Governo Provisório da República Dr. Getúlio Vargas em 5 de outubro de 1931. Curitiba, 1931, p. 49).

> Norte do Paraná, em 1940, 14, em 1950, 36, em 1960, 104 e em 1970 atingiam 192, incluindo o extremo Oeste por onde o café extravasou.

No período, a população do Norte do Paraná – região considerada entre os rios Paranapanema, Itararé e Paraná – aumentou de 345.600 para 1.000.000 de habitantes, o que representou um crescimento da ordem de 189,35% (ARIAS NETO, 1993). Em Londrina, a população mais que triplicara desde 1935, quando a cidade atingira a marca de 15.000 habitantes. Em 1945, 52.000 pessoas já estavam estabelecidas neste núcleo, e, entre 1950 e 1960, este movimento acelerado se intensificara, atingindo a marca, em 1960, de 134.821 habitantes, cifra muito superior àquela de 30 anos atrás, quando o embrião de cidade não era mais do que um acampamento no meio da mata.

Assistimos, também, em meados da década de quarenta, ao início de uma inversão na proporção entre a população rural e urbana, quer dizer, um aumento da população urbana em detrimento da rural, movimento este que, a partir da década de cinqüenta, tornar-se-á mais e mais significativo . Quando de sua elevação a município – em 1934 – residiam em toda a extensão da área municipal apenas 1.346 pessoas[141]. Em 1935 a população urbana contava com 4.000 hab., enquanto a rural era de 11.000 pessoas. Em cinco anos (1935/40) a população cresceu numa taxa de 101,85%, sendo que a urbana cresceu 163,27%. No quinquênio seguinte (1940/45) esse crescimento foi de 83, 49; no total, e 114,22; para a população urbana. Em, 1950, a população urbana contava com 39.000 hab., enquanto que a rural era de 38.317 hab. Em 1960, a população urbana crescia para 72.857 hab., sobrepujando a rural que contava então com 61.964 ha. Crescimento vertiginoso, principalmente considerando-se os desmembramentos que o município sofrera em sua área no decorrer da década de quarenta. A cidade passara a ser um ponto de atração maior do que o campo para os inúmeros migrantes que chegavam.

No campo, inicia-se um processo de concentração de terras com o estabelecimento de grandes latifúndios cafeeiros, gerando concomitantemente grande especulação devido à alta valorização das mesmas.

> Se a população urbana e rural cresceu em ritmo acelerado, a venda de terras aumentou na mesma proporção, ou até mais velozmente porque se houveram pessoas que adquiriram apenas os 05 alqueires,

[141] Paraná-Norte, 9 out., 1934, p.1.

> houveram os que compraram de 50 alqueires para mais, surgindo assim, pequenas, médias e grandes propriedades. No entanto, não apenas agricultores procuraram a região para se estabelecer. Houve a busca da cidade, pelo trabalho na cidade, ocorrendo a formação e o desenvolvimento de relações de produção tipicamente urbanas, com o crescimento do setor de prestação de serviços. (Enezila)

Em Londrina, todo esse processo de transformação econômica foi acompanhado também por intensas transformações na política. O fim do Estado Novo, o processo de redemocratização do país, a nacionalização da Companhia de Terras Norte do Paraná em 1944 e a transferência de sua sede para a cidade de Maringá, que seria agora sua "nova Canaã", constituíram um contexto propício para que fazendeiros de café, comerciantes e profissionais liberais – classes em ascensão econômica – se organizassem partidariamente com o objetivo de assumir o mando político local e regional, ao mesmo tempo que buscavam espaço de representação em nível estadual e federal[142]. Significa dizer que a situação política totalmente represada até então, pelos mecanismos da interventoria, transformou-se em sentimento de rebeldia que foi canalizado pelo novo sistema partidário implantado no país após a queda do Estado Novo. Todos esses processos aproximaram da política aqueles que se diziam afastados. Não seria mais possível que os filhos, agora crescidos, ricos e fortes – separados definitivamente do "pai" – continuassem alijados dos espaços de representação local, estadual e federal. Esta será a nova tarefa do homem norte-paranaense.

O *Manifesto do Povo do Norte do Paraná* nasceu, portanto, neste contexto. Tratava-se de uma declaração política que representava uma frente ampla – *Frente Única das Oposições* – contra os governos de Getúlio Vargas e, principalmente, de Manoel Ribas, e aglutinava aqueles que posteriormente organizariam os partidos políticos no município. Majoritariamente aqueles que organizariam a UDN, mas também os fundadores do PR e alguns que posteriormente se filiariam ao PSD. Saliento ainda, que alguns políticos do Partido Comunista, que ensaiava seus primeiros passos na cidade, como o comerciante Gerson Monteiro de Lima e o médico Newton Leopoldo da Câmara Filho, cerraram

---

[142] Entre os anos de 1945 e 1947 , os fazendeiros associados a comerciantes e profissionais liberais organizaram-se politicamente e conquistaram o controle da política municipal, do qual foram desalojados somente em 1968. ARIAS NETO, José Miguel. op. cit. Ver também: CESÁRIO, Ana C. op. cit.

alas ao protesto. Estes dois pioneiros do Partido Comunista local, acompanhando algumas das tendências da esquerda nacional[143], empenharam-se no que entendiam como uma frente única em prol das eleições, da queda do Estado Novo e na eventual campanha da UDN em torno da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes.

O *Paraná-Norte,* o antigo jornal que durante o Estado Novo servira aos interesses do PSD e da Companhia Inglesa, mudara o seu perfil e transformara-se no arauto da redemocratização. Passara às mãos do grupo de profissionais liberais que desencadeara o movimento pela redemocratização nacional[144].

Em 20 de maio, Licínio Maragliano apresentava, em suas páginas, as intenções políticas do grupo em relação às esferas estadual e nacional:

> Na esfera estadual, visamos obter para o Norte, a efetiva consideração que merece, quando não seja por outra cousa, pelo menos em virtude da civilização que aqui edificamos todos, numa comunhão perfeita de brasileiros que amam a sua Pátria. Pelo menos para essa gigantesca obra econômica que realizamos, que é sem nenhum favor o espelho cristalino onde se póde mirar, despindo-se de orgulhos tolos e anti-patrióticos, qualquer outra região brasileira.
>
> É nosso objetivo alçar a voz de deputados do setentrião paranaense, seja no Rio de Janeiro seja em Curitiba, para que ali sejam conhecidos os nossos problemas administrativos; para que a voz do Norte seja ouvida e tenhamos em consequencia as leis que merecemos[145].

As palavras de Maragliano dão conta de mostrar, com extrema clareza, a perspectiva que se colocava naquele momento: chegara a hora da transição que levaria ao "encontro do político". Terminada a tarefa de construção de uma "gigantesca obra econômica" objetivava-se, agora, a conquista da

---

[143] Em 1945 várias tendências de esquerda - facção do PCB (representada no "Comitê de Ação"), Partido Socialista, Esquerda Democrática - estavam empenhados numa frente única em prol das eleições, da queda do Estado Novo e na eventual campanha da UDN em torno da candidatura de Eduardo Gomes. (IUMATTI, 1998, p.14).

[144] Em 13 de maio de 1945 a nova direção era apresentada. Eram eles: José Hosken de Novaes, Josino da Rocha Loures, Licino Maragliano, Milton Ribeiro Menezes, Ruy Ferraz de Carvalho e Ruy Cunha.Com exceção do médico Rocha Loures e do advogado Ruy Cunha que eram paranaenses do sul, os demais – todos advogados – eram de origem mineira (Hosken, Menezes, Ferraz de Carvalho) e paulista (Maragliano). Ruy Cunha, Hosken, Milton Menezes, Ruy Ferraz e Licínio Maragliano já eram moradores de Londrina durante a vigência do Estado Novo. Cunha era promotor no município e os demais exerciam a advocacia em Londrina. Ferraz de Carvalho e Hosken haviam colaborado com o *Paraná- Norte* como articulistas e Milton Menezes exercera a função de censor do jornal, por curto período, durante o Estado Novo.

[145] Paraná Norte, Londrina, 20 maio 1945. p.1, sob o título "A política que estamos fazendo".

representação política do setentrião paranaense nos níveis estadual e federal, para a conquista das "leis que merecemos".

Ao núcleo inaugural, constituído por profissionais liberais e outras profissões urbanas, irão aderir diferentes segmentos da sociedade regional fazendo com que a *Frente Única* adquirisse um perfil mais amplo e diverso. Em um segundo documento – o *Manifesto do Povo* – lançado no início de junho do mesmo ano,[146] além de outros profissionais liberais, vários fazendeiros locais e da região juntaram-se aos primeiros manifestantes. Mostrando sua força e a disposição de luta por seus interesses, os fazendeiros, além de unirem-se à Frente-Única, fundaram, logo após, em 29 de junho de 1946, a Associação Rural de Londrina, hoje Sociedade Rural do Paraná e em 1951, outra instituição representativa de seus interesses, a APAC – Associação dos Cafeicultores Paranaenses.

Com este primeiro movimento, iniciava-se a constituição dos Partidos Políticos Nacionais na cidade e região. A União Democrática Nacional, nascida com base nas manifestações da Frente Única das Oposições, além de constituir-se, acompanhando o movimento da UDN nacional, como ferrenha opositora de Getúlio Vargas e, no Paraná, de seu representante, o interventor Manoel Ribas, tinha como um dos componentes fundamentais de seu perfil um sentimento regional muito forte. Seus partidários apoiavam a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes e pleiteavam intransigentemente, através da representação partidária, influência e participação do Norte do Paraná no âmbito da política federal, estadual e municipal.

Em 1945, a administração de Ribas apresentava profundas marcas decorrentes do desgaste de sua permanência durante o longo período de 13 anos consecutivos no governo do Paraná. Identificado como um dos maiores colaboradores de Vargas, recaiam sobre ele todas as falhas do sistema autoritário. BENEVIDES (1991), contrariando estudos que apresentam a sustentação política de Ribas repousando nos setores tradicionais da economia paranaense, afirma que tal sustentação apoiava-se basicamente no Estado Ditatorial. O autor leva em conta, para suas colocações, a contundente frase de Vargas: "*no Paraná eu estou sempre*

---

[146]Dia 4 de junho de 1945, foi publicado sob a responsabilidade do Movimento Pró-Democratização Nacional de Londrina. Eis os membros: Nicolau Lunardelli – presidente, Hugo Cabral – vice-presidente, Dr. Anibal Veloso de Almeida – secretário, Dr. João Figueiredo – tesoureiro, Vogais: Dr. Antonio de Camargo Corrêa Ferraz, Álvaro Godoy, Dr. Anisio Figueiredo, Candido Borba, Humberto

presente. Tenho lá o Ribas" (BENEVIDES, 1991, p.16-17). Para este autor, com o processo de redemocratização, não apenas os "homens do norte" opunham-se ao interventor mas, também, sua situação no Paraná tornou-se bastante incômoda. A criação do território do Iguaçu, em dezembro de 1943, fora visto como um golpe baixo de Vargas e Ribas contra as "classes conservadoras" paranaenses.

No entanto, apesar dos aparentes sinais de fraqueza política, antes de deixar o poder, logo após a queda do Estado Novo[147], Ribas atendera aos chamados de Vargas. Primeiro, ocupara-se com a organização do PSD no estado, pouco depois do lançamento do Partido em Belo Horizonte por Agamenon Magalhães. Foi responsável também pela organização do Partido Trabalhista Brasileiro, que, seguindo a perspectiva colocada nacionalmente, constituíra-se como

> a outra ponta do nó, de baixo para cima, com o qual Vargas e seus companheiros estadonovistas pensaram amarrar sua dominação da Quarta República, surgida em 1945, atacando-a também de cima para baixo com o conservador PSD. (CHACON, 1998, p.175).

De fato, Vargas liderara a formação de dois partidos políticos nacionais, um para representar a organização burocrática desenvolvida pelo Estado Novo nos estados e outro para representar os trabalhadores e, aparentemente, minar a influência comunista na classe trabalhadora. Em nove de maio, os líderes políticos e militares ligados intimamente ao regime organizaram formalmente o Partido Social Democrático (PSD) e em 1° de julho, em sua primeira convenção nacional, o partido endossou a candidatura de Dutra para a presidência. (CHILCOTE, 1982, p.94).

Em Londrina, o primeiro passo dado por Ribas para a criação do PSD, e usando ainda os mecanismos permitidos pelo exercício interventorial, foi a nomeação, em maio de 1945, de um novo prefeito que, morando na cidade e menos identificado com os "homens do sul", auxiliasse na organização do partido na localidade. A escolha recaiu sobre José Munhoz de Mello, então Juiz de Direito do

---

de Almeida Barros, José Ferreira Fontes Dr. Mábio Palhano Roberto Junqueira Urbano Lunardelli" (Paraná- Norte, 10 junho, Londrina, 1945. p.1).

[147] Em outubro de 45, Ribas foi substituído no governo do Estado pelo representante do poder judiciário desembargador Clotário Portugal, seguindo-se rápidas interventorias (do professor Brasil Machado, do coronel Mario Pinheiro Gomes da Silva e de Antonio Carvalho Chaves) até que se restabelecesse o processo de eleições com a Constituição de 1946.

município que, apesar de ter vindo de Curitiba, já se encontrava em Londrina desde 1940[148].

Quanto ao PTB, sua constituição iniciou-se no estado através da fundação da União dos Trabalhadores do Paraná, instituição instrumentalizada para congregar sociedades operárias. Este procedimento foi explicitado anos mais tarde por seu maior articulador – o major Fernando Flores.

> Tanto o PSD como a UDN eram partidos burgueses, de elite, e o proletariado, os trabalhadores em geral, não estavam encontrando nos dois partidos nenhuma atração. [...].
>
> Tivemos então uma idéia que considero das mais felizes na época: fundamos o UTP, União dos Trabalhadores do Paraná, reunindo uma trintena de sociedades operárias, então lideradas por Maximino Zanon e que funcionavam como vasos comunicantes do PSD[149].

O jornal local da UDN preocupou-se em alertar contra as "manobras políticas" do governo visando a organização de dois partidos aparentemente antagônicos na localidade[150]. Assim, quando os membros do nascente PTB em Londrina reuniram-se em uma convenção com a presença do ex-interventor, os udenistas, através de seu periódico fizeram a seguinte apreciação sobre o evento:

> Bandas de música, rojões e jardineiras em abundância, conseguiram lotar o recinto interno do Cine Teatro Municipal, onde teve logar a sessão.
> Cumprindo um ciclo de confusionismo premeditado, que chega às raias do absurdo, a sessão foi presidida pelo Interventor Manoel Ribas e praticamente efetivada sob os auspícios do Prefeito local. Ora, se o sr. Manoel Ribas é o presidente do Partido Social Democrático no Estado e também o é em Londrina o prefeito Munhoz de Melo, é de estarrecer tenham os mesmos presidido à sessão que se instalou nesta cidade em outro partido político, isto é, o Partido Trabalhista.
> Confusionismo e incompreensões e nada mais[151].

---

[148] Segundo o *Paraná-Norte*, 28 junho 1945, p.4, apud CESÁRIO, 1986, apesar desta nomeação ter desagradado aos bacharéis que reuniam-se em torno da UDN e da candidatura Brigadeirista, que viam-na como representação da ditadura, posto que efetuada pelo Interventor, sem o beneplácito dos londrinenses que desejavam ardentemente manifestar-se através de eleições propiciadas pelo sistema democrático a nomeação não desagradou à maioria dos londrinenses posto que ao final do mesmo ano Munhoz de Melo conquistaria expressiva votação em Londrina como candidato à Deputado Federal.

[149] Depoimento do Major Fernando Flores concedido ao jornal Gazeta do Povo. *Paraná: 30 anos de história política.* Gazeta do Povo, Curitiba, 13 dezembro 1976. apud. CESÁRIO, 1986, p.254.

[150] *Paraná-Norte, 27* maio, 1945.

[151] *Paraná- Norte*, Londrina, 29 jul., 1945, p.4

Ao final das movimentações, haviam sido organizados em Londrina o PSD liderado pelo prefeito Munhoz de Mello, Aquilles Pimpão, Ulysses Xavier da Silva, Eusébio Barbosa de Menezes e outros, o PTB, também sob a proteção do prefeito, mas liderado por Darcírio Egger e Fulgêncio Ferreira Neves, e a UDN, que estendia o movimento por outras cidades da região levantando a bandeira da candidatura Eduardo Gomes. Estabelecia-se, portanto, ainda na fase de organização partidária, uma ferrenha disputa entre duas principais correntes. De um lado, as forças situacionistas formadas pela administração municipal tutelada pelo governo do estado e que organizara o PSD e o PTB, de outro, as forças que se insurgiam contra a possibilidade de continuidade da situação política criada pela Interventoria no município aglutinadas em torno do brigadeirismo.

No embate, em meio aos "grandes partidos nacionais", um pequeno grupo de homens aglutina-se para a construção do Partido Comunista do Brasil, iniciando um processo que institui o que designamos de "subversão na cidade ordenada" .

CAPÍTULO III

3 O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL EM LONDRINA E A LUTA PELO ESPAÇO POLÍTICO NA REDEMOCRATIZAÇÃO DO PÓS-GUERRA: O APELO À UNIÃO NACIONAL E A ALIANÇA COM VARGAS.

> Um partido é antes de tudo uma reunião de homens em torno de um objetivo comum, e é em primeiro lugar sobre aqueles que reúne que ele é capaz de nos esclarecer. SERGE BERSTEIN)

Embalado pelo clima das intensas atividades de organização dos partidos políticos na cidade, também o Partido Comunista do Brasil, ainda na ilegalidade, saiu das sombras e tornou-se visível, instalando em Londrina o que alegava ser o primeiro Comitê Municipal Pró Redemocratização do país, em 27 de junho de 1945.

> Os elementos esquerdistas da nossa cidade, filiados ao Partido Comunista Brasileiro, acabam de instalar [...], a séde do seu movimento político unificador.
> Segundo a linha de conduta traçada pelo seu lider Luiz Carlos Prestes, os comunistas de Londrina desenvolverão grande trabalho no sentido de fundar nesta cidade o primeiro Comitê Municipal Pró Redemocratização do país, ao qual poderão pertencer todas as pessoas, sem distinção de credos políticos ou religião.[152]

Uma semana antes havia sido fundado na cidade o Comitê Estadual do Partido, cuja instalação antecipara-se à fundação do Comitê na capital. Transformou-se, menos de um mês depois, em organismo zonal, transferindo o estatuto de Diretório Estadual para Curitiba onde solenemente fundara-se o Comitê[153] em um evento no Cine Vitória, no qual os comunistas do Norte do Paraná foram representados pelo seu primeiro Secretário Político, o alfaiate Dinarte Brasil.

A política de "ordem e tranqüilidade" através da União Nacional, com a perspectiva de um Partido Comunista "menos ameaçador", e o clima de euforia democrática que se havia instalado em 1945 no país e na cidade, transformaram o

---

[152] *Paraná Norte*, 28 jun., 1945, p.4.
[153] O comitê de Londrina foi fundado em 21 de junho de 1945 e o Comitê Estadual em 03 de agosto do mesmo ano.

evento, segundo relato de um advogado londrinense, em um acontecimento social no qual "*metade da cidade esteve presente*"[154]. Entretanto, apesar da grande afluência de cidadãos londrinenses à reunião de fundação, não foram muitos os "elementos esquerdistas" que envolveram-se e participaram efetivamente da agremiação que nascia.

Os fundadores e membros de "primeira hora" do Comitê resumiam-se a menos de uma dúzia de homens que, nos primeiros anos de existência do partido na cidade, revezaram-se na ocupação dos cargos diretivos da agremiação. Eram eles: Dinarte Pereira Brasil, seu primeiro Secretário Político; Newton Leopoldo da Câmara Filho, Secretário de Divulgação; Nelson Torres Galvão, inicialmente com o cargo de Secretário de Organização e, logo após, de Secretário Sindical; Sebastião de Sá Cavalcanti, Secretário Sindical; Gerson Monteiro de Lima, Secretário de Agitação; Carlos Rosa, também Secretário Político nos primeiros anos; Bento Paiva,Campos Rivadávia e Luciano de Andrade, dos quais não foi possível identificar as incumbências . Incorporou-se um pouco mais tarde, no final de 1945, Manoel Jacinto Correia.

A ausência de documentação oficial sobre o número e a composição social dos membros do Partido Comunista, principalmente se objetivarmos ampliar o olhar para militantes e simpatizantes, constitui-se em um problema que se coloca inevitavelmente diante daqueles que se dedicam ao estudo desta agremiação. Chilcote, um dos pioneiros dos estudos sobre este partido no Brasil, já chamara a atenção para o fato alegando que,

> A análise da militância no partido poderia ser particularmente reveladora, mas infelizmente, devido à situação de ilegalidade e clandestinidade, o PCB não publica dados sobre o número de filiados. Na verdade, pode-se supor que, em momentos críticos da história do partido, dados precisos eram desconhecidos até mesmo pelos militantes devido à dificuldade de conservar registros e recolher contribuições. Assim, dados específicos sobre idade, sexo, raça, educação e condições sócio-econômicas gerais, ou não podem ser obtidos, ou não são confiáveis. (CHILCOTE, 1982, p.181).

Tal situação manifesta-se, também, com os dados referentes a militância deste partido na cidade de Londrina, tornando-se mais agravante por

---

[154] Advogado José Rodrigues Vieira Neto. Autos do Processo-crime n.109/51, p.845.

serem lacunares até mesmo as informações referentes aos componentes dos grupos dirigentes. De alguns deles restaram registrados apenas os nomes, com a conseqüente "perda" de suas atuações para a memória. Importa ressaltar aqui, que trabalhar com temas ligados ao comunismo, significa, acima de tudo, aceitar o desafio de lidar com "coisas misteriosas". Em suas memórias, Irineu Luís de Moraes, militante comunista que participou de lutas na região norte do Paraná no início dos anos cinqüenta, referiu-se à sua convivência com o "mistério", falando sobre suas ligações com o que designou de "Capa Preta".

> Ingressar mesmo no partido era um problema naquele tempo. [...] O partido era chamado de 'Capa Preta' por causa do mistério; era todo misterioso, ninguém sabia de ninguém.[...]
>
> [...] Debaixo da "capa preta" do partido eu não conhecia ninguém, mas a polícia conhecia todos nós [...]. (WELCH, 1992, p.45-47)

Apesar das colocações do velho comunista referirem-se aos anos 30, momento de seus primeiros contatos com o Partido Comunista do Brasil, pensamos serem pertinentes também para o período estudado. Freqüentemente, a vivência no entremeio da "luta pela transformação da sociedade" e do "medo da repressão", fez com que os protagonistas fossem obrigados a esconder suas atividades políticas e, até mesmo, a viver "duplas personalidades", transformando-se em figuras dúbias, e, muitas vezes, "desaparecidas". Assim aconteceu com "Machado", "Alberto Manoel", "Alfredo", entre outros. De outros, como Campos Rivadávia, Luciano de Andrade, Carlos Rosa, etc., poucas informações puderam ser recuperadas.

A repressão – causadora do "medo" – que acompanhou as atividades deste partido ao longo de toda sua história, na cidade, acarretou invasões e constantes "apreensões de farto material de propaganda comunista", implicando na perda da documentação, dificultando portanto uma maior precisão, até mesmo na recuperação das composições diretivas do Comitê. A leitura das memórias do comunista Hércules Corrêa permite a inserção de um outro componente nesta "capa preta" ocultadora. Referindo-se ao período entre 1946 e 1964, alega Corrêa que o PCB incentivara a vida clandestina. Segundo ele, tratava-se de "uma clandestinidade fabricada maquiavélicamente", que funcionava como um mecanismo político de isolamento e impedia aos militantes a constatação de sua

estranheza com respeito a sociedade. Segundo este autor, a vida clandestina conferia prestígio aos comunistas, mantinha a coesão partidária e, principalmente, dava aos militantes "aquela *capa-preta* que lhes confere um ar especial, esquisito – jeito de comunista".(CORRÊA, 1994, p.68-69)

Pela classificação de DUVERGER apud CHICLETE, (1982, p.204) pode-se distinguir, além dos núcleos dirigentes, três categorias de participação nas atividades do partido. Em primeiro lugar, há o militante formalmente filiado, envolvido na organização de base e divulgador das palavras de ordem da agremiação. Tecnicamente, todos os comunistas são militantes, embora, segundo este autor, seja difícil determinar o grau de participação ativa ou passiva entre os membros do partido. Para ele o comparecimento às reuniões partidárias e o pagamento de contribuições são dois indicadores úteis para a aferição da militância.

Uma segunda categoria abarca os simpatizantes, representada por aqueles que, mesmo não sendo formalmente filiados, declaram sua concordância com as doutrinas do partido e por vezes o apoiam. Este simpatizante pode ser um eleitor, embora – diferentemente do eleitor comum – defenda abertamente o partido, algumas vezes contribuindo financeiramente e freqüentemente participando de alguma de suas organizações auxiliares. O eleitor constituir-se-ia na terceira categoria, que distingue-se do simpatizante por sua relutância em reconhecer lealdade ao partido.

Em meu estudo, pelas contingências que relacionei acima, acompanhar a classificação proposta por Duverger torna-se objetivo impossível de ser atingido na sua totalidade. Pude, entretanto, estabelecer certa proximidade. Assim, defini primeiramente aqueles que pude identificar como lideranças, categoria composta, de um lado, por aqueles que revezaram-se nas tarefas de direção do Comitê local com cargos objetivamente identificados pela pesquisa, de outro, aqueles, que apesar de não terem sido formalmente identificados como detentores de cargos de direção, foram considerados como tal, tendo em vista suas atuações, consideradas de liderança, bem como, por sua constante identificação pela imprensa e, principalmente, pelas forças da ordem, como "chefes comunistas".

Quanto aos militantes em geral, considerei para minha análise aqueles que em algum momento assim se identificaram. Aglutinei ainda nesta categoria aqueles que, além de contribuírem nas campanhas de arrecadação do

partido, apareceram atuando em mais do que uma das ações identificadas como sendo lideradas por essa agremiação na cidade e região.

Não pude estabelecer neste trabalho a diferença entre simpatizantes e eleitores e me permiti, mesmo entendendo que tal procedimento propicie apenas resultados parciais, estabelecer uma proximidade entre estes dois grupos.

Resta ainda esclarecer que, com raras exceções, os militantes que em algum momento tiveram que pronunciar-se diante das "forças da ordem", identificaram-se, na maioria das vezes, apenas como simpatizantes, ou, em muitos casos, como membros do partido apenas no período da legalidade, sendo, portanto, em todas as circunstâncias, necessário um esforço de reconstrução semelhante à costura de uma "colcha de retalhos", que, em alguns momentos, pode apresentar pedaços descombinados e mal costurados que poderão, certamente, ser recosturados em pesquisas posteriores.

Assim, no intuito de tentar traçar o perfil dos protagonistas desta história, obriguei-me a algumas conjeturas permitidas por sinais detectados fragmentariamente em fontes de diversas naturezas. Além das poucas referências – e apenas aos comunistas mais "eminentes" – percebidas na imprensa local; dos indiciados relacionados em processos criminais e da documentação apreendida e constante nesses autos, principalmente as listas de assinaturas de apoio e de arrecadações financeiras constituídas nas campanhas desenvolvidas pelo Partido na cidade, lancei mão de variada documentação referente ao próprio dia-a-dia da política, entre as quais destacam-se as contidas nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná. Cotejei também estas informações com resultados eleitorais e, quando possível, com depoimentos existentes de alguns de nossos personagens.

Inicio com a apresentação do grupo que se uniu para organizar o Partido Comunista do Brasil em Londrina no momento da redemocratização do país. O olhar sobre os membros das primeiras composições diretivas do Comitê Zonal revela indícios que permitem traçar os contornos do perfil deste partido na cidade, bem como a construção de um quadro mais completo da personalidade da liderança, da formação de atitudes e da composição geral do círculo interno do partido. Destacarei, em primeiro lugar, duas lideranças extremamente representativas dos quadros do Partido no município e região, personagens que situavam-se em pólos antagônicos da sociedade e, por isso mesmo, colocam-se como uma amostragem

pertinente do conjunto daqueles que militavam nessas hostes. Além disso, por sua atuação ao longo de praticamente toda a história do PCB na região, ou mesmo, por terem sido os únicos que cumpriram mandatos legislativos na cidade assumidamente como comunistas, transformaram seus nomes em sinônimos de comunismo.

Em quase todas as publicações, quando há uma referência ao comunismo no norte do Paraná, estes dois nomes são os primeiros a serem lembrados. Da mesma forma, antigos moradores, quando chamados a colocar suas memórias do passado, referem-se também aos dois comunistas, identificando-os como figuras centrais das ações deste partido no município[155]. Por outro lado, até a década de setenta, foram figuras visadas pelos agentes da Delegacia de Ordem Política e Social, que os caçavam ao menor sinal de turbulência. Referimo-nos, ao médico Newton Leopoldo da Câmara Filho e ao pedreiro Manoel Jacinto Correia.

O mais velho de nove irmãos, Newton Leopoldo da Câmara Filho, nascido em Ceará Mirim no Rio Grande do Norte em 24 de novembro de 1916, era filho do grande proprietário rural e industrial Jorge Fernandes da Câmara e de dona Noemi Leopoldo da Câmara. Em julho de 1940, cinco anos após sua formatura na Faculdade de Medicina da Bahia, onde fora ativo participante dos movimentos estudantis, deslocara-se para Londrina, e, ainda um jovem de 24 anos, casara-se com a jovem paulista estudante do Sion, Vera Cardia Câmara, sobrinha de um Superintendente da Companhia de Terras Norte do Paraná.

Ele próprio fala sobre sua decisão de encaminhar-se ao norte do Paraná

> Eu vim por um noticiário, por uma informação. Era uma região que se colonizava e onde havia uma grande facilidade de trabalho e uma grande necessidade de serviços médicos.
>
> Agora, cheguei aqui não como um clínico geral apesar de ser o 13° médico a chegar, eu cheguei aqui como realmente um especialista dentro da medicina, um

[155] Genecy de Souza Guimarães, militante do Partido Comunista à partir da década de 50, em entrevista de 27 de outubro de 1992 coloca: "Manoel Jacinto Correia (...), ah, o Dr. Câmara, não sei se você ouviu falar do Dr. Câmara que era comunista e... mas só aqui dentro. Eles eram comunistas mas não eram comunista legal porque o partido vivia na clandestinidade, não é?" José Juliani, primeiro fotógrafo da cidade, em entrevista de outubro de 1992, refere-se também aos dois comunistas: "Tinha aquele Dr. ... Dr. Câmara também era o principal cabeça do comunismo daqui (...)". Milton Ribeiro de Menezes, prefeito por duas vezes pela UDN, entrevista também de outubro de 1992: "(me dava bem com dois comunistas que foram dois vereadores excelentes: Dr. Newton Câmara e Manoel Jacinto , um pedreiro e Newton Câmara, o médico extraordinário que era. (...)".

> especialista em otorrinolaringologia vindo da Bahia onde permaneci durante cinco anos dominando aquela especialidade[156].

Destacando-se nas especialidades de otorrinolaringologia e oftalmologia, pouco tempo após sua chegada foi designado chefe do serviço destas especialidades na Santa Casa da cidade, bem como do Serviço Federal de Profilaxia do Tracoma. Paralelamente ao exercício da medicina, Dr. Newton atuou também nas várias atividades ligadas à defesa de interesses da profissão, tendo sido sócio da Associação Paulista de Medicina e um dos fundadores da Sociedade Médica de Londrina, da qual foi seu segundo presidente.

> Trazia algumas idéias, com elas uma que refutava fundamental que era um processo associativo de juntar a classe médica, ligá-la numa associação para a sua própria defesa e para defesa de seu prestígio e da união desses médicos.
>
> E assim, logo no ano seguinte, nós fomos lá, éramos tão poucos médicos que precisávamos incluir farmacêuticos, dentistas nessa primeira tentativa e em 1941 fundávamos a Associação Médica [...][157].

Homem abastado, proprietário de glebas rurais e de diversos imóveis urbanos[158], foi figura de ampla projeção social, circulando nos espaços refinados da cidade como sócio do Rotary Clube, do Londrina Country Clube, do Clube Literário e Recreativo Londrinense.

Detentor de largo prestígio intelectual na região[159], Dr. Newton foi um dos fundadores do Partido Comunista na cidade, e apesar de ser recorrentemente identificado pelas forças da ordem como "chefe dos comunistas", ou, "chefe intelectual e principal elemento financeiro do partido"[160], pôde ser qualificado – oficialmente – por esta pesquisa, apenas como Secretário de Divulgação do Comitê de 1945, cargo que continuou ocupando em várias reestruturações posteriores.

---

[156] Entrevista concedida à Zelma Torres Tomazi em 12/05/83. (CDPH).
[157] Idem.
[158] Proprietário de uma residência em lugar nobre da cidade, de clínica de otorrinolaringologia, do Hotel Londrina, de um sítio e vários lotes de terrenos na zona urbana. De cem alqueires de terras na gleba Pirapó no município de Guaracy avaliada em um milhão e duzentos mil cruzeiros (Processo Crime nº 109/51, p.401, v.2)
[159] Era freqüentemente requisitado como orador em reuniões e comícios, bem como para escrever artigos sobre temas diversos.
[160] Autos do Processo-Crime nº 109/51, p.673.

Dr. Newton participou ativamente de todo o processo político desencadeado com a redemocratização do país, inicialmente, junto com inúmeras lideranças locais, fez parte da *Frente Única das Oposições*, berço da UDN e do PR na cidade, tendo sido signatário do *Manifesto ao Povo do Norte do Paraná* de março de 1945. Pouco tempo depois, já como membro do Partido Comunista legalizado, foi candidato a Deputado Federal por Londrina nas eleições de 2 de dezembro deste mesmo ano, quando obteve 345 votos, tendo sido o terceiro candidato mais votado no município[161]. Posteriormente, em 1947, com a decretação da ilegalidade do Partido, foi eleito vereador sob a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro transformando-se em um "Vereador de Prestes", cuja atuação principal em seu mandato legislativo, foi a liderança da luta pela nacionalização do petróleo apoiando a tese nacionalista do general Horta Barbosa.

A centralidade do papel de Dr. Câmara nos círculos comunistas, constituindo-se em um dos pilares de sustentação das atividades deste partido no município, pode ser atribuída a duas ordens de fatores. A primeira, por sua efetiva participação como liderança em quase todas as lutas que os comunistas empreenderam na cidade, ampliando sua militância para toda a região norte do Estado.

Liderou a Campanha Pró-Imprensa Popular, a Campanha Pró-Paz, tendo sido membro da Comissão Organizadora e Diretora do Congresso de Paz Estadual, programado para acontecer em Londrina em agosto de 1949, ocasião em que foi detido na Delegacia Regional de Polícia por insistir na realização de um evento já proibido pelas autoridades nacionais. Além disto, e principalmente, como aparece no começo deste texto, teve papel de destaque na luta pela terra desencadeada em Porecatu pelos posseiros, na qual, entre muitas outras funções, encabeçava a "Campanha de Solidariedade aos Posseiros de Porecatu", o que lhe acarretou novo período de prisão em 1951. Participou, também, da luta pela sindicalização do trabalhador rural iniciada em meados da década de cinqüenta, que culminou na criação, em 1956, do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas do Norte do Paraná.

A segunda, por sua posição social de destaque e o conseqüente livre trânsito nos círculos de poder da cidade, que emprestavam ao partido uma certa aura de respeitabilidade da qual necessitava a agremiação no momento em

---

[161] *Paraná-Norte,* 13 de dezembro de 1945.

que iniciava sua organização no norte do estado. Sua situação econômica privilegiada acabou por transformá-lo, ao longo de grande parte da trajetória desta agremiação no município, no maior financiador das campanhas de arrecadação.[162] Sua residência, situada no bairro mais nobre da cidade, bem como o Hotel Londrina, de sua propriedade, constituíram-se em verdadeiros núcleos de apoio ao Partido. Assim, foi em sua residência que hospedaram-se, em ocasiões diversas, comunistas vindos de outras localidades do país, entre os quais destacamos José Rodrigues Vieira Neto, Jorge Karan, Adão Nascimento,[163] Celso Cabral de Melo – o famoso "Pedro Ferreira da Silva" ou "Capitão Carlos" – enviado, em fevereiro de 1951, pelo Comitê Central do Partido Comunista, para atuar como dirigente da rebelião armada de Porecatu. Foi para o vasto quintal de sua residência que deslocaram-se centenas de "Delegados da Paz" que encontravam-se em Londrina por ocasião do Congresso Estadual, proibido, pela força das armas policiais, de realizar-se no "Cine Avenida", para onde havia sido programado. No hotel de sua propriedade aconteciam reuniões do partido, como era também através deste hotel que se distribuiam os jornais comunistas estaduais e nacionais que circulavam na região.

Constantemente requisitado para constituir-se em apoio aos companheiros nas "horas difíceis", continuou com essa prática até os duros anos do Golpe de 64. O sindicalista José Rodrigues dos Santos, em suas memórias, referindo-se ao período que encontrava-se no Rio de Janeiro acuado pela polícia política, lembra-se de uma mensagem que recebera do Dr. Newton através do amigo Manoel Jacinto:

> Por esses mesmos dias, o meu amigo Manoel Jacinto foi me fazer uma visita. Ele estava como administrador da fazenda do Dr. Câmara, em Londrina, e trouxe uma mensagem dele dizendo que, sabendo do perigo que eu corria ali, se quisesse ir embora para Londrina, para a fazenda dele, eu poderia ir.
>
> Assim, deixei o Rio e fui embora para Londrina. Foi toda a família [...]. Saímos perseguidos pela polícia, para tomar conta da fazenda do Dr. Nilton Leopoldo Câmara

E continua o sindicalista, referindo-se aos anos seguintes:

---

[162] Encabeça todas as listas de doações nas campanhas de arrecadação que o PCB promoveu na cidade.

[163] Vieira Neto, advogado, catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Paraná, eleito Deputado em 1947, tendo sido o único candidato eleito por esse partido na

> Eu estava na fazenda já fazia dois anos, era gerente da fazenda e continuávamos dando cobertura e sendo ponto de apoio para companheiros que praticavam "autodefesa". Sempre havia gente que acreditava na luta armada.(TONELLA; VILLALOBOS & DIAS, 1999, p.95-96).

Sua projeção na sociedade local e regional pôde ser comprovada pela quantidade e variedade de depoimentos em sua desfesa quando foi indiciado, em junho de 1951, sob acusação de desenvolver atividades comunistas, principalmente aquelas relacionadas ao apoio à "Guerra de Porecatu". Preso na madrugada do dia 17 deste mesmo mês como autor de crime contra a Segurança do Estado e da Ordem social, teve arroladas por seu advogado, o eminente Hosken de Novaes, cinqüenta e nove testemunhas, todas elas da maior proeminência na sociedade local, entre as quais, o então prefeito da cidade eleito pela UDN, Hugo Cabral e o então candidato à prefeitura também pela UDN, Milton Ribeiro de Menezes. Freiras, médicos, comerciantes, gerentes de bancos, vereadores, advogados, juizes, entre outras pessoas de inúmeras profissões[164], destacaram em seus depoimentos, na ocasião, através da narração de fatos exemplares, a integridade do acusado e, principalmente, sua constante ação humanitária enquanto médico. Mesmo se considerarmos que todas as testemunhas pudessem ter sido instrumentalizadas pelo advogado de defesa, podemos ainda assim inferir que o simples fato dessas pessoas terem se disposto a testemunhar em um processo-crime contra um "adepto do credo vermelho", indica a importância da posição ocupada por Dr. Câmara na sociedade local.

Além das testemunhas arroladas, vários abaixo-assinados e cartas de personalidades da sociedade local e regional foram encaminhadas ao juiz. Por um lado, tais documentos clamavam ao magistrado que, pela "imperiosa necessidade da presença do chefe da clínica de Otorrinolaringologia e Oftalmologia", o médico "amigo da pobreza", como era chamado, mesmo preso preventivamente

---

ocasião. Em 1947 era também Secretário Político do Comitê Estadual do Paraná. Jorge Karan, médico libanês naturalizado brasileiro, em 1949 era Secretário Geral do Conselho de Paz no Paraná.

[164] Autos do Processo Crime nº109/51. Páginas 642/652: Depoimentos das testemunhas: Em 7 de Julho de 51: 1ª) Hugo Cabral/Prefeito da cidade. 2ª) Severo de Rudin Canziani/Oficial do Segundo Ofício de Títulos e Documentos. 3ª) Claudino Ferreira dos Santos/primeiro Ofício de Imóveis, Títulos e Documentos. 4ª) Milton Ribeiro de Menezes/Advogado (candidato a prefeito?). 5ª) Dr. Antonio Franco Ferreira da Costa/Magistrado. 6ª) Anisio Figueiredo/médico. 7ª) Aristides Souza Melo/engenheiro. 8ª) Antonio Diniz de Faro Sobral/Advogado. Em 9 de julho de 51: 9ª) Dr. Nelson Rosario/médico. 10ª) Jordão Santoro/comerciante. Em 10 de julho: 11ª) Caetano Otranto/securitário. 12ª) Dr. Eulalino Inacio de Andrade/médico nenhum tem conhecimento de seu envolvimento com o

na Delegacia de Polícia da cidade, tivesse o direito de atender diariamente a seus indigentes no serviço que dirigia, por outro, ressaltavam sua idoneidade moral, sua eficiência profissional e principalmente sua preocupação social, demonstrada "atendendo, gratuitamente, a indigência da maior parte dos municípios norte-paranaenses, sem selecionar credos ou partidos políticos, cor e raça, tornou-se desde então insubstituível, até o presente momento"[165].

Foi, provavelmente, por sua posição social de destaque que teve a prisão preventiva relaxada bem antes dos sete outros companheiros presos na mesma ocasião. Excluído da denúncia em 9 de julho de 1951, após o parecer favorável do promotor, apenas mais tarde, em agosto do mesmo ano, o procurador Geral da República, Plínio de Freitas Travassos, atendendo ao Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, solicitou a inclusão do acusado na denúncia oferecida ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Londrina[166].

Dr. Newton teve seu cotidiano acompanhado de perto pelos agentes da DOPS/Pr até a década de setenta, ocasião em que percebe-se o dissabor dos agentes da 2ª Seção da 5ª RM, referindo-se a uma frustrada tentativa de prisão ocorrida em 1964.

> Lider comunista em Londrina, agitador, deixou de ser preso em 1964, por estar internado em hospital, era protegido do Juiz de Direito de Londrina, na revolução foi apreendido em seu consultório um aparelho transreceptor ligado a Alfeu Maculan, viaja muito para Curitiba, pertence ao 'Clube dos 21 amigos irmãos[167].

Em outro pólo da sociedade local, e também desempenhando papel central nas atividades do Partido na região, encontrava-se Manoel Jacinto Correia, nascido em 1917, natural da Paraíba do Norte, Ceará, filho de José Jacinto Correia e de dona Maria Joana Correia. Aos 7 anos de idade abandonara o lar porque o pai – cego, pobre e negro, vivendo de ajuda popular e tendo o menino como seu guia – o agredia quando o dinheiro não entrava[168].

Partido Comunista ou qualquer outro fator de caráter subversivo que signifique perturbação da ordem estabelecida.

[165] Abaixo-assinado promovido por médicos, com 20 assinaturas; abaixo-assinado do Corpo Clínico da Santa Casa com 23 assinaturas. Autos do Processo-crime nº 109/51, p.427/449.

[166] Autos do processo crime n.º 109/51. p.658. Dr. Newton foi excluído da denúncia pelo Juiz de Direito da Vara Criminal de Londrina Guilherme da Mota Correia. Foi necessário designar um promotor de Assai, cidade vizinha a Londrina, para reincluí-lo na denúncia.

[167] DOPS-Dossiê: Newton Leopoldo Câmara, nº 2867/441, em 15/01/70.

[168] *Folha de Londrina*, 2/04/2000, Caderno Gente, p.1.

Marido da costureira Anita, fundadora da Associação Feminina de Londrina, uma entidade de defesa aos direitos da mulher[169], foi pai de 11 filhos. Ao longo de sua trajetória de vida empreendeu muitas lutas e, como um dos pioneiros do Partido Comunista, atuou em toda a região norte do estado do Paraná até meados da década de setenta.

Como inúmeros outros nordestinos, Jacinto, atendera ao chamado das terras férteis do norte do Paraná como uma promessa de vida melhor. Em entrevista concedida em 1983, falou de suas andanças pelo Brasil e sobre o que motivara sua decisão de destinar-se à Londrina em 1946.

> Então [...] você vê a situação difícil de um trabalhador. Eu trabalhava em São Paulo, morava em Mogi das Cruzes num quarto de hotel, não podia pagar uma casa em São Paulo [...]. Saia de Mogi das Cruzes às 03:40 da manhã e chegava em minha casa às 10:00 da noite, então, um dia lá eu comentando, acostumado a trabalhar no interior de mestre de obras, mestre de carpinteiro, que andei pela Bahia, Minas, pelo Nordeste inteiro, conheço o Brasil todo [...]. E eu tava reclamando da vida, daí um pelego falou pra mim. Sabe um lugar bom, é Londrina, cidade nova, está se desenvolvendo agora, não tem esta luta, luta daqui. Muito milho, muito feijão, muito arroz, muita produção. Lá apodrece os cereais porque não tem comprador. Fiquei pensando naquilo[170].

Chegando a Londrina, então com 29 anos, empregou-se na construção civil, filiou-se ao Partido Comunista e iniciou sua vida política. Foi um dos fundadores da União Geral dos Trabalhadores de Londrina/UTL, entidade criada em 1948, que congregava todas as categorias profissionais, sendo, segundo Jacinto, "a mãe de todos os sindicatos"[171]. Foi vice-presidente do Sindicato da Construção Civil, um dos primeiros a ser criado no município, e, como seu representante, constituiu-se em delegado do Paraná no Congresso dos Trabalhadores da América Latina sediado no Uruguai em 1949, para o qual vários países enviaram delegações, tendo assim relatado sua participação no evento:

> Eu fui em nome do Sindicato da Construção Civil, do qual eu era vice-presidente. O Sindicato de Curitiba, naquele tempo, estava muito fraquinho ainda [...] e num entendimento, entre nós aqui e o que tinha de sindicato em Curitiba, saiu [a] deliberação de que eu fosse pro

---

[169] Dona Anita era costureira e escrevia poemas e textos, deixou o livro: Anita. Memórias. Londrina : Artes Grafica Vale Verde, 1991.
[170] Entrevista concedida à Zelma Torres Tomazi em 18/05/1983.
[171] Idem.

> Uruguai. Era uma participação assim, de caráter meio clandestino. [...] Então voltei do Uruguai e fui preso na fronteira do Brasil [...] me tomaram todos os presentes que ganhei no Congresso, livros, essas coisas. Perdi tudo. [...] eu fui preso entre todas essas barbulias (?), todas, [...] até 75, fui preso 17 vezes[172].

Outro contato que Jacinto estabeleceu na cidade foi com a religião. Membro da Igreja Presbiteriana desde o Ceará, onde havia sido pregador leigo, falou sobre esta relação que ele próprio considerava contraditória:

> Eu entrei aqui [no Partido Comunista], eu tinha entrado para o Partido Comunista porque achei que aquelas reivindicações propostas por eles eram coerentes com minhas necessidades, [...] mas ao mesmo tempo, não sabia viver sem ir à Igreja, porque eu tinha vivido na Igreja muito tempo. [...]
>
> [...] Eu fui uma pessoa que andei praquelas estradas da Paraíba, sempre na escola de bandido, de armas, carabinas, de tiros, de muita coisa, vaqueiros, aquelas coisas todas. Então, se não tivesse encontrado a Igreja Protestante, talvez também tivesse me tornado um bandido [...]
>
> A Igreja protestante me deu um certo verniz, mais vontade de ler, ler bastante a Bíblia e tudo, me apeguei muito ao evangelho, [...]. Então, eu não tenho queixa, só que, aqui em Londrina, quando eu entrei pro Partido Comunista, Zaqueu de Melo me expulsou da Igreja Presbiteriana[173].

Segundo ele, após sua expulsão da Igreja Presbiteriana procurou a Igreja Batista a qual freqüentou até a ocorrência de um incidente – o afastamento do pastor negro Enock Medrado por racismo – fato que o teria levado a afastar-se definitivamente das igrejas[174].

Nos últimos séculos, as crenças no progresso, na razão e na capacidade explicativa e transformadora da ciência desencantaram as vivências e laicizaram os comportamentos. Para o homem moderno, a extirpação das "superstições", que há séculos aprisionavam os povos, era necessária para sua própria libertação. Na concepção do homem destituído de religiosidade, nenhum modelo legítimo de humanidade surgia fora da concepção racionalista e da explicação científica. Jacinto sabia que os comunistas, eram, sem dúvida, os

---

[172] Idem.
[173] Idem, 1983.
[174] "Eu fiquei puto da vida, fiquei tão revoltado que nunca mais vou entrar em igreja nenhuma." Entrevista à Zelma Torres em 18/05/83.

herdeiros e melhores intérpretes deste modelo de existência, no entanto, talvez não soubesse, que por mais que se quisessem transparentes, desideologizados e isentos de máscaras e adornos sociais, não deixaram de elaborar uma representação de si mesmos, distribuindo papéis sociais, expressando crenças comuns, construindo códigos de bom comportamento, entre outros recursos culturais e imaginários. Jacinto, sabedor do papel que deveria representar como comunista, procura uma justificativa social, para explicar sua "devoção".

Apesar de ter trabalhado grande parte de sua vida como operário da construção civil e, na maioria das vezes em que foi chamado a referir-se a sua profissão, designar-se pedreiro, Jacinto tem sido apresentado freqüentemente como lavrador/camponês. Esta segunda designação pode ser explicada, principalmente, por sua intensa atuação junto aos camponeses ao longo da "Guerra de Porecatu" em 1951, e, após este evento, em vários outros movimentos desencadeados por trabalhadores rurais na região, sobretudo os que se desenvolveram, em meados da década de cinqüenta, em torno da criação do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas do Norte do Paraná. Deve ser considerado, também, o fato deste personagem ter trabalhado na zona rural em alguns períodos de sua vida, sobretudo após o início de suas lutas e da conseqüente perseguição policial, quando, pela proximidade que mantinha com Dr. Newton Câmara, tornou-se administrador de sua fazenda. Após este período, acoplou-se ao seu nome o título de "líder camponês", tanto nas propagandas eleitorais de campanhas políticas que participou[175], como, posteriormente, em vários textos, acadêmicos ou não, que trataram das lutas dos trabalhadores rurais na região norte do Paraná.

Após a decretação da ilegalidade do Partido Comunista do Brasil, elegeu-se "vereador de Prestes" pela legenda do PTB, tendo sido reeleito 4 vezes como membro da Comissão de Finanças da Câmara Municipal. Como vereador, ao lado de seu colega de bancada Newton Câmara, liderou na cidade diversas lutas nacionais, entre elas, a luta pela nacionalização da exploração do petróleo, contra o envolvimento do Brasil na Guerra da Coréia, contra a Conferência de Washington, pela Paz, etc. No entanto, através da análise dos projetos que apresentou em seu mandato legislativo, percebe-se que sua maior e mais constante preocupação voltava-se para as necessidades cotidianas da população das vilas e distritos da

[175] Em folheto propagandístico das eleições de 1954, Manoel Jacinto é apresentado como "líder camponês".

cidade. Preocupou-se com o abastecimento d'água, com a construção de fossas acéticas e com a instalação da rede de luz elétrica nas vilas de Londrina que ainda não tinham tais benefícios . Preocupou-se também com a construção de estradas rurais, de cemitérios nos distritos, com a construção de uma passagem de nível para facilitar o trânsito de pedestres e veículos entre duas "porções" da cidade divididas pelo leito da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina[176].

Enquanto vereador, foi também depositário de vários abaixo-assinados de moradores de diversas regiões da cidade, que reclamavam da quantidade de moscas provenientes do depósito de lixo da Prefeitura Municipal, da falta de higiene imperante no Matadouro[177],e, principalmente, da existência de tais atividades nos limites urbanos da cidade.[178] Foi depositário também de abaixo-assinados de operários da cidade, que clamavam ao seu representante na Câmara, para que lutasse pela adoção de medidas tendentes a impedir a exploração de que eram continuamente vítimas os trabalhadores de todas as profissões, obrigados a adquirir gêneros de primeira necessidade por preços absurdos, especialmente em se considerando os minguados salários que percebiam. Clamavam também por medidas urgentes contra os "preços absurdos" dos aluguéis, dos medicamentos e das diversões[179].

A casa deste comunista, localizada na Vila Casone, um bairro operário-popular de Londrina, constituiu-se também em verdadeiro QG do Partido Comunista, principalmente ao longo do período da "Guerra de Porecatu". Dona Anita, sua companheira, relembra em suas memórias, que ali eram costuradas as roupas para os posseiros, bem como eram escondidas as armas que posteriormente seriam levadas para a região do conflito.(TONELLA; VILLALOBOS & DIAS, 1999,

---

[176] Requerimento para a constituição de uma Comissão Especial para estudar a possibilidade de abastecer de água as populações das vilas da cidade; Minuta de Projeto de Lei nº45 de 17 de novembro de 1948, declarando obrigatória a construção de fossas céticas nos prédios da 1ª zona da cidade de Londrina; indicação à Câmara de Vereadores da necessidade de criação de um cemitério no Distrito de Irerê (em 6 de abril de 1948); indicação à Câmara para solicitação à Rede Viação Paraná-Santa Catarina a construção de uma passagem de nível para normalizar o trânsito de pedestres (em 16 de agosto de 1948); indicação à Câmara no sentido de entrar em entendimento com a concessionária dos serviços de energia elétrica para instalação de luz elétrica nas vilas Brasil Matarazzo e Matos (16 de maio de 1949). Autos do Processo-crime nº 109/51, p.521-526.

[177] Residentes no bairro compreendido entre as ruas Alagoas, Antonina, Paranaguá e Piauí, Santos e Belo Horizonte, que reclamam da quantidade de moscas provenientes do depósito de lixo da Prefeitura Municipal e do matadouro Matias. Mau Cheiro, falta de higiene imperante no matadouro Solicitam medidas enérgicas. (102 asinaturas, p. 537, processo, 2º v.) .

[178] Abaixo-assinado (7 de janeiro de 1948) de moradores da Vila Cazone que pedem que a Assembléia Municipal lute pela instalação urgente de água encanada naquela vila. (288 assinaturas)

p.69). Em 1960, no *I Congresso de Trabalhadores Rurais do Paraná,* ocorrido em Londrina, a casa de Manoel Jacinto transformou-se no maior ponto de apoio ao evento[180].

Em 1951, foi preso junto com outros sete companheiros, sob acusação de ser ativo participante da "Guerra de Porecatú." Na ocasião, ainda cumprindo seu mandato de vereador, era candidato à reeleição para a Câmara Municipal pelo Partido Trabalhista Nacional. Fazia parte de um grupo de comunistas que se unira sob o slogan "Luta pela Paz e Contra a Carestia", no sentido de participar das eleições municipais de 1951, projeto abortado pouco mais de um mês antes das eleições, pelo seqüestro e prisão da maioria de seus membros.

Em meados da década de cinqüenta, participou ativamente da luta pela sindicalização do trabalhador rural. Além da organização do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas do Norte do Paraná sediado em Londrina, viajou por várias cidades do norte-paranaenses, nas quais promovia reuniões, com o intuito de unir os trabalhadores do campo na luta por seus direitos[181].

Na década de setenta, Manuel Jacinto continuava sendo visado pelas forças da ordem, tendo sido preso em 1975, dentro das movimentações da "Operação Marumby" desencadeada no Paraná, quando, junto a muitos outros comunistas do do estado, sofreu violências nas celas da prisão curitibana. Segundo as memórias do comunista Ildeo Manso Vieira, preso na mesma cela,

> [...] o conhecido Manoel Jacinto ou Mané Jacinto ou ainda Compadre Lampião, como dizia Diogo Affonso Gimenez, passou a se relacionar melhor com todos os presos e contava suas histórias nas caatingas do nordeste, como vaqueiro, nos chapadões do Estado de São Paulo, como posseiro, e na capital do café como vereador do PTB e nas terras roxas de Porecatu como guerrilheiro. Ao falar sobre sua prisão, Manoel Jacinto desabafou:
> Fui preso inúmeras vezes e nunca reclamei. Paguei sempre pelo que fiz e pelo que não fiz. Mas desta vez, não me conformo com esta prisão, pois ela não tem sentido. [...]
> Estou, desde 1961, no ostracismo. Hoje não faço outra

---

[179] Em 31 de janeiro de 1948, com 57 assinaturas, processo-crime 109/51, p. 549. Abaixo-assinado dos operários da "SIAM". (Indústria de lâminação de madeira).

[180] TONELLA, Celene; VILLALOBOS, Jorge Ulisses G.; DIAS, Reginaldo D.. *Memórias do sindicalista José Rodrigues dos Santos. As lutas dos trabalhadores rurais do Paraná.* Maringá: Eduem, 1999, p. 69.

[181] Participou de reuniões em Jataizinho, em 28/02/55, para organização da "Sociedade dos Agricultores" desta cidade. Foi apresentado aos trabalhadores rurais por Mario Urias de mello e Alirio Claudio Ullman, vereadores pelo PTB naquela cidade em 11/5/56.

> coisa na vida a não ser cuidar da minha mulher Anita e dos meus doze filhos.(VIEIRA, 1998, p.60)

Os dois mais conhecidos comunistas da cidade, apesar do antagonismo das posições sociais que ocupavam, haviam feito o mesmo trajeto, eram parte das levas de migrantes nordestinos que se encaminharam para a região em busca de melhores dias na "terra da promissão".

O perfil de outros fundadores do Comitê Zonal do Partido Comunista na cidade tornam mais denso o quadro:

Da vida do alfaiate Dinarte Pereira Brasil pude desvendar muito pouco. Foi nomeado, em 21 de junho de 1945, primeiro Secretário Político do Comitê Estadual com sede em Londrina[182], permanecendo em atividades nesta cidade até 1950, quando transferiu-se para a cidade de Jandaia do Sul, também no norte do estado do Paraná, estabelecendo-se com uma pequena oficina de alfaiataria onde, segundo os agentes da DOPS/Pr que acompanharam seus passos por longo período, "nas horas vagas semeava propaganda comunista."[183] Naquela cidade, foi alvo de inquérito e prisão por ter sido apreendido em sua residência farto material de propaganda, livros, jornais, fotografias e estatutos comunistas. Em 1953 atuava como Secretário da Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul e como Juiz de Paz daquela mesma localidade.

O funcionário do Banco do Brasil Nelson Torres Galvão, fundador e ativo participante do partido na localidade desde julho de 1945, nascera em 24 de outubro de 1923 na cidade de Ourinhos, estado de São Paulo. Casado com uma filha da líder comunista no Paraná Durvalina Alves Batista, a "Mimi Batista", revezou-se entre as atividades de Secretário de Organização do Comitê de Zona, Secretário Sindical, Secretário Político, Secretário de Célula, Secretário de Massa Eleitoral e membro da Comissão Pró Imprensa Popular. Fez parte da Comissão Organizadora do Congresso Pró Paz, que se realizaria em Londrina em agosto de 1949, ocasião em que foi preso e encaminhado para a Delegacia de Ordem Política e Social em Curitiba.

Nas eleições estaduais de janeiro 1947 foi indicado como um dos candidatos do PCB para a deputação estadual. E, em finais dos anos quarenta e início dos anos cinqüenta, atuou, como os outros comunistas da cidade aglutinados

---

[182] Dossiê: Dinarte Pereira Brasil, n.º 0882/313, DOPS/PR.
[183] Idem.

sob a legenda do PTN, na guerrilha desencadeada na cidade de Porecatu. Em 1954, já residindo e atuando na capital do estado, foi preso em flagrante quando retirava da agência aérea Real , 7 volumes de propaganda comunista procedente do Rio de Janeiro. Em 1964 foi novamente preso e recolhido à Prisão Provisória do Ahú, por determinação do Secretário de Segurança Pública, sendo posto em liberdade em 24 de junho de 1964.

Sebastião de Sá Cavalcanti, nascido no ano de 1917 no estado de Alagoas, chegara a Londrina com seu irmão Manoel e estabelecera-se como comerciante. Em 1945 participara da fundação do Comitê Estadual do Partido, constituindo-se em seu primeiro Secretário Sindical. Ativo participante das ações do PCB na cidade, foi membro do Conselho de Paz de Londrina, Secretário Geral do Congresso Pró-Paz do Paraná sediado nesta cidade[184] e fundador e ativo participante da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Norte do Paraná.

Considerado pelos agentes da DOPS/Pr. como "um dos chefes do Partido Comunista de Londrina"[185], foi constantemente perseguido e várias vezes preso e processado. Em janeiro de 1949, por ter organizado um churrasco para os carroceiros da região às margens do Rio Tibagi em nome do Partido Comunista do Brasil[186]. Em agosto do mesmo ano, por participar da organização do Congresso Pró Paz Estadual como seu Secretário Geral, ocasião em que foi apresentado ao DOPS/Curitiba e liberado após requerido *habeas corpus*[187], em fevereiro de 1950, quando foi detido na Delegacia Regional de Londrina por ter tomado parte em reuniões da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Norte do Paraná[188].

Gerson Monteiro de Lima, natural de Jaguaribe, estado do Ceará, filho de Manoel Gonçalves de Lima e de Luzia do Carmo Monteiro, era residente em Londrina desde 1932, onde estabelecera-se como comerciante, sendo também proprietário de vários imóveis no município. Teve uma trajetória política marcada por alguns antagonismos. Tendo iniciado sua atuação política como candidato a

---

[184] Jornal *Tribuna do Povo* de 30/07/49.
[185] Conforme ofício DOPS/Pr s/n.º de 04/03/48. Dossiê Sebastião de Sá Cavalcanti, n.º 3442/490.
[186] Idem.
[187] Dossiê: Congresso Estadual Pró-Paz. N.º 0326/38.
[188] Preso em 28/02/1950 por ter dirigido uma reunião da "Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Norte do Paraná", em 28 de fevereiro, tendo sido posto em liberdade em 02/03/50. Dossiê: Sebastião de Sá Cavalcanti, n.º 3442/490.

vereador pelo Partido Integralista, que, como vimos, constituiu-se como oposição ao PSD nas primeiras eleições do município de Londrina, fora um dos signatários do *Manifesto do Povo do Norte do Paraná*, em março de 1945, e no mesmo período foi um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil, tendo sido "Secretário de Agitação", da Célula Calado, em 1945, bem como 3º tesoureiro do Conselho de Paz.

Assinante do jornal "Classe Operária" e acionista da "Tribuna Popular"[189], era correspondente de Luis Carlos Prestes, de quem se dizia amigo pessoal[190]. Gerson Monteiro foi preso também em 1951, como integrante do grupo que atuava junto à "Guerra de Porecatu".

Em 1964, então com 67 anos, já residente na cidade de São Paulo, quando detido para averiguações na 12ª Subdivisão Policial de Londrina, assim manifestou-se sobre o desfecho de suas atividades no partido:

> Que chegou em Londrina no ano de 1932 e alguns anos depois, passou a ser simpatizante do Partido Comunista Brasileiro, recém-formado por Luiz Carlos Prestes; que exerceu atividades comerciais por 18 anos nesta cidade; que à cerca de 12 anos atrás, vendo que o Partido não trazia benefício algum, sendo que seus integrantes somente promoviam agitações contra o Governo e Instituições, deixou toda e qualquer atividade dentro do mesmo, tendo hoje em dia, até certa raiva daqueles filiados do credo vermelho.[191]

O corretor de imóveis Bento Paiva, filho de Severino de Paiva Fortes e de Tereza Maria de Jesus, era natural de Araraquara, no estado de São Paulo. Havia sido comerciante em Londrina por quatro anos no início da década de quarenta, quando participara da fundação do Comitê do Partido. Pouco tempo depois, deslocara-se para a cidade de Marília onde residira por alguns anos, voltando a Londrina no início da década de cinqüenta quando contava com 52 anos.

Esta pesquisa não conseguiu informações sobre o primeiro período de residência na cidade, pois não aparece relacionado nominalmente em nenhuma das atividades do período. Em Marília, segundo relatório de Celso Nicolau dos Santos, delegado especial de polícia, Bento era "Velho e conhecido militante,

---

[189] Em 30 de dezembro de 1946, ele adquiriu 5 ações que tomaram ao números de 24.195 a 24.199. (autos do Processo-crime nº 109/51, v.1, p.294).

[190] Cobrado por essa relação em seu depoimento ao juiz por acasião de sua prisão em 1951, afirmou que fazia tempo que não se correspondia com Prestes, de quem teria recebido duas cartas a respeito de assuntos de aniversário, particulares e familiares. Termo de interrogatório, Autos do Processo-crime, nº109/51, Agosto de 1951, p.493/494.

[191] Auto de Declarações, em 8 de abril de 1964. Dossie Gerson Monteiro de Lima, n.º 1372/350..

ativista e agitador comunista. Na zona de Marília, Estado de São Paulo, desenvolveu intensa atividade de agitação rural, quando ali residiu."

Ligado às atividades dos movimentos pela paz, tomou parte no II Congresso Brasileiro pela Paz e Contra a Carestia, realizado em outubro de 1950, em São Paulo. Em Londrina, foi Primeiro Secretário do Conselho de Paz em 1950 e, como membro do grupo que se organizara sob a legenda do PTN, atuou nos movimentos da "Guerra de Porecatu", tendo sido também preso e indiciado no inquérito de 1951.

Era casado com Lázara Araújo de Paiva, também presa com o grupo de 1951, acusada de atividades comunistas, campeã latino-americana em assinaturas do apelo de Stocolmo, que, como prêmio, fora escolhida pelo II Congresso Brasileiro da Paz para integrar a delegação brasileira ao Congresso Mundial de Varsóvia.

De Carlos Rosa Lopes, Luciano Andrade e Rivadávia de Campos pouco pude recuperar. O primeiro, foi Secretário Político do Comitê Regional do Partido em Londrina no ano de 1946, tendo sido substituído logo depois por Nelson Torres Galvão, por motivo de doença. Quanto ao segundo, participou da fundação do Partido na cidade, no entanto, não consegui detectar os cargos que ocupou. Rivadávia, além de fundador do comitê local atuou junto com Manoel Jacinto e Newton Câmara na política partidária em 1947, quando os comunistas aliaram-se ao PTB, elegendo dois vereadores.

Ampliarei minha análise para outros personagens que, incorporando-se ao partido ao final dos anos quarenta, destacaram-se como lideranças nos vários movimentos desencadeados, que, somado ao grupo fundador, constituíram a "primeira geração" do partido na cidade. Neste período, abrigando-se sob a legenda do Partido Trabalhista Nacional, que, diante da ilegalidade do PCB, transformara-se no próprio Comitê desta agremiação na cidade. A atuação dessa "geração" marcará a inauguração das ações voltadas para o universo rural – cujo ápice foi a "Guerra de Porecatu" – que constituir-se-ão em objeto principal da ação dos comunistas da região.

Professor do ensino secundário, Almo Saturnino Vieira Magalhães, nascido no ano de 1911, era natural de Muzambinho, Minas Gerais e filho de Pedro Saturnino Vieira Magalhães e Judite Navarro Vieira Magalhães. Casado e pai de dois filhos, residia na cidade de Londrina desde 1948, onde lecionava no Colégio

Estadual e no Ginásio Londrinense. Além de professor Saturnino era poeta e jornalista, sendo sócio correspondente da Academia de Letras 'José de Alencar' e do Centro de Letras do Paraná.

Considerado pelas forças da ordem como "intelectual do PCB", filiara-se ao Partido Trabalhista Nacional após decretação da ilegalidade do PCB, tendo atuado intensamente em todas as atividades desencadeadas pelos comunistas na cidade. Junto com seu grupo, foi indiciado no processo criminal em junho de 1951, sob acusação de desenvolvimento de atividades comunistas. No mesmo período, foi Segundo Secretário do Conselho de Paz de Londrina, quando suas poesias transformaram-se nos principais textos de divulgação daquela luta.

Saturnino foi exonerado do Ginásio Londrinense, em virtude de suas atividades comunistas, principalmente por ter participado do enterro simbólico, na cidade de Londrina, do embaixador brasileiro Sr. João Neves da Fontoura. Considerava também a direção do colégio como argumento para sua demissão, que Saturnino se havia feito anunciar, quando da propaganda de um "comício de tendência duvidosa levado a efeito na Praça Rocha Pombo", como professor do Ginásio Londrinense.[192]

O advogado Flávio Ribeiro, formado em 1944 pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, era um dos poucos paranaenses do grupo. Nascera em Curitiba no ano de 1910 e era casado com Davina Ribeiro e filho de Primo Octaviano Ribeiro e de dona Izabel Ribeiro. Além de bacharel em direito, Flávio era professor primário e jornalista.

Atuando na política em Curitiba desde a década de 30, assinara o "Manifesto ao Povo Paranaense", cujos signatários protestavam contra as arbitrariedades praticadas pelas polícias políticas de vários estados do Brasil[193]. Tal movimento fora liderado pelo deputado federal Octávio da Silveira, dentro das atividades do núcleo paranaense da Aliança Nacional Libertadora.

Homem ligado a imprensa, foi redator de "*O Dia*", "*Semana Policial*", "*Gazeta do Povo*" e Diretor do *Jornal do Povo,* órgãos de comunicação editados na capital paranaense, foi também funcionário do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) à época do Estado Novo. Ao fim deste período da vida política

---

[192] Carta de Demissão assinada por Zaqueu de Melo, Diretor-presidente do Instituto Filadélfia, em 14 de junho de 1951. Autos do Processo-crime nº 109/51.

[193] DOPS. Dossiê Octávio Silveira. "Manifesto ao Povo Paranaense", Curitiba, 01 de fevereiro de 1935.

brasileira, quando teve início o movimento pela legalização do Partido Comunista do Brasil, exonerou-se das funções na imprensa e começou a participar de Comitês Democráticos Populares, com a finalidade de preparar o povo em favor da pretendida legalidade.

Em 1945, envolvido no processo de reorganização do PCB no Paraná, fundara a Célula denominada "Leocádia Prestes", sediada no centro da cidade de Curitiba, tendo sido responsável por sua estruturação política. Ainda em 1945, participou também da instalação da célula de empresa "Tiradentes", sediada naquela capital.

Nas eleições de 1947, foi candidato a deputado estadual pelo Comitê Executivo de Curitiba e, não tendo sido eleito, passou a fazer parte do assessoramento político do deputado José Rodrigues Vieira Neto (o único deputado comunista eleito no estado na ocasião) na Assembléia Legislativa do Paraná. No mesmo período, detinha ainda o cargo de Secretário de Divulgação e Jornalismo do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil, tendo ocupado também o cargo de Secretário Político do Comitê Estadual nos afastamentos do titular Walfrido Oliveira.

Em 1949, deslocou-se para Londrina onde estabeleceu-se com um escritório de advocacia no centro da cidade. Ao mesmo tempo, juntara-se ao grupo de comunistas que se abrigara sob a legenda do PTN, iniciando, como jornalista e advogado, uma trajetória marcante de lutas em favor dos setores populares da sociedade, principalmente os trabalhadores rurais.

Figurando como redator do jornal "*O Momento*", o primeiro jornal comunista da cidade de Londrina, e, segundo as forças da ordem, "especializado na agitação dos roceiros de Porecatu", teve uma participação fundamental nos eventos desencadeados naquela localidade. Por esta atuação sofreu sua primeira prisão em junho de 1951. No mesmo período, era Secretário do Conselho de Paz de Londrina, tendo assinado um protesto dirigido ao Presidente da República contra a Conferência dos Chanceleres Americanos. Em 1954, aparece como "candidato popular de Londrina a Deputado Federal", ocasião em que se preocupava com o alistamento eleitoral como a única forma de "derrotar a política de fome e miséria do Governo Vargas".

Em meados da década de cinqüenta iniciou sua atuação junto a "peões e lavradores", a fim de reuni-los em movimento reivindicatório que pleiteava, entre outros benefícios, diferença salarial, salário mínimo, férias, etc. Esta atividade

teve seu ponto alto na fundação, em 1956, do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina, do qual foi um dos mentores. A participação neste processo acarretou-lhe nova denúncia, agora por peculato, tendo sido decretada sua prisão preventiva.[194]

Flávio Ribeiro continuou atuando intensamente pelo Partido até a década de 70 tendo sido "acompanhado" quotidianamente pelos agentes da DOPS/Pr. Assim, em 1964, com o Golpe Militar, foi preso para "verificação ideológica"[195]. Em 1969 foi novamente preso e condenado a 2 anos de prisão, dos quais cumpriu um ano e dezenove dias, tendo conseguido liberdade condicional no ano de 1970. Reiniciou suas atividades no PCB da cidade de Londrina em 1972, tendo sido preso, novamente, em setembro 1975,[196] dentro da atuação da famosa "Operação Marumby".

Milcíades Pereira da Silva, engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, era filho de Milciades M. Pereira da Silva e de Yolanda Ferreira da Silva. Nascido em 1926 na cidade de São Simão no estado de São Paulo, mudara-se para Londrina em 1949 com apenas 23 anos, quando fora indicado pelo professor Odair Grillo, daquela escola, para exercer o cargo de engenheiro auxiliar do Departamento de Obras e Viação da Prefeitura local.

Era casado com Helena Pereira da Silva, que assumira, em 1951, a presidência da Associação Feminina de Londrina, e, segundo as forças da ordem, dedicara-se à "tarefa de agitação e proselitismo entre as mulheres, comungando com seu marido em todas as tarefas de agitação", tendo sido também candidata a vereadora pelo PTN nas eleições municipais de 1951, quando os dois foram presos sob acusação de atividades subversivas.

Milcíades comprara o jornal "O Momento" do qual era Diretor Responsável[197] e constituíra-se Presidente do Diretório local do PTN, tendo participado de todas as atividades desencadeadas pelo partido no início da década de cinqüenta, inclusive as atividades relacionadas a "Guerra de Porecatu" . Segundo rádio telegráfico enviado pelo Diretor do DOPS de São Paulo, respondendo a

---

[194] Em 24/08/56, o juiz de Direito julgou procedente a denúncia e decretou sua prisão preventiva, por crime de peculato.

[195] Prestou declaração em 11 de abril de 1964.

[196] Em 25 de setembro de 1975 às 16:00 horas, na cidade de Rio Branco no Acre, na estrada Paraná-Sena Madureira,

consulta efetuada pelo Delegado de Polícia de Londrina[198], Milcíades era "engenheiro comunista. Seu pai também é comunista e tem uma filha (Ruth) igualmente professora comunista. Isso consta de Relatório de 19/9/49". Informava ainda o delegado paulista que "Melchiades" e sua esposa haviam transferido residência para Londrina, por determinação do PC, indo hospedar-se em uma residência de um "Vereador de Prestes". Teria integrado, em 1949, a Comissão Provisória de Defesa do Potencial Elétrico Brasileiro, organização do Comitê Integrado pelos engenheiros Catulo Branco, Plínio Branco e outros intelectuais. Também fora filiado ao Comitê Democrático dos Engenheiros e ao Centro Paulista de Defesa do Petróleo.

Finalmente o metalúrgico Ernesto Gonçalves Mendes, primeiro presidente da União dos Trabalhadores de Londrina(UTL) e, pouco depois, presidente do Sindicato dos metalúrgicos de Londrina, que atuou, com o grupo, em todas as ações promovidas pelo PCB local. Segundo Manoel Jacinto, referindo-se às suas gestões frente as duas organizações, Ernesto Gonçalves teria sido um "grande dirigente", o "mais honesto" que ele conhecera[199].

Fazendo um resumo das características da "primeira geração" das lideranças comunistas da cidade, assinalo que a maioria (12) era originária da classe média, apenas dois tinham origem operária e todos atuavam em profissões urbanas. Quanto a naturalidade de nossos personagens, quando pôde ser verificada, aponta que a maioria – como de resto grande parte da população da cidade – provinha de outros estados da federação. Quatro eram do Norte e do Nordeste, um de Minas Gerais, três de São Paulo, sendo apenas um deles paranaense. A maioria era originária de pequenas cidades, mas três deles haviam estudado em grandes centros. Três haviam atingido o nível universitário e desempenhavam profissões liberais, sendo que pelo menos três chegaram ao nível secundário. Apenas dois deles serviram ao partido em mandatos legislativos na Câmara Municipal. O grupo caracterizava-se também pela juventude pois apenas dois deles, tomando como referência o ano de 1950, tinham mais de quarenta anos.

---

[197] O jornal (instalações e registro, nome e marca registrada) foi adquirido em janeiro de 1951.) por cinco mil cruzeiros. O dono anterior era Sebastião Braga Pereira. Autos do processo-crime n,° 109/51, vol. 1 p. 275

[198] Serviço de rádio telegráfico do Diretor da D.O.P.S. de São Paulo (23/06/51) para o Delegado de Polícia de Londrina. É uma resposta a um rádio enviado pela Delegacia de Londrina em 20/6/51, com informações sobre: Milciades Pereira da Silva e Bento Paiva dos Santos. Autos do processo-crime n.° 109/51, p. 259.

Ainda segundo os dados que pude apurar, a grande maioria (10) havia entrado no partido entre 1945/6, período da redemocratização do país, quando foi permitida vida legal ao partido. Apenas um aparece envolvido nas atividades da Aliança Nacional Libertadora na década de 30, e quatro tiveram envolvimento político anterior em outras cidades do país. Três deles haviam participado de atividades políticas universitárias, e todos envolveram-se em campanhas sobre questões nacionalistas, como a da Petrobrás, bem como atuaram na Campanha Internacional pela Paz. Quase todos atuaram na "Guerra de Porecatu" e, logo em seguida, no movimento de sindicalização dos trabalhadores rurais da região.

O perfil dessas lideranças que revezaram-se na execução das tarefas do Comitê Regional do Partido Comunista em Londrina em seus primeiros anos de vida, revela um grupo já portador das características que serão apontadas como uma constante na composição social deste partido na cidade: elementos urbanos, em sua maioria profissionais liberais e comerciantes, detentores de certa projeção na sociedade local.

Irineu Luís de Moraes, o "Índio", militante comunista ao qual já fiz referência em parte anterior deste texto, refere-se a estas características do partido na cidade, inspirando também algumas conjeturas acerca da composição social dos simpatizantes no início da década de cinqüenta. Assim coloca em suas memórias:

> Em Londrina nós formamos a direção do norte do Paraná, compreendendo a cidade de Maringá e toda a região do norte do Paraná. Em Londrina tivemos uma ajuda muito forte da pequena burguesia. Eu observei que a pequena burguesia de lá era muito grande. Entre os médicos, engenheiros e advogados tinha muitos que eram pelo menos simpatizantes, que davam todo o apoio logístico: casa, comida, dinheiro, transporte, e tudo. Assim tivemos um apoio muito grande, e o interesse de todos era lutar lá em Porecatu.(WELCH ; GERALDO, 1992, p.118)

Fortalecendo ainda mais esta representação, ao referir-se às atividades programadas pelo Partido em comemoração ao 1º de Maio de 1950 no norte do estado, "Índio", sem deixar de registrar algumas reservas a atuação da "pequena burguesia", apresenta a seguinte descrição dos eventos:

> Correu o boato em Londrina, depois, de que Maringá tinha pego fogo naquele dia – que tinha sido uma revolução. A turma de Londrina ficou envergonhada

[199] Depoimento de Manoel Jacinto, 1983.

> porque não tinha feito nada. Tiveram dificuldades porque não tinha massa, [...]. Em Londrina, pelo contrário, eram médicos, advogados, engenheiros, e eles não iam sair à rua. Não saíam por uma questão deles, preconceito mesmo. Era uma coisa que a gente tinha que compreender porque eram bons amigos, bons aliados: mas a raça eles não davam.(WELCH ; GERALDO, 1992, p.121)

Esta "simpatia" da burguesia para com as atividades desenvolvidas pelos Comunistas na região é aspecto ressaltado recorrentemente também nos discursos anticomunistas. É freqüente o encontro de insistentes reclamações provindas dos setores conservadores da sociedade a respeito deste apoio, considerado, na maioria das vezes, como uma contribuição fundamental para a maior desenvoltura da "ação extremista" e como um dos entraves para o combate da "seita maldita". Exemplo desta postura aparece em uma série de quatro reportagens publicadas em *"O Jornal"* do Rio de Janeiro em agosto de 1956, com o título *"O Imperialismo Soviético no Estado do Paraná"*, de autoria de Antônio Porto Sobrinho, transcritas em sua íntegra pelo jornal *"Folha de Londrina"* em novembro do mesmo ano, sob a responsabilidade da Associação de Lavradores do Norte do Paraná. Tratando do que considerava um dos principais componentes da força do partido na região – sua pujança financeira – o autor, referindo-se às campanhas de arrecadação que a agremiação empreendia, apontava suas características.

> Estas – esclareça-se – são feitas pelos militantes, mas não entre estes, geralmente trabalhadores com míseros salários ou simples funcionários do Partido. A contribuição que oferecem – e o fazem de bom gosto, como essenciais – se dilui ante a oferecida por simpatizantes do Partido ou mesmo nem simpatizantes que pensam comprar a indulgência bolchevista com suas dádivas. Também aí a campanha se desenvolve com dois planos: um, quase ostensivo (as autoridades não incomodam), consistente na venda de flâmulas, selos, moedas e rifas, [...] A outra campanha se desenvolve clandestinamente e corresponde à doação de simpatizantes burgueses que querem ficar incógnitos, mas, também, em paz (sempre a paz) com o comunismo, que – 'chi'o sá – poderá triunfar um dia[200].

De fato, a composição social do grupo de homens que iniciou as atividades do Partido Comunista no município, talvez não se diferenciasse, essencialmente, daquela dos componentes do grupo que lançara o *"Manifesto ao*

---

[200] *Folha de Londrina*, 20 de novembro de 1956, p.6.

Povo de Londrina" e no mesmo ato fundara a UDN na cidade. Assemelha-se, ao mesmo tempo, ao perfil da composição nacional do PCB e, até por isso, surpreende-me a constante ênfase atribuída ao número significativo de elementos da pequena burguesia em seus quadros locais. Caio Prado Júnior, entre outros, em seus diários de 45 (IUMATTI, 1998), já apontara para o fato, até como uma preocupação, que o "grosso" do partido constituía-se basicamente de profissionais liberais e intelectuais e a falta de participação popular nos movimentos políticos de 1945, em que pese a grande efervescência política[201].

Segundo FERREIRA (2002, p.83-85), em fins de 1929 e início dos anos de 1930, os militantes brasileiros conheceram a experiência da bolchevização do partido. Para ele, os dirigentes da III Internacional Comunista, desiludidos com os acontecimentos ocorridos na Alemanha, passaram a comparar o partido russo com os de outros países, concluindo que somente a organizações moldadas à imagem dos bolchevistas soviéticos seriam capazes de obter sucessos, para eles, a vitória em outubro de 1917, na Rússia, comprovava inequivocadamente a superioridade de um partido nos moldes leninistas. Assim, o PCB da Rússia foi eleito como paradigma de partido consequentemente revolucionário e todas as outras seções nacionais teriam nele um modelo exemplar. Entre os vários atributos de um partido comunista "bolchevisado" incluía-se, principalmente, a "proletarização". Ferreira assinala, que seguindo Zinoviev, que pregava a "bolchevização", em 1929 Astrogildo Pereira escrevia de Moscou ao Comitê Central alertando para a necessidade de "proletarizar" o PCB, com a redução do número de intelectuais oriundos das classes médias de sua direção. Como resultado, nos primeiros meses de 1930, os intelectuais foram afastados do Comitê Central, assumindo as vagas um ferroviário e um metalúrgico.

A proletarização do PCB perdurou durante a primeira metade da década de 1930 e, na história do partido, foi designada posteriormente como a sua

---

[201] "Levando em conta os efeitos deletérios do caráter instável dos laços sociais criados no Brasil desde os tempos coloniais, os quais, segundo o historiador, ainda se faziam sentir na década de 40, e considerando os longos anos de ditadura e de experiência de uma estrutura social corporativa, restrita à população urbana e atrelada aos interesses da máquina burocrática do Estado Novo, julgava ele que as classes trabalhadoras e as populações pobres do país, apesar da maturidade das contradições sociais e econômicas em que se achavam inseridas e de sua maior consciência, ainda eram politicamente muito imaturas; urgia favorecer sua organização". (IUMATTI, 1998, p.56). Segundo Ernst Halperin apud CHILCOTE, p.79, embora surgisse uma elite operária nos anos de formação de muitos partidos latino-americanos – o PCB, por exemplo – a liderança principal destes partidos não era, geralmente, dominada pela classe operária. O autor atribui o fato à educação e à incapacidade de uma classe operária não alfabetizada para desenvolver sua própria eleite dirigente.

fase "obreirista", orientação que foi alvo de muitas críticas de vários dirigentes e militantes, tanto em memórias como em documentos oficiais.

> No entanto, por mais que repudiassem o obreirismo, os comunistas, em grande parte de sua trajetória, exigiam que o militante oriundo dos setores médios eliminasse suas características sociais, cometendo simbólicamente, o "suicídio de classe", renascendo como um indivíduo revolucionário. Ser comunista implicava tanto se bolchevizar quanto exaltar o proletariado como modelo existencial. Os operários eram definidos como virtuosos e seu comportamento, instintivamente revolucionário, deveria servir de paradigma aos militantes.(FERREIRA, 2002, p.83-85).

Infiro que as considerações do comunista "Índio" estivessem eivadas desse sentimento, entretanto, mesmo que tenha sido constante a preocupação do PCB em ampliar o contingente de indivíduos pertencentes às classes subalternas que ele buscava organizar, percebe-se da mesma forma, a extrema dificuldade do partido, desde as suas origens, em aglutinar setores populares privilegiados para o sucesso da revolução social desejada.

MAZZEO (1999) em trabalho recente, refere-se ao período inaugurado pelo "Manifesto de Agosto de 1950", como um momento no qual apresentavam-se ao Partido Comunista inúmeras possibilidades de reestruturação teórica e de superação de entendimentos superficiais da realidade brasileira, no entanto, este objetivo não teria sido atingido, segundo ele, pela ausência de uma reflexão de fundo por parte de seu núcleo dirigente, que pudesse consubstanciar essa nova linha, principalmente por sua debilidade teórica.[202] Tal "debilidade" é atribuída pelo autor a dois fatores. Por um lado, ao constante *turnover* na direção partidária, reflexo das diversas viragens que o PCB sofreu ao longo de sua história, Por outro, e neste caso, dizendo-se inteiramente de acordo com Martins Rodrigues,

---

[202] Segundo ele, Não foram elaboradas análises sobre a questão agrária, na qual o partido continuava a ver a existência de relações *semifeudais* no campo. Também não foram elaborados estudos sobre a base econômica da sociedade que permitissem aprofundar seu entendimento sobre a nova realidade, o grau de desenvolvimento do capitalismo e o novo proletariado que se formava. Não foram elaborados estudos sobre o caráter da política externa das grandes potências que emergiram da Segunda Guerra Mundial, assim como não houve preocupação em adaptar o programa político proposto a uma ação conseqüente, que fosse permeada por uma conduta realista de composições políticas no campo democrático e popular. Nesse contexto, o PCB continuou oscilando entre seu viés nacional – libertador e a necessidade de dar um passo adiante, em relação a seus referenciais analíticos. Nesta questão ver também Gildo Marçal Brandão "Sobre a Fisionomia Intelectual do Partido Comunista". Revista *Lua Nova,* São Paulo, Cedec, 1988, n.15, p.140 e segs..

pela composição social dos quadros dirigentes, em sua maioria, oriundos da pequena burguesia. Segundo ele,

> Os dados disponíveis indicam uma proporção elevada de membros das classes baixas entre os militantes do PC embora os principais dirigentes fossem geralmente 'intelectuais'. A partir de 1930, aumentou ainda mais a influência dos membros das classes médias nos organismos de direção do PCB. Essa influência 'pequeno-burguesa' tem sido ressaltada inclusive pelos dirigentes comunistas.(MAZZEO, 1999, p.384).

Para MAZZEO, não significaria que a maior presença de operários ou camponeses em organismos diretivos do partido evitasse os "erros de condução" ou os "reducionismos analítico-políticos cometidos", isso, segundo ele, seria incorrer numa visão extremamente simplista. Mas esse aspecto seria de importância complexiva para se explicar a rota política que seguiu o PCB. Por sua análise, os extratos médios componentes da direção partidária, em geral, eram provenientes de famílias de profissionais liberais, de militares ou de tradicionais famílias oligárquicas brasileiras, quase sempre arruinadas. Via de regra, educados num meio cultural que tanto caracterizou o Brasil, ou seja, além da influência da permanente ausência de tradição democrático-institucional, esses dirigentes acabaram sendo reflexo da *determinação social objetiva* que em *seu-ser-precisamente-assim* o que significou, também, a constante ausência dos membros das classes subalternas nos organismos dirigentes do partido. Segundo ele, de certo modo, e ironicamente, o PCB pagou o preço imposto por uma forma de sociabilidade que ele, ao longo de sua história, buscou alterar, procurando construir formas alternativas de hegemonia[203].

SILVA (1993), referindo-se aos vários comitês comunistas do norte do Paraná, chamou a atenção para mais uma das características atribuídas ao partido na região: o ser eminentemente urbano. O autor refere-se ao fato de serem esses organismos do partido dirigidos por elementos urbanos, mesmo que com a presença de alguns poucos militantes camponeses. Segundo ele, no ano de 1951 em Rolândia, a polícia havia enumerado nove membros do Comitê Municipal, dos quais um único, um boiadeiro, provinha do campo. Em 1948, as forças da ordem teriam identificado apenas 3 comunistas em Porecatu: um mecânico, um eletricista e

---

[203] Idem, p. 385. Sobre esta questão ver também Carlos Nelson Coutinho, *Cultura e Sociedade no Brasil*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, p.33.

um filho de comerciante. Arapongas, aparentemente como uma exceção, tinha uma "base" camponesa não negligenciável. Era majoritária com 32 lavradores de 55 comunistas localizados pela polícia.

BRANDÃO (1997, p.24), referindo-se ao partido na década de cinqüenta, aponta para o fato deste ser um dos raros partidos nacionais, quase exclusivamente urbano num país de predominância agrária. Repetia as palavras de Dulce Pandolfi quando alega que o Partido Comunista fizera

> [...] a opção, no momento da fundação, foi pela criação de uma agremiação de âmbito nacional. Num país onde só existiam partidos regionais, este era, sem dúvida, um fato novo. Outra novidade era o seu caráter eminentemente urbano, num país de tradição predominantemente rural.(PANDOLFI, 1995, p.70).

Por outro lado, colocando-se o problema sob a perspectiva regional, percebo que essas características – partido eminentemente urbano, com quadros compostos de grande contingente de profissionais liberais e comerciantes, quase ausência de operários e camponeses – se acentuam. A juventude da cidade significou a inexistência de um parque industrial significativo de onde pudessem ser arregimentados elementos de perfil social diverso, limitando uma maior participação de classes populares em seus quadros. Quanto à pequena participação de elementos rurais, principalmente nos momentos iniciais de sua atividade na cidade, também pode ser explicada pela juventude da cidade e por sua forma de colonização. A construção de um imaginário permeado por representações positivas acerca do acesso à propriedade, quais sejam, colonização inglesa baseada em pequenos lotes, com a promessa de propriedade à todos que tivessem amor ao trabalho, a tarefa de construção, do "tudo por fazer", da perspectiva de enriquecimento rápido pode ter coibido, ou limitado, inicialmente, tal envolvimento.

Finalmente, assinalemos que, localmente, o insistente discurso que identifica o caráter "elitista" e "burguês" da agremiação na localidade, remete-nos também à existência de um interesse no fortalecimento de tal perspectiva. Ao longo de todo o período de atuação do PCB da cidade percebe-se uma vertente que entende como interessante enfraquecer e desclassificar a idéia de um "partido do operariado".

No entanto, as adesões posteriores, ao longo das décadas de cinqüenta e sessenta, alteram este quadro, se não substancialmente, pelo menos

em alguma medida, com a incorporação de lideranças advindas, tanto dos setores populares da sociedade, como do universo rural. Este movimento acompanhou o crescimento do centro urbano e o aumento de suas contradições, com a conseqüente ampliação dos "focos de luta". Para este período são mais difíceis as identificações dos cargos ocupados na direção do partido, no entanto, observando as lideranças dos movimentos desencadeados, percebo a efetivação desta transformação.

Assim, são representativos de lideranças advindas de setores populares, o baiano Antônio Lima Sobrinho, operário e liderança do Sindicato da Construção Civil, que atuou no partido até a década de 70[204], Agenor Madureira Arruda, Presidente da União dos Ferroviários de Londrina, os irmãos marceneiros David e João Marujo, o primeiro, Presidente do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Serrarias do Norte do Paraná em meados da década de cinqüenta.

Incorporou-se também Genecy de Souza Guimarães, filho de trabalhadores rurais, nascido em Cantagalo no estado do Rio de Janeiro, que até os dezessete anos havia trabalhado com o pai na roça. Com dezessete anos, por necessidades econômicas, fora com a família para Friburgo, ainda no estado do Rio, onde iniciou-se como operário em uma fábrica de rendas. Nos idos de 1941, enquanto trabalhava na fábrica freqüentava curso profissionalizante de torneiro mecânico no Senai. Após esta atividade, trabalhou na Empresa Nacional de Cortume, e, logo após, passou a fazer parte do Sindicato dos Tecelões de Friburgo, dando início à sua militância no sindicalismo.

O movimento em torno da criação do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas do Norte do Paraná, em meados da década de cinqüenta, revelou também algumas lideranças do mundo rural. Saliento José Onofre Borges, colono de café, primeiro presidente desse sindicato, Odilon Martins, assalariado rural, primeiro tesoureiro e Valdevino Madeira, também assalariado rural, ocupando o cargo de Secretário. Atuou também como liderança rural nesse movimento no período, José Rodrigues dos Santos, militante sindical e um dos protagonistas da emergência do sindicalismo rural no Paraná, bem como em outras regiões do Brasil. Chegou em Londrina em 1954 onde ficou até 1957, quando deslocou-se para

---

[204] Quando era 3° Secretário do CM/Londrina, responsável pela Seção de Finanças, de Agitação e Propaganda.

Maringá, também no norte do Estado, a mando do Partido Comunista, para organizar o Sindicato naquela localidade. Após 64 voltou a Londrina onde permaneceu por mais um período. Participou diretamente da fundação de 86 sindicatos em toda a região e da Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Paraná, da qual tornou-se secretário-geral. José Rodrigues tornou-se liderança de expressão nacional, participando da articulação da federação em outros estados, como São Paulo e Guanabara, visando construir as bases para a fundação da CONTAG, da qual foi Primeiro Secretário.(TONELLA ; VILLALOBOS & DIAS, 1999, p.5)

Apesar das dificuldades em recuperar a composição e o perfil social dos militantes do Partido Comunista, foi possível fornecer uma visão aproximada, através do recorte e cruzamento de informações contidas, de forma esparsa, na documentação manuseada, principalmente nas listas de assinaturas resultantes das campanhas públicas desencadeadas pelo partido nas décadas de quarenta e cinqüenta. Para o período posterior nos apoiamos, além da documentação da DOPS/Pr, em memórias de comunistas, publicadas ou não.

Observando a primeira campanha pública para angariação de fundos desencadeada – em 1946 – pelos comunistas locais, a "Campanha dos 10 Milhões Pró Imprensa Popular", organizada através da criação de uma "Comissão Provisória de Ajuda a Imprensa Popular"[205], pudemos confirmar, através da análise da "Lista dos Sacrificados" do norte do estado, assinada por aqueles que faziam doações buscando complementar a quota de 50.000,00 cruzeiros que havia sido atribuída aos comunistas da região, o perfil já salientado anteriormente, ou seja, elementos urbanos, em sua maioria profissionais liberais e comerciantes. Clamando para que todos sacrificassem tudo o que lhes fosse supérfluo, para a completa vitória da campanha que daria ao povo a sua "legítima e verdadeira Imprensa", a primeira das listas[206] era encabeça pelo Dr. Newton Leopoldo da Câmara Filho, como vimos, um dos fundadores do Partido e seu maior financiador, seguido de dez outros, identificados entre eles, além de lideranças já relacionadas, um açougueiro e um enfermeiro.[207]

---

[205] Auto do Processo-crime, nº 109/51, docs. Fls. 110 e 111.
[206] *Campanha dos 10 Milhões Pró-Imprensa Popular Documento* manuscrito apreendido em posse de Gerson Monteiro de Lima por ocasião de sua prisão em junho de 1951.
[207] José Balaquian e Pedro Righi.

Cruzando as informações contidas em outras listas lançadas posteriormente relacionadas a diferentes campanhas[208], com o rol de indiciados em inquéritos policiais, principalmente aqueles resultantes de prisões efetuadas em atos públicos e festas promovidas pelo Partido e analisando a freqüência de certos personagens, detectei ainda no período: dois advogados,[209] um médico,[210] quatro comerciantes,[211] três professores,[212] um eletricista,[213] um carroceiro,[214] três pedreiros,[215] um carpinteiro[216], um alfaiate,[217] um funcionário público,[218] um açougueiro,[219] um padeiro,[220] um construtor,[221] um químico industrial,[222] tendo sido identificado apenas um lavrador[223].

Adesões mais tardias ampliam a participação de militantes dos setores populares. Identificamos cinco ferroviários, ligados à Viação Paraná-Santa Catarina,[224] um funcionário do Instituto Brasileiro do Café (IBC)[225], um vendedor de bilhetes de loteria,[226] um eletricista da Prefeitura,[227] quatro operários da construção civil,[228] um proprietário de banca de revistas,[229] um carregador do aeroporto[230] e quatro trabalhadores rurais.[231] As adesões posteriores demonstram também a persistência da atuação de profissionais liberais no partido: um Juiz de Direito[232], quatro advogados[233], dois engenheiros[234] e um médico[235]

---

[208] Campanha Pró-Paz, Contra a Bomba Atômica, de Contribuições para as eleições municipais de 1951. Todos documentos constantes nos autos do processo-Crime n.º 109/51
[209] Jairo Regis e Manoel Silva.
[210] Haroldo Sardemberg.
[211] José Cavalcanti, Sebastião de Sá Cavalcanti, Eduardo Assagra e Ângelo Reginato Zanone.
[212] Rubens Moreira dos Santos, Nathan Moreira dos Santos e Moacir Teixeira.
[213] Paulino: Tesoureiro da Célula Calado em 1949.
[214] Pedro Ferraris, carroceiro, residente à Vila Brasil.
[215] "Gaucho" ,Romano Calzavara e Jerônimo Leite.
[216] José Bérgamo.
[217] Antônio Gobatte, Secretário Político da Célula Calado em 1949
[218] Rubens Cascalde, funcionário da Prefeitura.
[219] José Balaquian.
[220] Cícero.
[221] Haroldo Assunção.
[222] José Imbassaí.
[223] Venâncio Antônio Oliveira.
[224] Gercino, Sebastião, Waldomiro, Maurionor e Adalberto.
[225] Antoniel
[226] Antônio Moreno.
[227] Nicanor Gonçalves
[228] Otávio Dias, Luiz de Tal e Carlos de Tal e Teodolino.
[229] Geraldo
[230] Índio
[231] Firmino Botelho e Miguel Tostareli, Antoniel de Souza e Silva e José Pereira da Costa.
[232] Aldo Fernandes
[233] Arno Andreas Griezen, Almir Passos, Dovatz e Oscar Nascimento
[234] Américo Sato e Maurílio de Tal.
[235] Nelson Rodrigues dos Santos.

Pude detectar também uma razoável participação feminina nas atividades do Partido. Além das esposas dos comunistas, que, em sua maioria, militavam intensamente junto a seus maridos, muitas outras destacaram-se em movimentos promovidos pela agremiação, fundamentalmente aqueles ligados à Associação das Mulheres de Londrina, que funcionou ativamente como uma das "frentes legais" do partido. Assim, Anita, esposa do comunista Manoel Jacinto, entre várias outras ações, foi a fundadora da Associação Feminina de Londrina em 1949; Helena Pereira da Silva, esposa de Milcíades Pereira da Silva, era presidente da Associação das Mulheres de Londrina em 1951, quando foi presa junto a seu marido, acusada de exercer atividades comunistas na região; Lázara Araújo Paiva, também presa na mesma ocasião com seu marido, era membro da Associação de Mulheres e Presidente do Conselho de Paz de Londrina em 1951. De uma forma diferente, Margarida Leonardo Rodrigues, esposa do comunista José Leonardo Rodrigues que *"como tal acompanha as idéias de seu marido"*, era encarregada de fazer o café na festa promovida pelo Comitê Comunista de Londrina às margens do rio Tibagi para os carroceiros comemorando o início do ano de1949.

Para tentar estabelecer o número de militantes do partido em Londrina ao longo do período, contínuo com o trabalho de costurar uma "colcha de retalhos" cotejando as informações contidas na documentação manuseada, com as listagens contidas nos arquivos do DOPS/Pr, e, neste caso, apesar da significativa contribuição, no sentido de possibilitar a soma de mais alguns importantes dados, são portadoras de muitas lacunas, que embora algumas vezes contornáveis, acarretaram limites na organização e utilização das informações.

Relativas ao período analisado, examinei nos arquivos da DOPS duas relações de comunistas fichados. A primeira delas, sem data, relaciona as pessoas consideradas comunistas na cidade de Londrina.[236] Sem nenhuma outra indicação apresenta um rol de 656 nomes em ordem alfabética, entre os quais encontramos, além de comunistas já identificados, nomes de pessoas da cidade sabidamente não comunistas. A segunda listagem apresenta os comunistas fichados no Paraná até o ano de 1955[237]. Esta relação – em ordem alfabética pelo sobrenome – apresenta o total de fichados no estado até 1955 – 4.902 – sendo que destes, 156 constam como residentes em Londrina. Após o cruzamento dos dados

---

[236] DOPS. Dossiê: *Comitê Comunista do PCB de Londrina.* n.º 0279, topografia 30, s/d.
[237] DOPS. Dossiê: Comunistas fichados em 1955, n.º 0313/ 35.

disponíveis nas listas cheguei a um quadro (parcial) composto – considerando-se apenas os membros que entendi como atuantes/militantes neste período – em um número aproximado de 120 homens, e por volta de 35 mulheres.

Quanto aos simpatizantes, dado impossível de ser comprovado por nossas fontes, pude trabalhar com a construção de um quadro interessante a partir do resultado das duas eleições ocorridas na década de quarenta, que nos darão alguns indícios sobre o tema que nos interessa.

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945 o médico Newton Leopoldo da Câmara Filho, candidato a deputado federal pelo Partido Comunista, obteve 345 votos no município de Londrina, tendo sido o terceiro candidato mais votado na cidade. Nas eleições municipais de 1947 o quadro fica ainda mais marcado. O PTB lançara Darcírio Egger, presidente do Diretório Municipal, como candidato a prefeito. Ao longo da campanha este petebista aceitou o apoio de ex integrantes do Partido Comunista do Brasil[238], promovendo, segundo a cientista política Ana Cleide Cesário, uma aproximação que seria desastrosa para o candidato do PTB, posto que propiciara uma forte "cruzada" contra seu partido, com ataques de todos os lados, principalmente através do Jornal *Paraná-Norte*, porta-voz do Partido Republicano, que procurara somar capital político para o seu candidato.[239] Em 16 de novembro, 5.671 eleitores compareceram às urnas e Hugo Cabral (UDN) teve a preferência para o cargo de prefeito, obtendo 1.766 votos, seguido por Aquilles Pimpão Ferreira (PSP) com 1.493 votos. Egger (PTB) ficou em terceiro lugar com 856 votos e Ernesto Cavalcanti de Albuquerque (PSD) foi o quarto colocado com 829 votos e o menos votado foi João Alfredo de Menezes, que somou 508 votos[240].

O PTB elegeu apenas dois vereadores, exatamente os ex-integrantes do Partido Comunista, Newton Câmara e Manoel Jacinto, demonstrando, talvez, que a campanha movida pelo periódico local contra a filiação dos dois candidatos ao PTB dera resultado. Como nenhum outro candidato do Partido Trabalhista conseguiu eleger-se, parece-nos acertado concluir que Egger contara mais com o apoio dos eleitores de Câmara e Jacinto do que com os eleitores mais conservadores do PTB. Prova disso é que o ex-trabalhista Fulgêncio Neves, inscrito pelo PSP, foi o vereador mais votado no pleito e, certamente, responsável por boa

---

[238] *Paraná-Norte*, 25 de setembro de 1947. P.1

[239] Idem

[240] Dados obtidos nos Arquivos do TRE do Estado do Paraná.

parte da votação de Pimpão, o segundo candidato a prefeito mais votado. Fulgêncio Neves teria atraído para si os votos dos trabalhadores mais conservadores e descontentes com a candidatura de Câmara e Jacinto.(CESÁRIO, 1986, p.349-350).

Ao final, em se tratando do perfil traçado pelos vários estudos referentes à composição social do grupo de militantes, é importante efetuar algumas considerações que entendo pertinentes. É evidente que o maior contingente de militantes provinha do núcleo urbano, sendo ínfimo, em se tratando de uma cidade que tinha sua força econômica provinda do campo e ainda não se desligara totalmente do mundo rural, o número de militantes camponeses. No entanto, percebo também, que além da famosa "pequena burguesia", era considerável a presença de elementos provindos das classes populares. Por outro lado, não obstante essas características manifestamente urbanas, o PCB de Londrina exercerá uma intensa atividade de propaganda no meio rural.

Foi a partir deste trabalho obstinado, que o partido pode estabelecer contato com os posseiros de Porecatu, desde o início da luta. Depois, pouco a pouco, os laços foram fortalecidos, e o Comitê de Zona local se transformou no principal fornecedor logístico e político dos combatentes da floresta. No entanto, apesar de toda a luta nos campos do norte do Paraná ter sido liderada, pelo menos em seus primeiros passos, por personagens do universo urbano, a liderança sindical rural do norte do Paraná, quando da fundação do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas do Norte do Paraná, era composta exclusivamente por trabalhadores rurais, mesmo que os agentes orientadores de seu processo de formação fossem categorias profissionais urbanas, sobretudo advogados, bem como a influência e o apoio da União dos Trabalhadores de Londrina (UTL).

Para finalizar a construção do quadro, assinalo ainda que, apesar do pequeno número de militantes do partido na cidade de Londrina, devemos agregar, para entendimento da constante preocupação demonstrada pelas forças conservadoras à respeito de sua atuação, informações sobre comunistas de outras localidades da região, tendo em vista o intenso movimento e a freqüente relação entre os militantes das várias pequenas cidades. Alguns exemplos podem ser relacionados: Dinarte Brasil, um dos fundadores do partido em Londrina deslocou-se posteriormente para Jandaia do Sul onde foi indiciado por atividades subversivas, Bento e Lázara Paiva, foram presos em Santo Antônio da Platina, angariando assinaturas pró-paz, Manoel Jacinto, foi indiciado em inquérito na cidade de

Jataizinho tentando organizar o sindicato de trabalhadores rurais naquela localidade. Mario Urias Melo, vereador comunista de Jataizinho, tinha uma relação muito próxima com os comunistas de Londrina, participando de todas as atividades desencadeadas nessa cidade. Assinalo ainda a constante presença, em Londrina, da vereadora curitibana Maria Olímpia e do promotor de Jandaia do Sul, Noel Nascimento.

Era constante também na região norte do Paraná a presença de militantes ligados aos Comitês de São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, Gregório Bezerra, importante membro do Comitê Central, deputado constituinte em 1946, estivera na região na década de cinqüenta com a tarefa de participar da organização do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas do Norte do Paraná, atuando intensivamente entre Londrina e Maringá; Irineu Luís de Moraes (o "Índio"), foi enviado pelo partido em 1950, para participar nos eventos na região de Porecatu; Celso Cabral de Mello, o "Comandante Carlos", também enviado pelo Comitê Central para dirigir a luta em Porecatu. Assinalo ainda as presenças constantes de João Saldanha, Ortiz, Clotilde Prestes.

Ao abordar a emergência do Partido Comunista em Londrina, sua composição – principalmente dos seus quadros –, a intensa movimentação de seus filiados e o papel por ele desempenhado no momento da redemocratização do país, pós Estado Novo, não há como desprezar a sua atuação na política local e a importância de sua participação no campo da luta partidária e ideológica no município e região.

Assim, os subversivos da "cidade ordenada" não poderiam ser ignorados pelas classes conservadoras.

3. 1 O "Primeiro Ato" da Redemocratização

> Em 1945, não vemos apenas a identificação entre Prestes e o Povo. Igualmente vemos o memorável encontro entre duas épocas: o da revolução liberal e o da revolução social.
> Qual o limite da marcha do Herói? Até onde ele chegará? [...]
> Um capítulo novo da história social do Brasil terá de ser escrito, tendo como marco o ano de 1945. Será, de certo,

> um dos capítulos mais árduos, mais movimentados e fortes, da heróica história do proletariado brasileiro. (ABGUAR,1946, p.357).

Como pioneiro no Estado, o Comitê do Partido Comunista do Brasil em Londrina fazia sua estréia na política local participando ativamente de todo o novo processo político que se havia instalado a partir de 1945. Assim, a primeira vez que o Partido Comunista "falou" ao público em nome do Comitê de Zona do Norte do Paraná, seu discurso relacionava-se ao apoio dado à UDN, e, até por isso, constituiu-se em alvo de publicação com destaque na primeira página no jornal local. Com um comunicado formal de esclarecimento público, o Partido Comunista do Brasil aproveitava a oportunidade para apresentar os contornos da linha política que embasava seus primeiros passos no município. Assim, manifestara-se Dinarte Brasil, Secretário do Comitê Municipal Pró-Redemocratização:

> O Comite de Zona do Norte do Paraná do Partido Comunista do Brasil, acha-se no dever de vir de público manifestar a sua atitude e de todos os seus camaradas, em face dos últimos deploráveis acontecimentos ocorridos nesta cidade. Dentro de sua inflexível linha política pela União Nacional não é possível deixar de condenar as desordens que somente podem contribuir para dividir a familia londrinense e a brasileira.
>
> O Paiz necessita de ordem acima de tudo. Conquistamos uma liberdade as custas de duros sacrifícios que não pode ser menosprezada ou abalada. Ela deve ser consolidada e para isto o Partido Comunista, vanguarda esclarecida do operariado tem mobilisado todas as suas poderosas forças populares[241]

Referia-se Dinarte Brasil, no mesmo comunicado, às desordens desencadeadas pelas provocações ocorridas durante um comício da U.D.N., atribuindo-as aos remanescentes fascistas nacionais que, segundo ele, aproveitavam todas as oportunidades para lançar a confusão, tão de seu agrado, no trabalho de pacificação e união do povo brasileiro.

No dia 12 de agosto de 1945, em meio à euforia da movimentação política visando as eleições que se avizinhavam, a cidade vivera um dos fatos que marcaria a campanha eleitoral daquele ano. O jornal *Paraná-Norte* noticiara o comício promovido pela coligação Pró-Eduardo Gomes na praça Floriano Peixoto e

---

[241] *Paraná-Norte, n.º 601, de 18/8/45, p.1*

alegara que, apesar da grande afluência da população, os oradores haviam sido impedidos de proferirem seus discursos pela ação de provocadores, identificados, pelos organizadores, como membros do PSD.

Este primeiro documento endereçado ao público, através da imprensa, delineava os contornos da política desenvolvida naquele momento pelos poucos comunistas da cidade, política que acompanhava, em parte, o viés determinado nacionalmente pelo partido. Emprestando seu apoio à União Democrática Nacional, a "vanguarda esclarecida do operariado" indignava-se pelos acontecimentos ocorridos na cidade e preconizava a união nacional pela ordem, pela família londrinense e pela manutenção da liberdade conquistada à custa de grandes sacrifícios. Instituía no mesmo ato seus principais inimigos: os fascistas nacionais.

O PCB, no momento da abertura do regime, sabemos, encontrava-se em vias de se reorganizar. Sofrera muito com a repressão que se abatera sobre ele desde 1935, quando do malogro do movimento insurrecional de 1935 e se havia desagregado com a prisão de muitos de seus membros.[242] Iniciara seu processo de reorganização com a convocação da II Conferência Nacional do PCB, a histórica Conferência da Mantiqueira – em agosto de 1943 – quando a chamada Comissão Nacional de Organização Provisória (CNPO)[243] dera os primeiros passos na construção de sua hegemonia com a tese de "União Nacional Anti-fascista". Na ocasião, com a participação de estados como Paraná, Distrito Federal, Pará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, desencadeara-se a discussão acerca do posicionamento diante da realidade política interna brasileira, prevalecendo, embora não sem disputas e divergências de diversas naturezas, a tese que propunha a União Nacional contra o inimigo externo e, contrariamente aos

[242]Do Comitê Regional de São Paulo (em maio de 1939) e do Comitê Central (em abril do ano seguinte), Em 1940, enfraquecido por causa de uma cisão em São Paulo, teve aprisionado praticamente todo seu Comitê Central, permanecendo sem uma direção nacional até o início de 1943.
[243] Segundo MAZZEO (1999), essa viragem na condução política da linha partidária foi realizada em meio a grandes disputas e divergências internas. Formaram-se três grupos. O de São Paulo, constituído por antigos militantes que não confiavam em Prestes e propunham reconstruir o PCB em moldes antigos; outro, também de São Paulo, que englobava comunistas da Bahia e que pretendia hegemonizar o Comitê Central; e um terceiro, a Comissão Nacional de Organização Provisória – CNOP – composto por comunistas novos e antigos.

demais grupos, entendia que essa união deveria efetivar-se em torno do governo de Getúlio Vargas.[244]

Paulo Teixeira Iumatti, analisando os diários de Caio Prado Jr. referentes ao emblemático ano de 1945, mostra com propriedade, através da leitura das anotações desse observador acurado de seu tempo e protagonista da luta pela democratização, todo o embate ocorrido nas hostes do PCB no período. Caio Prado, um dos líderes do "Comitê de Ação" – grupo que entendia a união nacional contra o fascismo e pela redemocratização como um movimento que deveria ocorrer afastado e contra Getúlio, opondo-se portanto à "Comissão Nacional de Organização Política" – registrou o embate contínuo entre as facções pela "cooptação" de Luís Carlos Prestes.

O movimento pela redemocratização do país havia levado à fundação da União Democrática Nacional que, idealizada por intelectuais de esquerda de São Paulo, e constituída no momento de aumento da pressão democrática contra o Estado Novo[245], abrigara em suas fileiras, entre outros opositores daquele regime, os comunistas membros do "Comitê de Ação", que disputavam com o grupo da CNOP, a adesão de Luis Carlos Prestes. Tito Batini, em suas memórias mostra o envolvimento do "Comitê de Ação" com a fundação da UDN.

> [...] às vésperas do final da guerra, contando no comitê de ação com liberais, como principalmente o estudante Paulo Emílio, Cory Porto Fernandes e os companheiros Caio Prado Júnior e Mario Schemberg entre outros, começávamos a colher frutos promissores enquanto o camarada Ferreira Lima atuava junto a industriais da Federação das Indústrias, principalmente junto a Simonsen e seus seguidores. Nessa ocasião, com a devida precaução aqui recebido, representado por seu irmão Jacy, a Juracy Magalhães, que àquele orientava no sentido de se ligar à formação da frente. Reunidos num edifício da rua Xavier de Toledo, foi então que, por sugestão de Caio, demos a essa frente a denominação de União Democrática Nacional, que lançaria a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes [...].(BATINI, 1991, p.254/255).

---

[244] A política desenvolvida pelo PCB sob a influência da CNOP e de Prestes suscita até hoje debates nos quais envolveram-se, entre outros: Francisco Weffort, Octávio Ianni, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Luiz Werneck Vianna, Arnaldo Spindel e Silvio Frank Alem.

[245] Como parte desse contexto: a ocorrência do "I Congresso Brasileiro de Escritores", uma visita do secretário de Estado dos Estados Unidos e a explosão dos canais de expressão da opinião pública provocada pela publicação, no Correio da Manhã de 22 de fevereiro, da célebre entrevista em que José Américo de Almeida criticava o governo e a eventual candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República nas eleições que se realizariam em 2 de dezembro.

Em Londrina, da mesma forma, os fundadores do Partido Comunista iniciaram sua trajetória mantendo grande proximidade da UDN local, proximidade demonstrada já na organização da agremiação comunista, que contou com a presença de figura importante da UDN – o advogado Milton Ribeiro de Menezes – na cerimônia de fundação do partido na cidade. Por outro lado, dois "comunistas históricos" haviam sido integrantes de "primeira hora" da "Frente Única das Oposições", núcleo de origem da UDN.

A indecisão do líder máximo dos comunistas persistiu até sua saída do cárcere em 20 de abril de 1945, quando ficara clara sua escolha pela linha cnopista, posição publicizada em maio de 1945, quando PRESTES falara ao povo no Estádio São Januário e apresentara sua posição em relação ao governo. Salientava o líder a conquista da anistia, então comemorada, não apenas como uma vitória do povo mas também como obra do governo Getúlio, que

> [...] dando volta atrás nas suas tendências inaceitáveis para o povo, vencendo dificuldades mil criadas sempre pelos reacionários que o comprometiam e que, infelizmente em grande parte ainda o comprometem, preferiu ficar com o povo – cortar relações com o Eixo, declarar-lhe guerra, estabelecer relações com o governo soviético e finalmente abrir as prisões e revogar na prática as restrições à democracia mais sensíveis do nosso povo.(apud CARONE, 1982, p.26)

Entendia Prestes que a saída de Getúlio Vargas naquela conjuntura provocaria a "guerra civil" e o "caos", dando novas esperanças aos fascistas e reacionários. Recomendava a eleição de uma Assembléia Constituinte e o adiamento das eleições presidenciais, conclamando para a formação de uma União Nacional que estendesse a mão à "todos os homens honestos, democratas e progressistas sinceros, seja qual for sua posição social, assim como seus pontos de vista ideológicos ou filosóficos e seus credos religiosos". (apud CARONE, 1982, p.31).

Assim, o PCB, praticamente dizimado pelos órgãos de repressão do regime varguista, iniciara sua reestruturação sob a liderança de Prestes, que – como observou Dulce Pandolfi – "*deteve o monopólio da palavra dos comunistas brasileiros*".(PANCOLFI, 1995, p.133) colocando-se como único porta-voz do Partido.

Personagem carismático, Prestes tornou-se, nas décadas de 1930, 40 e 50, uma das figuras mais importantes da política brasileira. Popularizara seu nome em meio a lutas – os feitos na coluna militar na década de 20, na insurreição de 35, seu martírio na prisão – e transformara-se em uma figura mítica cujos feitos atiçavam o imaginário popular. Em 1945, quando foi libertado com a anistia, sua imagem recebeu novos contornos através de campanha sistemática de enaltecimento e culto à sua personalidade por parte de militantes, dirigentes e meios de comunicação comunistas[246]. O seu ressurgimento na vida pública, marcado pelos comícios no estádio de São Januário no Rio de Janeiro, e, logo depois, no Pacaembú de São Paulo[247], foi envolvido por efusivas manifestações do povo, que lotou as dependências das duas arenas, denotando a grande popularidade que gozava.

Os discursos nos quais Prestes apresentara suas teses repercutiram entre os comunistas do Paraná e foram alvo de debates. Por iniciativa da célula comunista dos universitários de Curitiba realizou-se, no final de agosto, no salão nobre da Universidade Federal do Paraná, o primeiro debate público em torno dos discursos pronunciados por Luiz Carlos Prestes. Segundo o anúncio do debate, as grandes teses que a realidade brasileira oferecia seriam trazidas pelos jovens comunistas de maneira direta e democrática. Esclarecia ainda que, "dentro do rigor científico proporcionado pelos métodos marxistas-leninistas", Luiz Carlos Prestes havia exposto com "meridiana clareza os rumos a seguir na marcha pacífica de nosso povo para a Democracia e o Progresso"[248].

As teses de Prestes foram também apresentadas ao Paraná através de uma série de oito artigos, de autoria do advogado e jornalista Flávio Ribeiro, em sua coluna no jornal curitibano *Diário da Tarde*, nos meses de agosto e setembro de

---

[246] Um exemplo dessa "campanha" é a publicação comemorativa do PCB, "Um Ano de Legalidade", com prefácio de Pedro Pomar, legendas de Astrogildo Pereira e Armenio Guedes, fotos de Scliar e Rui Santos, de maio de 1946. Tal publicação faz uma reconstituição fotográfica (38 fotos) "dos grandes fatos históricos, que determinaram as vitórias da democracia em nossa Pátria (...) que contém ensinamentos e belos exemplos para a continuidade do processo de União Nacional, para o progresso e a independência de nosso povo. O retrato dessas lutas, desde a liberdade do nosso grande líder Luís Carlos Prestes (...)". O eixo central da publicação não é o Partido Comunista do Brasil, mas sim, a figura de Luís Carlos Prestes que aparece em 34 das 38 fotos do "livreto".

[247] O de São Januário, em 23 de maio, e o do estádio Pacaembú, em 15 de julho de 1945,

[248] *Diário da Tarde*, 28/8/45.

1945, e reproduziam, integralmente, as palavras pronunciadas pelo "Cavaleiro da Esperança" em suas manifestações públicas[249].

O primeiro ponto destacado nos artigos era o apoio do Partido Comunista a uma "política de princípio", que não se realizasse em torno de homens ou da simples troca deles no poder, indicando como única saída democrática para a crise política enfrentada a imediata convocação de uma Assembléia Constituinte. Esta seria a base verdadeiramente democrática que surgia como o fator de maior segurança para o desenvolvimento do processo de democratização, sem as contingências do problema da sucessão presidencial, com candidaturas apresentadas à revelia do povo, do alto para baixo, cheias de contradições internas e transformadas em fonte de intranqüilidade, pela maneira demagógica e não raras vezes violenta como vinha sendo conduzida.

Convicto de que a marcha para a democracia acelerara-se naqueles últimos meses, o advogado paranaense destacava o que considerava como os decisivos passos que haviam sido dados nesse sentido: a anistia aos presos políticos, o restabelecimento das liberdades populares, a promulgação do Código Eleitoral e a fixação da data das eleições presidenciais. Contrapunha também o bacharel os fatores negativos que ainda embaraçariam o processo: os escombros anti-democráticos da Carta de 37, o Ato Adicional n.º 9, a própria maneira como fora colocado o problema da reestruturação institucional, os "restos meio vivos meio mortos" do fascismo e a rearticulação do integralismo sob novas roupagens[250]. Referia-se ainda aos remanescentes de uma estrutura econômica latifundiária que se esboroaria a cada novo passo que o povo viesse a dar no caminho de seu progresso e de sua emancipação econômica[251].

Em nome da política, que o autor entendia como superada, que não enxergava os graves problemas que a realidade apresentava e que não percebia as profundas transformações verificadas no mundo e no país, resultantes da vitória militar da democracia sobre o fascismo, é que havia surgido a tese do "herói salvador", como se tal paliativo tivesse forças para ampliar e aprofundar as conquistas democráticas do presente[252].

---

[249] Flávio Ribeiro, na ocasião, atuava na capital do Estado e, poucos anos depois, seria um dos membros mais atuantes do Partido Comunista na cidade de Londrina.
[250] *Diário da Tarde,* 23-08-45.
[251] Diário da Tarde, 25/08/45.
[252] Idem.

Localizava Ribeiro a semente que germinaria a união nacional, ou seja, o ódio ao fascismo. Segundo ele, homens diferentes haviam lutado juntos contra o fascismo e não haviam indagado entre si se a luta comum exigia diferenciações religiosas, políticas, ideológicas, de raças, classes ou cor. Sabiam unicamente que a democracia de povo brasileiro estava em perigo. Assim, a unidade se estabeleceria

> [...] polarizada em torno de um denominador comum: o ódio anti-fascista [...], cujas primeiras manifestações se verificaram quando o fascismo estava em ascenção no mundo e mesmo quando o nosso governo, apoiado pelos reacionários, pelos agentes do capital estrangeiro colonizador, pelos agentes do imperialismo nazi-nipo-fascista e pela quinta-coluna nacional esteve à beira de nos jungir ao carro do "eixo".[253]

Dessa fonte originária – "o ódio anti-fascista" – teriam nascido as energias de luta que se vieram acumulando e robustecendo, encontrando-se em condições infinitamente mais favoráveis, principalmente pelo fato de o Brasil aparecer como vencedor na histórica luta das democracias contra o fascismo, graças à sua participação direta na luta mundial pela libertação dos povos subjugados pelo nazismo, participação corporificada na Força Expedicionária Brasileira, cujo regresso vitorioso da Itália acarretara vigorosas demonstrações de unidade democrática do povo[254].

Para trilhar o "longo e áspero caminho de consolidação da democracia e da paz" o autor apresentava a última tese, não sem antes considerar os intensos debates que suscitara, principalmente entre os intelectuais: o apoio ao governo Vargas. Em artigo intitulado "Marcha para a Democracia", alegava Flávio Ribeiro que, de forma semelhante à comunidade internacional, a sociedade brasileira encontrava-se também polarizada em dois segmentos. De um lado, os fascistas, os provocadores de todos os tipos, os agentes do capital reacionário, a "Quinta-coluna", que estavam ao lado da desordem e desejavam lançar o país na aventura sangrenta da guerra civil, de outro, todas as forças democráticas e progressistas que sempre haviam lutado contra a reação, o fascismo, o nazismo, o integralismo ou que outro nome o totalitarismo viesse a tomar. Nos anos duros da reação, esses democratas, comunistas ou não, haviam lutado contra o governo que

---

[253] Diário da Tarde, 27/08/45.
[254] Idem.

então marchava para o fascismo, apoiado pelas mesmas forças que naquele momento o combatiam em nome da mesma democracia que não souberam defender quando o nazismo estava em ascensão no mundo e no país. Essas forças reacionárias tinham o Parlamento e a imprensa na mão, dispondo de todas as armas para impedir que as liberdades populares fossem sacrificadas, e que o país fosse levado à perigosa contingência de ficar à beira de ser atrelado ao carro do "eixo", tudo cedendo ao governo que então marchava para o fascismo tomando medidas contrárias à índole democrática de nosso povo[255].

No entanto, destacava o autor, apesar da tendência pró-fascista que se manifestara até 1940, o governo de Getúlio mantivera aspectos positivos em sua política externa: a amizade aos Estados Unidos da América do Norte e a observância dos postulados da política pan-americana. Esses fatores, aliados ao ódio anti-nazista do povo brasileiro haviam impedido, nos anos trágicos das vitórias militares do nazismo nos campos de batalha da Europa, que o país fosse "jogado aos braços da Gestapo". Estas forças levaram o governo, em 1941, a ceder as bases do nordeste às forças americanas, o que teria facilitado o "gigantesco salto sobre o Atlântico para a invasão da África do norte"[256].

Desde então, o governo dera volta atrás em sua marcha reacionária e ingressara no caminho da democracia. O rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha, Itália e Japão; a declaração do estado de beligerância com a Alemanha e a Itália, pouco depois; a intensificação do esforço de guerra, o preparo e depois o envio da "gloriosa" F.E.B. para os campos de luta da Itália; o restabelecimento das relações diplomáticas com a união Soviética; a anistia aos presos políticos; a restauração das liberdades de reunião, de palavra, de arregimentação partidária; a promulgação do Código Eleitoral e fixação da data das eleições presidenciais; foram medidas democráticas, sem dúvida, e que traduziram, na realidade, o retorno do governo para a democracia. Daí o apoio do Partido Comunista do Brasil[257].

No último artigo da série, "Crítica Construtiva"[258], Flávio Ribeiro ressaltava que o apoio a Getúlio não era incondicional e só sobreviveria enquanto este continuasse sua "marcha" para a democracia. Neste sentido, Luiz Carlos

---

[255] Idem.
[256] Diário da Tarde, 3 set., 1945.
[257] Idem.
[258] Diário da Tarde, 10 set., 1945.

Prestes, em suas reiteradas declarações e discursos, havia posto em relevo que o governo deveria afastar de seu seio, sem mais demora, "fascistas e reacionários notórios", que infelizmente ainda o integravam e frustravam a consolidação das bases realmente populares em que se deveria assentar para mais rápido impulso à marcha pacífica para a democracia e o progresso[259].

Acrescentava ainda o articulista que um governo com profundas raízes populares, isto é, que contasse com forte apoio popular, pela confiança que seus integrantes despertassem no seio das grandes massas do proletariado e do povo, contaria com a base social necessária para empreender as reformas reclamadas pela renovação econômica, social e política do país. Somente com tal apoio, seria possível "marchar" com audácia, rapidez e decisão no caminho da democracia e possibilitar condições para impedir a rearticulação do integralismo, liquidar os restos caducos de uma economia latifundiária semi-feudal, rever os contratos lesivos aos interesses do povo, sanar uma legislação reacionária que ainda envenenava o ambiente e servia de pretexto aos provocadores e golpistas, debelar a crise inflacionista em profundidade, assegurando assim as bases para o normal desenvolvimento do processo de democratização[260].

Estavam colocadas, portanto, as principais teses defendidas pelo Partido Comunista Brasileiro quando da retomada de sua atuação na vida política. Contrário a uma eleição que significasse puramente uma passagem dos resquícios eleitorais do Estado Novo a um regime de legalidade constitucional, pretendia uma mudança, representada, em primeiro lugar, pela eleição de uma Constituinte que desse ao país uma nova base legal, sendo que a eleição presidencial seria passo à ser dado posteriormente. Defendia, também, apoio ao governo em seus atos considerados democráticos; uma ampla união nacional que incorporava a burguesia no sentido de assegurar a expansão livre e rápida do capitalismo; empenho por reformas democráticas e luta intransigente contra tudo que significasse uma regressão política. Acrescento ainda que todo este movimento envolvia-se na intensa campanha pela existência legal da agremiação.

Os membros do jovem Comitê Zonal do PCB de Londrina vieram a público, portanto, neste momento, como uma conseqüência direta do processo de reorganização da agremiação. A existência da agremiação na cidade, e mesmo na

---

[259] Idem.
[260] Idem.

capital Curitiba, constituiu-se parte do processo de reorganização, pois desde a avassaladora repressão de 35, não apenas persistira "em frangalhos" como os organismos de outros estados brasileiros, mas desintegrara-se totalmente. Assim, apesar do clima permeado de indecisões e contradições resultantes das posições assumidas pelo partido nacionalmente, que dificultavam o trabalho de organização das esquerdas, sobretudo diante da exploração pela ditadura das notícias que anunciavam a aliança de Prestes com Getúlio Vargas, (IUMATTI, 1998, p.55) os comunistas londrinenses tinham no "Cavaleiro da Esperança" seu líder inconteste.

Assim, foi neste contexto que o Comitê local do Partido Comunista do Brasil iniciava suas atividades participando da disputa eleitoral de dezembro de 1945, colocando-se em meio ao embate entre as agremiações que representavam as duas principais correntes políticas na cidade. De um lado, as forças situacionistas formadas pela administração municipal, tutelada pelo governo do estado que organizara na cidade o PSD e o PTB, de outro, as forças que se insurgiam contra a possibilidade de continuidade da situação política criada pela Interventoria no município e que se aglutinavam em torno do brigadeirismo, representadas na UDN.

Se, nacionalmente, na conjuntura deste apoio local, a facção comunista já se havia distanciado do movimento em torno da União Democrática Nacional[261], em Londrina, foi na proximidade desta sigla que os comunistas inicialmente se abrigaram. Assim, a solidariedade oferecida pelo Partido Comunista à UDN, através da nota publicada em agosto, foi percebida pelos udenistas como um ganho político, entendendo que este apoio, somado a outros protestos registrados, acrescentava subsídios para o desencadeamento de um ataque ferrenho ao PSD.

CESÁRIO (1986), analisando o período, coloca que as perdas políticas da UDN no episódio também foram grandes, não exatamente pelas ocorrências do comício, mas pelo tom das críticas posteriores que o *Paraná-Norte* fez aos provocadores que estariam, segundo o entendimento do jornal, a mando do PSD. À partir dos adjetivos empregados pelos líderes da UDN, que identificavam as bases do PSD como formada pelo "populacho", o revide do partido que já controlava

[261] Segundo CHILCOTE, 1982, p. 94, depois da libertação de Prestes, a facção comunista saiu da UDN em fins de maio ou princípio de junho. No entanto, Caio Prado Jr,, em seus diários, demonstra expectativa de que a decisão de Prestes fosse revista até o mês de setembro de 45. De fato, os grupos contrários à "União Nacional com Getúlio", vão ter que abandonar esta posição e adotar a linha oficial do PCB.

a Prefeitura local foi propagar na cidade que a UDN era composta de doutores e de gente rica. (CESÁRIO, 1986, p.292/293). Interessa registrar que os desdobramentos do evento denotam o prestígio adquirido pelo Partido Comunista na sociedade nacional, no período, prestígio certamente apoiado na figura carismática de Prestes e na admiração pela Rússia, em função de sua participação vigorosa na 2ª Guerra, o que permitiu uma evidente trégua aos ataques dirigidos aos comunistas. Assim, em lugar de usar o apoio dado pelo PCB à UDN como fato desabonador, o que aconteceria recorrentemente em eleições futuras, o PSD prefere centrar suas críticas ao caráter elitista da UDN.

O discurso das oposições em Londrina, do qual participaram, inicialmente, os membros do comitê comunista, permeava-se por uma crítica constante às forças políticas que se reuniam sob a égide do regime que findava. A UDN, liderando, avançava também em uma vigorosa ação no sentido de sua organização partidária. Em outubro, o agrônomo cearense formado na Suíça Hugo Cabral foi eleito presidente do "Comitê Diretor da Coligação Pró-Eduardo Gomes". No mesmo mês, em convenção regional realizada em Londrina, as forças oposicionistas escolheram seus candidatos à Câmara Federal: Hugo Cabral, residente em Londrina há seis anos, onde formava sua fazenda, e Braulio Barboza Ferraz, fazendeiro na cidade de Andirá[262]. A convenção estadual da UDN realizada no dia 21 de outubro, em Curitiba – três dias após a regional do norte do Paraná – referendou todos os candidatos indicados por Londrina.

O PSD local, por seu turno, definiu como seu candidato à Assembléia Federal o Juiz de Direito José Munhoz de Mello, que, como vimos, quando da organização do PSD, sob a liderança de Manoel Ribas, fora nomeado prefeito do município, com a tarefa principal de auxiliar na organização deste partido na cidade.

Ao longo do processo, os comunistas da cidade afastaram-se da UDN. Por um lado, pela própria postura assumida nacionalmente pelo Partido Comunista, que, seguindo a decisão de Prestes em direção ao apoio a Getúlio, exigiu que os grupos contrários à "União Nacional com Getúlio" abandonassem esta

[262] Em face da perspectiva de eleições para a Assembléia Estadual, os convencionais indicam como candidatos: Ebio Ferraz de Carvalho de Cornélio e os londrinenses Ruy Cunha, Ruy Ferraz de Carvalho e Edmundo Mercer Junior. Com a deposição de Getulio e a não realização de eleições para a Assembléia Legislativa naquele ano, as últimas candidaturas são abandonadas pelo partido. Nestas

posição e adotassem a linha oficial do PCB. Por outro, pela própria posição assumida pela UDN local que, também acompanhando o movimento nacional deste partido, nascido a partir da união de democratas progressistas, mudara suas posições encaminhando-se, cada vez mais, para uma postura conservadora, distanciando-se dos membros do PCB, aos quais pouco tempo antes havia se unido no protesto anti-getulista.

Um dos pontos culminantes da campanha local, como também um dos marcos representativos da guinada à direita da UDN, foi o discurso proferido pelo Brigadeiro Eduardo Gomes em um comício em Londrina às vésperas das eleições. Em meio às falas dos oradores que, sem exceção, abordaram os problemas regionais, atribuindo-os ao "Getulismo" e ao "Ribismo", o discurso do Brigadeiro destoou do conjunto enfocando tema no mínimo "curioso". Analisou as bases profundamente cristãs da família brasileira, posicionando-se contra o divórcio e a dissolução da família. Embora CESÁRIO (1986, p.293) em sua análise do evento, busque o sentido da abordagem de tal tema situando-o como resposta a uma publicação do jornal do PSD, *Correio do Paraná,* que explorara a condição de celibatário do Brigadeiro como algo desabonador, o discurso proferido na cidade foi registrado por Caio Prado Jr. em seus diários de novembro de 1945, não como um fato isolado, regional, mas sim como um exemplo do reacionarismo que assolava esta candidatura e, por conseqüência, a agremiação que representava. Ao mesmo tempo demonstrava seu caráter heterogêneo, mesclada que estava de liberais não reacionários e reacionários convictos. Assim registrou o diarista:

> [...] O Brigadeiro cada vez mais se afunda no reacionarismo. Não [perde] ocasião em falar da religião, da 'espiritualidade'. Em Londrina [...] manifestou-se contra o divórcio a vinculo. Quem vai ficando em posição extranha é a Esquerda Democrática, que no entretanto continua a apoia-lo com toda energia./ Em Baurú, Eliezer Magalhães criticou fortemente a Prestes, pelo fato dele chamar reacionária a candidatura do Brigadeiro.(IUMATTI, 1998, p.205).

Entendo que a política de União Nacional produziu a curto prazo resultados satisfatórios. Por um lado, em função do empenho com que a militância se entregou ao trabalho de reorganização partidária – e a própria existência do

---

eleições Othon Mader foi indicado como candidato a governador, candidatura também abandonada com o adiamento das eleições estaduais.

Partido em Londrina é exemplo desse processo – o que assegurou ao partido um momento de excepcional expressão política e organizativa, por outro, pela confiabilidade que inspirou ao brandir a senha *"ordem e tranqüilidade"*. Mas é verdade também que, substituindo o papel central da luta de classes pelo desejo de participar de um governo popular, democrático e progressista, como também a confiança que pareciam depositar no ascenso do socialismo que veio na esteira do antifascismo, fez com que os comunistas de Londrina, como de resto de todo o país, não percebessem que a tendência no Ocidente era a marginalização sistemática, bem como sua contenção na vida política.

O Programa de Outubro de 1945 do Partido Comunista Brasileiro dava a dimensão da crença:

> O Partido Comunista do Brasil está convencido de que, nas novas condições criadas para o mundo, com a grande guerra vitoriosa de libertação dos povos e o estabelecimento de uma duradoura paz mundial, o desenvolvimento histórico para o socialismo pode realizar-se sob forma pacífica, dentro da ordem e da lei.[263]

O Partido apostou demais nas possibilidades de que as alianças firmadas em tempo de guerra, para fazer frente ao inimigo comum, pudessem sobreviver por muito tempo à paz. Esta política de ordem e tranqüilidade impediu que o partido visse

> com mais clareza a precariedade do quadro internacional e de se preparar para fazer frente às arremetidas dos vigilantes inimigos internos, cuja existência eles não tinham o direito de ignorar ou subestimar, dispersos um pouco por todos os partidos que tiveram assento na Assembléia Constituinte, no aparelho repressivo civil e militar e em outros segmentos da sociedade e que nunca haviam ocultado para com o Partido, uma atitude no mínimo inamistosa.[264]

GORENDER (1987, p.20), referindo-se ao período, coloca que

> Conquistada uma situação de legalidade em 1945, excepcional em sua trajetória histórica, o PCB se iludiu pela aparente concórdia internacional reinante no breve lapso entre a derrota do Eixo nazifascista e a deflagração da Guerra Fria. Continuou a se orientar pelo

---

[263] "Programa de Outubro de 1945" In: CHACON, 1998, p.352.

[264] EVARISTO GIOVANNETTI NETTO. A esquerda e os Impasses da Transição Democrática. In Dossiê Constituinte de 1946. *Revista de Sociologia e Política* n.º 6/7 1996. P.10.

> enfoque da união nacional contra o fascismo, sem perceber as alterações na disposição das forças de classe dentro do país.

CHAVES NETO (1961, p.87/88), em suas memórias, chama também a atenção para o que entende como um renascer da postura anticomunista em 1945. Para ele, o período era de grande prestígio dos comunistas e do mundo socialista, que emergiam da guerra como a força que com mais decisão havia combatido pela independência dos povos e pela democracia. Assim, o mundo parecia caminhar para o socialismo, e o socialismo era a bandeira que atraía para o Partido as multidões que afluíam para as suas fileiras. Neste quadro, no seu entendimento, parecia necessário para os conservadores

> [...] estabelecer uma divisão entre as forças democráticas unidas na luta contra o nazismo e que confundidas poderiam marchar para o socialismo. Procurou-se distinguir os democratas, que pensariam em termos de liberdade, dos comunistas, que querendo acabar com a propriedade dos meios de produção, seriam apologistas de um mundo sem liberdade. A mistificação atingia o seu objetivo com tanto mais facilidade quanto a liberdade era apresentada como identificada com determinada ordem econômica que os comunistas pretendiam destruir. Ressuscitava-se assim, em defesa da democracia, o anticomunismo que servira de pretexto ao fascismo para combater a democracia.(CHAVES NETO, 1961, p.87/88)

Caio Prado, vivenciando o período, já percebera o viés reacionário que se instaurava e registrara em seus diários de setembro de 45, entre outras atitudes anticomunistas, o nascimento de uma organização intitulada "União de Resistência Nacional".

> Minha impressão é de um recuo do Partido. O que aconteceu com os queremistas, também se deu com ele: apagou-se muito no cartaz político. Só fica a campanha anti-comunista que se intensifica. A União de Resistência Nacional (integralista) faz publicações sucessivas. O Diário de São Paulo publica hoje declarações de professores da Faculdade de Direito sobre o comunismo. Todos violentamente contra.[...]. (IUMATTI, 1998, p.165).

Referindo-se ao fato de serem claras as relações integralistas dessa organização, a perspectiva do historiador era de que os comunistas fossem cada vez mais perseguidos, e de que a reação anticomunista continuasse ganhando vigor.

Para ele, a posição do PCB tornara-se dificílima, com a reação francamente mobilizada e desencadeada. (IUMATTI, 1998, p.166).

O mesmo clima descrito por Caio Prado estabelecera-se em Londrina, e nem o apoio ofertado à UDN impede a imediata "construção" negativa do comunismo e dos comunistas na cidade. Pouco mais de um mês após as manifestações de apoio à UDN, o mesmo jornal, em um editorial intitulado "Resistência Nacional", inicia e dá o tom característico da construção do "outro" inimigo da nação.

> Não há muito tempo o sr. Getulio Vargas empreendeu a mais severa repressão ao comunismo, numa campanha em que não faltaram os excessos tão próprios ao regime [...]
>
> Passaram-se os tempos. Veio a epopéia grandiosa da Russia valorosa, irmanada com as nações livres contra os esforços do mal.
>
> Quem então se aventurasse expender opinião contrária ao regime vigorante naquele paiz era logo tido como fascista e reacionário. [...]
>
> Passada a hecatombe dir-se-ia que todo o mundo era comunista. Nos comícios, nas paradas [...] a multidão delirava á invocação de Stalin [...]
>
> Também compartilhei desse entusiasmo. Pelo meu é que meço o pensamento do povo brasileiro. Nascido e creado á sombra da Cruz de Cristo, bebendo os ensinamentos cristãos que nos acompanham do berço, vivendo, na puberdade, em torno da mesa grande dos velhos solares, integrado no sentimento de fraternidade universal que inspiram e abroquelam a grandeza da Igreja católica, o povo brasileiro podia e devia respeitar aqueles bravos guerreiros mas não comungar com eles nos seus ideais bolchevistas.
>
> Não tínhamos no passado pátrio a decadência dos czares nem o amolecimento das velhas civilizações. Estávamos situados no organismo de uma vida cheia de vitalidade, confiados nas possibilidades da terra e não podíamos, como não podemos aspirar outra coisa senão a segurança de uma verdadeira e lídima democracia.
>
> [...] o brasileiro é por índole e por criação, um povo cristão, anticomunista. Mas não há um siquer que não alimente a mais profunda admiração pela jornada russa nesta guerra a que há pouco assistimos e vivemos. O comunismo pode ter sido ótimo e sabemos que o é, naquela nação. Mas nós vivemos em outra pátria, temos outra história, outros costumes, outras tradições.
>
> Assim pensando é que nos apressamos em louvar os brasileiros que, sem côr partidária, acabam de desfraldar

> a bandeira da "RESISTÊNCIA NACIONAL" contra o comunismo.
>
> Nós, os que nos batemos pela candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes também opomos a nossa resistência á toda e qualquer idéia reacionária quer provenha do comunismo quer do integralismo. [...]
>
> [...] Só assim teremos vencido, de uma só feita, o fascismo e o comunismo"[265].

Colocando em um mesmo conjunto fascismo e comunismo, a "União de Resistência Nacional", organização anticomunista recém-nascida e anunciada por Caio Prado Jr., se apresentava na cidade e informava as considerações do articulista londrinense. Podemos dizer que, por um lado, o artigo reproduzia a reação anticomunista que se estabelecia de uma forma geral em todo o país, por outro, desvendava também a heterogeneidade da UDN local que, impregnada de um vigoroso sentido de defesa dos interesses da região Norte do Paraná, abrigara em suas fileiras representantes dos diferentes segmentos da sociedade regional, dos mais progressistas aos mais conservadores, tanto os urbanos quanto os agrários, acarretando um reacionarismo crescente em seus quadros. O mesmo jornal que apoiara intransigentemente o processo de redemocratização do país, liderando o movimento desencadeado pelo *Manifesto ao Povo do Norte do Paraná,* era, ao mesmo tempo, portador de uma postura que o aproximava do integralismo[266].

O conteúdo do artigo publicado nas páginas do *Paraná-Norte,* que reproduzia, em suas grandes linhas, as teses apresentadas em um folheto intitulado "O Comunismo contra o Brasil"[267], editado sob responsabilidade da União de Resistência Nacional, que circulara no município na ocasião, refletia na pequena cidade, em primeiro lugar, o impacto que causara o prestígio adquirido pela Rússia após sua participação vitoriosa na Segunda Guerra e do Partido Comunista, representado na referência positiva aos comícios de Prestes após sua saída da prisão, nos quais reuniam-se milhares de pessoas. Em segundo lugar, colocava os limites à essa aceitação, estabelecendo um "corte" que antagonizava o "eu" do articulista, como representação do povo brasileiro cristão e naturalmente

---

[265] LEITE JR. "Resistência Nacional". *Paraná-Norte,* n.º 611, de 23/09/45. p.1.

[266] No primeiro semestre de 1945, quando o *Paraná-Norte* envolvera-se nas manifestações em torno da redemocratização do país, este jornal era portador de manifestações de oposição ao getulismo, ao integralismo e a ditadura. Os editoriais são bastante extensos e há várias matérias pregando a redemocratização. Londrina é sempre apresentada em oposição a Vargas e ao Integralismo. Em 22/07/45, nomes de Vargas e Dutra são apresentados dentro de uma suástica.

anticomunista, portador de outra história, outros costumes e tradições e o "outro" comunista, fruto da "decadência dos czares" e do "amolecimento das velhas civilizações". Finalmente, aqueles que se aglutinavam em torno da candidatura Eduardo Gomes, saudavam os brasileiros que "sem cor partidária", desfraldavam a bandeira de "Resistência Nacional" contra o comunismo.

Salientemos ainda, para ampliação da análise, que uma aproximação das posições assumidas pelo jornal local ao longo dos anos de sua existência, excetuando uma pequena trégua no início de 45, representada por referências positivas a Luis Carlos Prestes e aos pronunciamentos que este fizera em rede nacional, demonstrará que o Comunismo nunca obteve a "redenção", tendo ocupado sempre o espaço do "outro", inimigo da nação. Mesmo considerando as diversas nuanças das posturas do jornal ao longo do tempo, perceberemos que a perspectiva a respeito dos comunistas pouco ou nada mudou essencialmente.

Desta forma, mesmo que o periódico admitisse, em 45, a existência de excessos no regime imposto por Getúlio Vargas, perspectiva radicalmente diferente daquela apresentada alguns anos atrás em seus editoriais, quando, ainda sob o impacto da intentona de 35, propugnava a união dos "bons elementos sociais" para a repressão dos "maus brasileiros" que intencionavam a incorporação do Brasil ao sovietismo russo, convidando-os a cerrar fileiras ao lado do "honrado governo da República", e, "sem discutir e nem commentar as ordens policiais a tal respeito", ou ainda, que o exército russo, a antiga "horda vermelha de instintos bestiais", se transformasse, em 1945, em "bravos guerreiros", ou então, que o fascismo de Franco, o "heróico defensor da dignidade humana nas terras de Hespanha", agora devesse ser combatido sem tréguas, [268] havia sempre o estabelecimento de uma cisão, justificada ao longo do tempo com argumentos diversos, entre o "nós", os "bons brasileiros" e os "outros", os "inimigos da nação".

Assim, foi com alívio que no início de outubro de 1945, o jornal das oposições[269] destacava em sua primeira página o artigo "Horizontes Claros", no qual fazia referências à vitória conseguida pelas forças democráticas aliadas em uma "aliança branca" sobre os "inimigos comuns" queremistas e comunistas, e, em 1° de novembro, festejava a "Vitória" conseguida com a deposição do Ditador Getúlio

---

[267] DUTRA, Roberto. *O Comunismo Contra o Brasil.* Publicação: União de Resistência Nacional. s/d.
[268] *Paraná-Norte* de 13/12/36, p.1 *"Profanação, destruição, incêndio, fuzilamento em massa e aniquilamento completo da moral e do pudor." Antônio Pedro.*
[269] *Paraná-Norte*, de 04/10/45

Vargas pelas forças armadas, em estreito entendimento com as legítimas correntes democráticas do País. Exaltando Eduardo Gomes, colocava que tal ato significava, como a declaração de guerra ao 'eixo', a anistia e a redemocratização da Nação, uma vitoria da opinião pública nacional."[270]

Significava, ao final, e contrariando a perspectiva dos comunistas, que a *Constituinte com Vargas* não viera. Restava agora o caminho das urnas de 2 de dezembro, no sentido de buscar o respaldo e o espaço político que permitiria ao PCB expressar-se no parlamento, tentando influir no delineamento dos contornos da democracia que imaginava-se iria nascer a partir da Constituinte. Apesar de o golpe e a subsequente e breve perseguição aos comunistas, terem confundido o PCB, em 10 de novembro ele foi oficialmente registrado no Tribunal Superior Eleitoral como partido político e cinco dias mais tarde, Prestes convocaria os jornalistas à sede do Partido, indicando Yeddo Fiúza, engenheiro e antigo prefeito de Petrópolis, como seu candidato "de unidade" à presidência.[271]

Em Londrina, antes mesmo do registro oficial do partido, no dia 8 de novembro, o *Paraná-Norte* já publicara a lista dos candidatos do PCB a Deputado Federal pelo Paraná, com a preocupação em esclarecer que a publicação fora efetuada a pedido da agremiação e não por uma iniciativa do periódico. Acrescento aqui, para estabelecer o lugar ocupado pelo PCB – naquele momento vivendo um de seus raros períodos de legalidade – no processo eleitoral daquele ano, que na efervescente campanha eleitoral em curso na cidade, enquanto as notícias referentes ao processo eleitoral e aos partidos em embate localizavam-se sempre na primeira página, o anúncio das candidaturas comunistas localizou-se em um exíguo espaço da terceira página do jornal, tendo sido esta a dimensão de toda a campanha do Partido na cidade.

Os candidatos comunistas apresentados para o pleito no Paraná foram: Claudemiro Batista (líder ferroviário), Flávio Ribeiro (jornalista e advogado), Francisco Oswaldo Castelucci (lider universitário), José Bezerra de Vasconcelos (líder dos estivadores de Paranaguá), José Rodrigues Vieira Netto (advogado de grande prestígio no Estado) e Otávio Silveira, médico sulista que pleiteava também o cargo de Senador. Entre os candidatos apresentados figurava também o nome de Newton Leopoldo da Câmara Filho, único pleiteante radicado em Londrina,

---

[270] *Paraná-Norte*, 1° de novembro de 1945, p.1
[271] CHILCOTE, 1982, p. 96.

destacado pelo periódico como "médico de largo prestígio em todo norte do Estado,"[272] que, na ocasião, para participar do pleito, afastara-se da Secretaria de Divulgação do Comitê do Partido Comunista da cidade.

Embora o jornal londrinense, agora dirigido pelo grupo de profissionais liberais responsável pela frente de oposição ao governo nacional e estadual, em suas matérias, tivesse procurado minimizar as ações do governo visando a organização dos partidos, bem como a força eleitoral de que eram detentores, não refletia a posição assumida pela maioria dos cidadãos da cidade. As eleições de dezembro de 45 mostraram que o trabalho do interventor deposto fora muito eficiente e que o prestígio de Getúlio Vargas continuava intenso entre os paranaenses. Dos nove deputados federais eleitos pelo Paraná, seis eram do PSD e apenas dois da UDN. Flores, do PSD, que fora o mais votado, fizera o dobro da votação de Bento Munhoz da Rocha, o deputado mais votado pela UDN. [273]

Quanto ao Partido Comunista, embora nacionalmente tivesse conseguido votação expressiva, tendo recebido por volta de 10% do total de votos e eleito quatorze deputados, além de Prestes, que tendo concorrido por vários estados, fora eleito senador pelo Distrito Federal e deputado por São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal,[274] não obtivera a mesma resposta positiva no estado do Paraná. Nesse estado, demonstrando fragilidade eleitoral, nenhum dos candidatos apresentados para o pleito fora eleito. Nem mesmo o eminente médico curitibano Octávio da Silveira, fundador da seção Aliança Nacional Libertadora no Paraná, bem como um dos principais articuladores do fracassado movimento comunista de 1935, componente da insignificante minoria parlamentar composta por quatro deputados e um senador da Aliança Nacional Libertadora e um dos primeiros a ser preso[275] pela violenta onda de repressão comandada por Filinto Müller, chefe de polícia do Distrito Federal, que tivera votação

---

[272] *Paraná Norte*. 8 de novembro 1945, p.3.

[273] CESÁRIO, Ana Cleide, 1986, p.258.

[274] Dutra recebeu 55% dos votos para a presidência, Gomes recebeu 35% e Fiúza, 10% (569.818 votos) ; sendo que o PCB recebera a maioria dos votos partidários nas cidades industriais e capitais dos estados, como São Paulo, Santos, Campinas, Sorocaba, Recife, Olinda, Natal e Aracajú, demonstrando um rápido e grande crescimento de sua influência desde a década de 1930, um reflexo parcial da mudança no cenário nacional que existira sob Vargas e na situação internacional, em que nações capitalistas e socialistas haviam se unido para derrotar o nazismo alemão. Chilcote, p. 97.

[275] Sua detenção se deu em 23 de março de 1936. Ele e seus colegas deputados João Mangabeira, Abguar Bastos, Domingos Velasco e mais o senador Abel Chermont, foram recolhidos, em pleno recesso parlamentar, no Rio de Janeiro, ao Quartel de Cavalaria da Polícia Militar. Os demais parlamentares foram absolvidos e Silveira foi condenado a 2 anos e 6 meses de detenção.

irrisória para os dois cargos que pleiteara. Assinalemos ainda que ele conseguira, em 14 de outubro de 1934, ser o deputado mais votado no Partido Social Democrático do Paraná, chefiado por Manoel Ribas, então Interventor do Estado.

Na cidade de Londrina, no entanto, o fraco desempenho do partido deve ser pelo menos relativizada, senão vejamos: O Brigadeiro Eduardo Gomes e os outros candidatos da UDN haviam sido alvo de longa e intensa campanha em todo o norte do Paraná, liderada pelo jornal das "oposições". Eduardo Gomes conseguira apenas 1.678 votos no município, contra os 5.329 obtidos por Dutra. O candidato das forças situacionistas, o ex-juíz e ex-prefeito de Londrina Munhoz de Mello, tão duramente criticado pelo jornal udenista, mas que certamente tivera o respaldo da máquina constituída pelo sistema interventorial, fez 5.275 votos no município e foi o segundo deputado federal mais votado no estado. Hugo Cabral, o candidato das oposições do norte do Paraná, conquistou exíguos 1.440 votos em Londrina e não conseguiu eleger-se. Dr. Newton Leopoldo da Câmara, candidato pelo Partido Comunista do Brasil, com menos de um mês de campanha, sem uma estrutura partidária solidamente constituída, nenhum apoio da imprensa ou de qualquer outra instituição e, principalmente, carregando todo o peso ideológico do comunismo, que nas pequenas cidades do interior brasileiro adquiriam grande potência, obteve 345 votos, tendo sido o terceiro candidato a deputado federal mais votado no município.

Era o desfecho do "primeiro ato" do teatro da redemocratização. As forças oposicionistas do país, bem como as da cidade de Londrina, haviam desempenhado o papel principal – ao desencadearem o processo de redemocratização – e o mais difícil – colhendo a derrota eleitoral. Iniciava-se a construção do cenário para o "segundo ato": as eleições que ocorreriam no ano de 1947.

3.2 As Eleições de 1947: o "Segundo Ato" da Redemocratização.

> O secretário geral do Partido Comunista, Sr. Carlos Prestes, fez anos. A célula do Rio agitou-se de alegria. Houve um banquete oferecido ao líder vermelho, e nesse banquete figurou um bolo de cem quilos. Vejam somente isto: um bolo de cem quilos nesta época em que um simples bolinho de 200 gramas custa um dinheirão. Mas aos convidados bem se poderia oferecer cem quilos de

> bolinhos, evitando-se o trabalho da divisão daquela enorme massa amanteigada.
>
> Não. O bolo representava certamente algo mais que a sua essência material. Aquilo não seria um símbolo? Não representaria a terra brasileira, cujo domínio eles, os comunistas, pretendem obter para uma divisão entre os correligionários? Em breve, se for assim, teremos muita gente com bolinhos de prata, ouro ou diamantes na gravata ou na lapela como distintivo de uma ideologia. [276]

O texto acima, carregado de ironia, referindo-se ao aniversário de Luís Carlos Prestes, sempre comemorado efusivamente pelos militantes comunistas nacionais – e criticando as despesas efetuadas em sua comemoração em tempos de carestia, impróprias para um partido do proletariado – utilizava-se da metáfora da "divisão do bolo" para referir-se à "divisão da terra".

Pouco tempo depois, e utilizando-se ainda da ironia como forma de silenciamento, apesar de ser agora portador de um tom de ameaça, o *Paraná-Norte* aproximava suas críticas da militância do partido na localidade. Referindo-se a um discurso pronunciado em praça pública pelo Secretário Político do Comitê de Zona, o funcionário do Banco Brasil Nelson Torres Galvão, o jornal anunciava que

> O Dutra já anda com as medidas cheias, a matriz do Banco do Brasil não vai gostar de ver um funcionário graduado pregando doutrinas que não se coadunam com os nossos princípios de povo livre, mas dirão por certo: Isso é democracia.
>
> Sim, é democracia, aproveitar da ignorância alheia para arrastar adeptos ao caminho do mal, para um campo político pôdre?"[277]

Os textos selecionados acima representavam, na localidade, as vicissitudes que o Partido Comunista do Brasil enfrentaria naquele ano eleitoral. As modificações que se desencadeavam nas relações internacionais entre as grandes potências, seria um dos componentes da nova conjuntura e o sinal de alarme havia sido dado por Churchill em seus famosos discursos de Harvard e Fulton, quando frisara a necessidade de que se estabelecesse uma divisão entre as forças democráticas unidas na luta contra o nazismo e, que confundidas, poderiam marchar para o socialismo. Estava dada a largada para a "Guerra Fria".

---

[276] "Será um Símbolo? " *Paraná-Norte*, n.º 636, de 13/01/46, p.1.
[277] *Paraná-Norte, 23/5/46,* p.1

> A China e a Grécia se tornaram o campo de confrontação de uma guerra civil. A hegemonia dos Estados Unidos e o equilíbrio europeu eram ameaçados pela ocupação direta ou indireta dos países do leste da Europa pela União Soviética. Confirmavam-se desse modo as suspeitas pessimistas sobre as intenções de Stalin. Em resumo, as esperanças de paz mundial desembocaram na Guerra Fria.[278]

Esta modificação nas relações internacionais, somada ao conservadorismo do governo Dutra e ao evidente crescimento da influência do PCB, que surgia como o quarto partido do país, contando com entre 180 a 200 mil militantes, levou a intensa repressão ao Partido Comunista.

Já em março de 1946, o jornal *Paraná-Norte,* denotando certo alívio, antecipava notícias sobre a futura cassação do Partido Comunista do Brasil. O periódico anunciava, em sua primeira página, que "seria cassado o registro do Partido Comunista do Brasil"[279], significando, segundo a matéria, a resolução de mais um dos problemas que afligiam a sociedade nacional, posto que a proibição das greves e a estabilização dos preços e salários já teriam sido alvo da atenção governamental. O teor da notícia acompanhava as discussões que colocavam-se nacionalmente e que motivariam a apresentação de duas denúncias solicitando ao Tribunal Superior Eleitoral a cassação do registro do PCB[280].

O discurso de Luís Carlos Prestes, pronunciado na Assembléia Constituinte em março de 1946, levantara celeuma, e, argüido por elementos da UDN, o líder comunista respondeu questões que tratavam das relações entre comunismo e democracia, Rússia e Imperialismo, Brasil e Rússia, etc. Os questionadores insistiram sobre pontos de fidelidade à Pátria. As declarações de Prestes acabaram por se transformar na semente de uma campanha que prosperou até gerar a reação destinada a conduzir a agremiação à clandestinidade.

Regionalmente, as colocações contra o Partido Comunista se dirigiam à preocupação com a relação que o partido estabelecia com os trabalhadores rurais. A insatisfação com a publicização dos conflitos pela terra em Porecatu, por Marighella na Assembléia Constituinte, levara o jornal local a tecer

---

[278] FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001. p 222.

[279] *Paraná-Norte*, 07/03/46, p.1.

[280] As razões alegadas para a decretação da ilegalidade do PCB foram: a descoberta de que os estatutos do partido diferiam dos originais submetidos ao Tribunal Superior Eleitoral e o nome do partido ("do Brasil" em lugar de "brasileiro") significando ser "estrangeiro".

severas críticas, mais uma vez de forma irônica, à proposta de reforma agrária colocada pelo partido.

Em um artigo intitulado "O Saco de Gatos"[281], o jornal alegara que a proposta de reforma agrária do Partido Comunista do Brasil propugnava a entrega aos camponeses das terras situadas à margem das vias de ferro, perto dos centros consumidores mais importantes. Segundo o jornal, Prestes, o "senador mais votado da república",

> interrogado diversas vezes, nas afamadas sabatinas das quais a mais coerente foi a realizada com os funcionários da justiça, em que prometeu empunhar armas contra a nossa Pátria, nunca conseguiu demonstrar, satisfatoriamente, as vantagens dessa reforma, que consiste, simplesmente, em se tirar de uns para dar a outros e, portanto, em inverter, sem resolver, os termos de uma equação.

Segundo a matéria, com essa originalidade de idéias, o "grande líder correu apenas o risco de descobrir a pólvora ou a quadradura do círculo". Para o jornal, desde que seriam indenizados do seu justo valor, os senhores rurais das proximidades visadas, "só levariam a parte do leão", sem qualquer vantagem para as famílias de camponeses que se estabeleceriam em seus lugares. Neste sentido, o jornal perguntava: "Quem pagaria, porém, ao Estado esse encargo de bilhões, senão os próprios camponeses e, nesse caso, que vantagem lhes adviria?" Tratava-se, segundo o jornalista, de um "amontoado de absurdos bom somente para a acústica dos sustenidos". Para o jornal, "isso o que estamos assistindo aqui no imenso e fútil vale" era apenas uma amostra, pois

> à custa dos próprios camponeses sem terra, como estas creaturas de Porecatu, é que os comunistas pretendem resolver a questão agrária que, para eles existe no Brasil, tomando dos pequenos lavradores as terras que eles cultivam, para distribuírem, não entre todos mas entre si.

Apesar de todas as vicissitudes, o PCB nacional – como todos os outros partidos – atuava intensamente nesse momento, voltando-se para a questão eleitoral, principalmente, no sentido de definir a posição que deveria ser assumida naquelas circunstâncias. Entendendo ser impertinente o lançamento de candidaturas próprias, propugnava que sua tática eleitoral estava implícita na linha política então

adotada de "União Nacional" em defesa da democracia e da Constituição. Frente ao grande número daqueles que não respeitavam a Constituição, e dada a heterogeneidade da composição dos partidos da classe dominante, não haveria condições de chegar a uniões formais com organismos políticos em cujas fileiras eram mantidos conhecidos reacionários e fascistas.

Entendiam, no entanto, que poderiam ser estabelecidos acordos políticos para apoio de uma outra candidatura, observando, sempre, a base da linha política de ordem, tranqüilidade e de apoio aos atos democráticos do governo, contra qualquer tendência golpista. Assim, o partido decidiu que concorrereriam com candidatos próprios às eleições para as Assembléias estaduais e de vereadores do Distrito Federal. Na eleição para governador de Estado e para as vagas na representação federal, propunha que a posição do partido fosse unificada, visando levar a tais posições aqueles que dessem maiores garantias democráticas, bem como, os representantes de correntes ou partidos políticos que melhor se definissem em defesa da Constituição"[282]. Assim, nacionalmente, os comunistas lançaram candidatos a deputados estaduais em cada unidade federativa e apoiaram alguns nomes para governadores[283].

No Paraná, assim que a Constituição agendou as eleições para 19 de janeiro de 1947, as forças políticas existentes no Estado mobilizaram-se em torno das candidaturas estaduais.

Com a morte de Ribas, em janeiro de 1946, colocou-se como possibilidade o estabelecimento de uma candidatura única, de consenso, para o governo do Estado, havendo alguma chance de os londrinenses apoiarem a proposta, caso o nome escolhido fosse o de Brasil Pinheiro Machado, cuja indicação como interventor do Estado havia agradado aos homens da oposição. No entanto, seu nome fora substituído pelo do jovem empresário Moysés Lupion que, na verdade, fora colocado como herdeiro político de Manoel Ribas antes mesmo de sua morte.

Os irmãos Lupion, que haviam oferecido apoio à Ribas após sua deposição, eram filhos de um imigrante espanhol – João Lupion y Troya – que

---

[281] *Paraná-Norte*, 08/08/46, p.1.
[282] CARONE, 1985, p.340.
[283] Na Bahia, Otávio Mangabeira; para o Mato Grosso, Dolor de Andrade; em São Paulo, Ademar de Barros, apoio que desencadeou maior celeuma, por ser o candidato do PSP, ligado ao Estado Novo e suas posições políticas serem controvertidas e oportunistas.

instalara-se na Lapa e Jaguaraíva, onde, com seus filhos, construíra um grande império, transformando-se em um dos maiores grupos econômicos do Paraná.[284] Moysés Lupion transformar-se-ia em uma das figuras políticas mais controvertidas do Estado e o principal representante do PSD no período do pluripartidarismo, que vigoraria no Brasil até 1964.

A decisão pela candidatura de Lupion não obtivera os resultados esperados, tendo em vista o posicionamento contrário imediato por parte do PR que, pela sua dimensão estadual, acabou por impedir a empreitada. No entanto, parcialmente, pode-se entender que tal candidatura adquiriu potência, quando, surpreendentemente, recebeu a adesão da UDN paranaense, antiga e ferrenha opositora a Ribas e ao PSD.

Este movimento do Diretório Estadual da UDN, no entanto, não foi acompanhado pelo diretório municipal do partido em Londrina que, resistindo ainda ao "Getulismo" e ao "Ribismo", manteve-se afastado do PSD, aproximando-se do PR em seu apoio a Bento Munhoz da Rocha Neto – opositor às forças políticas de Ribas e Moysés Lupion – cuja candidatura surgira a apenas vinte dias da eleição, como uma "resistência democrática" ao "antigo regime". Bento Munhoz, herdeiro da tradição política da Primeira República no Paraná, havia sido eleito pela UDN para a Constituinte de 46 e inscrevera-se agora pelo PR, constituindo-se em representante da corrente opositora a Lupion por todo o período do pluripartidarismo até 64.

De fato, esta eleição para o governo do Estado foi reveladora da perspectiva regionalista da UDN londrinense. Em primeiro lugar, tanto o PR como a UDN constituíram-se, no Paraná, partidos de oposição a Vargas e a Ribas. Em 1945 haviam se reunido em torno da candidatura de Eduardo Gomes para presidente da República e em 1946 elegeram Bento Munhoz da Rocha como deputado constituinte pelo Paraná. Assim, seria lógico que essa coligação se mantivesse na disputa do principal cargo do Estado, o que, se não ocorreu no nível estadual, se manteve no nível municipal. Em segundo lugar, a UDN local posicionava-se contra Lupion, pois este era herdeiro político de Ribas e Vargas, representando tudo aquilo a que os fazendeiros locais se opunham, ou seja, o isolacionismo político do norte.

Segundo CESÁRIO (1986, p.265):

---

[284] O "império" era formado por várias indústrias, serrarias, minerações, fábricas de papel, celulose e papelão, indústria de fósforo, destilaria, empresas de transporte (rodoviário, marítimo e fluvial), e empresas bancárias.

> Será esta posição de não se deixar cooptar pela organização partidária que nasceu no seio do Estado autoritário, através do PSD, o traço mais marcante do comportamento dos políticos que detiveram por maior espaço de tempo o controle da política municipal londrinense durante o período de pluripartidarismo que se implantou depois do Estado Novo.

No segundo semestre de 1946, o movimento político da cidade se intensificou com a constituição de dois novos partidos políticos. O primeiro deles, resultou de uma cisão – que também ocorrera no plano estadual – na UDN, da qual surgiu o Partido Republicano. Os profissionais liberais mostraram novamente sua força na política local, quando o médico Josino da Rocha Loures, seu principal organizador, elegeu-se também como seu primeiro presidente[285]. Uma das primeiras ações deste partido foi a compra do Jornal *Paraná-Norte* que passou a ser agora a ser seu porta-voz. O PR, instituindo-se como a agremiação dos fazendeiros de café e dos trabalhadores urbanos, comprometia-se a continuar aliado a UDN e apresentava um rol de propostas que investiam, principalmente, na sensibilização dos habitantes da cidade oriundos de São Paulo e Minas Gerais, onde este partido já contava com grande tradição. O segundo partido criado foi o de Representação Popular, constituído por ex-integrantes do integralismo[286].

No entanto, as forças políticas do município continuaram contidas em dois grupos antagônicos. O primeiro, em torno do PSD, vitorioso nas eleições de dezembro de 45, o segundo, constituído pela UDN e pelo PR que, embora derrotados em sua primeira eleição, mantinham a coesão e o prestígio fundamentados na liderança do movimento que havia afastado Getúlio e desarticulado o sistema de interventorias. Resta assinalar que tal antagonismo expressava-se pela posição que assumiam em relação ao poder deposto, tanto nacional como estadual, de resto, assemelhavam-se em seus quadros, em suas posições e, inclusive, coligaram-se inúmeras vezes em se tratando da política estadual e nacional.

No segundo semestre, a política londrinense passa por um aquecimento em face das eleições que se avizinham, especialmente após a

---

[285] *Paraná-Norte*, 3 de outubro de 1946, p.1.

[286] Bastante ativos, faziam parte desta agremiação: Orestes Medeiros Pullin , Dr. Edgard Távora, Dr. Filinto Teixeira, Roberto Naubauer, João Batista, Mário J. Romagnolli, Antônio Colli e outros.

promulgação da nova Constituição[287]. Neste momento, a campanha eleitoral tomava impulso tendo o jornal *Paraná-Norte,* agora como representante do PR, na linha de frente, explorando as várias crises ocorridas nos partidos. O PTB local, pelo desligamento de vários filiados insatisfeitos com a candidatura de Divonsir Borba Cortes a deputado estadual, que, para alguns, enquanto delegado da cidade, havia assumido atitudes opressoras em relação aos trabalhadores. A UDN por sua vez, Também foi alvo do jornal *Paraná-Norte,* porta-voz do PR, que explorou o apoio dado pelo Diretório Estadual à candidatura de Moysés Lupion, interpretada como uma incoerência política por parte dos udenistas[288].

Além de Bento para o governo do Estado, o PR lançou Roberto Barroso para o Senado, 28 candidatos a deputado estadual e dois suplentes de senadores. O diretório de Londrina indicou João Alves da Rocha Loures para deputado e o médico Walter Pereira para uma das suplências de senatoria. Dentre os candidatos a deputado observa-se que 19 eram profissionais liberais, sendo 8 advogados, 6 médicos e 5 engenheiros. O PSD, por sua vez, lançou o médico Justiniano Clímaco da Silva para a Assembléia Legislativa e o fazendeiro Alípio Leite Jr. para suplência de senatoria. O PTB, mesmo desagradando ao grupo que se denominava "trabalhista autêntico", insistiu na candidatura do antigo delegado Divonsir Borba Côrtes para a Assembléia Legislativa e a UDN, partido em situação delicada por não ter acompanhado a postura do Diretório Estadual, contou com o advogado Rui Cunha como candidato para a Assembléia Legislativa.

Acompanhando a perspectiva nacional, o comitê estadual do Partido, ofereceu seu apoio ao PSD, com a candidatura para governador do herdeiro de Ribas, Moysés Lupion, tendo lançado cadidaturas próprias para a deputação estadual. No entanto, em Londrina, o Comitê Zonal, denotando falta de sintonia com o Comitê Estadual, aproximou-se da UDN local, que ficara, como vimos, afastada da decisão tomada pela UDN estadual de apoio ao pessedista Moisés Lupion. As decisões tomadas apontam para a continuidade e a persistência da proximidade entre o PCB local e a UDN, ou, pelo menos, com alguns membros desta agremiação.

---

[287] Cerimonia que foi assistida pelos londrinenses em Audiência Extraordinária convocada pelo Juiz de Direito no dia 18 de setembro. Na mesma Audiência, foi estabelecida a extinção do Território do Iguaçu e a reincorporação da referida área ao estado do Paraná. Foi comemorada também na mesma sessão a instalação da 2ª Vara da Comarca.

[288] *Paraná-Norte,* 21 nov., 1945, p.1.

Exemplo desta proximidade está contido na definição das candidaturas ao longo do ano de 1946. Em setembro, iniciaram-se as reuniões locais do partido que definiriam os candidatos de Londrina para as eleições estaduais que se aproximavam. Em uma reunião da Célula Siqueira Campos, definiu-se que o Comitê Zonal de Londrina apoiaria, como candidato para deputado estadual, o advogado udenista Milton Ribeiro de Menezes. Esta decisão constituiu-se em motivo de muitos dissabores para esse udenista que, futuramente, adquiriria grande prestígio, constituindo-se em um dos políticos mais eminentes da cidade. Sobre esta proximidade, assim foi colocado em sua ficha individual da Dops/Pr. :

> Esse documento, ainda que não comprove a qualidade de comunista de Milton, contém indicações de suas ligações com os comunistas e demonstra que nas eleições de 1946 foi ele um dos escolhidos, por aquela célula, para a candidatura à deputação estadual nas eleições do mencionado ano, com o apoio do PCB de Londrina[289].

A vida desse udenista será acompanhada de perto pelos agentes da DOPS até o início da década de setenta[290], e todas as vezes que viria a pleitear cargos públicos, sua relação com os comunistas seria usada como fato desabonador, principalmente em 1951, quando foi o candidato vitorioso para o governo da cidade, justamente no período do envolvimento do Partido Comunista nas atividades de Porecatu.

O Comitê Zonal decidira-se também, a apenas dois meses das eleições, pelas candidaturas do médico Newton Leopoldo da Câmara Filho, Secretário de Divulgação do Comitê e do bancário Nelson Galvão, seu Secretário Político.

A campanha política desenvolvida pelo Partido, na ocasião, enfrentou uma série de dificuldades. Por um lado, resumia-se a alguns comícios e à distribuição de parco material produzido pelo Comitê Estadual, invariavelmente elaborado na última hora e em pequena quantidade[291], somando-se, ainda, a

---

[289] Ata de reunião da "Célula Siqueira Campos", realizada em 11 de setembro de 1946. DOPS: Dossiê Milton Ribeiro de Menezes, nº 2763/435.

[290] Dossiê Milton Menezes, nº 2763/435. DOPS. Ofício de Curitiba, datado de 11 de julho de 1973, assinado pelo superintendente regional, solicitando informações sobre o que constava na delegacia da Ordem Política e Social com referência a Milton Ribeiro de Menezes.

[291] Em 21 de novembro o Comitê Estadual do PCB enviou ofício ao Comitê Municipal de Londrina solicitando as biografias e fotografias dos candidatos Newton Câmara e Nelson Galvão para confeccionar a propaganda eleitoral. Em dezembro, Torres Galvão dirigiu telegrama ao Secretário

ausência de espaços na imprensa local que propiciassem a divulgação de suas propostas. Por outro, faziam parte da composição do cenário eleitoral local, as hostilidades desencadeadas contra o partido que, apesar de acompanharem o tom nacional, eram portadoras também de um matiz regional, posto que o envolvimento dos comunistas com a questão de terras começava a se colocar como uma preocupação, passando a ser o ponto nevrálgico das discussões e críticas desencadeadas no período.

Apesar das vicissitudes, e em meio aos ataques, o PCB local tentava acompanhar o movimento das outras agremiações da cidade, preparando também as festividades pela promulgação da Carta Constitucional Brasileira. Em reunião de setembro de 1946, o Comitê elaborou um programa no qual incluía a realização de um grande comício. O Secretário Político do Comitê Nelson Torres Galvão encarregara-se de redigir ofícios ao Prefeito e ao Delegado pedindo permissão para realiza-lo na Av. Paraná. Após o comício, foi responsável também por enviar, ao delegado da cidade, ofício queixando-se das inúmeras restrições que haviam sido impostas, pela polícia, à realização do evento.[292]

Em resposta, comentando a comemoração promovida pelo PCB local, o jornal *Paraná-Norte,* em sua coluna "Notas e Comentários", põe em ação mais uma vez sua perspectiva de "apagamento" de outros sentidos possíveis, utilizando-se da ironia para ridicularizar o ato.

> O Partido Comunista do Brasil, [...] promoveu em Londrina, um comício ou, antes uma "festa" – festa do proletariado e do povo, para comemorar a promulgação da nova Carta Constitucional Brasileira.
>
> Apesar do sentido "unitário" dado ao festejo, nenhum partido político compareceu ao local, como fôra anunciado. Mas, não é isso que pretendemos ressaltar. O importante é que uma contagem a dedo não acusava no comício uma presença superior a trinta pessôas, incluindo os oradores comunistas, que ali estavam obrigatoriamente. A que deve o Partido Comunista tão estonteante fracasso?
>
> Não resta dúvida que o povo se interessou realmente, pelo Partido Comunista, logo que ele veio para a legalidade e comparecia às suas reuniões, mesmo que fosse a título de curiosidade. Mas os militantes de Prestes não souberam corresponder às massas, na sua

---

Político do Comitê Estadual, Walfrido Oliveira, solicitando remessa urgente de fichas de material de propaganda eleitoral.

[292] Dossiê: Nelson Torres Galvão, nº 2846/440, DOPS.

> primeira curiosidade. Aquela oratória superficial, ditada dos palanques nunca se renovava.
>
> Ouvir o primeiro orador era ouvir os seguintes. O comício de hoje reproduziu o mesmo comício de ontem. As mesmas palavras. As mesmas chapas. As mesmas frases feitas: 'União Nacional' , 'democracia de novo tipo', 'época de desenvolvimento pacífico', 'povos amantes da paz', 'restos feudais', 'amado povo', 'senador mais votado da republica' e outras chulices.
>
> Enquanto isso os problemas do povo eram relegados a um plano inferior... o país, se não fossem os verdadeiros democratas, ainda estaria entregue ao sr. Getulio Vargas, pois aos comunistas, o que interessava era a permanência do Ditador Vargas, em favor de quem fremiam por uma constituição com ele no poder.
>
> Mas foi promulgada a nova Constituição sem Getulio Vargas. Vem os comunistas para a rua "festejar" o acontecimento e têm a coragem de dizer: não cederemos um passo na defesa da democracia... Enche".[293]

No início de janeiro de 1947, a poucos dias das eleições, o Comitê Estadual buscava ainda informações sobre o andamento do processo eleitoral nos municípios do Estado, encaminhando ofício com uma série de questões, com o principal objetivo em obter informações urgentes sobre o Plano de Emulação, "para controle estadual e nacional e mesmo informações no terreno financeiro". O ofício pedia ainda que os CMs respondessem quantos membros tinha o PCB; quanto havia sido feito em finanças; quantos comícios de bairro e palestras haviam sido realizados; quantas festas; quantos eleitores partidários; quantos eleitores não partidários e, finalmente, qual o programa que deveria ser executado.

Clamando para que o questionário fosse respondido com urgência, para que o Comitê estadual pudesse ter um "controle do desenrolar da campanha eleitoral", enviavam, em anexo, o novo programa dos comícios, bem como o nome dos candidatos que iriam falar nos mesmos. Ao final, demonstrando um otimismo infundado, anunciavam: "Nada menos de vinte mil votos no Paraná a 19 de janeiro" [294].

No pleito, Moysés Lupion – com proposta baseada no desenvolvimentismo e na modernização do Paraná – seria eleito governador

---

[293] *Paraná-Norte*, 26/09/46, p.2, coluna "Notas e Comentários".

[294] Ofício de 03/01/47, assinado por Clemenceau Rodrigues de Oliveira como Secretário Político do Comitê Estadual. DOPS: Clemenceau Rodrigues de Oliveira, nº 0766/316.

através da coligação envolvendo o PSD, PTB, UDN e com o apoio do Partido Comunista Estadual, impondo nova derrota às forças oposicionistas de Londrina[295].

No que diz respeito ao PCB, que nacionalmente ficara em quarto lugar entre os partidos, acrescentando dois deputados sob a legenda do PSP, à sua bancada no Congresso e ganhara um número considerável de cadeiras nos legislativos estaduais de São Paulo e de outros grandes estados (CHILCOTE, 1982, p.205), no Paraná, demonstrando fraco desempenho eleitoral, elegera apenas o advogado José Rodrigues Vieira Neto para a deputação estadual, com exíguos 775 votos.

Fazendo a relação entre os eleitores do PCB de 1947 e 1945, CHILCOTE mostra que houve uma diminuição de eleitores em 1947. Mas, segundo ele, o número teria declinado também para a maioria dos outros partidos. Apesar da votação ter crescido em alguns estados, o declínio fora substancial em Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Neste último estado, a diminuição em relação a 45 fora de 1.250 votos. Este autor atribui o decréscimo da força eleitoral do partido, em parte, à ausência de eleição para a presidência em 47, e do interesse aguçado de participação dos brasileiros em 45, devido às limitações anteriores à participação nas eleições nacionais.

Chegara ao final a primeira grande batalha da "guerra-fria" que no Brasil travou-se em torno do fechamento do PCB. Agindo conforme um decreto Constitucional dirigido contra partidos "anti-democráticos", o Governo abriu um processo no Tribunal Superior Eleitoral e, com a acusação de "*duplicidade de estatutos, ora pluralista democrática, ora fechada, autoritária e golpista sob alegação revolucionária*", conseguiu a ilegalização do PCB, em 7 de maio de 1947, resultando, em cassação, no Congresso, do mandato dos parlamentares comunistas.(CHACON, 1998, p.146).

Muitos anos depois, em 1983, o comunista londrinense Manoel Jacinto manifestou-se sobre esta aproximação do PCB dos partidos getulistas e o conseqüente afastamento da UDN do Brigadeiro Eduardo Gomes, considerando-a

---

[295] Lupion vencera com larga vantagem de votos. Fizera 91.059 votos no Estado contra 45.914 do seu concorrente, Bento Munhóz da Rocha, quase o dobro de diferença. Uma vez mais, Londrina, apesar de ter contado com um núcleo importante do Movimento de Resistência através do PR e com a dissidência da UDN local se opondo a direção estadual do partido, conferiu vitória ao PSD – identificado por seus opositores como partido da ditadura/continuação do "ribismo", como diziam alguns londrinenses.

como,um equívoco do partido. ao período, demonstrando seu dissabor pelo que considerou um equívoco do partido:

> Então aquela vitória contra o nazismo, entusiasmou muito o Brasil, mas durou pouco, logo foi eleito Dutra em 1946. O outro candidato era o Brigadeiro Eduardo Gomes, perdeu por 300 mil votos. Fiuza, candidato apoiado pelos comunistas, teve 500 mil votos, se tivesse apoiado o Brigadeiro ele tinha ganhado, mas é coisa que não se entende, o pessoal deram muito apoio ao PSD e ao PTB, exatamente o PTB e o PSD que votou para que caçassem o mandato deles e pelo fechamento do partido deles, e os deputados da UDN, existia uma turma de intelectuais que tinham lutado (cruzaram a espada) contra o Estado Novo, eles votam contra a cassação e contra o fechamento,nesse caso os comunistas cometeram um erro, por não terem apoiado o Brigadeiro Eduardo Gomes, por isso tiveram uma vida legal muito efêmera, de um ano de legalidade, (...)[296]

Apesar da fragilidade demonstrada nas eleições estaduais de janeiro, agravada pela decretação da ilegalidade, o comitê local do Partido Comunista, acompanhando a vitalidade política que se estabelecera no município, envolveu-se ativamente nas eleições municipais que acorreriam em 16 de novembro de 1947. Já na clandestinidade, acompanhou a estratégia política definida nacionalmente, pleiteando postos públicos através de partidos legais.

A campanha municipal londrinense daquele ano foi marcada por muitas dissidências internas nos partidos, acarretanto composições imprevisíveis e dificuldades na apresentação e manutenção de candidatos[297].

O movimento eleitoral na cidade iniciou-se com a definição da candidatura do Partido Republicano que, em abril, lançou para prefeito o "Candidato do Povo" Walter Pereira, médico, nascido no Rio de Janeiro, 2° tenente de infantaria do Exército, ex-delegado regional em Campinas e já há algum tempo residente em Londrina, onde vinha clinicando e exercendo os cargos de Presidente do tiro de Guerra da cidade e de vice-presidente do Diretório do Partido Republicano local.

No mesmo período, o PSD estadual, sob a liderança do governador Moisés Lupion, buscava, mais uma vez, a obtenção de acordos que propiciassem a definição de candidaturas únicas para as prefeituras, pelo menos nas principais cidades do estado. Em Londrina, tal investida se fazia através de dois de seus deputados – o ex-juíz Munhoz de Mello e o médico Clímaco – que representavam a

---

[296] Entrevista concedida à Zelma Torres Tomazi em 18/05/1983.

cidade, respectivamente, na Câmara Federal e na Assembléia Legislatival. Ao final, além de não obter adesão ao seu objetivo de estabelecer candidatura única na cidade, pois a escolha do nome do comerciante Ernesto Cavalcanti de Albuquerque não foi recebida com entusiamo, tendo em vista sua pouca expressão no PSD local. Evidentemente que a insatisfação causada pela escolha, bem como a manutenção da candidatura, às vésperas das eleições, enfraqueceram políticamente o partido.

A UDN local, por sua vez, trazia ainda fissuras causadas pela dissidência no pleito de janeiro, quando discordara da decisão estadual do partido, em apoiar a candidatura do pessedista Lupion, impondo dificuldades para que o seu escolhido – o fazendeiro Hugo Cabral – fosse indicado como candidato a prefeito deste partido na cidade. A preferência do PSD estadual recaia no suplente de deputado Ruy Cunha, pela sua relação estreita com o Secretário Geral da União Democrática Nacional no Paraná Paula Soares.

O PTB, que também não aceitara a proposta do PSD de candidatura única, foi o segundo partido a lançar candidatura própria, escolhendo Darcírio Egger, presidente desta agremiação, como postulante à prefeitura.

Estas várias dissidências levaram à formação do Movimento de Resistência Popular de Londrina, o MRPL, que se constituíra com a união do grupo de Hugo Cabral, egresso da UDN; de Alípio Leite e Vivi Xavier, dissidentes do PSD; o PR de Josino Rocha Loures e Walter Pereira, este último, renunciando à sua candidatura já lançada e o PL, antigo aliado da campanha brigadeirista no Paraná. Com esta base de sustentação surgiu a candidatura de Hugo Cabral para a prefeitura, a apenas 18 dias das eleições de 16 de novembro. Junto com ele, foram indicados 29 candidatos à vereança[298].

Inserida nas movimentações dos partidos, uma outra coligação marcou as eleições municipais daquele ano, tendo como protagonistas o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil. No decorrer da campanha, Darcírio Egger, candidato do PTB, aceitara o apoio do PCB e permitira que dois comunistas – o pedreiro Manoel Jacinto Ferreira e o médico Newton Leopoldo da

---

[297] CESÁRIO, 1986, p. 323.

[298] Os candidatos eram de ocupações variadas e de diferentes segmentos da sociedade local: 4 comerciantes, 3 industriais, 8 profissionais liberais de formação universitária, 1 corretor, 2 comerciários, 1 operário, 1 motorista, 1 carroceiro, 8 proprietários rurais, entre pequenos e grandes. Embora a denominação da ampla coalizão – MRPL – os dissidentes inscreveram-se para as eleições municipais através de siglas diversas. Os da UDN – Hugo Cabral, Milton Menezes e Aníbal Veloso – pelo PL, os egressos do PSD – Ulysses Xavier, Cunha Neto e Hermínio Vitorelli – pelo pelo PR.

Câmara Filho – lançassem suas candidaturas à vereança sob esta sigla. Tal aproximação trouxe muitos dissabores para o Partido Trabalhista Brasileiro, por um lado, porque acabou causando a dissidência de um grupo significativo de políticos daquele partido, [299] por outro, por terem sido desencadeadas pelo jornal do PR – o *Paraná-Norte* – ferrenhas críticas a esta coligação, procurando obter capital político para seu candidato.

Por ocasião do comparecimento do deputado estadual comunista Vieira Neto a uma reunião do Diretório do PTB em Londrina, iniciou-se a "cruzada" do periódico contra a coligação. Naquele momento, o jornal procurou atingir seu alvo – o candidato trabalhista – evidenciando o que entendia como profundas contradições entre os grupos que então se uniam. Assim manifestou-se o *Paraná-Norte:*

> Darcírio Egger, é um diácono protestante, que sabe muito bem dos perigos e ameaças de um triunfo da concepção materialista, assentada na luta de classes com a ilusória ditadura do proletariado. [...]
> Os comunistas procedem com lógica, mas o sr. Darcírio erra e imprudentemente. [...][300]

Poucos dias depois, o mesmo jornal retoma o ataque de forma ainda mais contundente, não deixando, como de praxe, de se utilizar da ironia como arma de apagamento:

> Não contentes com a infiltração desabusada e ostensiva, dos comunistas, por intermédio do sr. Ciro Ibirá de Barros, transformado de uma hora para outra, em líder católico, conseguem para o sr. Darcírio Egger o significativo apoio do Partido Democrata Cristão.
>
> Estão, assim, de mãos dadas, protestantes, com o diácono Darcírio Egger, católicos, com o líder Ciro Ibirá de Barros, e comunistas com a corrente do Dr. Newton Câmara, Luciano de Andrade, Rivadavia Campos e Nelson T. Galvão.
>
> Si não houvesse um fundo de tragédia nessa esdrúxula acomodação política, poderíamos assimilar o caráter jocoso de um conúbio de forças antagônicas, desfraldando princípios e ideais inconciliáveis em torno de um candidato único.[301]

---

[299] *Paraná-Norte,* 25 de setembro de 1947, p.1
[300] *Paraná-Norte*, 25 de setembro de 1947, p.1
[301] *Paraná-Norte*, 16 de outubro de 1947, p.1

A acusação de estabelecimento de coligação com comunistas foi utilizada também na ocasião para desclassificar outro candidato. Neste momento, com o Partido Comunista recentemente proscrito dos processos políticos nacionais as discussões sobre o perigo que representavam – até para justificar o ato autoritário de afastamento – vão estar extremamente presentes na imprensa nacional.

Assim, para prejudicar a candidatura de Walter Pereira do PR, e até como o "troco" pelas acusações apresentadas acima , o jornalista do *Paraná-Norte*, Moacir Arcoverde, foi alvo de ataques de seus adversários. Em nota publicada no jornal londrinense "Gazeta do Norte", o diretório do PTB denunciou que Arcoverde havia pertencido ao Partido Comunista, tendo sido expulso do mesmo. De fato, esta "denúncia", coloca-se como totalmente infundada, posto que Arcoverde em nenhum momento aparece ligado ao PCB, à não ser pelo registro de um agento do DOPS, que vira a família Arcoverde com em uma confeitaria da cidade.

Rodrigo Patto Sá Motta, tratando do anticomunismo brasileiro em suas variadas vertentes, refere-se à "Indústria do Anticomunismo". Diz o autor que esta expressão foi cunhada para designar a exploração vantajosa do "perigo vermelho". Segundo ele, industriais do anticomunismo seriam aqueles manipuladores que tiravam proveito do temor ao comunismo. Para MOTTA (2002), normalmente, tal operação implicava supervalorizar a influência real do Partido Comunista e dos supostos objetivos imperialistas da URSS, criando uma imagem propositadamente deformada da realidade. O objetivo seria aproveitar-se do pavor provocado pelo comunismo, seja convencendo a sociedade da necessidade de determinadas medidas, seja colocando-se na condição de campeão do anticomunismo para daí auferir vantagens[302]. Para ele,

> A manipulação oportunista do medo ao comunismo assumiu características diferentes ao longo do tempo e se prestou a objetivos diversos. Vários agentes sociais exploraram o anticomunismo: o próprio Estado, a imprensa, grupos e líderes políticos, órgãos de repressão e mesmo a Igreja. [...] (PATTO, 2002, p.162)
>
> A prática de macular a imagem de adversários, atribuindo-lhes o rótulo de comunistas, foi uma das manifestações mais comuns da indústria do anticomunismo. Ocorrências deste tipo foram recorrentes notadamente nos anos de 1930, como notou um observador contemporâneo: 'o título de communista [...]

[302] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 162.

> hoje é um signal de ignominia e até mesmo uma arma com que o inescrupulo dos homens tenta tisnar a dignidade dos que odeia'. (PATTO, 2002, p.163)

Em 16 de novembro, 5.671 eleitores compareceram às urnas e Hugo Cabral (PL) teve a preferência, obtendo 1,766 votos, seguido por Aquilles Pimpão Ferreira (PSP) com 1.493 votos. Egger (PTB) ficou em terceiro lugar com 856 votos. Ernesto Cavalcanti de Albuquerque (PSD) foi o quarto colocado com 829 votos e o menos votado foi João Alfredo de Menezes, do Partido de Representação Popular, que somou 508 votos[303]. O MRPL, além do prefeito, elegeu ainda 8 dos 15 vereadores eleitos.

A coligação entre PTB e PCB, bem como a campanha negativa desencadeada pelo jornal *Paraná-Norte* que a precedeu, acabou por ser desastrosa para o candidato petebista, pois levara-o à uma derrota imprevisível posto que, poucos meses antes, em uma enquete de opinião pública com vistas à eleição de prefeito realizada pelo jornal *Paraná-Norte*, aparecia como o primeiro na preferência popular[304]. Além dos exíguos votos recebidos por Egger (856), o seu partido elegeu apenas dois vereadores, justamente os ex-integrantes do Partido Comunista, Newton Câmara e Manoel Jacinto, demonstrando que a campanha movida pelo *Paraná-Norte* contra a filiação dos dois candidatos no PTB dera resultado. Como nenhum outro candidato do Partido Trabalhista conseguiu se eleger, parece certo que Egger contara mais com o apoio dos eleitores de Câmara e Jacinto do que com os eleitores mais conservadores do PTB. Prova disso é que o ex-trabalhista Fulgêncio Neves, dissidência do PTB em função da coligação com o PCB, e inscrito pelo PSP, foi o vereador mais votado no pleito e, certamente, responsável por boa parte da votação de Pimpão, o segundo candidato a prefeito mais votado. Fulgêncio Neves teria atraído para si os votos dos trabalhadores mais conservadores e descontentes com a candidatura de Câmara e Jacinto e, consequentemente, para o candidato à Prefeitura pelo PSP.(CESÁRIO, 1986, p.349/350).

Ao final, as eleições de 1947, na qual participaram cinco candidatos a Prefeito e 88 à verança, apontaram para dois pontos importantes. Por um lado, revelaram um dinamismo político pouco comum em cidades do interior brasileiro, por outro, os resultados das eleições conferiram, finalmente, vitória àqueles que se

---

[303] Dados obtidos nos Arquivos do TRE do Estado do Paraná.

proclamavam "oposição" em Londrina. Mais do que isto, neste momento, os cafeicultores associados a profissionais liberais e comerciantes assumiram o controle do município, do qual foram deslocados somente em 1969. Entre os anos de 1947 e 1968, com uma única exceção, todos os prefeitos de Londrina foram eleitos pela UDN e, mesmo a única vez em que foi vitorioso, o PSD elegeu um fazendeiro de café – profundamente envolvido no movimento ruralista – ,que já havia sido inclusive o sucessor de Cabral na presidência da Associação Rural de Londrina, e na juventude militara na juventude da UDN[305].

Enfim, apesar da ilegalidade, dos ataques dos "industriais do anticomunismo" e das inúmeras dificuldades, os comunistas eram agora portadores de duas tribunas na Câmara Municipal, nas pessoas do pedreiro Manoel Jacinto e do médico Newton Câmara, denotando a existência de um grupo razoável de cidadãos identificados com as propostas desse partido na cidade.

---

[304] Em segundo lugar aparecia Aquiles Pimpão, à época no PSD; em terceiro, Walter Pereira do PR em quarto, Hugo Cabral, então como candidato da UDN.

[305] Os prefeitos do período foram: Hugo Cabral, UDN, advogado e fazendeiro, 47-51; Milton Ribeiro de Menezes, UDN, advogado e fazendeiro, 51-55 e 59-63; Antônio Fernandes Sobrinho, PSD, contabilista e fazendeiro, 55-59; José Hosken de Novais, UDN, advogado, 63-69.

IV CAPÍTULO.

4 O PCB E A CONSTITUIÇÃO DE CÉLULAS – UMA ESTRATÉGIA DE ORGANIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS BASES.

Como se pode observar no capítulo anterior, os primeiros anos de atuação do Partido Comunista do Brasil em Londrina foram de intensas atividades, e, paralelamente à sua participação nos processos eleitorais, através da qual procurou representação institucional, o Partido buscava também constituir suas organizações de base na cidade. Logo após a fundação do Comitê de Zona, dedicaram-se os comunistas à constituição de células[306], procurando fundar, nos ainda incipientes bairros operários e fábricas, organismos que possibilitassem um contato mais próximo com os trabalhadores urbanos e, consequentemente, propiciassem o recrutamento de militantes, no sentido de organizar os setores populares em defesa de reivindicações econômicas e políticas.

A partir de meados da década de quarenta a cidade havia crescido muito territorialmente e se adensara internamente pelas construções, expandindo-se para fora do quadrilátero inicial do desenho proposto pela CTNP. Desde 1936, os primeiros loteamentos para além do perímetro urbano começaram a aparecer, sendo o primeiro deles a Vila Agari, na saída para a cidade de Cambé, e, entre 1937 e 1939 a Vila Matarazzo, Vila Casoni, Vila Nova, Vila Conceição, Vila Brasil e Higienópolis. Visivelmente, a cidade passara a ser alvo, além de agricultores ávidos por um pedaço de terra, também daqueles que procuravam outros meios de vida, ocorrendo a formação e o desenvolvimento de relações de produção tipicamente urbanas, com um grande crescimento do setor de prestação de serviços[307].

Como já assinalei, Londrina apresentou um crescimento populacional dos mais expressivos entre todos os municípios paranaenses. A

---

[306] "No ápice da estrutura piramidal do partido fica uma organização nacional centralizada. Na base estão as unidades locais ou células – subdivisões organizadas segundo critérios ocupacionais ou geográficos nos locais de moradia ou de trabalho. A estrutura vertical do partido consiste em divisões nacional, regionais ou territoriais, estaduais, zonais ou municipais e distritais, que geralmente permanecem intactas enquanto o número e a ordem hierárquica das organizações orizontais variam com a expansão ou a contração do partido." (CHILCOTE, 1992, p. 164).

[307] Assim, o crescimento urbano de Londrina durante as décadas de 40 e 50 é significativo e a expansão da construção civil o atesta. Na década de quarenta foram construídas 3.233 edificações,

participação da população urbana na população total crescera muito desde os primeiros anos, acompanhada por um decréscimo na população rural. Apesar desse crescimento acelerado do espaço urbano, Londrina apresentava ainda o quadro típico de uma cidade onde o urbano e o rural estavam intimamente entrelaçados. Enquanto o campo produzia para o mercado, a cidade constituía-se em espaço de efetivação da mercantilização, bem como do financiamento da produção rural. Era na cidade que se fechavam os negócios, onde estavam localizadas as máquinas de beneficiamento da produção agrícola, o comércio, o transporte e o sistema financeiro, que se havia estabelecido na cidade já em 1938, com o Banco Noroeste de São Paulo, vinculado aos paulistas sócios da CTNP. Aliás, a evolução do sistema bancário é um importante indicador do desenvolvimento da cidade. Em 1945, no início da redemocratização, Londrina já contava com oito agências financeiras, sendo que em 1959 registrava-se a existência de 23 agências bancárias na cidade[308].

Faziam parte ainda desta "explosão urbana" 878 estabelecimentos comerciais, constituídos por açougues, barbearias, bares, quitandas, casas de calçados, casas comerciais diversas, cerealistas, peixarias, tinturarias, lavanderias. Além disto, existiam 45 hotéis e pensões, 4 cinemas. Havia ainda 154 consultórios e/ou escritórios de profissionais liberais – médicos, advogados, dentistas, farmacêuticos, engenheiros.

O crescimento demográfico da região criou um forte mercado consumidor que, pelas condições de colonização e forma de distribuição do capital, era atendido pela indústria paulista em expansão. Constam dos primeiros anos da colonização a importação de São Paulo de toda espécie de manufaturados, bens de consumo duráveis e não duráveis tais como: arados, enxadas, medicamentos, tecidos, calçados, automóveis, e uma série infindável de utensílios. Em contrapartida, fornecia produtos primários não elaborados como: café, arroz, milho, feijão e madeira de lei.

Assim, apesar de em 1948 o jornal local apresentar estatísticas que registravam "números assombrosos" no desenvolvimento da indústria local, alegando que na cidade havia um conjunto de 478 indústrias, composto por

---

perfazendo um total de 362.391, 43 m.2. Nos anos 50, até 1958, 6. 947 edifícios foram construídos em Londrina, somando 816.666,85 m.2 Coutinho Puiggari H. Op. Cit., p.57.

[308] Coutinho Puiggari H. Londrina, 25 anos de sua história. S.P. s. ed., 1959, p.73.

serrarias, máquinas de beneficiamento de arroz, milho, algodão e café, ateliers e alfaiatarias, ceramicas e celarias, marcenarias e carpintarias, torrefação e moagem de café, oficinas mecânicas, fábricas de doces, sapatarias, selarias, tipografias, a indústria ainda não se afirmara como uma força ativa e a produção agrícola assumia o comando das atividades econômicas da cidade, exportando seus produtos "in natura"[309]. Até então era a atividade cafeeira que dinamizava as atividades comerciais, o grande comércio atacadista e varejista e atividades financeiras. Estas atividades, nitidamente urbanas, operavam o comando da economia, cujas raízes estavam na dinâmica de geração de rendas do setor agrícola, em última instância, regulada pelo mercado externo.

> Esta vinculação entre capital agrícola e o capital comercial irá imbricar-se ainda mais no desenvolvimento das forças capitalistas de produção. Vai ocorrer no momento em que a mais valia gerada e extraída no setor comercial for aplicada na agricultura e vice-versa, concretizando o entrelaçamento entre as frações do capital, e criando a figura do comerciante-agricultor; do agricultor-maquinista[310].

Dentro deste contexto, explica-se o porquê do crescimento populacional verificado na cidade de Londrina, no momento em que não é a indústria quem comanda a economia urbana; ou seja, a cidade cresce a taxas muito altas, contando com uma industrialização fraca. É o capital comercial que, capturando na esfera da circulação o capital agrícola, comanda toda a economia urbana do município[311]. Assim, as primeiras indústrias a se instalarem na cidade vão ser, por um lado, aquelas que mantêm uma relação direta com o sistema produtivo agrícola e, por outro, as relacionadas diretamente com as necessidades mais urgentes da população; por exemplo, a indústria de materiais de construção e bens de consumo não duráveis[312].

No entanto

---

[309] Segundo RAZENTE ([s.d.] p.203), O valor total da exportação de Londrina em 1956 atinge Cr$ 1.132.334.528 sendo que cinco produtos agrícolas (café, milho, arroz, algodão e feijão) são responsáveis por 43% deste total, p.206.

[310] Maquinista: denominação do comerciante de café.

[311] RAZENTE ([s.d.], p.208), coloca que Desta primeira fase do predomínio do capital agrícola e comercial, seguir-se-á um poderoso surto industrializante a partir dos anos 70, acompanhado por um processo de transformações intensas no setor agrícola. (p. 208)

[312] A primeira indústria de Londrina, foi a fábrica de gelo. Seu surgimento se dá através de sugestão de médicos locais, premidos pela necessidade de combater o mal da epidemia de febre que incomodava a população regional. A fábrica encerra suas atividades logo após a eliminação da moléstia. (RAZENTE, p.203)

> O crescimento do sítio urbano não é motivado pela presença de qualquer equipamento de consumo coletivo ou, pela caracterização de um processo 'ordenado' de urbanização na qual as condições de reprodução da força de trabalho ali disposta fosse atendida. Trata-se apenas da oferta, via mercado, de uma fração do elemento essencial para assentamento da população: a terra. Equipamentos de consumo coletivo como fornecimento de água, escolas, energia, etc., ficam sob a responsabilidade do poder local, dado que nada era exigido do empresário fundiário. Tal fato, somado à aparente desordem do crescimento urbano motiva a primeira tentativa de proibição do parcelamento do solo, em janeiro de 1947.(RAZENTE, [s.d.], p.259).

Em termos de características urbanas, o período compreendido entre meados da década de quarenta e o golpe militar de 64, apresentava cenas novas no cenário brasileiro. Segundo Bonduki, poucos momentos da nossa história conheceram tão significativo grau de mobilização das massas populares urbanas como no período do segundo pós-guerra. Este movimento novo, no entanto, se por um lado havia propiciado altas taxas de lucros para os industriais, comerciantes e especuladores, por outro, acarretou uma grave crise de abastecimento e uma carestia sem precedentes na história do país e, por conseguinte, um agravamento na condição de vida dos assalariados.

> Impedidas as importações face às restrições impostas pela guerra, incentivadas as exportações pelos excelentes preços externos e pela escassez generalizada de produtos de toda a espécie, o consumidor urbano brasileiro conheceu um período de falta de quase tudo: longas filas nos armazéns e lojas, racionamento dos produtos de primeira necessidade câmbio negro e especulação generalizada. [...] O quadro era de carência generalizada nas cidades que, paralelamente ao crescimento econômico, recebiam um intenso fluxo populacional provocado pelas migrações internas.(BONDUKI, 1988, p.95)

Para Bonduki, a coincidência destes dois processos - mobilização, euforia e participação popular de um lado, e por outro, crise de abastecimento e carestia - acabou por gerar uma onda de protestos populares, que, embora espontâneos, desvendavam o anseio de participação política das massas. Assiste-se, portanto, principalmente entre 1945-47, um grande número de ações de protestos contra as condições de vida urbana que, como registraram as páginas dos jornais da época, constituíram parte do cenário das cidades brasileiras.

O crescimento da "cidade da promissão" gerava, também, como qualquer cidade nestas condições, os primeiros embates relacionados a insatisfação com as as condições da vida urbana. Assim, alguns movimentos de insatisfação foram detectados. À partir de 1944 iniciam-se conflitos tendo como alvo a empresa de energia elétrica de Londrina. A designação de "tomatinhos", como eram chamadas as lâmpadas com baixa voltagem e cobertas pela poeira vermelha das ruas sem calçamento, é a demonstração mais cabal da ironia que a população fazia com a questão .(CUNHA, 1998, p.20). Em 1950, quando o fornecimento de energia elétrica era ainda um problema para a cidade, relembravam-se eventos ocorridos em 1944.

> A população submetida às manobras da C.T.N.P., entretanto, faz-se cada vez mais consciente da situação e luta. Já em 1944, houve uma grande manifestação popular em Londrina contra a Empresa Elétrica. Após longos meses de drástico racionamento da energia, a massa popular saiu às ruas em vigorosos protestos. Foi recebida nos escritórios da empresa a tiros. A indignação chegou ao auge e o povo lançou-se a violentas depredações das instalações da empresa[313].

Outros movimentos urbanos de protesto emergem de forma desordenada. Na rua Rio Grande do Sul, por exemplo, culminando com o fim do estado Novo, aquela população que parecia pacífica, explode em contradições, mostrando que essa transição não ocorreu sem problemas[314].

Nesta cidade que se adensava, o PCB local fundara suas três primeiras células, todas sediadas em bairros populares da cidade, sendo que pelo menos uma delas pode também ser caracterizada como "Célula de Empresa."

A Célula Siqueira Campos, a primeira e mais atuante do Comitê de Zona, que no período de sua atuação confundia-se com o próprio comitê do partido, organizara-se na Vila Casoni, bairro popular surgido no final da década de 30. Ao final dos anos quarenta esse bairro continha por volta de 2.500 habitantes, em quase toda sua totalidade operários e lavradores, compactamente localizados, sofrendo graves dissabores pela ausência de equipamentos mínimos para a

---

[313] Recorte de jornal do processo encontrado com Manoel Jacinto.

[314] ADUM, 1991, p.180. Em sua dissertação de mestrado apresenta um conflito ocorrido nesta rua entre populares e a polícia, que fora acionada para debelar uma briga entre frequentadores da zona do Meretrício. As conseqüência do conflito e o desenrolar do processo criminal que se seguiu, evidenciava a complexa relação entre Estado e sociedade civil no período de redemocratização do pais.

sobrevivência da comunidade. Segundo as constantes reclamações dos moradores a falta de água encanada e a precariedade das instalações acarretava periódicos surtos de tifo, desinteria e outras moléstias, oriundas, na maioria das vezes, da proximidade de fossas negras das cisternas nas quais o povo se servia de água.[315] Nas vilas Nova e Brasil – também jovens bairros populares que sofriam dos mesmos males da vila Casone – estruturara-se a Célula Calado[316]. A terceira célula, localizava-se na Vila SIAM, constituindo-se como a primeira organizada tendo como base uma empresa. A Célula Siam, apoiou-se estrategicamente na indústria de laminação de madeira – Seleção Industrial de Artefatos de Madeira/ Siam – instalada em 1937, uma das principais serrarias da cidade.

Em uma região onde é avassalador o processo de colonização com desenfreada derrubada de suas florestas, as indústrias madeireiras foram as que mais cresceram. Nas décadas de quarenta e cinqüenta, a paisagem de Londrina se caracterizava pelas construções de madeira. A Igreja, o hospital, o hotel, o comércio e as casas, na sua maioria, eram edificados em madeira. Este cenário se repetia na zona rural, onde a casa do sitiante, a tulha de café, as casas dos colonos, tudo era construído de madeira.

O arquiteto ZANI (1989, p.5) observa que, ao final da década de cinqüenta, as treze serrarias que atuavam na cidade produziam anualmente, em média, de 40 a 50 mil metros cúbicos de madeira. As duas maiores empresas do ramo – a SIAM e a Mortari – exportavam laminados, tacos, batentes, assoalhos, esquadrias, janelas, portas, bem como pranchões de cedro, peroba e pinho para os grandes centros e para o exterior. Enquanto as indústrias Mortari forneciam ao mercado local peças padronizadas para a construção de casas, somente em fins dos anos quarenta a SIAM iniciou a comercialização de seus produtos regionalmentel. Além disto, as duas serrarias

> [...] exportavam quantidade enorme de vigas 8x16 de peroba para a Inglaterra, para construção naval e na 2ª Guerra Mundial, para a construção de trapiches, além de grande quantidade de cedro e pinho para móveis e esquadrias[317].

---

[315] Abaixo-assinado dos moradores da Vila Casoni com 288 assinaturas. Autos do Processo Crime 109/51, p.539/543.

[316] Tendo como Secretário Político, Antônio Gobatte; como Secretário de Organização, Antônio Carvalho; como tesoureiro, Paulino, Gerson Monteiro de Lima como Secretário de Agitação e Avelino como Secretário Sindical.

[317] Idem, p.39.

Não é por acaso, portanto, que os comunistas tenham escolhido a indústria madeireira para núcleo de suas primeiras atividades na cidade e, consequentemente, que a categoria dos madeireiros tenha sido a fundadora do primeiro sindicato no município[318]. Era um espaço prenhe de possibilidades para as atividades da célula, reunindo um número significativo de trabalhadores que viviam no seu cotidiano os problemas relacionados às condições de vida, de trabalho e salariais, proporcionando uma ampla base para a pretendida educação social e política.

Para uma aproximação do cotidiano das práticas do Partido, no período, coloco em questão um documento manuscrito de setembro de 1946, assinado por Gerson Monteiro de Lima, então Secretário Político do Comitê. Intitulado "*Realizações da Célula Siqueira Campos do Partido Comunista do Brasil*". [319] O documento apresentava um balanço das atividades daquela Célula – a mais ativa do Comitê Zonal do PCB –, apontando para os pontos em torno dos quais ela havia investido e nos quais investiria no futuro.

O primeiro item destacado no documento/balanço de 46, referia-se a organização da agremiação, apontando para a necessidade de reestruturação do seu secretariado e para o esforço dispendido no recrutamento de novos militantes. As reestruturações do secretariado constituíam-se constantes pontos de pauta nas reuniões do partido. Essas movimentações denotam a existência de grande mobilidade e alternância nos seus quadros diretivos. De fato, pode-se observar pela documentação manuseada que, no primeiro ano de existência do Comitê em Londrina, três comunistas ocuparam o cargo de Secretário Político. O primeiro, Dinarte Brasil, substituído pouco tempo depois por Carlos Rosa, o qual, por motivo de doença, foi sucedido pelo bancário Nelson Torres Galvão. Tais movimentações resultavam da dificuldade em organizar as várias frentes de atuação, contando com um número exíguo de homens dispostos a efetuar as tarefas que se iam colocando, sendo portanto necessárias constantes acomodações. Reforçando esta perspectiva, percebemos ainda que vários cargos eram enfeixados nas mãos de poucos militantes.

---

[318] Antes desse sindicato, apenas os carroceiros haviam se organizado, em Associação, no município.

[319] LIMA, Gerson Monteiro de. "Realizações da Célula Siqueira Campos do Partido Comunista do Brasil- Londrina-. (dentro do plano de emulação da 'Campanha Pró Imprensa Popular)- 1º Período do Plano". Autos do Processo-crime nº109/51.

A vida do militante comunista era totalmente absorvida pelas "tarefas", que compreendiam atividades internas, como o estudo teórico e o debate político, e as externas, a exemplo do trabalho de massas e de agitação e propaganda. Além do trabalho profissional de cada um, as atividades do partido envolviam por completo o cotidiano do militante, deixando-o assoberbado de trabalho. Leôncio Basbaum, em suas memórias, afirma, "minha vida mudou inteiramente de rumo. Acabaram-se os namoricos e bailaricos. Praticamente me isolei dos poucos colegas para me consagrar por inteiro às minhas tarefas".(BASBAUM, 1978, p.40).

Em Londrina, as tarefas destinadas aos militantes também eram muitas, no entanto, não chegavam a substituir totalmente a presença no trabalho responsável pela subsistência da família. Eram comuns as cartas de desculpas pela ausência em atividades em função dos impedimentos do trabalho.

As atividades a cargo dos militantes eram diversas e variadas. Pichar palavras de ordem era a mais comum e perigosa e geralmente destinada aos militantes de menor hierarquia. O carpinteiro José Leonardo Rodrigues, morador da Vila Brasil, procurando defender-se da acusação de ser dirigente comunista afirmou que "nunca fui elemento de direção do Partido Comunista, sendo sempre elemento de base, com tarefas de pichamento , dada sua facilidade de escrever rápido" . Ele, que dizia ter sido expulso do partido, em 1950, porque se recusara a votar em branco nas eleições presidenciais, como impunha o partido, acrescentou outra utilidade dos pichamentos,

> [...] que nas proximidades de sua residência têm sido feitas inscrições murais do Partido Comunista e tem sido afixadas faixas de propaganda comunista, sendo certo que é hábito do partido mandar executar tarefas nas proximidades das residências dos elementos expulsos, no sentido de atrair contra eles a atenção da polícia[320].

Outra tarefa perigosa era colocar "símbolos" do partido em lugares centrais da cidade durante a madrugada, inclusive usando mecanismos que dificultassem a sua retirada. Irineu Luís de Moraes, em suas memórias, refere-se a essas atividades da militância no norte do Paraná.

> Outro grupo espalhou bandeiras vermelhas com a foice e

[320] Autos do processo-crime nº109/51. auto de declaração de José Leonardo Rodrigues, em 02/07/51.

> o martelo e fizemos também um tipo de aranha para jogar as bandeiras no meio dos fios de luz. Jogavam o aparelho com uma pedrinha e depois puxavam o fio com um barbante: quando a aranha entrava no fio, davam um puxão e arrebentava o barbante e a bandeira ficava pendurada.[...]
>
> As bandeiras eram um despertar muito grande porque era muito difícil para tirá-las dos fios. Para a polícia tirar as bandeiras precisava desligar a luz de toda a cidade [...]. (WELCH & GERALDO, 1992, p.119-120).

O jornal "*Folha de Londrina*" também faz um relato mostrando a freqüência e o perigo da atividade:

> Depois do episódio histórico de há algum tempo atrás, quando o povo retirou e queimou uma bandeira comunista do mastro da praça Floriano Peixoto, novo insucesso sofreram ontem os bolchevistas em Londrina.
>
> Às 22 horas, aproximadamente, um grupo de populares exaltados, entre os quais muitos estudantes, tomou uma decisão (...) arrancou e rasgou as faixas de publicidade da conferência subversiva do Avenida.
>
> Na rua Quintino Bocaiuva, esquina da Sergipe, os defensores voluntários do regime foram advertidos por três elementos, que, armados de barras de ferro, tentaram impedir se consumasse a depredação contra os trabalhos dos soviets. Entretanto, nem assim impediram que a faixa fosse arrebatada do poste, escarneada e queimada[321].

A infiltração nos meios operários; a constante atuação no campo, principalmente, através da distribuição jornais, revistas e documentos do partido; a militância nas várias cidades da região, fazendo reuniões e ministrando palestras, eram outras das tantas tarefas que os militantes tinham quem cumprir.

No quesito "recrutamento de militantes", o documento referia-se ao *trabalho de massas* desenvolvido, destacando a realização de um baile no dia 7 de setembro na sede provisória da Célula *"com o salão literalmente cheio"*. Assinalemos que tal baile, que aparentemente pode ser considerado como uma ação ingênua, era parte integrante de um conjunto importante de estratégias utilizadas pela agremiação da pequena cidade do interior no sentido de seduzir novos militantes, tarefa difícil e constante dos "revolucionários".

---

[321] *Folha de Londrina*, 15/05/1954.

Tal atividade objetivava, por um lado, transformar o Partido em uma espécie de núcleo alternativo de vida social, um lugar de encontro, uma instância de sociabilidade. Com este objetivo, isto é, na busca de uma maior inserção nas comunidades em que atuava, parte importante do esforço dos militantes locais era dedicado à organização de festas, churrascos, concursos de rainhas, jogos de futebol, o que aparentava prática contraditória, visto que a arrecadação destas festas podia se destinar, algumas vezes, à paróquias da cidade, para compra de terrenos, construção de Igrejas, escolas, etc. Para o militante, a organização não era apenas o instrumento de combate, o lugar da luta, era também o lugar da festa, do lazer, da recreação, das amizades, do namoro, das sociabilidades e onde circulavam valores simbólicos e interesses comuns. Mesmo nas situações mais difíceis, a necessidade de ritualizar alguns mitos de passagens impulsionava os comunistas a congraçamentos diversos, reforçando os laços de solidariedade e de comunitarismo entre eles.

Este movimento aponta também para uma ausência de fronteiras entre vida política e vida privada. O militante não se entendia como um indivíduo isolado mas como um indivíduo-membro-da-sociedade.(FERREIRA, 2002, p.42). Assim, as atividades do partido efetivam-se prioritariamente nos espaços privados das residências e em outras propriedades de dirigentes, militantes e simpatizantes. Acrescente-se ainda, que as ações desencadeadas, na maioria das vezes, envolviam as famílias, sendo comum atuarem juntos, irmãos, casais, etc. Chilcote já identificara esta característica da militância quando alegara que

> O militante comunista no Brasil, como em outras partes devota-se inteiramente à vida do partido. Ele milita em sua célula, discute com seus companheiros as questões importantes trazidas na imprensa do partido, presta serviços ao partido e a suas organizações auxiliares. Mesmo sua vida privada e familiar é incorporada à vida partidária, já que o partido não organiza apenas o trabalho mas também os esportes, as diversões, o lazer e as atividades culturais.(CHILCOTE, 1982, p.206)

Por isto mesmo não é estranho encontrar, em meio às anotações pessoais referentes a pagamentos de aluguéis, relações de materiais para construção, etc. em agenda do ano de 1946 do comunista Gerson Monteiro de Lima, uma frase perdida e aparentemente desconectada do conjunto: *"Prestes e a*

revolução social."[322] Ou ainda, ocupando a mesma posição, em sua agenda de 1947, o registro efetuado com letra trêmula:

> Por decisão do Tribunal Eleitoral foi fechado o Partido Comunista do Brasil em 9 de maio de 1947 em uma quarta-feira. Implica nesta decisão o dinheiro americano comprando todos os fascistas enquistados no governo do Snr. General Dutra[323].

Através de diversas atividades, à exemplo do baile de 7 de setembro, o Partido Comunista do Brasil, naquele momento de "ordem e paz", legalizado, procurava, também, identificar-se com os brasileiros. Tentava fugir da perspectiva de ser o "outro estrangeiro" e explorava uma memória significativa da brasilidade. Retomava esta memória numa tentativa de "misturar-se", tentando desligar-se de representações que constantemente o identificavam com a Rússia longínqua. A forma "baile" popularizava algo que tinha um conteúdo mais amplo e mais profundo.

Indicadora da força contida em tais atividades "ingênuas" foi a reação do principal veículo de comunicação da cidade, o *Paraná-Norte*, que, atento às movimentações do Partido Comunista, ironizou a comemoração de 7 de setembro construindo sentidos negativos que procuravam ressaltar elementos supostamente "contraditórios" em sua ideologia. Este esforço de "retomada da brasilidade" não era permitido. Esta memória era negada aos comunistas. Sua identificação continuava sendo com a Rússia longínqua.

> Promoveram os comunistas de Londrina, no dia 7 de setembro, uma solenidade de caráter interno destinada a comemorar a data da Independência da nossa Pátria. Essa reunião deve ter sido bastante coerente, porque sob o ponto de vista político o Brasil, para os comunistas, não é um país independente. E coerente ainda porque, em matéria de patriotismo, não há quem lhes ganhe a palma. As suas pachunchadas, nesse ponto, são várias. O Brasil só seria para eles, um país independente se rompesse com sua tradicional política pan-americanista e se colocasse a serviço do imperialismo russo, à cuja propaganda se reduzem as atividades do Partido Comunista.
>
> Entretanto, até há bem pouco tempo, o sr. Luiz Carlos Prestes reconhecia na política da boa vizinhança e na solenidade continental, um dos fatores positivos da nossa política exterior. E como prova autêntica de

---

[322] "Agenda": Dossiê; Gerson Monteiro de Lima, n.º 1372, p.350.
[323] Idem.

> patriotismo, ele – se estivesse solto ao tempo da agressão nazista á nossa Pátria, seria um voluntário, não da Força Expedicionária Brasileira, mas um soldado do Exército Vermelho"[324].

O documento/balanço de setembro de 46, referia-se também à existência de um trabalho eleitoral e sindical em planejamento. Já vimos, na unidade anterior, os movimentos relativos aos processos eleitorais promovidos pelo Comitê Zonal, que culminaram na eleição de dois representantes do Partido na Câmara Municipal. Quanto às atividades relacionadas ao trabalho sindical, mobilizavam-se para a criação da UTL, União dos Trabalhadores de Londrina.

Paralelamente a esses esforços, havia um intenso trabalho de divulgação, através das publicações do partido. O documento salientava que haviam sido distribuídos pela zona rural, foco principal da atuação do Partido na região, 160 exemplares do *"Discurso do camarada Prestes", 'O Problema da Terra e a Constituinte* – oferta de um amigo da Célula –, 150 jornais diversos do Partido*: 'Classe', 'Tribuna' e 'Hoje',* estes, oferecidos por vários militantes. A Célula Siqueira Campos inaugurara também, naquele ano, uma biblioteca com 22 volumes e um jornal mural.

Entre os dirigentes comunistas, Prestes em particular, havia uma constante preocupação com o "baixo nível ideológico" do proletariado brasileiro e com o despreparo político dos militantes. Para suprir as deficiências, o militante era pressionado a se aprimorar intelectualmente. A legalização do PCB, em 1945, permitiu aos comunistas retomarem a circulação de suas idéias em textos impressos, sobretudo com uma política editorial coordenada, sistematizada e definida. Inversamente à primeira metade dos anos 30, quando os comunistas não tinham domínio sobre as publicações de obras marxistas, com o fim da Segunda Guerra, o PCB passou a controlar diretamente duas editoras: a Editorial Vitória e a Edições Horizonte, além da influência indireta sobre a Calvino Filho Editores.(FERREIRA, 2001, p.103).

No Brasil, para suprir as carências intelectuais, teóricas e ideológicas dos militantes, foram criadas as chamadas "bibliotecas marxistas"[325],

---

[324] *Paraná-Norte*, nº 666, de 12/09/46, p.2. Coluna: "Notas e Comentários".

[325] Segundo ALMEIDA, Alfredo Wagner B. *As bibliotecas marxistas e as escolas do partido.* In: Religião e Sociedade, v.9, p.38,. Rio de Janeiro : CER/ISER ; Achimé/Tempo e Presença, 1983, as bibliotecas agrupavam livros e artigos considerados importantes na formação política, teórica e

cujo mecanismo se reproduzia na cidade de Londrina, onde a tarefa de reverter o "baixo nível ideológico" tinha que enfrentar ainda o analfabetismo dos homens do campo. Aqui, apenas a partir de meados da década de cinqüênta, constituem-se escolas de formação de quadros.

Finalmente, o documento de 46 fazia um balanço das finanças da célula Siqueira Campos. Teriam, na primeira quinzena de setembro, angariado e entregue ao organismo superior a quantia de Cr. $ 3.517,00. O primeiro e mais constante esforço dos membros das células consistia na organização de campanhas de arrecadação dos numerários necessários para seu funcionamento. As muitas listas de doações que circularam pela cidade, no período, apontam para mais uma árdua e contínua tarefa que fazia parte do cotidiano dos poucos comunistas da cidade. A constante carência econômica levava os membros do partido a criarem mecanismos motivadores para facilitar a arrecadação. Assim, o Secretário de Divulgação Newton Câmara fizera um balanço do Primeiro Período do Plano Emulação Pró Imprensa Popular e tratara de incrementar a Campanha, a primeira desencadeada pelos comunistas no município, ofertando um prêmio àquele que mais se destacasse na atividade[326]. Era freqüente a divulgação das campanhas através da única rádio da cidade, a Rádio Londrina.

Em que pese a aparente situação de penúria em que viviam, este tipo de movimentação, principalmente a arrecadação de numerários através de "listas" de contribuintes, era objeto de constantes acusações de enriquecimento ilícito, sobretudo na década de cinqüenta.

Em abril de 1947, como em todo o Brasil, os Comitês Municipais do Paraná preparavam-se para o IV Congresso Nacional do PCB[327] programado para ocorrer no dia 23 de maio. As Conferências Municipais deveriam ser instaladas oficialmente no dia 21 do mês de abril e a Conferência Estadual iniciar-se-ia no dia 03 de maio. O Boletim do IV Congresso, já publicado na "A Classe Operária" foi colocado como documento-base para as discussões das Assembléias Municipais. Propunha o Comitê Estadual que os Comitês Municipais lessem e discutissem em

---

ideológica dos revolucionários. Cinco delas foram identificadas pelo autor. Cada uma com no máximo 15 livros, e muitos deles se repetiam em pelo menos três bibliotecas.

[326] Dossiê: Newton Leopoldo Câmara, n.º 2867/441. DOPS

[327] DOPS, Dossiê: José Rodrigues Vieira Neto, nº2194/400. CARTA CIRCULAR de Curitiba, 12 de abril de 1947 endereçada à todos Comitês Municipais do Paraná.

conjunto e assimilassem aquele material para que as Conferências tivessem um desenrolar à altura das possibilidades e necessidades do Partido no Paraná.

O Comitê paranaense chamava a atenção dos companheiros das células municipais, para que os informes se baseassem não apenas nas teses, mas também na situação do Partido nos respectivos municípios. Os informes deveriam ser elaborados antecipadamente e enviados, antes da realização da conferência, ao Comitê Estadual, para que servissem de subsídios ao melhor desenvolvimento da Conferência Estadual.

Salientando que o fundamental naquele momento era a realização das Conferências Municipais, o Comitê Estadual solicitava, no entanto, que não fossem abandonadas as outras tarefas do partido que, pelo contrário, deveriam ser incrementadas, principalmente, procurando despertar o interesse do povo para a Conferência, tendo como base o levantamento de suas reivindicações.

Foram também definidas as representações para a Conferência Estadual, sendo que os Comitês Municipais que não tivessem células deveriam mandar 1(um) delegado. Os comitês de Curitiba, Paranaguá, Londrina, Ponta Grossa e Antonina, deveriam ter de 11 a 15 efetivos e 7 a 8 suplentes. Os demais teriam 11 efetivos e 5 suplentes. Não fugindo à regra, o Comitê Estadual chamava a atenção para que todos os Comitês Municipais compreendessem que deveriam ser responsáveis pelas despesas com transporte e estadia de delegados. Neste sentido, no plano de emulação de finanças programado, deveriam tudo fazer, não apenas para realizar sua cota, mas superá-la, pois o que fosse excedente ficaria de posse do comitê municipal. O organismo estadual pedia ainda que fossem mandados pelos municipais todos os dados e quotas, que deveriam ser encaminhados semanalmente para o Comitê Nacional.

No entanto, em função da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, em 7 de maio de 1947, o PCB foi posto na ilegalidade tendo sido necessário adiar o IV Congresso do partido. Nacionalmente, os comunistas, atingidos, recuam em algumas de suas atividades, e, resistindo à nova situação, tentam novas formas de articulação e propaganda. Mesmo sem existir legalmente, os seus militantes continuam visíveis. Dessa maneira, a ação do PCB é ilegal, porém sua dinâmica se mantém com razoável resultado, apesar da situação de ameaça constante de prisão sobre seus militantes. A reunião do Comitê Nacional, em maio de 1949, demonstra essa capacidade de mobilização e articulação.

Nesse momento, reagindo a graves problemas externos, devido à intensificação da guerra fria – aos quais o Brasil se associa – o partido amplia sua palavra de ordem para "defesa da paz e luta contra os pactos guerreiros do Atlântico e do Rio de Janeiro", além de manter outras reivindicações, como a do restabelecimento das liberdades democráticas, liberdade sindical, legalidade do PCB, defesa da indústria nacional, luta contra a carestia de vida, luta contra o imperialismo, reatamento de relações com a Rússia, etc. (CARONE, 1985, p.351)

Em Londrina, no que diz respeito à representação política institucional, a ilegalidade havia sido contornada com a acomodação na sigla do Partido Trabalhista Brasileiro. Apesar dos problemas acarretados pela decretação da ilegalidade, as eleições municipais de 16 de novembro de 1947 haviam permitido um saldo positivo, com o estabelecimento de dois representantes do Partido na Câmara Municipal em um universo de 15 vereadores. Restava agora propiciar a manutenção de outras frentes de atuação permitidas nas fímbrias da ilegalidade. Os comunistas da cidade usarão o que Chilcote (p.171) chama de "organizações auxiliares" do partido, ou como referiam-se as forças da ordem, as "frentes legais". Destacamos a organização de mulheres, a União dos Trabalhadores de Londrina/UTL, as ligas camponesas, e, sobretudo, campanhas nacionais como a do petróleo e a da paz.

4.1 O Interregno. a Ilegalidade e a Campanha da Paz

> Mais de 200 soldados concentrados em pé de guerra. – Apesar disso, o povo aplaudiu os delegados da paz. – Violentamente presos os Drs. Vieira Neto, Newton Câmara, vereadores Manoel Jacinto, Adão Nascimento e Srs. Sebastião Cavalcanti e Nelson Torres Galvão. (Responsáveis pelos acontecimentos os governo Federal e Estadual).

Assim o jornal comunista curitibano *Tribuna do Povo* de 13 de agosto de 1949 anunciava em sua primeira página com a manchete: "Terror Policial em Londrina", as ocorrências do dia 07 de agosto na cidade. Sob a foto do ex-deputado Vieira Neto noticiava que o eminente membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Paraná havia sido preso ilegalmente "pelos esbirros do Cel. Scherer".

Em seguida, apresentava o relato do que havia ocorrido na cidade naquela manhã de domingo.

Segundo o periódico, havia sido programado para acontecer em Londrina o Congresso Estadual em Defesa da Paz e da Cultura. Diversos cartazes haviam sido espalhados, folhetos confeccionados pelo Conselho Estadual haviam sido distribuídos para a população e convites haviam sido dirigidos às autoridades, mesmo assim, de surpresa, o delegado regional de polícia resolvera proibir a realização do conclave.

O médico libanês, naturalizado brasileiro, Jorge Karan, Secretário Geral do Conselho de Paz no Paraná, havia sido informado, por telefone, acerca da proibição, e, com Vieira Neto, após terem ido à polícia de Curitiba para inteirar-se sobre os motivos, viajaram para Londrina e hospedaram-se na residência do Dr. Newton Câmara. O governador avisara que o assunto deveria ser resolvido com o próprio chefe de polícia do Estado que, procurado, declarou que havia recebido telefonema do Palácio e resolvera proibir o Congresso por ser "ilícito".

O jornal entendeu que "estava feita a armadilha", pois muitos dos delegados do Congresso já haviam chegado, principalmente, os do norte do estado, tendo sido necessário que os organizadores fossem para o Cine Avenida – local da realização do evento – para explicar ao povo o motivo das proibições e, ao mesmo tempo, protestar contra as mesmas.

Homens do Governo haviam dado ordens para que tropas de Jaguapitã e Porecatu fossem concentradas em Londrina e agissem no sentido de prender os delegados e todos que comparecessem ao Congresso. Assim, "Londrina foi tomada de assalto pelos tiras e soldados de Polícia que de metralhadoras portáteis em punho ameaçaram a população com correrias e outras demonstrações bélicas".

No domingo de manhã, a praça do Cine Avenida amanheceu isolada. O povo que procurara chegar ao local – "centenas de camponeses e democratas da cidade" – havia sido barrado com violência, e, na impossibilidade de atravessar a barreira policial, dirigiram-se para a residência do vereador Newton Câmara, um dos promotores do Congresso[328]. A casa deste comunista foi então cercada pelas forças policiais, que não permitiram que a "imensa massa popular"

[328] Segundo depoimentos na DOPS, cerca de cem pessoas estavam presentes na residência do Dr. Newton Câmara.

participasse do protesto que, mesmo dentro do jardim da residência deste "combativo vereador", havia sido improvisado. Após os discursos do Dr. Newton Câmara e dos delegados dos "municípios irmãos" , o Dr. Vieira Neto solicitara que os presentes voltassem para suas casas para evitar provocações e a conseqüente violência da polícia. Porém, segundo o jornal, a medida fora inútil, posto que o objetivo da polícia era atemorizar a população. Assim, ao saírem, haviam sido presos os vereadores Newton Câmara e Manoel Jacinto, o advogado curitibano Vieira Neto, o ex-vereador de Antonina, no Paraná, Adão Nascimento, o funcionário do Banco do Brasil Nelson Torres Galvão e o comerciante Sebastião Cavalcanti.

Segundo o relato do jornal, teria havido uma intensa "resistência popular", com o povo solidarizando-se, em massa, com os prisioneiros, colocando-se contra a violência das prisões. Uma Comissão de Senhoras – "dando exemplo de coragem e democracia" – tentara visitar os presos, e fora grosseiramente recebida pela polícia sob ameaça das armas. Uma equipe formada por vários advogados apresentara seus serviços ao Dr. Vieira Neto e uma Comissão de Médicos procurara avistar-se com Dr. Newton. Até mesmo um vereador do P.S.D., vendo como era arrastado pela rua seu colega Newton Câmara, teria saltado de seu automóvel e protestado, chamando a polícia de fascista e arbitrária, no que teria sido apoiado pela "massa" dos presentes.

Ainda, pelo relato do jornal, "desmoralizados e batidos", os agentes provocadores foram obrigados a soltar, quase que imediatamente, o Dr. Vieira Neto, e, mais tarde, os 3 vereadores. Ficaram detidos, ainda, o funcionário do Banco do Brasil, Nelson Torres Galvão e o comerciante Sebastião Cavalcanti que, encaminhados à Curitiba, prestaram declarações na Delegacia de Ordem Política e Social, e, em seguida, foram colocados em liberdade através de *habeas corpus*. [329]

É provável que o relato apresentado pelo periódico comunista local seja portador de alguns exageros no que se refere às dimensões do evento, bem como, na de sua repressão. Não exagera, entretanto, na importância conferida aos movimentos pela paz pelos comunistas da cidade.

A "luta pela paz", campanha que mobilizou os comunistas de todos os países, surgiu no contexto dos primeiros movimentos da Guerra Fria. O Plano Marshall, a "dissidência iugoslava", a crise de Berlim, a fundação da Otan, a guerra da Coréia e, sobretudo, o poder nuclear dos Estados Unidos aumentaram a tensão

política internacional. Para os dirigentes soviéticos, as perspectivas de uma nova guerra eram sombrias. O poderio econômico e militar norte-americano se opunha às dificuldades da URSS, arrasada pela guerra com a Alemanha: 20 milhões de mortos, cidades destruídas, indústrias em reconstrução e escassez generalizada. Assim, em 1949, o Kominform elegeu a "luta pela paz", ou seja, a defesa da União Soviética contra as agressões do "imperialismo" norte-americano, como a tarefa central dos partidos comunistas.(FERREIRA, 2002, p.236).

Por determinação do Kominform, realizou-se, ainda em 1949, em Paris e em Praga, o primeiro congresso mundial dos "combatentes da paz", com delegados de 72 países. Segundo os números publicados pelos organizadores do congresso, existiam, já nesse ano, 600 milhões de "combatentes" em todo o mundo. Segundo Fernando Claudin, os 600 milhões de pacifistas incluíam *todos* os habitantes da Rússia, da China e das democracias populares – a grande maioria. No ocidente, os "combatentes" se resumiam aos comunistas e simpatizantes. Entretanto, mobilizando organizações sindicais, femininas e juvenis, e fundando "comitês pela paz" nos bairros, empresas e clubes, além de angariarem a simpatia de importantes personalidades não-comunistas, como cientistas, intelectuais e artistas de renome, a campanha alcançou alguma publicidade[330]. (CLAUDIN, 1985/1986, p.526-527).

A principal arma dos "combatentes" era a coleta de assinaturas pela paz. Em todos os países, os comunistas recolhiam abaixo-assinados que, aos milhões, eram entregues a governos, a parlamentares, à ONU, entre outras organizações, protestando contra a Otan, as armas nucleares e apoiando as iniciativas da política exterior soviética.

No início de 1950, o "congresso mundial pela paz", sediado em Estocolmo, lançou uma campanha pela coleta de milhões de assinaturas pelo desarmamento nuclear. O "Apelo de Estocolmo", como ficou conhecido, mobilizou os comunistas brasileiros que se engajaram com disciplina e grande determinação na tarefa. Fundando "comitês pela paz", eles realizaram congressos, constituíram organizações juvenis e femininas e, sobretudo, arrecadaram abaixo-assinados em bairros, fábricas, clubes, sindicatos.

---

[329] Em 10 de agosto de 1949.

[330] CLAUDIN, Fernando. *La crisis del movimiento comunista. De la Komintern al Kominform.* Paris, Ruedo Ibérico. P.526-527.

Em Londrina, as atividades relacionadas à luta pela paz, em suas várias modalidades, mobilizou e centralizou as operações do PCB na região. Diariamente, pela rádio Londrina, eram veiculadas notícias sobre o movimento e convites para que os moradores aderissem à luta. Os militantes eram incentivados a alcançarem a meta estabelecida, e, por sua vez, esforçavam-se ao máximo para atingir o objetivo. Aqueles que se destacavam eram exaltados nas páginas do jornal comunista local.

Embora o "movimento pela paz" tenha sido declarado ilegal pelo governo de Dutra, os comunistas de Londrina continuaram firmes no propósito de recolher assinaturas, mesmo após as ocorrências do Congresso. No Rio de Janeiro, um "congresso pela paz", realizado no Clube de regatas do Flamengo, foi dissolvido com violência pela polícia. Em Porto Alegre vários manifestantes também foram detidos, entre eles Caio Prado Jr.(CHAVES NETO, 1997, p.114-119).

Segundo dados de CLAUDIN (1985/1986, p.527) foram enviadas para Estocolmo 500 milhões de assinaturas de 79 países. Descontando os 400 milhões de todos os países comunistas, onde as listas eram uma "obrigação" do cidadão, os 100 milhões nos 69 do Ocidente demonstram o pouco sucesso dos revolucionários na campanha – embora o "Apelo de Estocolmo" tenha sido qualificado pelos seus promotores como um "autêntico referendum universal dos povos".

Em Londrina, a campanha para angariar assinaturas pró apelo de Stocolmo pela interdição da bomba atômica, envolveu vários segmentos da sociedade local. A Associação Feminina, que transformara a luta pela paz em núcleo central de suas atividades,

> coletou 4.000 assinaturas, ou seja, quase 50% do total de assinaturas conseguidas em Londrina, sendo de destacar a extraordinária atuação de uma simples associada nossa, a senhorita Ester Hallay (3.000) campeã do trabalho em Londrina[331].

Contudo, enquanto os militantes se empenhavam na coleta de assinaturas, eclodiu a guerra na Coréia, o primeiro conflito entre forças ocidentais e comunistas. Com a eclosão da guerra, os redatores dos jornais brasileiros alinhados

[331] Jornal *O Momento*, Londrina, 30 de maio de 1951, n.º 3, p. 1.

com o PCB criticaram, com virulência, a intervenção imperialista nos assuntos internos da Coréia e a violência contra o povo coreano.

Ao longo dos anos 50, as "campanhas pela paz" realizaram conferências, assembléias e festivais; coletaram milhões de assinaturas e grandiosos abaixo-assinados; elaboraram documentos e petições, além de instituírem o "Prêmio Stálin da Paz", agraciando personalidades que se destacaram na luta pela concórdia universal – entre eles Jorge Amado.

Duas questões colocam-se como pertinentes a partir da análise desse movimento na cidade de Londrina. Em primeiro lugar, aquela que indaga sobre o motivo real do envolvimento dos comunistas nos movimentos pró-paz. Em segundo, aquela que aponta para o fato de os comunistas do norte do Paraná terem se transformado em caso de polícia. Isto é, de uma relativa aceitação em 1945, período em que se assiste a redemocratização do país e o crescimento do prestígio da Rússia e de Prestes, passando por um apagamento através da ironia e um ataque mais representativo (Indústria do comunismo nas eleições de 47) para, neste momento, transformarem-se em "caso de polícia". As duas questões, imbricadas, merecem uma reflexão.

Segundo Leoncio Basbaum (p.184/185)

> [...] toda política de união nacional tinha menos em vista atender aos interesses nacionais que aos da 'paz mundial', na qual o Brasil muito pouco poderia influir desde que se tratava de um jogo de interesses das grandes potências. Quando o PCB mandava o operário 'apertar o cinto' e 'não fazer greves', embora sua situação, com o crescimento da onda inflacionista, se tivesse tornado desesperada, que lhe oferecia o Partido em troca? Nada mais do que a 'paz mundial'. E essa 'luta pela paz mundial', tão importante na Europa, mas inteiramente ausente das reivindicações mais sentidas do povo brasileiro, continuou durante muitos anos, pelo menos até 1954, a ser, de acordo com os documentos do PCB, a 'questão central e decisiva da nossa atividade' como se a paz mundial realmente dependesse do Brasil.

Na verdade, "grosso modo", entenderia como pertinentes as colocações de Basbaum, se fossem tais movimentos exclusivamente embasados na preocupação com a paz mundial, no entanto, é necessário que sejam percebidos, fundamentalmente, como importantes mecanismos colocados em ação, no sentido de permitir ao grupo de comunistas locais a manutenção das atividades no período de ilegalidade

Primeiramente, no caso da cidade de Londrina – e em todo o Brasil, se acompanharmos as reflexões de Basbaun – os movimentos em prol da paz, em suas várias modalidades (contra a guerra da Coréia, contra as resoluções de Washington, etc.) acompanharam todas as ações do PCB, desde o final da década de quarenta até por volta de 54, inclusive, perpassando o período regido pelo "Manifesto de Agosto" iniciado em 1950, quando o partido dera uma guinada à esquerda assumindo sua postura mais radical[332]. Assim, não havia, como coloca Basbaum, uma relação direta entre a política de União Nacional e os movimentos pela paz mundial.

Em segundo lugar, os movimentos pela paz , que ocuparam a energia dos comunistas da cidade, além de contornar a ilegalidade, ampliaram sua ação, buscando a inserção em setores mais amplos da sociedade. Entendo, portanto, que as atividades em torno da paz não tinham como objetivo exclusivo, realmente, a paz mundial. Tais atividades serviam como "fachada legal" para as atividades de um grupo que não podia reunir-se em nome do Partido Comunista. Nessa cidade, tais atividades serviam de mote para todas as outras, significando, ao final, a própria sobrevivência do partido na localidade, principalmente no sentido de manutenção da união do grupo em torno de um objetivo comum. Assim, permitia que os militantes se reunissem, discutissem,bem como circulassem em vários setores da sociedade e em toda a região norte do estado.

Percebo, que desde a colocação do Partido na ilegalidade, na cidade de Londrina, as discussões relacionadas a paz mundial acompanharam todas as ações do PCB local. Foi o mote do congresso de agosto de 1949, da campanha para as eleições municipais de 1951, da "Guerrilha de Porecatu", e, depois dela, do

---

[332] Nas questões internacionais, a posição do partido sobre a guerra e a paz manifestava-se através de organizações como o Movimento Nacional pela Proibição de Armas Atômicas (1950) e o Congresso do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz (1951), cujo polo de aglutinação foi a Guerra da Coréia. De abril de 1951 a maio de 1952, o partido realizou uma campanha em prol do Conselho Mundial da Paz, coletando 3 milhões de assinaturas por reivindicações posteriormente apresentadas na Assembléia Geral das Nações Unidas. O partido liderou também o encaminhamento de uma petição em apoio a um congresso internacional pela paz realizado em Viena, em dezembro de 1952. (a posição do PCB pela paz está explicada numa série de documentos partidários, esp. "Nossa política: nem mais um passo para a guerra", *Problemas,* 39 (março-abril de 1952), 3-6; Prestes, "A luta pela paz nossa tarefa central e decisiva", *Problemas,* 39 (março-abril de 1952), 3-9; "Nossa política: o povo unido pode derrotar o acordo militar: resolução do Comitê Nacional do Partido Comunista sobre o "Acordo...", Problemas, 43 (novembro-dezembro de 1952), 1-9.
Em Londrina inúmeros textos sobre a paz circularam por todo o período. Panfleto "Apelo de Berlim", "A guerra é inevitável se os povos defenderem até o fim a causa da paz", "Contra o envio de soldados brasileiros para a Coréia", "Apelo às Mães Londrinenses" , "Apelo pela proibição da bomba

proselitismo dos comunistas londrinenses em suas viagens por todo o interior do Estado do Paraná. Era o subterfúgio para a formação de grupos, os "Conselhos da Paz", em vários bairros, empresas e escolas da cidade (ferroviária, matadouro, Vila Nova, Vila Agari, Colégio Londrinense, Associação Feminina, Jacutinga, etc.), que tinham o propósito de substituir as próprias células do partido. A coleta de assinaturas em prol da paz permitia a circulação nestes espaços. Exemplo desse procedimento pode ser observado entre os ferroviários, núcleo constante da ação dos militantes comunistas, em 1951:

> Falar com a Lázara movimentar as mulheres dos ferroviários. Sobre uma sub-comissão do Apelo de Paz aos 5 Grandes, com preferência deverá procurar a senhora do Valentim que é eletricista da Rede[333].

Era também a possibilidade de envolver pessoas e de circular entre as várias cidades do norte do estado. Assim, as listas de assinaturas em prol da paz eram levadas a Apucarana, Arapongas, Uraí, Bandeirantes, Bela Vista, Cambará, Cambé, Cornélio Procópio, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Mandaguari, Porecatu, Rolândia, etc.

Um texto manuscrito[334] apreendido em poder do comerciante Gerson Monteiro de Lima, por ocasião de sua prisão em junho de 1951,que aparentemente seria objeto de publicação na imprensa local, nos dá o caminho para entendermos a questão da paz apenas como o mote para a abordagem de questões mais próximas, prementes e concretas.

Referindo-se ao II Congresso dos Partidários da Paz em São Paulo, Monteiro alegava que

> [...] havia sido um congresso do povo unido em defesa da paz no mundo, sem distinções de raça, de religião, de pensamento filosófico, de credo político, e, todos unânimes, haviam prestado seu repúdio às guerras de agressão e condenado o uso das armas atômicas, "forma de destruição em massa das populações". Segundo ele, mais de 3 milhões de brasileiros já haviam expressado seu desejo de paz. Afirmava ainda: Somos pela redução dos armamentos de qualquer espécie. Devemos exigir a cessação da intervenção armada nos negócios internos dos povos e solução pacífica para a guerra da Coréia. [...] concitamos ainda a todos os defensores da Paz que

---

atômica", "Apêlo do Comitê Mundial dos Partidários da Paz", poema de Saturnino "Mensagem a meu irmão", etc.

[333] Autos do Processo-crime, nº 109/51, 1º v., p.309.

[334] Autos do Processo-crime, n.109/51, p.297/302.

> multipliquem seus esforços para que cheguemos ao II Congresso com 4 milhões de assinaturas ao Apelo de Estocolmo. Para isso iniciemos uma vigorosa jornada pela Paz, de hoje até o II Congresso. A paz pode ser conquistada pela força organizada de milhões de homens, mulheres e jovens. Que o II Congresso seja uma demonstração da força organizada de milhões de Partidários da Paz no Brasil.

Neste momento, o texto sobre a paz, contraditoriamente, transforma-se em proposta revolucionária.

> É preciso acabar com isso, acabar com os homens que começaram isso e com tudo que causa isso [...] o sistema idiota e bárbaro de vida social onde um grupo de privilegiados começa a matar quando não tem outro meio de roubar. [...] o governo que estabelece desarmonia pela sua gente implantando a discórdia e o terror, espalhando nos lares a morte e o desequilíbrio, este homem não pode governar não pode merecer a confiança do povo as terras pertencem a quem nelas trabalha.

E continua o autor:

> Este estado social em que vivemos acha que os povos deste século, pensam igual aos povos do século 17 quando o feudalismo espichava suas garras negras de escravidão naquela época.
> Não tudo mudou.
>
> A classe operária e camponesa está saturada de explorações, não embarcam mais neste barco que a direção esteja em mão estranha, a bússola marcando um só rumo. Não, a direção a eles pertence, eles saberão guiar o Barco do destino das gentes, levando consigo a Bandeira da fraternidade e do amor"

O contexto internacional da Guerra Fria, sem dúvida, motivou os comunistas brasileiros (e londrinenses) a se engajarem na "luta pela paz". Contudo, diante da situação política que se abriu para o PCB em 1947, com a cassação do registro do partido, as campanhas pacifistas tornaram-se uma das poucas alternativas dos comunistas de participarem da vida política do país. Com a proscrição legal, os clamores dos dirigentes partidários pela "União Nacional" foram substituídos pela radicalização. Inicialmente em 1948 e, sobretudo, com o "Manifesto de Agosto" de 1950, diz Moisés Vinhas, os comunistas adotaram uma política sectária, instauraram métodos autoritários de direção, militarizaram a organização e, retornando à clandestinidade, apostaram no confronto. Isolados da sociedade,

lembra o militante, os revolucionários se afastaram dos sindicatos e criaram atritos com movimentos populares, nacionalistas, estudantis, culturais e de mulheres. Para Vinhas, algumas campanhas, como a pela paz, impediram que os comunistas desaparecessem como força política e mantiveram "algumas franjas de sua política ligadas à realidade do país"(VINHAS, 1986, p.96).

O segundo movimento que pode ser visualizado a partir do acontecimento – a transformação das ações comunistas em "caso de polícia" – inicia-se com as prisões ocorridas em agosto de 1949. Nesse momento, as forças da ordem, entendedoras que tais movimentos continham uma dimensão bem mais concreta do que a utópica conquista da paz mundial, apressaram-se em colocar no centro de sua atenção alguns questionamentos: a pertinência ou não da ação da polícia, a legalidade ou ilegalidade dos movimentos pró-paz, e, principalmente, como deveria agir a polícia política em semelhantes casos, fundamentalmente, quais os mecanismos que deveriam ser acionados no sentido de aprisionar e conseguir manter presos aqueles que significassem uma ameaça a ordem estabelecida. Estas preocupações levaram a um movimento de convergência com a Delegacia de Ordem Política e Social do estado de São Paulo, estabelecendo-se, a partir daí, uma relação entre os organismos de repressão dos dois estados, já como um ensaio do que ocorreria menos de dois anos mais tarde por ocasião da "Guerra de Porecatu". Esta relação transforma o temido Delegado da Ordem Política e Social de São Paulo, Eduardo Louzada da Rocha, em um verdadeiro "professor de repressão" para os agentes paranaenses.

Assim, três meses após as ocorrências do Congresso, em novembro de 1949, o Delegado da DOPS/Pr enviou um rádio ao DOPS/SP, solicitando auxílio nas questões relativas ao combate às atividades da Paz no estado do Paraná[335], bem como informações sobre o Congresso Nacional de Mulheres. Ao final do mesmo mês, o experiente delegado paulista Louzada da Rocha encaminhou ofício[336] em resposta, anexando cópias de alguns relatórios que demonstravam como haviam sido os procedimentos nas ações desencadeadas contra tais atividades naquele estado[337]. Quanto às informações solicitadas sobre o Congresso

---

[335] Rádio n.º 103, de 19 de novembro de 1949. Dossiê: Congresso Estadual Pró-Paz. nº 0326/38.

[336] doc/ofício n.º 16000 de São Paulo, 29 de novembro de 1949. Dossiê Congresso Estadual Pró-Paz. nº 0326/38.

337 Segundo ele, os relatórios enviados referiam-se aos quatro últimos casos principais que haviam

Nacional de Mulheres, alegava o "professor de repressão" que dados diretos poderiam ser obtidos com a segurança política e social do Rio de Janeiro posto que os que ele tinha em mãos não eram tão minuciosos. Acrescentava no entanto, que a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, lançada pelo PCB para preparar a representação paulista àquele certame, agira apenas em caráter clandestino até certa época. Posteriormente ao Congresso do Rio, quando pretendeu ter existência ostensiva havia sido por ele fechada, através de uma diligência de busca e apreensão, em autos de inquérito policial contra os dirigentes da federação, nos quais se consideraram os arquivos e instalações daquela entidade como instrumento de delito de atividades subversivas pelos quais vinham sendo processados os referidos dirigentes. Em todos os casos reclamava Louzada, sobre o fato de estarem os inquéritos sempre em vagaroso andamento sem terem ainda provocado qualquer medida judicial.

Na verdade, sob orientação do delegado paulista, organizava-se no Paraná e na cidade de Londrina os procedimentos de repressão que já vinham sendo desencadeados em todo o Brasil. Estabelecia-se uma articulação que colocava em comunicação e em alerta todo o território nacional contra os movimentos em prol da paz, entendidos como atividades promovidas pelo ilegal Partido Comunista. Um telegrama secreto do Rio de Janeiro para o chefe de polícia de Curitiba pedia providências no sentido de não serem concedidos ou visados passaportes nacionais ou estrangeiros de pessoas que visassem participar do Congresso da Paz do México, devendo ser, igualmente, proibida a saída para participar de quaisquer congressos ou reuniões programadas pelo comunismo[338].

---

janeiro de 1948, sobre os acontecimentos na sede das oficinas do órgão comunista de São Paulo, que então se intitulava "HOJE" e vem seguidamente mudando de rótulo, atualmente sendo editado como "POPULAR HOJE"; Acórdão do venerando Tribunal de Justiça de São Paulo, cassando o habeas corpus preventivo concedido pelo M. Juiz daquela Comarca, a Nelson Costa Marques, líder comunista de Sorocaba; Petição, sentença liminar e informação no mandado de segurança impetrado pelo Deputado Castro Neves, para livre funcionamento da Organização Brasileira de Defeza da Paz e da Cultura; Cópia da sentença do Juiz Benevolo Luz, revogando a concessão liminar da segurança no caso Castro Neves e Cópia do relatório final no inquérito em que são indiciados Catulo Branco e outros, no chamado "Caso do Clube Escandinávia", em 6 de agosto de 1949. Observava ainda o delegado paulista, que todos eles, com exceção do caso Nelson Costa Marques, estavam ainda na dependência de decisão do juiz. O mandado de segurança Castro Neves "estava parado" e ainda não recebera decisão final. Os demais continuavam sub-júdice e, lamentava o delegado, que por mais absurdo que pudesse parecer, o rumoroso e grave caso do jornal "Hoje", que ingressara em juízo a 14 de janeiro de 1948, continuava na fase inicial do interrogatório dos réus. DOPS. Dossiê: Congresso Estadual Pró-Paz, nº 0326/38.

[338] **Telegrama de n.º 2521 Pls. 86 Dt. 25/8, Hrs. 4.40, n.º 504, ASSINADO POR Martins Alonso** (Marítima Aérea-Fronteiras) Em 26/08/49. Estão anexados folhetos sobre o Congresso no México,

Denota-se, neste momento, o início de uma preparação mais efetiva para a ação. Assim, outras atividades dos comunistas locais transformaram-se também em alvos da preocupação da polícia política que, mais uma vez, pedia socorro aos colegas paulistas. Um documento chegado do DOPS/SP, assinado por Elpidio Reali, Delegado Auxiliar do DOPS de São Paulo respondia a um rádio do delegado paranaense e informava que Ligas Camponesas haviam sido fundadas em vários municípios do estado de São Paulo, com direção autônoma, mas obedecendo às diretivas do PCB, do qual funcionavam como órgãos auxiliares. No mesmo dia outros radiogramas são enviados pelo Coronel Pedro Scherer Sobrinho, Chefe de Polícia do Estado do Paraná, para os delegados regionais de Londrina e Porecatu, informando que tomaria providências contra as ligas camponesas "movimento ilegal com o fito de atrair incautos finalidade subverter regimen".

Vários relatórios de agentes especiais da DOPS efetuados no ano de 1949, denotam a fobia que se instaura nas forças da ordem, denotam também a falta de preparo e o ridículo das considerações. Em outubro, um relatório[339] apresentava o resultado da viagem de um agente do DOPS ao norte do Paraná. O autor, seguindo determinação do delegado do DOPS Levy Lima Lopes, teria embarcado no dia 12 de outubro com destino ao norte do Estado, tendo "inspecionado" as cidades de Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, California, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Maringá, Cornélio Procópio, Porecatu e Jaguapitã. De Londrina, objeto das mais longas considerações, apresentava os passos dados pelos "comunistas selecionados" .

> Nessa cidade os comunistas Newton Câmara, Manoel Jacintho Correia, vereadores, Cavalcanti e outros, pouco aparecem em público, mas presume-se que os mesmos reúnem-se no Hotel Londrina, de propriedade do primeiro, pois o mesmo, em seguida, a noite, vai àquele hotel, onde permanece por várias horas. Nos dias 17 e 18 esteve hospedado aí o membro do Comitê "Pró-Paz", desta capital, Dalton Trevisan, que alegou estar tratando dos interesses do seu progenitor. Também encontra-se nesta cidade o comunista Vadi Sallum, funcionário do I.A P.I., que foi substituir um colega que se achava em férias. Durante a minha estadia não manteve ligação alguma com elementos vermelhos. O sargento do destacamento local, de nome Cajú, mantém estreitas relações com o comunista Cavalcanti e com o Dr. Moacir Arcoverde, cujas famílias são vistas juntas em

que se realizaria em 5 de setembro sob a presidência do Gal. Lazaro Cardenas, ex-presidente. Dossiê Congresso Estadual Pró-Paz.. nº 0326/38.

[339] Dossiê: Relatórios da Zona Norte, n.º 0857/105. De 29 de outubro de 1949.

confeitarias.

Alegava ainda o mesmo relatório que o engenheiro "Melchiades" Pereira, funcionário da prefeitura Municipal da cidade, mantinha estreitas relações com o vereador Manoel Jacinto, presumindo que estivessem trabalhando ativamente pela organização das "Ligas Camponesas" e "Ligas femininas". Outro relatório do início do ano de 1948[340] alegava que Newton Câmara, que estava como diretor do Hospital de Tracoma de Londrina, sem a devida nomeação das autoridades competentes. Segundo o relatório, não se sabia se as autoridades não queriam tira-lo, ou se o mesmo não cedia o cargo. Mais ainda, o agente declarava ser perniciosa a permanência de Newton Câmara porque havia pertencido ao extinto PCB, tinha idéias extremistas como também incitava o povo à seguir idéias comunistas. Alega ainda o texto

> Que, aquele médico vae construir um grande Hospital de Caridade e pelo que se supõe em título de propaganda sem cobrar taxa alguma e por esse motivo há suspeita de que o mesmo receba ou tenha recebido fundos de Moscou, pois, não se justifica tal despesa.

Foi nesse quadro de perseguições que se colocaria uma grande tarefa para os comunistas locais. Agora estariam no centro de ações que repercutiriam nacionalmente.

---

[340] Assinado pelos agentes: Yoshito Mori e Vicente Carvalho. Curitiba, 30 de março de 1949.

CAPÍTULO V

5 TRINCHEIRAS REBELDES

> O imperialismo está impondo seu modelo e costumes de forma tão violenta, que as nossas autoridades as mais democráticas tremem diante destes estuporados governos capitulacionistas e vacilantes, homens que não acreditam na sua própria ação [e] esperam ordens dos monopolizadores para transmitir como cães danados em triplicada suas ordens devastadoras contra seu povo. Temos dois caminhos, perguntar ao povo, se deseja escravizar-se com os fascistas americanos, ou se quer seguir pela estrada do bem e da paz? [...] Lutaremos de armas nas mãos para defender nossa liberdade e nosso direito.[341]

O teor e o tom do texto destacado acima, página manuscrita de uma velha caderneta do comunista Gerson Monteiro de Lima apreendida pela polícia e responsável pelo agravamento de sua situação no processo-crime em que foi alvo em 1951, são representativos de uma nova postura na atuação do Partido Comunista na cidade de Londrina e em todo o norte do Paraná. De forma rude, o autor substituía (ou sobrepunha) o antigo inimigo – o fascismo – pelo novo – o imperialismo norte-americano. Localizava as autoridades brasileiras em situação de subordinação ao Imperialismo e aos interesses monopólicos internacionais e propunha, no mesmo ato, o caminho da luta armada no sentido de defender a liberdade e o direito dos brasileiros.

Percebe-se na documentação manuseada que, após um período de arrefecimento nas atividades do Comitê do PCB na cidade, causado, certamente, pela decretação de sua ilegalidade e pela repressão continuada, quando sua atuação ficara restrita, como vimos na unidade anterior, às movimentações ligadas à atuação de seus dois vereadores e às suas "frentes legais", ou, como diria Chilcote, aos seus "organismos de apoio", bem como à promoção de campanhas e festas, o Partido Comunista procurava agora reorganizar-se dentro de uma nova feição.

---

[341] "Cardeneta" manuscrita de Gerson Monteiro de Lima. Autos do Processo-Crime, nº 109/51. Este

Assim, no início da década de cinqüenta, inaugurava-se um período de grande vitalidade do PCB na região, cujas lutas, agora, organizaram-se em duas frentes. Por um lado, a constante busca eleitoral de representação institucional, por outro, e ao mesmo tempo, as atividades ligadas ao campo, que os transformarão, definitivamente, em "caso de polícia".

As atividades desencadeadas no período estavam intimamente ligadas às determinações do "Manifesto de Agosto" – documento publicado em 1° de agosto de 1950 e assinado por Prestes, em nome do Comitê Central do partido – que apresentava uma guinada na perspectiva política adotada até aquele momento – a do pacifismo – apontando para a pregação da violência revolucionária imediata. Inaugurarava-se um período no qual o Partido dera uma nova guinada à esquerda e, por algum tempo, passara a desenvolver uma política que ia para além da prática de conciliação[342] Em um documento lançado em janeiro de 1948, o Partido já apresentara uma profunda autocrítica das posições assumidas no pós-45, reconhecendo que se havia deixado seduzir por "ilusões reformistas" e denunciando, também, os vínculos do governo com o imperialismo norte-americano e com sua política internacional pró Guerra-Fria. [343]

Pode-se inferir que o "Manifesto de Agosto" era resultado da junção de uma série de fatores que se desencadearam no quadro político internacional e nacional[344]. No quadro internacional, chegava ao fim o período de convivência pacífica entre os Estados Unidos e a URSS, substituído, agora, por uma tensão que desestabilizara as relações diplomáticas entre os dois países. A ofensiva norte-americana na Europa, buscando configurar um campo de influência anti-soviético acarretara uma crise que traria conseqüências imediatas no plano do Movimento Comunista Internacional[345]. Esta postura foi responsável pelo revigoramento de uma

---

[342] Segundo MAZZEO (1999), após a reconstrução do Partido - quase liquidado com a violenta repressão desendecadeado depois do fracasso do movimento insurrecional de 1935 - o PCB lançara as bases de sua linha política mais duradoura e que conformaria o seu terceiro período, caracterizadopela absorção das diretrizes do VII Congresso da IC e, consequentemente, da política de amplas alianças de classe - com um pequeno interregno que foi o Manifesto de Agosto. Segundo este autor, o Manifesto será um hiato dentro da linha política implementada pelo PCB após 1945.

[343] "Manifesto de Janeiro de 1948". In: CARONE , O PCB, op. cit., p.73.

[344] CHILCOTE, (1982, p.106/7), entende que o manifesto de Prestes foi o ponto culminante de uma série de respostas do partido às condições repressivas internas e às atitudes polarizadoras da guerra fria no plano internacional.

[345] CLAUDIN acentua que a própria política reformista e de colaboração imposta por Moscou, o fim da Segunda Guerra e sua não revisão após o conflito, acabará impondo perdas à estratégia do Kremlin, visto que alguns partidos comunistas findam por ser "mais realistas que o rei", na disposição de

perspectiva anti-imperialista e principalmente anti-Estados Unidos entre os comunistas de todo o mundo.

No que diz respeito ao Brasil, o bloco hegemônico burguês recomposto no período pós-Getúlio começara também a buscar formas de pressão sobre os comunistas. Mesmo com a política de convivência pacífica e com as demonstrações de que o PCB transformara-se num "partido da ordem", a burguesia brasileira, assim como a de todo o mundo, mostrava-se assustada ante as possibilidades de eclosões revolucionárias de cunho proletário. Posto na ilegalidade por Dutra, o PCB, pressionado também por suas bases, voltara-se à esquerda e abandonara a linha conciliadora da união nacional.

Pelo "Manifesto de Agosto", o leque das alianças estabelecido no período anterior perdia a amplitude e privilegiava agora composições políticas privilegiadoras do proletariado, do campesinato e dos setores da pequena burguesia. A nova política centrava sua atenção em direção aos segmentos subalternos da sociedade civil, propondo a criação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional para a realização da democracia, sob o comando do proletariado – com a construção de organizações políticas sob controle das massas – e composta também por seus aliados, principalmente as camadas médias. Como acentuava o Manifesto:

> Para realizar esta tarefa histórica, saibamos organizar e unir nossas forças em ampla Frente Democrática de Libertação Nacional, organização de luta e de ação em defesa do povo, com raízes nas fábricas e nas fazendas, nas escolas e repartições públicas, nos quartéis e nos navios, em todos os locais de trabalho, enfim, nos bairros das grandes cidades e nas aldeias e povoados.[346]

O Manifesto explicitava as alterações das formas de exploração imperialista, ressaltando que as empresas monopolistas atuavam no exterior em busca de custos de produção mais baixos, ao mesmo tempo que almejavam controlar o mercado interno do país, o que propiciaria um desenvolvimento capitalista subordinado aos interesses dos monopólios internacionais. Assim,

> As posições - chave da economia do país são dominadas pelos monopólios anglo-americanos, o comércio de

---

a ampliação de uma política anti-soviética por parte dos aliados, particularmente dos norte-americanos. Ver Claudin, op. Cit., v.II, p.438 e segs.

[346] "Manifesto de Agosto de 1950". In: VINHAS, 1982, p.152.

> nossos principais produtos de exportação está sob controle de firmas norte-americanas, a indústria nacional, quando já não pertence aos monopólios ianques, está sob constante ameaça de total aniquilamento e no próprio comércio interno avança o controle dos grandes consórcios e monopólios americanos[347].

A política inaugurada pelo "Manifesto de Agosto" foi e tem sido abordada por ângulos diversos em análises de estudiosos do PCB. Esses estudos estão freqüentemente eivados de julgamentos sobre a positividade ou negatividade, ou, ainda, sobre os erros e os acertos das ações do partido no período.

Em estudo clássico sobre os camponeses e a política no Brasil, José de Souza Martins[348], tratando da conjuntura do "Manifesto de Agosto" de 1950, salienta, com positividade, o fato de o manifesto colocar os camponeses e a luta no campo – entre outras – como questões nucleares de sua política. Para ele, inaugurou-se uma perspectiva que teria promovido o envolvimento do Partido nas lutas dos posseiros de Porecatu e no desencadeamento da guerrilha. Segundo o mesmo autor, pouco depois, no final de 1953, o Partido lança uma declaração[349] na qual são reafirmadas as teses de 1950, que propunham o confisco de todas as terras dos latifundiários e sua entrega gratuita aos camponeses sem ou com pouca terra, ao mesmo tempo que reconheciam a posse e a ocupação de terras de latifundiários e do Estado. Para ele, "o Partido aí incorpora provavelmente experiências como a de Porecatu e outras que, emboras não realizadas sob sua direção, vão no mesmo sentido"[350].

Em trabalho mais recente, Antônio Carlos Mazzeo, intelectual ligado organicamente ao Partido Comunista Brasileiro, percebe este período como um hiato dentro da linha política implementada pelo PCB após 1945, quando, segundo ele, o partido lançara sua linha política mais duradoura e que conformaria o seu *terceiro período,* caracterizado pela absorção das diretrizes do VII Congresso da IC e, consequentemente, da política de amplas alianças de classe, entende o período como portador de certa positividade.

A despeito dos equívocos efetuados pelo PCB nesse

---

[347] "Manifesto de Agosto". In: VINHAS, 1982, p.142.
[348] MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1981.
[349] "Declaração sobre o projeto de programa do Partido Comunista do Brasil", *Problemas*, n. 54, fevereiro de 1954, p. 6-27.
[350] MARTINS, Idem, p.83.

> período – na maioria das vezes produto de alto grau de sectarismo na aplicação de sua política – podemos dizer que o partido chegou a praticar, até mesmo no que se refere ao aspecto central do confronto com a autocracia burguesa, uma oposição que era travada na base material da sociedade, isto é, a disputa pela hegemonia do movimento operário consubstanciava-se na luta pela organização sindical independente do proletariado, na tentativa de se construir um sindicalismo descolado do Estado, buscando a consolidação dos Centros Operários como sindicatos autônomos.(MAZZEO, 1999, p.76/77)

Utilizando-se de colocações de Gorender[351], Mazzeo acrescenta ainda que o trabalho dos comunistas vinculado aos sindicatos e às atividades nas fábricas possibilitou ao PCB assumir a liderança de inúmeras greves e manifestações populares contra a carestia e também, sob essa orientação, o PCB esteve à frente da campanha pela nacionalização do petróleo e em lutas de trabalhadores rurais, como em Porecatu, no Paraná, e em Formoso e Trombas, em Goiás.

Para MAZZEO, não estava nos planos dos comunistas a tomada imediata do poder. O que constituía o aspecto fundamental do Manifesto era a tentativa de lançar as bases de uma plataforma que acumulasse politicamente e que criasse as condições para a construção de um governo de transição, partindo do entendimento da necessidade de uma democracia radicalizada e centrada no proletariado. Nessa direção, a democracia pretendida deveria ir além do jogo institucional burguês. Entretanto, assinala o autor que, na política do Manifesto também estavam presentes muitos elementos irrealistas e redutores da realidade. Em sua linha de aplicações mecânicas de concepções e de resoluções políticas, o PCB não conseguiu adequar os aspectos positivos de interpretação teórico-analítica, presentes em suas diretrizes, à necessária habilidade para flexibilizar a condução política de seu projeto, e, com isso, transformou a *tática* a ser construída pela Frente Democrática em ação *principista* imediata, realizada com enorme grau de sectarismo e que acabava tendo muito mais a função de "agitação e propaganda" do que de elementos programáticos a serem desenvolvidos, por meio da articulação de um bloco político democrático e popular. De modo que a aplicação de uma política

---

[351] Jacob Gorender, *Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987. P.22-23. Ver também, Paulo R. R. da Cunha, *Aconteceu Longe Demais – a luta pela Terra dos Posseiros de Formoso e Trombas e a Política Revolucionária do PCB, no Período 1950 – 1964*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC, 1994, mimeo.

realizada sem as necessárias mediações acabou por contribuir para o isolamento do PCB no que se refere ao conjunto das forças populares[352].

BRANDÃO (1997), trabalhando à partir do que entende como as "duas almas do Partido Comunista"[353], a "alma" civilista e institucional, propositiva, parlamentar e democrática, de um lado, e a de viés insurrecional e golpista, mais tenentista do que marxista, mais positivista do que dialética, mais voluntarista do que analítica, e que, segundo ele, marcaria a trajetória de seu líder máximo, Luís Carlos Prestes, quando das dissidências que, mais tarde, protagonizarão o que o autor considera a "tragédia da luta armada", focaliza a conjuntura de 1953 com positividade para, em seguida, destacar a "alma negativa" do período imediatamente anterior:

> Subseqüente floração operária ocorre em 1953, [...] Não que o Partido Comunista deixe de obter em seguida a adesão da vanguarda operária – é o contrário que ocorre. Mas 1953 é o último momento em que essa adesão é maciça, fruto de movimento espontâneo da classe, abrangendo liderança e militância fabris e não apenas sindicais. [...] De baixo se espraia vigoroso movimento de massa que encontra no PC uma força preparada para cavalgá-lo e dirigi-lo. (BRANDÃO, 1997, p.179)

Apresentando a positividade de 53 através de uma imagem brutal a respeito da relação estabelecida entre massas e PCB, que define o espaço ocupado por cada um dos polos, o primeiro como cavalgadura e o segundo como cavaleiro, o autor assim se pronuncia:

---

[352] Apesar disso, diz este autor que não se pode absolutizar a responsabilidade pelo decréscimo de sua inserção social à política implementada pelo Manifesto. Para o autor, três foram os elementos determinantes para a diminuição da presença do PCB na sociedade, notadamente no movimento sindical: o primeiro a ser ressaltado deve ser creditado à própria política de conciliação que o partido vinha desenvolvendo anteriormente, incluindo o incentivo à não realização de greves, o que afastava os trabalhadores do partido. Também a existência do sindicalismo oficial contribuíra para a redução da implantação do PCB nos sindicatos. O segundo aspecto é, sem dúvida, o sectarismo e a política "principista", implementada sem ajustes e elasticidade, principalmente, no movimento sindical. E, por último – considerado o aspecto mais relevante – o maior responsável pela queda da influência do PCB na sociedade, particularmente no movimento sindical urbano, foi a decretação de sua ilegalidade. À ilegalidade do partido e à cassação de suas bancadas parlamentares seguiu-se violenta repressão aos comunistas, incluindo a destituição de dirigentes sindicais ligados ao PCB, além da proibição da imprensa oficial do partido. Aliada a essas medidas, e como resultado direto da Guerra Fria, a intensa propaganda anticomunista desencadeada pelos meios de comunicação, assim como pela Igreja Católica etc., contribuíram decisivamente para a retração do partido. MAZZEO, p.78.

[353] Segundo Brandão, expressão cunhada por Santiago Dantas em sua tentativa de conter a erosão do governo Goulart e evitar o golpe militar com a formação de uma frente ampla pelas reformas exeqüíveis, "duas almas" que, segundo Brandão, oprimirão o cérebro dos comunistas e, por extensão

> Deve-se dizer, no entanto, que o PC pôde liderar a greve por que operou previamente um realinhamento em sua política sindical, reaproximando-se dos trabalhistas e dos sindicatos oficiais e rompendo, neste ponto, com a estratégia maximalista e foquista que havia patrocinado experiências armadas no campo (como em Porecatu, MG (sic), e Tromboso, (sic) GO, o autonomismo sindical e o grevismo nas cidades; tendo novamente fracassado toda vez que tentou manipular o movimento subordinando-o à "discurseira política" tenuamente ligada às questões do momento e voltada para a derrubada do regime.(BRANDÃO, 1997, p.180).

Segundo BRANDÃO (1997, p.179-180), é na primeira metade da década de cinqüenta que esse partido começa a sistematizar algum conhecimento, o que tem como resultado imediato a "Resolução Política do IV Congresso", de 1954 (realizado de 7 a 11 de novembro), primeiro programa efetivo de que dispôs. O enorme esforço pedagógico então realizado pelas escolas de quadros, marcado pelo dogmatismo stalinista e pelo sectarismo do "manifesto de Agosto", teria deixado um magro resultado positivo: "reunindo pessoas da mais variada extração geográfica e social, com formação profissional e experiência política as mais diversas, terá propiciado a dirigentes e intelectuais do Partido uma primeira 'olhada' para os cafundós do país".

Saindo dos trabalhos acadêmicos e indo ao encontro de memórias, recuperemos aqui o discurso de um revolucionário[354], com dedicação de mais de meio século de combate nas fileiras do movimento comunista. Também referindo-se ao contexto da linha política do "Manifesto de Agosto" de 1950, quando, segundo ele, o Partido pretendia interpretar a suposta realidade nacional e traçar a conseqüente orientação para transformá-la revolucionariamente e entendendo essa linha política como profundamente equivocada – apesar de aceita sem maiores discussões dentro dos quadros dirigentes do partido, habituados que estavam a aceitar como verdades científicas e acabadas as decisões vindas da cúpula – refere-se ao fato de que a prática iria indicar a inviabilidade e os absurdos desse manifesto. Segundo ele, a linha política expressa no "Manifesto de Agosto" visava anular quaisquer resquícios de "ilusão democrática" e de "oportunismo pequeno-burguês" que a direção central do Partido considerava serem alimentadas pelos dirigentes e militantes desde o período da abertura democrática de 1945 a 1947. Mais uma vez, segundo ele

---

[354] REIS, Dinarco. *A Luta de Classes no Brasil e o PCB.* São Paulo: Novos Rumos, 1985/1986, p.487.

> procurava-se corrigir posições falsas de uma determinada tendência estranha ao marxismo, de maneira pendular, isto é, voltando-se de uma posição oportunista de direita para o extremo oposto. Da posição direitista de exigir mais sacrifícios aos trabalhadores, inclusive que não realizassem greves e ações reivindicatórias para não perturbar a precária democracia burguesa no poder, passava-se para a atitude 'esquerdista', de preparar o Partido para o assalto ao poder, interpretando de maneira totalmente subjetiva e equivocada as condições concretas efetivamente existentes.(REIS, 1985/1986, p.88).

Criticando o aspecto altamente negativo das "viradas" e do hábito de copiar, de maneira arbitrária e esquemática, modelos e experiências políticas postas em prática por partidos comunistas de outras nações, esta última postura, segundo ele, pela fuga ou incapacidade de elaborar estudo sério da realidade brasileira, fala da empolgação de vários quadros da direção central do Partido com respeito ao modelo chinês do processo revolucionário que teve sua base fundamental nas grandes rebeliões de massas camponesas, que então passaram a pretender reproduzi-lo no Brasil, copiando-o mecanicamente. Apesar de enfocar como negativas as políticas comunistas do período, o autor faz no entanto uma ressalva:

> [...] evidentemente, não foi por efeito desta reprodução mecânica que o Partido, nos anos cinqüenta, participou ativamente dos movimentos de resistência camponesa em Porecatu (norte do Paraná) e na região de Trombas e Formoso (Goiás), recolhendo fecunda experiência. Tais movimentos ainda necessitam de uma análise aprofundada, mas é legítimo afirmar que se inserem no acervo das lutas mais positivas encaminhadas pelos comunistas brasileiros.(REIS, 1985/1986, p.89).

No caso, apesar de ressaltar a necessidade de análises mais aprofundadas, o autor considera que foi ação inédita, posto que não houve reprodução mecânica de outras experiências.

Pode-se inferir, desconsiderando os julgamentos sobre a positividade ou negatividade da política do período que, sem dúvida, as análises aqui recuperadas apontam para uma conjuntura marcada pelo estabelecimento de um olhar mais amplo do PCB à respeito da sociedade brasileira, que enfocava, naquele momento, além dos processos desencadeados nos grandes centros urbanos, aqueles possíveis de ocorrer nos "cafundós do país", o que significava, também, o contato com "pessoas da mais variada extração geográfica e social, com

formação profissional e experiência política as mais diversas (...)." De fato, percebe-se, neste período, o início de intenso contato entre os membros dos organismos centrais do partido com os comunistas situados nos "cafundós do país", ultrapassando, agora, em muito, os contatos de anos anteriores exclusivamente com o organismo estadual.

No primeiro semestre do ano de 1951, o "companheiro" Almo Saturnino – certamente junto com outros comunistas locais – fora convocado a comparecer, "impreterivelmente", à sede do partido para tomar parte do Pleno Ampliado que seria realizado na cidade de Londrina com as seguintes "ordens do dia": a Construção do Partido e o Problema Eleitoral[355]. Estabelecera-se como base das discussões do Pleno, um texto manuscrito, cujo teor – "fruto da discussão com o camarada Arruda"[356] – aponta-nos com clareza os pontos principais da política desenvolvida pelo Comitê do PCB londrinense no período inaugurado pelo "Manifesto de Agosto". O documento-base do Pleno, reforça a minha perspectiva sobre o estabelecimento de relações mais próximas entre o organismo nacional e o local, inclusive, com a determinação de "tarefas" que deveriam ser executadas pelos comunistas da cidade. O documento dizia estar apoiado em discussões efetuadas com o "camarada Arruda" que, pelos indícios existentes, seria Diógenes de Arruda, um dos principais dirigentes saídos da Conferência da Mantiqueira de 1943. Além disso, circularam pela cidade, no período, muitos representantes enviados pelo comitê central do partido[357].

O documento-base do Pleno Londrinense, nascido nesse contexto, era portador de dois eixos distintos, porém imbricados: o primeiro deles, referia-se a "Construção do Partido", o segundo, abordava o "Problema Eleitoral".

Inicialmente, como "informes", anunciava o crescimento do desejo de luta por parte do povo brasileiro e fazia referências a eleição de Getúlio Vargas, alegando que esta, embora tivesse sido uma "saída para a política diferente da de Dutra", constituíra-se em uma "saída falsa". Assim, segundo o texto, permaneceria o dilema: ou a "saída" para a paz e a democracia popular, ou a "saída" para a guerra,

---

[355] Convocação apreendida em poder de Almo Saturnino.

[356] Texto manuscrito apreendido em poder do professor Almo Saturnino. Autos de processo-crime n.º 109/51, p. 324-331.

[357] O Pernambucano Diógenes Arruda Câmara iniciou sua carreira como comunista em 1934, na Bahia, quando se tornou atuante na política universitária do PCB. Com alguns miltantes formou a Comissão Nacional de Organização Provisória. Em janeiro de 1947, foi eleito deputado federal pelo

o que não seria, segundo o teor do documento, um dilema de fundo histórico, posto que poderia ser resolvido e já estaria na ordem do dia, através da organização das massas pela sua vanguarda , o Partido Comunista do Brasil.

O caminho escolhido para que a organização da agremiação se efetivasse na cidade, constituía-se na aplicação prática da orientação revolucionária, cujas fases a serem consideradas seriam: (1) agitação e propaganda e (2) a organização propriamente dita.

Considerando que "sem célula não há partido", a primeira e fundamental tarefa seria a construção desses organismos, pois de suas existências dependeria a própria existência do partido. Neste sentido, a agremiação deveria ligar suas tarefas políticas às suas tarefas orgânicas, não subestimando a importância das células, principalmente as sediadas em empresas e fazendas. Significaria estabelecer, como primeiro passo, "ganhar as massas e trazer de lá seus melhores elementos". Neste tema, indicava ainda que "o partido precisa ser construído onde deve ser construído (Porecatú, Lunardelli, etc) isto é, política de concentração (Onde há condições imediatas de luta)"[358].

Estabelecia-se, como tática de organização, a observância de três etapas fundamentais. A primeira delas consistia em traçar planos para a "construção". Nesta fase seria necessário conhecer as características gerais das empresas e fazendas em que atuaria, procurando compreender suas composições, sistemas de trabalho, lucros, relações políticas do patrão, local de moradia dos trabalhadores, a situação das massas (como vivem?) e, finalmente, sua disposição de luta e "qual a reivindicação capaz de mobiliza-la na luta?". A segunda etapa era o estabelecimento do "controle" e neste sentido deveriam ser providenciados balanços mensais; levantamentos que constassem o número de militantes que atuavam e se reuniam; dos que não atuavam e não se reuniam; número de simpatizantes; situação das direções; composição social e ligações. Finalmente, como terceira fase, referindo-se à necessidade do estabelecimento de medidas orgânicas, fazia uma relação daquelas que deveriam ser implementadas:

> 1 – as células de bairro e o C.M. devem bloquear as secções de empresas;
> 2 – estruturar os elementos dispersos e ligá-los aos CM;.

PST, po São Paulo. Com a decretação da ilegalidade do PCB, no mesmo ano, consolidou-se como liderança do circulo de militantes em redor de Prestes.

[358] Texto manuscrito apreendido em poder do professor Almo Saturnino. Autos do processo-crime, n.109/51, p.324-331

> 3 – Transformar estas ligações em organismos vivos;
> 4 – Concentrar todas as frentes do partido sobre as empresas ou fazendas;
> 5. – estruturar temporariamente as ligações da empresa no bairro, que passará a atuar em função da empresa;
> 6 – os elementos das pequenas empresas devem atuar em função das grandes;
> 7 – por as células de bairro em função das empresas. Tarefas: distr. da "Voz" (?), comícios, (...) empresa (em que a empresa deva se reunir);
> 8 – Resguardar o part. na empresa ou fazenda de forma revolucionária;
> 9 – Introduzir elementos nas empresas ou fazendas;
> 10 – Elevar o nível político-ideológico: (Distribuir os materiais do partido; leitura e discussão dos comentários da "VOZ", sabatinas e palestras com os companheiros e círculo de leituras e cursos).

Introduzia-se, neste ponto, a definição dos espaço – Porecatu – e do inimigo – a família Lunardelli – a ser combatido na luta que já vinha sendo travada pelos comunistas e se acentuaria mais e mais à partir daquele momento.

As primeiras relações do PCB com o movimento dos posseiros de Porecatu haviam sido estabelecidas através do Comitê Municipal de Jaguapitã, também no norte do Estado do Paraná, dirigido pela família Gajardoni – Ângelo, Miguel e Mercedes – que exercera papel fundamental na organização do movimento e nos conflitos desencadeados posteriormente.(PRIORI, 2000, p.216-217). Já em 1948, o farmacêutico Ângelo Gajardoni estabelecera contado com o comitê de Londrina, através de Manoel Jacinto, então vereador do PTB, que visitara a região e, diante da constatação da gravidade da situação, propusera ao comitê estadual, sediado em Curitiba, apoio efetivo aos posseiros em litígio[359]. Desde então, vários militantes do partido em Londrina passaram a freqüentar a região, principalmente, os vereadores Newton Câmara e Manoel Jacinto e o advogado Flávio Ribeiro, levando roupas, mantimentos, remédios e dinheiro, que arrecadavam através de uma campanha de solidariedade que organizaram em favor dos "resistentes de Porecatu".

Segundo Ângelo Aparecido Priori, a decisão do PCB em assumir a organização da luta armada no norte do Paraná concretizara-se, formalmente, em novembro de 1948, quando os posseiros teriam aceito os argumentos dos emissários do partido, que apontavam, como única saída para a defesa das terras, o desencadeamento da luta armada. Após o primeiro contato, os "homens do partidão", como vieram a ser rotulados, retornaram à região todos os finais de

---

[359] CDPH. Centro de Pesquisa e Documentação Histórica. Universidade Estadual de Londrina. Entrevista com Manoel Jacinto. 1983.

semana de novembro, até conseguir convencer os posseiros a recorrer às armas de forma organizada.(PRIORI, 2000).

No entanto, foi no primeiro semestre de 1951 que os comunistas londrinenses assumiram, publicamente, a sua luta em favor dos posseiros da região de Porecatu, sobretudo, ao longo da campanha política que empreenderam, sob a legenda do PTN, visando as eleições municipais que ocorreriam em 22 julho de 1951.

O segundo ponto de pauta à ser debatido no Pleno era o "Problema Eleitoral". Em primeiro plano, e com destaque, propunha uma "vigilância constante" até a data em que se realizariam as eleições municipais. Inferimos que diante da ilegalidade vigente e das posturas assumidas, colocava-se uma grande preocupação pela possibilidade de ocorrências que viessem prejudicar a participação do partido nas eleições. Esta preocupação não seria infundada, pois, de fato, o grupo de comunistas que se reunira para a disputa daquelas eleições municipais, seria, pouco mais de um mês antes do pleito, totalmente alijado do processo pela decretação de sua prisão.

O documento destacava os pontos que deveriam ser priorizados na campanha:

> Nós não somos idealistas, somos realistas"; "Luta pela paz e contra a carestia"; à base dos 9 pontos do Manifesto de Agosto e ampliar a luta contra as resoluções de Washington.

Apresentava também os itens contidos na "Resolução da Comissão do PCB com relação às eleições municipais", os quais deveriam ser seguidos à risca. Assim, o partido deveria apresentar formas legais de trabalho, aproveitando as eleição para esclarecimento das "massas"; a participação do Partido deveria ser independente; ele deveria intensificar a campanha pelo pacto de paz entre as nações; propor a luta contra a carestia; não deveria estabelecer nenhuma ligação com o PTB, mas poderia efetivar compromissos com elementos democráticos não comunistas. Deveria haver a apresentação de um programa eleitoral mínimo baseado no "Manifesto de Agosto", e sugeria que os debates abordassem temas que "levantassem o nível ideológico das massas". A "carestia" merecia um enfoque especial, e alguns dados eram apresentados para sua demonstração: o quilo de arroz era vendido a Cr$ 2,00 nos EUA e a 6 e 7 no Rio e em São Paulo; os preços

dos transportes haviam sofrido aumentos, sendo que em Londrina as passagens de ônibus haviam aumentado em 30%. Propunha ainda considerações sobre o salário e a falta d'água.

Finalmente, ressaltando que deveriam ser criadas "organizações de massa em torno de cada candidato", apontava os pontos que deveriam ser priorizados por aqueles que conquistassem as tribunas nas Câmaras Municipais: desmascarar os demagogos; lutar pelo Programa da Frente Democrática de Libertação Nacional; contra o fechamento de organizações populares (organizações femininas, Centros de Petróleo); contra a depredação de jornais, enfim, contra a destruição do Partido.

Posso dizer que as propostas apresentadas no documento relacionado acima, apontavam para duas ordens de questões, que embora distintas, se imbricavam naquela conjuntura. Tratava-se de efetuar a "(re)construção" do partido no mesmo ritmo da participação nas eleições municipais, ou melhor, a participação no processo eleitoral constituir-se-ia no caminho para a reestruturação da agremiação em novos moldes. Segundo as anotações pessoais do professor comunista Almo Saturnino tratava-se de

> [...] Pleitear a oportunidade de fazer o partido entrar na legalidade, desmascarar a demagogia através da tribuna e defender as liberdades democráticas. Ainda (a) oportunidade de lutar pela paz e através do movimento eleitoral desenvolver a organização do partido.[360]

Um grupo de homens e mulheres reuniu-se sob o *slogan* "Aliança pela Paz e contra a Carestia", abrigou-se na sigla do Partido Trabalhista Nacional/PTN, que acabou por transformar-se no próprio Comitê do Partido Comunista, e, através de vários mecanismos, que iam desde o trabalho na tribuna da cidade através de seus dois vereadores que ainda cumpriam seus mandatos pelo PTB, passando por suas "frentes legais" – Conselho de Paz, Associação de Mulheres, União dos Trabalhadores de Londrina (UTL) e União Londrinense de Estudantes (ULES) – até o estabelecimento de bases em empresas e fazendas – colocaram a campanha nas ruas da "cidade da promissão". Iriam seguir agora, com mais proximidade, as orientações determinadas pelos organismos nacionais do PCB.

As propostas políticas nacionais do Partido chegavam à região através de uma série de publicações[361], cujos fragmentos de interesse eram reproduzidos em formatos diversos e divulgados em profusão na sociedade local. O acesso a esta documentação me foi permitido por terem sido apreendidas grandes quantidades, em 1951, por ocasião da repressão policial desencadeada contra a "Guerrilha de Porecatu". Entre os documentos originados no PCB nacional que circularam na cidade e, certamente, serviram como base da política desenvolvida, um deles nos parece fundamental para entendimento das ações desencadeadas pelos comunistas locais do período: *"LUIZ CARLOS PRESTES convoca o Povo Brasileiro para a luta pelo seguinte Programa da Frente Democrática de Libertação Nacional."*[362] "Os Nove Pontos de Prestes", como era popularmente chamado o documento, foi reproduzido em gráfica local e divulgado incessantemente, tanto nos comícios do PTN, como nas fábricas e nos "campos de batalha" de Porecatu. Assim, a partir dos "nove pontos", com adaptações regionais, que priorizavam um ou outro item da proposta, estruturou-se o programa político que seria desenvolvido pelos candidatos da *Aliança pela Paz e contra a Carestia.*

Os "Nove Pontos de Prestes" propugnavam:

> POR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR – Substituição da atual ditadura feudal – burguesa serviçal do imperialismo por um governo revolucionário, emanação direta do povo e legítimo representante do bloco de todas as classes e camadas sociais, de todos os setores da população do país que participem efetivamente da luta revolucionária pela libertação nacional do jugo imperialista, sob a direção do proletariado.

---

[360] Folha de caderneta manuscrita, cujo teor aborda "Resoluções sobre eleições municipais", apreendida em poder de Almo Saturnino. Processo Crime, nº109/51.

[361] "Luiz Carlos Prestes convoca o Povo Brasileiro para a luta pelo seguinte Programa da Frente Democrática de Libertação Nacional"; "Conferência de Washington, visa arrastar o País à Guerra"; "Salve 1° de Maio, Trabalhadores da Cidade e do Campo"; "As Tarefas Atuais dos Comunistas Para Organização, Unidade e as Lutas da Classe Operária (livreto); "Caderno do Agitador"; "Prestes dirige-se ao Povo"; "Oito perguntas e oito respostas"; "Resolução do Partido Comunista do Brasil: a Reorganização da União da Juventude Comunista"; "As tarefas atuais dos comunistas na luta pela paz e pela independência nacional" (livreto); "Apelo de Berlin"; "Vargas vendeu o Brasil à Conferência de Chanceleres"; "Um Ano de Legalidade". Circularam ainda na cidade no período várias circulares: "O caminho para os camponeses"; "A Frente Democrática de Libertação Nacional". Números diversos da revista mensal "Problemas" e inúmeros jornais: "Classe Operária"; "Novos Rumos"; "Voz Operária"; "Hoje"; "Democracia Popular"; "Tribuna do Povo"; "O Sol".

[362] Tal documento foi apreendido na Gráfica e Tipografia Ipê em Londrina, onde encontrava-se para ser reproduzido. É um recorte do jornal "O Sol", de 7 de agosto de 1950 que publica o manifesto-programa da FDLN. Exemplares deste e de outros documentos, além de apreendidos com os comunistas, foram encontrados também "em um cafezal próximo a Vila Monteiro" em 30 /6/51, pelo comerciante Manuel Antônio Tejada.

PELA PAZ E CONTRA A GUERRA IMPERIALISTA – Interdição absoluta da arma atômica, rigoroso controle internacional dessa interdição e condenação como criminoso de guerra do governo que primeiro utilizar essa arma de agressão e extermínio em massa. Luta efetiva pela paz, contra os provocadores de guerra e todas as medidas de provocação guerreira. Contra a política reacionária e guerreira do governo norte-americano, por uma política de paz e de luta efetiva pela paz no mundo inteiro e de apoio à luta anti – imperialista e de libertação nacional de todos os povos. Contra qualquer concessão de bases militares em nosso solo ao governo norte-americano. Imediato estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com a União Soviética, com a China Popular, com a Alemanha Democrática e todos os povos amantes da paz.

PELA IMEDIATA LIBERTAÇÃO DO BRASIL DO JUGO IMPERIALISTA – Confiscação e imediata nacionalização de todos os bancos, empresas industriais, de serviços públicos, de transporte, de energia elétrica, minas, plantações, etc. pertencentes ao imperialismo. Imediata anulação de dívida externa do Estado e denúncia de todos os acordos e tratados lesivos aos interesses da nação. Imediata expulsão do território nacional de todas as missões militares ianques, de todos os técnicos, agentes e espiões norte-americanos, como de todos os destacamentos militares ianques que ocupam nossa terra.

PELA ENTREGA DA TERRA A QUEM TRABALHA – Confiscação das grandes propriedades latifundiárias com todos os bens móveis e imóveis nelas existentes, sem indenização, e imediata entrega gratuita da terra, máquinas, ferramentas, animais veículos, etc., aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos os demais trabalhadores agrícolas que queiram se dedicar à agricultura. Abolição de todas as formas semi-feudais de exploração da terra, abolição da 'meia', da 'terça', etc., abolição do vale e obrigação de pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores. Imediata anulação de todas as dívidas dos camponeses para com o estado, bancos fazendeiros, comerciantes e usurários.

PELO DESENVOLVIMENTO INDEPENDENTE DA ECONOMIA NACIONAL – Completa nacionalização das minas, das quedas d'água e de todos os serviços públicos. Nacionalização dos bancos [...] assim como de todas as grandes empresas com ou sem indenização, conforme a posição de seus proprietários na luta pela libertação nacional do jugo imperialista. Controle estatal do comércio externo, controle do lucro dos grandes capitalistas, abolição dos impostos indiretos e instituição do imposto fortemente progressivo sobre a renda e ampla liberdade para o comércio interno. Ajuda estatal técnica e financeira para o cultivo da terra, estímulo ao cooperativismo e garantia de preço mínimo para a produção dos pequenos agricultores.

PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS PARA O POVO –

> Efetiva liberdade de manifestação do pensamento, de imprensa, de reunião, de associação, de organização sindical, etc. Direito de voto para todos os homens e mulheres maiores de 18 anos, inclusive analfabetos, soldados e marinheiros. Abolição de todas as desigualdades econômicas e jurídicas que ainda pesam sobre a mulher. Completa separação da Igreja do estado e ampla liberdade para prática de todos os cultos. Abolição de todas as discriminações de raças, cor, religião, nacionalidade, etc. Ajuda e proteção especial aos indígenas, defesa de suas terras e estímulo à sua organização livre e autônoma, justiça rápida e efetivamente gratuita com juizes e tribunais eleitos pelo povo.
>
> PELO IMEDIATO MELHORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS MASSAS TRABALHADORAS – Aumento geral de salários, inclusive, do salário mínimo familiar, que devem ser colocados no nível já atingido pelo custo de vida. Escala móvel de salários. Salário igual para igual trabalho, para homens, mulheres e menores. Abolição imediata da assiduidade de cem por cento. Aposentadorias e pensões que satisfaçam as necessidades vitais dos trabalhadores e suas famílias, e ajuda aos desempregados. Democratização da legislação social, sua ampliação e extensão aos assalariados agrícolas. Assistência social custeada pelo patrão e pelo Estado. Fiscalização dos direitos dos trabalhadores, bem como a administração da assist6encia social, entregue aos próprios trabalhadores por intermédio de seus sindicatos. Imediata melhoria da situação econômica dos soldados e marinheiros.
>
> PELA INSTRUÇÃO E CULTURA PARA O POVO – Ensino gratuito para todas as crianças entre 7 e 14 anos de idade e redução de todas as taxas e impostos que pesam sobre a instrução secundária e superior. Trabalho para a juventude que termina seus estudos. Apoio e estímulo à atividade científica e artística de caráter democrático.
>
> POR UM EXÉRCITO POPULAR DE LIBERTAÇÃO NACIONAL – Expulsão das forças armadas de todos os fascistas e agentes do imperialismo e imediata integração em suas fileiras dos militares delas afastados por motivo de sua atividade democrática e revolucionária. Livre acesso das praças de pré ao oficialato de suas respectivas corporações. Armamento geral do povo e reorganização democrática das forças armadas na luta pela libertação nacional.

O programa eleitoral construído pelos comunistas locais, que sintomaticamente continha também nove pontos, ao mesmo tempo que contemplava as propostas colocadas pelo manifesto nacional, procurava dosar seu conteúdo, por um lado, amenizando sua perspectiva revolucionária, por outro,

estabelecendo um privilegiamento das questões que fossem ao encontro das preocupações da população local.

Desta forma, os dois itens iniciais do Programa local foram os únicos que versaram sobre questões internacionais e nacionais. O primeiro, prometia uma "Luta intransigente pela paz mundial" apontando para a necessidade de conclusão de um pacto de paz entre os Estados Unidos, União Soviética, França, República Popular da China e Grã-Bretanha, como condição básica da preservação da paz e da segurança dos povos. O segundo propugnava a

> luta incondicional contra o cumprimento das resoluções guerreiras de Washington e suas conseqüências imediatas que são:
> o envio de tropas para a Coréia.
> A entrega das riquezas nacionais do país aos trusts Americanos. As medidas de preparação guerreira e o aumento dos efetivos militares.
> A entrega das bases militares nacionais aos Americanos.

Todos os pontos seguintes do Programa procuravam adequar os "pontos de Prestes" com questões regionais e locais, levando em conta os problemas que afligiam a população. O terceiro, embasado no sétimo de Prestes, apontava para a "Luta contra a carestia de vida", desdobrando-se em algumas propostas concretas: redução de 30% nos preços de todos os gêneros de primeira necessidade, bem como do vestuário, medicamentos e diversões e o rebaixamento imediato de 50% nos preços de passagens das jardineiras que, segundo o texto, exploravam o povo impunemente, com aumentos seguidos e "escorchantes".

Os pontos três e cinco do documento nacional – "libertação do Brasil do jugo imperialista" e o "desenvolvimento independente da economia nacional", através da confiscação e nacionalização de bancos, empresas industriais, de serviços públicos, de transporte, de energia elétrica, minas, plantações, etc. – transformaram-se no item quatro do documento londrinense e, no programa local, o representante do Imperialismo materializara-se na Empresa Elétrica de Londrina, de propriedade da antiga Companhia de Terras Norte do Paraná, agora nacionalizada, (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), propondo a recisão do contrato, considerado lesivo aos interesses do povo, bem como a encampação total da empresa. Propunha também neste núcleo, a extensão do serviço de luz aos distritos de Irerê e Tamarana, bem como aos "bairros proletários" de Londrina.

A quinta proposta apresentada prometia a

> Luta pela estensão da rêde de esgotos às vilas afim de combater o tifo e outras moléstias infecciosas que dizimam a população, pela extensão de água encanada, calçamento e transporte coletivo aos bairros e vilas da cidade (2 jardineiras no mínimo em cada vila)

Em seguida, propunha a criação de escolas nas vilas Brasil, Nova, Casoni, Agari; nos distritos de Tamarana e Irerê. Esta unidade desdobrava-se em várias intenções: pela redução das taxas dos livros escolares em 25% no mínimo; pela criação dos postos de assistência médico-dentária gratuita às crianças no centro, nos bairros proletários e nos distritos; exigência de cancelas nos pontos da cidade atravessados pela linha férrea e construção de viadutos definitivos nas ruas de acesso ao Colégio Estadual.

O sétimo item apontava para a redução dos impostos prediais das casas de moradia; redução de 50% dos impostos que recaiam sobre o pequeno produtor e pequeno comerciante; criação de um Mercado Municipal; instalação de feiras livres 2 vezes por semana nas vilas Brasil, Casoni, Nova e Agari; permissão ao pequeno lavrador de livre venda nas feiras e mercados, sem cobrança de impostos ou taxas e, finalmente, a canalização das águas fluviais nos distritos de Tamarana e Irerê.Na seqüência, prometia a construção de casas populares e a redução imediata de 20% nos preços dos aluguéis.

Finalmente, na nona e última proposta, apontava para a luta "por aumento de salários e pelo direito de greve, do pagamento imediato das férias e do repouso semanal aos trabalhadores do campo".

Pode-se perceber que os "nove pontos de Prestes" sofreram vários ajustes locais e, "filtrados", perderam um pouco da dimensão revolucionária que também estava presente no documento-base do Pleno de Setembro que analisei no início desta unidade. Considero, neste caso, que a intenção de publicização através de uma campanha política local, dimensionou as possibilidades de explicitação de propostas mais polêmicas. Assim, há um abandono total de dois dos pontos apresentados no documento de Prestes, do primeiro, que pregava um governo democrático e popular através da substituição "da atual ditadura feudal-burguesa serviçal do imperialismo", por um governo revolucionário liderado pelo proletariado, e do nono: "Por um Exército Popular de Libertação Nacional".

A "luta pela paz", proposta ampla e difusa, bem como de fácil aceitação por todas as camadas da população, foi privilegiada e recebeu destaque

em dois dos pontos do programa dos comunistas londrinenses. Todos os outros pontos foram diluídos em questões locais que refletiam os problemas que a população enfrentava naqueles anos – preços dos gêneros de primeira necessidade, preço dos transportes, luz, água, esgoto, calçamento, doenças, assistência médico-dentária, educação, casas populares, etc. – que podem ser englobados na luta contra a carestia de vida.

O slogan escolhido para a campanha – "Aliança pela Paz e contra a Carestia" – já apontava para o destaque nestes dois pontos – a paz e a carestia – como os objetos principais de seu enfoque.

O nono ponto do documento londrinense abarcava fragmentos dos itens quatro, seis e sete do documento nacional e revelou-se o mais "revolucionário", pois continha em suas intenções, além do aumento de salários e do direito de greve, a proposta do pagamento imediato de férias e do repouso semanal aos trabalhadores do campo. Este último ponto, tratado timidamente no programa, transformar-se-á, na prática, em reprodução fiel do quarto ponto de Prestes: "Pela entrega da terra a quem trabalha", ou, como era preferencialmente colocado pelos comunistas locais, *Pela entrega da terra aos primeiros ocupantes,* em uma referencia direta à luta que vinha sendo empreendida pelos posseiros na região. Este ponto constituir-se-á em um dos objetos de maior destaque nos comícios, nas matérias do jornal *O Momento* e nos boletins lançados pelo partido. Em um espaço onde o mundo rural e as atividades agrícolas constituiam a dinâmica do desenvolvimento, a incorporação de tal perspectiva será a maior responsável pela repressão que se desencadeará ferozmente contra o grupo que participava do processo eleitoral, transformando-o em "caso de polícia".

Devo destacar aqui, como já assinalei na unidade anterior, que apesar de a perspectiva assumida pelo partido no período apontar para o "caminho revolucionário", os subterfúgios utilizados para relativizar tal caminho – luta pela paz e contra a carestia – obtiveram um certo sucesso. Percebe-se uma ampliação de simpatizantes que excedia o núcleo comunista, pela quantidade de assinaturas nas listas de apoio a várias campanhas com aqueles objetivos.

As anotações contidas nas cadernetas pessoais de muitos dos comunistas envolvidos nas atividades do período, dão conta de mostrar o cotidiano e os bastidores do funcionamento do Partido, bem como da campanha eleitoral municipal em curso no município no início dos anos cinqüenta. Essa documentação

reveste-se de interesse especial, pois nela está ausente a intenção da divulgação, sendo portadora de anotações esparsas, por vezes confusas, principalmente pela quantidade de abreviações que contêm, cujo objetivo exclusivo era o registro, para lembrança pessoal de cada um dos envolvidos, dos passos do processo eleitoral, dos compromissos e, sobretudo, das tarefas que lhes cabiam cumprir.

O primeiro movimento constituiu-se em torno da escolha dos candidatos. Várias relações de nomes – por vezes riscados, por vezes substituídos por outros – aparecem anotadas nas páginas das tais "cadernetas" , denotando titubeios em sua definição, que finalmente se concretiza com a apresentação dos pleiteantes à vereança. Eram eles: o pedreiro Manoel Jacinto Ferreira, que tentava a reeleição, os professores Almo Saturnino Vieira Magalhães, Rubens Moreira dos Santos, Alipio Antônio Lopes, o corretor de imóveis Bento Paiva, o engenheiro Milcíades Pereira da Silva, Edvar S. Prado e Helena Pereira da Silva, na ocasião, presidente da Associação Feminina de Londrina.

Estavam ainda em estudo: "(a) as candidaturas de Expedito e Clemente, (b) retirar dois candidatos das fábricas, (c) a escolha do candidato à prefeito", que, segundo as anotações, seria efetuada após o comício. Percebe-se que no princípio havia a pretensão de lançamento de candidaturas próprias para a prefeitura e a dúvida a respeito do escolhido recaia entre o advogado Flávio Ribeiro e o médico Newton Leopoldo da Câmara Filho. Esta perspectiva foi abandonada, mantendo-se uma aproximação que, como já foi demonstrado neste texto, era antiga, com o então candidato da UDN, Milton Ribeiro de Menezes.

Para o desenvolvimento da campanha, constituiu-se um Conselho composto por responsáveis pelas finanças e pela propaganda, que se reunia aos domingos no escritório de Flávio Ribeiro.[363] A campanha tinha um caráter artesanal e as tarefas eram distribuídas entre todos os participantes, assim, havia o responsável pelas propagandas nas rádios, pelo palco, pela iluminação nos comícios, pelo pichamento dos muros, etc.

A tarefa de finanças, como não poderia deixar de ser, ocupava a maior parte do tempo e do esforço daqueles homens e várias listas de arrecadações

[363] Responsáveis pelas finanças: Almo Saturnino, Foggia, Lázara e Alípio, Dr. Haroldo, Dr. Milcíades; pela Propaganda: Paiva, Prado, Flávio, Rubem, Natham, Gomes, José, Helena.

foram desencadeadas dentro da "Campanha de ajuda financeira pró candidatos da Aliança pela paz e contra a carestia"[364].

No que diz respeito à propaganda, além da rádio da cidade – utilizada inclusive para irradiação dos comícios –, e do pichamento de muros, vários impressos foram encomendados na gráfica local, impressos que tanto podiam constituir-se de fragmentos de documentos nacionais do partido, quanto pequenos textos produzidos localmente, ou mesmo, poesias produzidas pelo poeta do grupo – Almo Saturnino[365]. Neste sentido, um passo importante se configurou quando o grupo passou a ter um jornal exclusivo para a divulgação de seus eventos e de suas políticas.

Este passo importante para a luta em duas frentes, desencadeada pelo PTN/PCB, foi dado em janeiro de 1951, quando Milcíades Sampaio Correia Pereira da Silva adquiriu o jornal *"O Momento"*[366]. Designado pelos comunistas como o *"Jornal a serviço da Paz, da Libertação Nacional e da Democracia Popular"*, e, pelas forças da ordem, *"especializado na agitação dos roceiros de Porecatu"*, continha de 3 a 5 páginas cujas matérias dedicavam-se a divulgar questões internacionais, nacionais e regionais de interesse do PCB.

Tendo como Diretor o engenheiro Milciades S. C. Pereira da Silva e como chefe de redação o advogado Flávio Ribeiro, o jornal era financiado pelas propagandas nele veiculadas: do consultório do médico Newton Câmara; do escritório de engenharia de Milcíades, da Alfaiataria "Tezoura de Ouro" de Antônio Gobatto e do escritório de advocacia de Flávio Ribeiro.

---

[364] Documentos apreendidos em poder do Senhor Bento Paiva por ocasião de sua prisão. Essas listas eram assinadas quase que exclusivamente pelos envolvidos nas eleições, sendo que o maior financiador continuava sendo o Dr. Newton Câmara (Cr$5.000,00), seguido do advogado Flávio Ribeiro (Cr.$1.000,00) e do Corretor Bento Paiva (Cr.$100,00). Documento apreendido em poder do professor Almo Saturnino, de 9 de junho de 1951 apresenta uma lista de 24 contribuintes. Percebe-se, pela constante repetição dos doadores que o núcleo do partido era pequeno. Nesta lista também o médico Newton Câmara, junto com o médico Haroldo Sandemberg, são os maiores contribuidores: Cr.$5.000,00 cada.

[365] Poesia "Mensagem a meu irmão" que foi apreendida em grandes quantidades em todas as incursões feitas pela polícia.

[366] Não consegui informações sobre este jornal em período anterior à esta venda. Pela quantia de Cr$ 5.000,00. Foram transferidas de Sebastião Braga Pereira para o engenheiro, as instalações, o registro, o nome e a marca registrada. O jornal era registrado no Cartório do 1° Ofício da Comarca de Londrina sob n.º de ordem 51 a fls. 67 do livro de registro de pessoas jurídicas.

Pela análise dos 7 números aos quais tive acesso[367], provavelmente os únicos que restaram registrados da vida efêmera do periódico, pude perceber um perfil radical que se exasperava a cada número. Mesmo após a detenção de seus diretores, em junho de 1951, conseguiu fazer circular mais um número, noticiando as prisões e trazendo mensagens dos prisioneiros para os leitores. Ele será utilizado como uma das principais provas da condição de comunistas dos homens que nele atuavam.

O objeto principal das matérias era constituído pelas notícias sobre a "Guerra de Porecatu". Além disso, o jornal publicava reportagens e artigos especiais a respeito das condições de trabalho nas fábricas, oficinas e vilas da cidade; assuntos políticos palpitantes; manifestos do PCB; sobre o movimento sindical, com destaque para a União dos Trabalhadores de Londrina (UTL); sobre os acontecimentos internacionais, principalmente aqueles relacionados à Campanha da Paz; sobre a vida dos líderes do partido – Stálin e Prestes; Sobre a vida na Rússia; materiais de conteúdo literário. Apresentava também, anúncios sobre as atividades de lazer promovidas pelo partido, como no primeiro exemplar do jornal que anunciava "Vem aí o Corinthians" , para realizar uma partida contra o "esquadrão local do Operário".[368]

5.1 O Último Comício: O Início da Reação.

A última atividade pública dos candidatos reunidos em torno da "Aliança pela Paz e contra a Carestia" foi um comício realizado no dia 13 de junho na praça Rocha Pombo, no coração da cidade. O evento havia sido programado para o lançamento dos candidatos do PTN aos postos eletivos das eleições de 22 de julho vindouro. Dias antes, houvera intensa e profusa distribuição de volantes convidando ao povo, realizaram-se comandos nas vilas, noticiários pela emissora de rádio local e convites pelos jornais. Era um entre muitos que haviam sido programados pela comissão eleitoral para acontecerem nas vilas e distritos de

---

[367] Os números 1,3 e 7 arquivados no DOPS, (Dossiê: Jornal *O Momento* n.º 1227/145) e os originais – manuscritos – dos números 2, 4, 5 e 6 apreendidos com o Advogado Flávio Ribeiro por ocasião de sua prisão em junho de 1951 (Autos do processo-crime n.º 109/51, p. 278-281)

[368] Em 29 de abril de 1951.

Londrina, encerrando-se no dia 18 de julho com um comicio monstro que seria realizado também na Praça Rocha Pombo.

O Jornal "O Momento" assim descreveu o comício:

> À hora do comício, perante uma assistência vibrante e entusiasta, o Dr. Flávio Ribeiro fez a apresentação dos candidatos Manoel Jacinto Correia, vereador de Prestes, prof. Almo Saturnino, dr. Flávio Ribeiro, prof. Rubens Moreira, Dona Helena Pereira da Silva, presidente da Associação Feminina de Londrina, dr. Milcíades S. C. da Silva, diretor de "O Momento", Edwar Prado e Bento Paiva.
>
> A cada candidato apresentado com um rápido histórico de suas atividades patrióticas e em defesa da paz, o povo interrompia em calorosos aplausos.

Após a apresentação dos candidatos, Dr. Flávio Ribeiro lera o programa da "Aliança pela Paz e contra a Carestia" que seria defendido na Câmara dos Vereadores e

> De maneira serena e profunda analisou ponto por ponto,[...], tendo arrancado demorados aplausos nos pontos fundamentais, principalmente dos que se relacionam com a defesa da paz, contra o envio de tropas brasileiras para a Coréia, por medidas práticas contra a carestia.
>
> A seguir, usou a palavra a candidata sra. Helena Pereira da Silva, cuja oração foi recebida com vibrantes manifestações de solidariedade do povo, principalmente das mulheres presentes ao comício, quando se opôs energicamente ao envio dos jovens do Brasil para a Coréia e quando analisou aspectos da carestia de vida.

Após a leitura de um poema de autoria do professor Almo Saturnino, encerrara o comício o "vereador de Prestes", Manoel Jacinto Correia que, segundo o jornal, desmascarara os candidatos a Prefeito já apresentados, mostrara o caráter reacionário das eleições e, como ponto alto de sua fala, analisara o ponto quatro do manifesto de agosto "Pela entrega da terra a quem trabalha". Através da análise deste ponto do documento, o vereador Jacinto propunha o confisco, sem indenização, das grandes propriedades latifundiárias com todos os móveis e imóveis nelas existentes e a imediata entrega gratuita da terra, máquinas, ferramentas, animais, veículos, etc., aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos os demais trabalhadores agrícolas que quizessem se dedicar à agricultura. Propunha também a abolição de todas as formas semifeudais de exploração da

terra, abolição da "meia", da "terça", etc. abolição do vale e obrigação de pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores. Imediata anulação de todas as dívidas dos camponeses para com o Estado, bancos, fazendeiros, comerciantes e usurários." Recomendava ainda ao povo que

> [...] somente na base da imediata organização dos Comitês da Frente Democrática de Libertação Nacional, poderia ele, povo, resolver seus problemas, através da instauração de um governo democrático popular, que nos livrasse das garras do imperialismo americano, de seus agentes nacionais e dos "tubarões" e latifundiários que nos exploram".

O periódico referia-se à profunda repercussão do comício que fora transmitido pela emissora local, Z.Y.D 4 e fora ouvido em toda a região Norte do Estado, "tendo produzido profunda e favorável impressão no seio do povo, que o comentou largamente, detendo-se especialmente, na análise do programa apresentado".

De fato, o comício tivera grande repercussão na cidade e região. Não pela grande afluência da população propagada pelo jornal comunista que, pelo ponto de vista de outros relatos fora ínfima, sendo no entanto importante ressaltar que sua irradiação, pela única rádio da cidade, aponta, de fato, para uma significativa audiência, mas especialmente pelo teor dos discurssos e pelas ocorrências desencadeadas.

Por um lado, os temas apresentados revelaram um grupo que assumia radicalmente as lutas do Partido Comunista do Brasil, e, principalmente, assumia publicamente seu apoio à luta pela terra que ocorria em Porecatu, colocando essa luta também como o núcleo central da campanha política desenvolvida. Por outro, provocou a revolta de alguns populares, anunciando a reação que se desencadearia poucos dias depois. O teor dos discursos do comício serão colocados no processo-crime que seria montado contra o grupo, como a maior prova do caráter comunista do evento e, consequentemente, como indicador das atividades ilegais do grupo.

As reações iniciaram-se no próprio comício, que a matéria do jornal *O Momento* referia-se como "provocações de um bêbado", "um desclassificado qualquer", que à mando da reação e sob as vistas complacentes da polícia, procurara perturbar a marcha do comício, dirigindo ameaças ao prof. Almo

Saturnino, que então se encontrava na tribuna. Segundo a matéria, a provocação fora desfeita por populares que deram alguns enérgicos empurrões no "bêbado", acabando-lhe a "alegria" e fazendo com que abandonasse o local do comício.[369]

O "bêbado", na verdade o jornalista José Romeu do Amaral, transformou-se em uma das principais testemunhas das atividades comunistas do grupo do PTN. Sua atuação no episódio desvenda um movimento orquestrado e não fortuito como quis acreditar o jornal comunista. Ele era parte de uma armadilha.

Em seu primeiro depoimento[370] como testemunha de acusação no processo-crime instaurado contra o grupo, afirmou que passava "ocasionalmente" pela Praça Rocha Pombo, quando viu que ali se realizava um comício, tendo, por uma curiosidade natural, se aproximado e ouvido um orador que logo depois ficou sabendo tratar-se do professor Almo Saturnino. Segundo ele, com um "fraseado característico dos comunistas", focalizara o programa referente aos nove pontos do Manifesto de Agosto de Luiz Carlos Prestes, incitando indiretamente o povo, com frases subversivas, para que se levantasse contra a ordem e as autoridades constituídas. Tomado de revolta em "seus sentimentos patrióticos" teria aparteado o orador, gerando uma discussão que levara a um pequeno conflito sem qualquer conseqüência. Segundo ainda seu relato, ao final do comício assistira farta distribuição de boletins de propaganda comunista.

Em um segundo depoimento algum tempo depois, o mesmo jornalista nos esclarece melhor acerca de sua participação no evento[371]. Acrescentara que no estado de Pernambuco fora elemento da Polícia civil e desde muito moço se manifestara inimigo acerbo do comunismo, tendo estudado esta ideologia, estava, conseqüentemente, bem ao par das idéias e dos métodos de propaganda usados pelos seus adeptos. Sendo perguntado pelo defensor dos acusados, Dr. Dionízio Kloster Sampaio, alegou que fora convidado pela autoridade policial que presidiu ao inquérito para auxiliá-la na repressão ao comunismo, mas apenas limitara-se a prestar os esclarecimentos necessários à Justiça, deixando de emprestar a sua colaboração por não dispor de tempo. Aparentando maior conhecimento do que queria fazer parecer, alegou que o comício não tinha

---

[369] Manuscrito de matéria do jornal *O Momento*" de 20 de junho de 1951.

[370] Depoimento prestado na Delegacia de Polícia de Londrina, em 30 de junho de 1951. Autos do processo-crime n.º 109/51, p. 328-329.

[371] 2º testemunho de José Romeu do Amaral, em 24 de dezembro de 1951. Autos do processo crime n.º 109/51, p. 686-687, em 24 de dezembro de 1951.

autorização legal, e que havia uma proibição neste sentido emanada do juiz de direito. Finalmente, demonstrando sua posição intransigente à respeito do comunismo afirmou:

> [...]que ser comunista apenas ideológicamente não é crime, porque todo cidadão pode pensar consoante a sua formação mental e moral, mas que se trata de partido fora da lei, é preciso que as autoridades cumpram a lei, proibindo o funcionamento [...]; [...] acha que é seu dever, imposto pela consciência, combater o comunismo, ainda que com o sacrifício do próprio sangue; que, no dia do comicio, em consequência do seu protesto, o depoente houvesse sido morto, morreria feliz por ter cumprido o dever".

Outro jornalista, também presente ao comício, foi constituído como testemunha de acusação no processo[372]. Em suas declarações disse que, em virtude da Rádio Iondrina, Z.Y.D. – 4, através de suas ondas, estar convidando o povo da cidade para um comício, cujo convite era subscrito por Newton Câmara, Flávio Ribeiro, Manoel Jacinto e outros que não se recordava, além do mais sob a legenda do Partido Trabalhista Nacional e ainda, dito convite dizer "Luta pela Paz e Contra a Carestia", na qualidade de repórter teve a curiosidade despertada pois, a "primeira vista lhe pareceu mais uma manobra dos asseclas de Stalin" .

Estando presente, suas suspeitas foram concretizadas e no exercício de sua profissão, com sua máquina fotográfica, teve ocasião de apanhar vários flagrantes e anotado também, de alguns oradores, partes dos discursos pronunciados. Assim, "Os nove pontos de Prestes", foram apresentados por Flávio Ribeiro, quando da leitura que fez de um boletim; em seguida usou da palavra a oradora Helena Pereira da Silva, tendo, entre outras, se referido a carestia de vida, aos "tubarões", ao Apelo de Berlin, etc.; em terceiro lugar, falou o professor Almo Saturnino, tendo deixado bem claras suas idéias subversivas, incitando o povo a greve, um autêntico atentado a nossa soberania, com palavras que feriam a integridade do "Regimem" em vigor no Brasil. Finalmente, segundo o jornalista, tomara a palavra o vereador Manoel Jacinto e focalizara a questão de terras, a situação do lavrador, dos posseiros, intrusos e similares, colocando como exemplo as ocorrências de Porecatú.

---

[372] Marinósio Trigueiros Filho. Declarações prestadas na delegacia de polícia de Londrina, em 30 de junho de 1951. Autos de processo-crime n.º 109/51, p. 327-328.

Por ocasião do comício teriam sido distribuídos boletins de caráter eminentemente comunista, como: "Salve 1° de Maio – Trabalhadores da cidade e do campo:" "Aos posseantes, colonos e peões de Porecatú, Jaguapitã, e Arapongas"; "Apelo de Berlin"; "Prestes dirige-se ao Povo"; "Luiz Carlos Prestes convoca o Povo Brasileiro para a luta pelo seguinte programa da Frente democrática de Libertação Nacional".

Após o comício, a reação se tornou mais intensa. No dia seguinte, os professores Almo Saturnino, Rubens e Nathan Moreira dos Santos foram demitidos do Instituto Filadélfia de Londrina, escola secundária privada da qual eram professores. O teor da carta de demissão, assinada pelo diretor-presidente da instituição, apresenta os motivos. Em primeiro lugar pela participação do professor Almo no enterro simbólico do embaixador brasileiro, Snr. João Neves da Fontoura promovido pelos comunistas na cidade; em segundo, por se ter feito anunciar pela rádio de Londrina, como 'professor do Ginásio Londrinense', para tomar parte ativa no comício de tendências duvidosas levado a efeito na Praça Rocha Pombo, na noite do dia anterior; por ter a delegacia de polícia da cidade advertido a Direção daquele educandário no sentido de haver no corpo docente um comunista fichado, e, finalmente, por não ter levado na devida conta as advertências feitas pelo Diretor daquela casa com relação aos fatos acima relacionados.

O jornal "*O Momento*" organizou uma reação à tais decisões, e, entre as medidas tomadas, liderou a organização de um abaixo-assinado, no qual, professores de Londrina, considerando que as medidas tomadas pela diretoria do Instituto Filadélfia contra os professores eram de caráter arbitrário e ofendiam diretamente a liberdade de pensamento e de expressão; consideravam ainda haver o Snr. Prof. Zaqueu de Melo declarado anteriormente aos professores demitidos não preocupar-se com sua ideologia política; considerando que a Carta Magna garante a todo cidadão o exercício de suas liberdades essenciais; protestavam contra a violência da atitude assumida e emprestavam seu decidido apoio aos professores demitidos.

O jornal *O Momento*, aproveitando a oportunidade para desclassificar o candidato a prefeito pelo PTB alegou que

> Numa atitude tipicamente fascista e que provocou justa e geral indignação em toda a cidade, principalmente no seio da classe do professorado e dos estudantes, o professor Zaqueu de Melo, um dos proprietários e diretor

> do Colégio Londrinense, em companhia do sr. Darcírio Egger, outro dos proprietários do mesmo Colégio e candidato ao cargo de Prefeito Municipal de Londrina sob a legenda do P.T.B., demitiram sumariamente, em data de 14 do corrente, o professor Almo Saturnino, figura vigorosa de lutador da paz e cujas atitudes desassombradas causaram ódio entre os reacionários.
> A referida atitude nada mais revela que o apoio desses dois "tubarões" do ensino secundário em Londrina, às medidas fascistas de preparação guerreira adotadas pelo governo do sr. Getúlio Vargas em obediência às criminosas e sanguinárias resoluções da Conferência de Washington. Isto quer dizer, que os referidos senhores, na prática, atingindo um partidário da paz, da maneira brutal e desumana como fizeram, colocaram-se no campo da pior reação, situaram-se entre os que desejam o envio dos jovens estudantes para os campos de morte da Coréia, hoje transformada num "poço sem fundo" da mocidade norte – americana."[373]

Os eventos no comício, bem como seus desdobramentos, apontam para algumas questões que devem ser ressaltadas.

Em primeiro lugar, a evidente radicalização do discurso dos comunistas locais que, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo partido nacionalmente – "via "Manifesto de Agosto" – propunham a luta armada para a transformação da sociedade brasileira. Assim, os militantes londrinenses colocavam-se no centro da primeira experiência revolucionária do PCB nos campos brasileiros.

Em segundo lugar, e contraditoriamente, a proposta de luta armada era envolvida por uma luta de outra natureza, a "luta pela paz, que acompanhou, passo-a-passo, todas as manifestações do partido na localidade.

Finalmente, em terceiro lugar, essas duas lutas imbricavam-se em uma outra, a político-institucional e, nesse caso, instrumentalizando os eventos no sentido de obter capital político desmoralizando o PTB, o maior "inimigo" do PCB nacionalmente.

Pelo ponto de vista das forças da ordem, o conjunto de "lutas" dos comunistas londrinenses não fôra .ignorado. Urgia "combater o comunismo, ainda que com o sacrifício do próprio sangue".

Assim, o comício programado para o dia 18 de junho não seria realizado. Na madrugada do dia 17 os "Subversivos do Paraíso" seriam calados.

---

[373] DEMITIDO POR SER PARTIDÁRIO DA PAZ. Texto para matéria do jornal "O Momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que me intrigava, quando me propus a elaborar este trabalho, era, por um lado, as notícias vagas sobre os comunistas em Londrina, reduzindo a ação do partido a uma meia dúzia de militantes e políticos e, por outro, uma indiscutível visibilidade dada à "Guerra de Porecatu", esta sempre apresentada como um "quimera", fruto da agitação que partia de Londrina.

No tocante aos eventos de Porecatu hoje existem análises suficientes para situar o movimento tanto na discussão sobre os movimentos camponeses quanto na memória acerca do comunismo no Brasil.

Todavia, um vazio continuava: a memória acerca do Partido Comunista em Londrina (suas origens, organização, seus quadros, a participação eleitoral...)

Desse modo, me coloquei a seguinte questão: Como o PC londrinense articulou a sua ação partidária institucional com a sua ação revolucionária, resistindo à ação repressora do Estado?

Parti de um processo crime instaurado contra um grupo de comunistas londrinenses e fui tecendo uma trama de acontecimentos referentes ao período de 1945 a 1951.

Essa trama só foi possível construir na medida que ampliei as investigações, utilizando-me de outras fontes documentais.

Nesse percurso, os fatos fartamente registrados nos documentos referentes aos eventos de Porecatu e à repressão ocorrida em 51, indicam a existência de uma importante militância do Partido Comunista em Londrina. Militância esta, que ocorre no plano da luta camponesa e no âmbito institucional da democracia representativa.

Contudo, como no âmbito das eleições e da vida partidária institucional a trajetória do PCB é incerta, a interpretação que prevalece (da imprensa e da sociedade civil local e regional) minimiza a importância do Partido até pelo abrigo que a agremiação busca, por força da ilegalidade, no PTB e no PTN.

No plano da militância junto aos trabalhadores rurais, o tom jocoso e irônico da imprensa somado ao caráter de desclassificação presente nos autos,

sempre mostrando os trabalhadores rurais como suscetíveis à manipulação e ao engodo por parte do comunismo, também acabam por minimizar os acontecimentos.

Trata-se de um conjunto de efeitos de sentidos produzidos pelos habitantes da região e do Paraná que cala o "movimento" e a ação partidária dos comunistas no plano institucional, fazendo triunfar o discurso que matiza e ressalta os aspectos positivos de Londrina e região como lugares da ordem, do progresso e do liberalismo econômico exemplar.

O surpreendente é que tal discurso se mostra tão eficiente que produz um vazio na memória do comunismo, já que afeta não só o tratamento dado pela imprensa nacional aos acontecimentos, mas também não permite que se constituam em "lugar da memória" para o próprio partido.

> Sabendo-se que não há rebelião em Porecatú, que não houve combates, nem resistência armada, nem choques, nem cousa nenhuma é que essa expedição militar nada encontrou, a não ser latas de sardinhas, "valos de erosão" apelidados de trincheiras e que o Major Alencar fantasiado de Mac Arthur de oculos Ray-Ban e quepe de banda apenas andou brincando de guerra [...]José R. Vieira Neto
>
> Era um 'Exército de Branca Leone'" João Saldanha.
>
> Porecatu foi um dos grandes erros do PCB ainda não suficientemente avaliado e discutido Luiz Carlos Prestes.

Ao reconstituir esta memória silenciada, o presente trabalho sinaliza para as seguintes questões:

A primeira delas, diz respeito à dificuldade do Partido Comunista em adequar a sua prática eleitoral e de representação política com a sua prática revolucionária e transformadora.

O PC de Londrina, na esfera da ação institucional, no período em análise, esteve sempre às voltas com a ilegalidade, obrigado a participar de coalizões políticas as mais imprevisíveis, o que lhe rendeu muitas vezes o descrédito.

Na esfera da ação revolucionária, o Partido optou, dentro das teses nacionais, por temas que lhe propiciaram agir tanto no campo como no mundo urbano.

Todavia, são esferas que não se excluem e que por estarem imbricadas determinavam as estratégias do Partido, mas também lhe tornavam suscetível ao julgamento dos seus adversários e da ação repressora do Estado.

A Segunda, diz respeito à importância de estudos voltados para "os cafundós do país", uma vez que tais análises, sem perderem de vista as questões nacionais, revelam especificidades.

A terceira e última, aponta para a constatação de que analisar o comunismo significa também interpretar a sua alteridade, isto é, o anticomunismo. No caso em tela, o anticomunismo aparece como um discurso aparentemente "ameno", já que o tom da ironia e do descaso prevalece e, aos poucos vai se tornando mais forte. Após os eventos de Porecatu e o descobrimento da cidade como o "Quartel General Vermelho", o anticomunismo torna-se mais vigoroso, difundido e sistemático.

Exemplo dessa exacerbação do discurso anticomunista é a Campanha da Educação Cívica e Democrática, iniciada ainda em 1951 – perdurando até 1956. Posteriormente, os fazendeiros da região tornam-se os principais porta-vozes do anticomunismo colocando-se contra o movimento de sindicalização do trabalhador rural do Norte do Paraná.

Entretanto, isto já é uma "outra história".....que requer outras investigações....

REFERÊNCIAS

FONTES

1 INSTITUIÇÕES DE PESQUISA.

Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina.

Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP)

Fórum da Comarca de Londrina (Segunda Vara Criminal)

2 FONTES JUDICIAIS.

2. 1 Processo-crime n.º 109/51 *Investigações das atividades comunistas no norte do Paraná.* Anos de 51/55 /4 volumes, 860 páginas. (Arquivo do Fórum da Comarca de Londrina (Segunda Vara Criminal).

2.2 Documentos inclusos nos autos do processo-crime n.º 109/51.

Documentos apreendidos em poder de *Newton Leopoldo da Câmara.*

- Panfleto: *Apelo de Berlim.*
- Panfleto: *"Aliança pela Paz e Contra a Carestia".* Autoria: Dr. Newton Câmara, Manoel Jacinto, Almo Saturnino, Dona Helena Pereira da Silva e Dr. Flávio Ribeiro. 1951.
- Panfleto: *"Vargas Vendeu o Brasil na Conferência dos Chanceleres". As Resoluções de Washington e seu Verdadeiro Significado.* 1951.

- Panfleto/Propaganda Eleitoral para Deputados Estaduais: *Candidatos de Prestes que Lutam.* Londrina, 1951.

- Requerimento do vereador Manoel Jacinto à Câmara Municipal solicitando formulação de uma moção de apoio à *Tese Nacionalista do General Horta Barbosa, a ser dirigida à Câmara Federal.* 1951.

Documentos apreendidos em poder do *Sr. Flávio Ribeiro.*

- Texto datilografado com roteiro de um comício dos candidatos da "Aliança Pela Paz e Contra a Carestia" ao pleito municipal de 22 de julho de 1951.

- Documento encaminhado ao gerente da ZYD-4 Rádio Londrina, contendo propaganda eleitoral à ser irradiada. Autoria: Dr. Flávio Ribeiro, Secretário do "Conselho de Paz de Londrina". 7 de abril de 1951.

- Documento encaminhado ao Delegado Regional de Polícia Sr. Dr. Ravizio Falleiros solicitando autorização para realização de Comício. Autoria: Dr. Flávio Ribeiro em nome do "Conselho de Paz de Londrina". 24 de março de 1951.

- Documento encaminhado ao gerente da ZYD-4 Rádio Londrina, para irradiação de propaganda eleitoral dos candidatos da "Aliança pela Paz e Contra a Carestia" nos dias 11 e 12 de junho de 1951. Autoria: Dr. Newton Câmara, Vereador Manoel Jacinto, Prof. Almo Saturnino, Helena Pereira da Silva e Flávio Ribeiro. 8 de Junho de 1951.

- Ofício encaminhado ao Sr. Maurício Botelho (Gerente da Cia. Força e Luz) pedindo instalação de luz elétrica na praça fronteira ao Cine Avenida para realização de comício. Autoria: Flávio Ribeiro.

- Abaixo-assinado encaminhado os Sr. Francisco Soares (Deputado Estadual). *"Providências a respeito da injustiça praticada contra o Lavrador Joaquim José Ribeiro."* Assai - 15 de março de 1951 - 49 assinaturas.

- Carta/Manuscrita*: "Para os Jornais Democráticos" - "Mais uma Vítima do Delegado Regional de Mandaguarí."* Mandaguarí, 11 de maio de 1951. (assinatura ilegível).

- Texto de "abaixo-assinado" à ser encaminhado ao Presidente Getúlio Vargas: *Cidadãos residentes em Londrina vêm protestar contra a Conferência dos Chanceleres Americanos, hoje instalada em Washington.*

- Manuscrito: *Reivindicações - "O Movimento deve Divulgar".*

- Texto de "abaixo-assinado": *Professores de Londrina. Contra as medidas tomadas pela Diretoria do Instituto Filadélfia contra os professores Almo Saturnino, Rubens Moreira dos Santos e Nathan Moreira dos Santos.* 1951.

- Recibo: *Transferência/venda do Jornal "O Momento" de Londrina.* De Sebastião Braga Pereira para Milcíades Sampaio. 10 de fevereiro de 1951.

- Manuscrito. Organização/pauta de Comício.

- Impresso para contribuição: *"Voz Operária" - Um Jornal de Prestes.*

- Texto - denúncia (datilografado): Empresa Alvo*: Siam Brasselva.* Londrina, 1951.

- Manuscrito: *Plano de Trabalho: Mês de Maio. Matérias para os números 2, 3, 4 e 5, que sairão nos dias 6, 13, 20 e 27 do mês de maio no jornal "O Momento".* 1951.

- Texto datilografado: *Programa mínimo a ser defendido pelos candidatos da "Aliança pela Paz e Contra a Carestia" - Aos postos eletivos de Londrina.*

- Texto datilografado: *Lançados os Candidatos da "Aliança pela Paz e Contra a Carestia".* (Matéria à ser publicada pelo jornal *O Momento.*

- Texto datilografado: *Demitido por ser Partidário da Paz.* 1951 (Matéria à ser publicada pelo jornal *O Momento*).

Documentos apreendidos em poder do *Sr. Gerson Monteiro de Lima.*

- Recibo de contribuição do Sr. Gerson Monteiro para o jornal *A Classe Operária.* 1951.

- Publicação: *Um Ano de Legalidade. À Quinzena Comemorativa da Legalidade do Partido Comunista do Brasil.* Prefácio Pedro Pomar / Legendas de Astrojildo Pereira e Armenio Guedes / Fotografias de Scliar - Rui Santos / Arquivo de Tribuna Popular. Contribuições de: Edições Horizonte Ltda. E Editorial Vitória LTDA.Rio, 8 a 23 de Maio de 1946 - 27 páginas.

- Manuscrito: Lista de contribuições em dinheiro.

- Manuscrito: *Campanha do 10 Milhões Pró Imprensa Popular - Tudo pela Vitória Completa desta Campanha.* 1951.

- Manuscrito: *Célula Siqueira Campos. Realizações da Célula "Siqueira Campos" do Partido Comunista do Brasil - Londrina.* 1951.

- Manuscrito: Texto (rascunho), versando sobre vários temas. Palavras - chave: *Imperialismo, monopólio, lutas, armas nas mãos, etc.* (Papel timbrado: NERVA, Azevedo & Cia. Matriz: Tecidos e Artefatos por Atacado. Rua do Imperador, 447, Teleg. Nervedo - Caixa Postal 390 - Telefone, 7448 - Recife - Pernambuco.

- Impresso: Carta endereçada ao Sr. Gerson Monteiro de Lima, assinada por Jose Gutman, tratando de compra e venda das ações da "Tribuna Popular" Editora S/ª (Papel Timbrado: "Tribuna Popular" Ed. S/A - Sede - Avenida Presidente Antonio Carlos (antiga Aparício Borges) nº 207 / 13º andar - tel. 22 - 3070 - Distrito Federal. 02 de Janeiro de 1947).

- Panfleto/datilografado: *Ler, Meditar e Executar - O que um Brasileiro deve fazer.*

- Recorte de Jornal: *Apurando Denúncias Recebidas.* Curitiba.

- Manuscrito: *II Congresso dos Partidários da Paz em São Paulo.* 1951.

- Impresso: "abaixo-assinado": *Ao Povo e aos Trabalhadores do Estado de São Paulo.* São Paulo, dezembro de 1948.

Documentos apreendidos em poder do *Sr. Manoel Jacinto.*

- Impresso/"Mosquitinho": *(Corrente do Progresso) Brasileiros Patriotas.* 1948.

- Requerimento encaminhado à Câmara Municipal de Londrina pelo vereador Manoel Jacinto, para que esta efetuasse moção de apoio à Tese Nacionalista do Senhor General Horta Barbosa. Autoria: Manoel Jacinto. Londrina 11 de agosto de 1948.

- Impresso: *O Imperialismo Sabota o Norte Paranaense e Prejudica o Povo de Londrina.* Transcrição do jornal "Voz Operária" de 14/01/50.

Documentos apreendidos em poder do *Sr. Bento Paiva.*

- Caderneta manuscrita: Tema: *Organização de Campanha para eleições.*16 páginas.1951.

- Diploma de Honra: *II Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz* (em nome de Esther Hallay). 1° de dezembro de 1950.

- Panfleto/Impresso: *Documentos/Carta da Paz - Si Queres a Paz, Luta Contra a Guerra.* Autoria: Comissão Executiva. Apêlo do Conselho Mundial da Paz. - Adotado por unanimidade pelo Conselho Mundial da Paz durante sua reunião de Berlim em 25 de fevereiro de 1951.

- Texto datilografado: *"Movimento Feminino".* Autoria: Ana Maria Carneiro/Presidente da Comissão.

- Impresso: "Abaixo-assinado": *Apelo de Berlim.*

Documentos apreendidos em poder do *Sr. Almo Saturnino.*

- Texto datilografado: *Listas de Contribuintes para a Campanha Eleitoral.* Londrina, 09 de junho de 1951.

- Manuscritos: Tema: *Campanha Política.* Londrina, 1951.

- Carta de Demissão enviada ao Prof. Almo Saturnino, assinada por Zaqueu de Melo, Diretor do Instituto Filadélfia. Londrina, 14 de junho de 1951.

- Manuscritos: *A Construção do Partido.* Agosto de 1950.

- Impresso/Panfleto: *Ao Povo da Vila Casoni.* 1951.
  (1951/ Sem outras indicações).

- Impresso: *Avante Trabalhadores! Para a Luta e Para a Vitória.* Manifesto de 1º de Maio do Comitê Nacional do PCB.

Outros.

- Impresso/"Abaixo-assinado": *Por Um Pacto de Paz Entre as Grandes Potencias.*

- Impresso: *A "Aliança Pela Paz e Contra a Carestia" convida o Povo.*

- Impresso: *Luiz Carlos Prestes Convoca o Povo Brasileiro Para a Luta Pelo Seguinte Programa da Frente Democrática de Libertação Nacional.* 1950.

- Folheto Impresso: *Aos posseantes, colonos e peões de Porecatú, Jaguapitã e Arapongas!* Autoria: Itagiba (Pelos Posseantes Resistentes de Porecatu).Porecatu, 23 de abril de 1951.

- Folheto impresso: Abaixo as resoluções da conferência dos Ministros em Washington! Contra a miséria, a viuvez a orfandade, lutemos contra a guerra! 18/04/1951.

- Folheto Impresso: A todos os colonos e volantes! Posseantes, Arrendatários e Sitiantes! Autoria: Liga Camponesa de Centenário. S/d.

- Folheto impresso: *Para os Camponeses em Geral. Reforma Agrária do Programa do P.C.B.! A terra é para os que nela trabalham. Do programa do Partido Comunista do Brasil.* Autoria: *PCB*

3 FONTES ORAIS. (CDPH)

- Entrevista com Manoel Jacinto Correia. 1983.

- Entrevista com Milton Ribeiro de Menezes. 1992.
- Entrevista com Genecy de Souza Guimarães. 1992.
- Entrevista com Antônio Lima Sobrinho. 1992.
- Entrevista com Newton Leopoldo da Câmara Filho. 1983.

4 DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS) – DEAP.

Dossiês Individuais:

- Bento Paiva e Lázara Araújo Paiva. N.º 0566/350.
- Bento Paiva. N.º 0566/305.
- Gerson Monteiro de Lima. n.º 1372/350.
- Manoel Jacinto Correia (1). n.º 2543/422.
- Manoel Jacinto Correia (2). n.º 2544/422.
- Dinarte Pereira Brasil. n.º 0882/313.
- Newton Leopoldo da Câmara. n.º 2867/441.
- Milton Ribeiro de Menezes. n.º 2763/435.
- Nelson Torres Galvão. n.º 2846/440.
- Flávio Ribeiro. n.º 1216/341.
- Sebastião de Sá Cavalcanti. n.º 3442/490.
- Noel Nascimento. n.º 2906/444.
- José Rodrigues Vieira Neto (1). n.º 2193/400.
- José Rodrigues Vieira Neto (2). n.º2194/400.

Dossiês Temáticos:

- Campanha de Educação Cívica e Democrática. N.º 0164/19.

- Associação dos Colonos e Assalariados Agrícolas do Norte do Paraná. n.º 0058/8.
- Comitê Comunista do PCB em Londrina. n.º 0272/30.
- Comunistas Fichados em 1955. n.º 0313/35.
- Congresso Estadual Pró Paz. n.º 0326/38.
- Ligas Camponesas. n.º 1282/150.
- Jornal *O Momento.* n.º 1227/145.
- Relatórios da Zona Norte. n.º 0857/105.
- Partido Comunista Brasileiro. n.º 1465/173.
- Partido Comunista Brasileiro. n.º 1466ª 173.
- Partido Comunista Brasileiro. n.º 1466b/173.
- Partido Comunista Brasileiro. n.º 1466c/173.
- Partido Comunista Brasileiro. n.º 1466d/173.
- Partido Comunista Brasileiro-Londrina. n.º 1486/178.
- Partido Trabalhista Nacional – PTN. n.º 1545/186.

5. RELATÓRIOS E MENSAGENS (DEAP).

- Relatório apresentado ao Presidente da República, Getúlio Vargas, pelo Interventor no Estado do Paraná, Manoel Ribas. Exercício de 1932 a 1939.

- Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Paraná pelo Interventor Manoel Ribas em 1º de setembro de 1937.

6 FONTES IMPRESSAS (Jornais)

Paraná-Norte.: Londrina. Coleção contida no acervo do CDPH, abrangendo de 1934 até 1953, compondo um conjunto de 983 exemplares.

A Imprensa.
Londrina. 21 de junho de 1951, n.º 19. Ano 1.
Londrina. 30 de maio de 1951.

O Momento.
Londrina. 29 de abril de 1951, nº 1
Londrina. 30 de maio de 1951, nº3
Londrina. agosto de 1951, nº7

Paraná-Jornal. Curitiba 11 de Julho de 1951.

O Dia. Curitiba.
14 de junho de 1951.
26 de junho de 1951.
21de junho de 1951.
22 de junho de 1951.
24 de junho de 1951.
26 de junho de 1951.
01 de julho de 1951.
04 de julho de 1951.
11 de julho de 1951.

Diário da Tarde.
Curitiba, 25 de agosto de 1945.
Curitiba, 27 de agosto de 1945.
Curitiba, 28 de agosto de 1945.
Curitiba, 21 de junho de 1951.
Curitiba, 22 de junho de 1951.

A Tarde.
Curitiba, 23 de junho de 1951.

A Gazeta de Notícias.
Curitiba. 22 de Julho de 1951.

Tribuna do Povo.
Curitiba. 13 de agosto de 1949.
Curitiba. 30 de julho de 1949.

Gazeta do Povo.
Curitiba. 23 de junho de 1951.
Curitiba. 28 de junho de 1951.

O Estado de São Paulo.
São Paulo, 24 de junho de 1951

Folha de Londrina.
Londrina. 15 de maio de 1956.
Londrina. 20 de novembro de 1956.
Londrina. 14 –28 de julho de 1985. Série de 15 artigos: "A guerra de Porecatu: a história do movimento armado pela posse da terra que sacudiu o Norte do Paraná nas décadas de 40 e 50. Reportagem de Pedro Tadeu Felismino.

7 FONTES IMPRESSAS (Revistas).

Revista O Cruzeiro
Sangue na terra proibida – Rebelião no Paraná. Reportagem de José Leal. 09 de dez. 1950.

A Guerra de Porecatu. Reportagem de Jorge Ferreira. 14 de jul. 1951.

8 "LIVRETOS".

TERRA DA GENTE. O Comunismo não Compensa. Publicação da Campanha de Educação Cívica e Democrática. Responsável/Idealizador: Gustavo Branco. Apresentação do Arcebispo Metropolitano. Curitiba, 11 set., 1951. (CDPH).

DUTRA, Roberto. O Comunismo contra o Brasil. Publicação da União de Resistência Nacional. s/d.

BIBLIOGRAFIAS

ADUM, Sonia M. S. Lopes. *Imagens do Progresso: civilização e barbárie em Londrina 1930-1960.* 1991. Dissertação (Mestrado em História) -Departamento de História do ILPH/UNESP. Assis/São Paulo.

ALEM, S. F. *Os Trabalhadores e a Redemocratização (Estudo Sobre o Estado, Partidos e Participação dos Trabalhadores Assalariados Urbanos na Conjuntura da Guerra e do Pós-Guerra Imediato) 1942 - 1948.* 1981. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) -IFCH, Unicamp, Campinas.

ALEXANDER, Robert J. O Comunismo e os Partidos de Reforma Social Nativos na América Latina. In: KIRCKPATRICK, Jeanne. *A Estratégia da Traição,* trad (de) Jovelino Pereira Ramos et. al.. Rio de Janeiro : GRD, 1964.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. As Bibliotecas Marxistas e as Escolas do Partido - Um Estudo Sobre a Experiência de Formação de Quadros do Partido Comunista do Brasil (PCB) entre 1948 e 1956. *Religião e Sociedade,* n.9, Achiamé, Rio de Janeiro, jun. 1983.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930–1945).* 1980. Tese (Doutora) -Departamento de Ciências Sociais da USP, São Paulo.

ALMINO, João. *Os Democratas Autoritários - Liberdades Individuais, de Associação Política e Sindical na Constituinte de 1946.*. São Paulo : Brasiliense, 1980.

ALVES, Mário. Três de outubro e o Movimento Nacionalista. *Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, n.3/4, set/out. 1958.

_____ . Dois Caminhos da Reforma Agrária. *Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, n.13, jun., 1962.

AMADO, Janaína. *Movimentos sociais no campo: a revolta de formoso: Goiás, 1948-1964.* Rio de Janeiro : PIPSA, 1980.

ANDERSON, P. *Crise do Marxismo: Introdução a um Debate Contemporâneo.* São Paulo : Brasiliense, 1987.

_____ . La Historia de los Partidos Comunistas. In: RAPHEL, S. (ed.) *Historia Popular y Teoria Socialista.* Trad (de) Jorgi Beltrán. Barcelona : Crítica/Grijalbo, 1984.

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflito e poder.* Rio de Janeiro : Zahar, 1978.

ANTUNES, Paulo de Azevedo. Eugênia e imigração. Tese (Doutorado) –Faculdade de Medicina de São Paulo : Editorial Hélius, 1926.

AQUINO, M. A . *Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil.* 1994. Tese (Doutora em História Social) -Depto de História/FFLHC/USP.

ARANTES, Antônio A (org.). *Produzindo o Passado.* São Paulo : Brasiliense, 1984.

ARENDT, Hannah. *Homens em Tempos Sombrios.* São Paulo : Cia das Letras, 1987.

_____ . *O Sistema Totalitário.* Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1978.

ARIAS NETO, José Miguel. *A construção do Eldorado: um estudo das representações da cidade na memória e na História.* 1993. Dissertação (Mestrado em História) -Departamento de História da FFLCH/USP, São Paulo.

AUED, Bernadete W. *A Vitória dos Vencidos (Partido Comunista Brasileiro - PCB - e Ligas Camponesas, 1955 - 1964).* 1981. Dissertação (Mestrado) -Centro de Humanidades da UFPB, Campina Grande.

AZEVEDO, Fernando. *As ligas camponesas: campesinato e política – 1955-1964.*

Recife : PIMES, 1980.

AZEVEDO, Luiz Vitor Tavares de. "A Voz do Dono"- Tribuna da Imprensa: análise da ideologia de um discurso de oposição. *Revista Brasileira de História: Cultura & Linguagens.* São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.7, n.13, set.1986/fev.1987.

BACZKO, Bronislaw. Stalin: a fabricação de um carisma. *Religião e Sociedade,* Rio de Janeiro, v.9, jun., p.27-34, 1983.

_____. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi.* Anthropos-Homem. Lisboa : Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v.5, 1985a.

_____. Utopia. In: *Enciclopédia Einaudi.* Anthropos-Homem. Lisboa : Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v.5, 1985b.

BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento.* Curitiba, BADEP, n.12, maio/jun., 1969.

_____. et al. *História do Paraná.* Curitiba : GRAFIPAR, v.1, 1969.

BANDEIRA, M. *O Ano Vermelho – a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil.* 2.ed. São Paulo : Brasiliense, 1980.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. Educação Modernizadora e Educação de classe: o lazer no período de Vargas a Juscelino. *Revista Brasileira de História: Brasil 1954 – 1964.* São Paulo : ANPUH, v.14, n.27, 1994.

BARROSO, Vicente. *O Famoso Norte do Paraná*: terra onde se anda sobre dinheiro. Caxias do Sul : Ed. São Miguel, 1956. p. 20-30.

BASTOS, Elide Rugai. *As ligas camponesas.* Petrópolis : Vozes, 1984.

BATINI, T. *Memórias de um socialista congênito.* Campinas : Ed. UNICAMP, 1991, p.254/255.

BENEVIDES, Cezar Augusto Carneiro. *Terra Sem Passado: Um Estudo do Paraná Contemporâneo.* 1991. Tese (Doutor) -Departamento de História da FFLCH/USP, São Paulo.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *O Governo Kubitschek - Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política 1956 -1961.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.

_____ . *Violência, Povo e Polícia:* Violência urbana no noticiário da Imprensa. São Paulo : Brasiliense, 1983.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas.* São Paulo : Brasiliense, 1986-1989. 3 v.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política.* Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 1996. p.72.

BOBBIO, N. et. al. *O Marxismo e o Estado.* Rio de Janeiro : Graal, 1979.

_____ . *O Conceito de Sociedade Civil.* Rio de Janeiro : Graal, 1982.

_____ . *Politica e Cultura.* Roma : Einaudi, 1955.

_____ . *Direita e Esquerda:* Razões e significados de uma distinção política. Trad. (de) Marco Aurélio Nogueira. São Paulo : Ed. USP, 1995.

BOBBIO, Norberto ; MATTEUCCI, Nicola & PAQUINO, Gean Franco. *Dicionário de Política.* Brasilia : Ed. Univ. Brasilia/Linha Gráfica, 1991. v.1/2.

BONDUKI, Nobil. Crise da habitação e a luta pela moradia no pós-guerra. In: ROWARICK, Lucio (org.). *As lutas sociais e a cidade.* São Paulo : Passado e Presente ; Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1998, p.95.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Estilistas Urbanos do Universo Rural: O PCB na Luta pela Sindicalização Rural em Minas Gerais. *Revista Brasileira de História – Brasil 1954-1964.* p.73/86.

BORGES, Vavy. História e Política: Laços Permanentes. *Revista Brasileira de História – Política & Cultura.* São Paulo : ANPUH/Marco Zero, v.12, n.23/24, set.91/agos.92, p.7.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos.* 2.ed. São Paulo : T.A. Queiroz/EDUSP, 1987.

BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista.* Trad. (de) Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico.* Trad. (de) Fernando Tomaz. Lisboa : Difel, Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, Rubem & D'HORTA, Arnaldo Pedroso. *Dois repórtes no Paraná.* Curitiba : Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953.

BRAGA, Sérgio Soares. A constituinte de 1946 e a nova ordem econômica e social do pós- Segunda Guerra Mundial. "Dossiê Constituinte de 1946". *Revista de Sociologia e Política*, n.6/7, 1996.

BRANCO, Gustavo & ANASTÁCIO, Adão. *Construtores do progresso do Norte do Paraná.* Londrina : [s.n.], 1970.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: As Duas Almas do Partido Comunista – 1920/1964.* São Paulo : Hucitec, 1997.

_____ . Sobre a Fisionomia Intelectual do Partido Comunista (1945–1964). In: Revista *Lua Nova.* São Paulo : Cedec, n.15, 1988.

_____ . Para Compreender o Partido Comunista. *Col. Documentos.* Série Teoria Política, Instituto de Estudos Avançados da USP, n.4, dez.,1993.

_____ . A Ilegalidade Mata: O Partido Comunista e o Sistema Partidário. Entre 1945 e 1964.· *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo : Anpocs, n.33, 1997.

BRANDÃO, H. *Introdução à análise do discurso.* Campinas : UNICAMP, 1995.

BRESCIANI, Maria Stella et. al. (orgs.). Reforma e Revolução. *Revista Brasileira de História.* São Paulo : ANPUH/Marco Zero, n.20, 1992.

_____ . *Jogos da Política: imagens, representações e práticas.* São Paulo : ANPUH/Marco Zero, 1992.

BURKE, Peter (org). *A escrita da história:* novas perspectivas. São Paulo : Unesp, 1992.

CAMARGO, Áspasia. O Historiador e a História: um relato de Françóis Furet. (entrevista). In: Estudos Históricos (1). Rio de Janeiro : Vértice, 1998.

CANALE, Dario. Problemas da Construção da História do Partido Comunista Brasileiro. *Novos Rumos*, São Paulo : Novos Rumos/Instituto Astrogildo Pereira, v.1, n.1, jan./fev./mar. 1986.

CANCIAN, Nadir A . *Cafeicultura Paranaense 1900 - 1970.* Curitiba : Grafipar, 1981.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva. *Revista Brasileira de História: Confrontos e Perspectivas.* São Paulo : ANPUH/Contexto, v. 16, n.31/32, 1996, p.328.

_____ . O Personagem na História – Perón e Eva. In: BRESCIANI, Maria Stella ; SAMARA, Eni Mesquita & LEWKOWICZ, Ida (orgs.). *Jogos da Política – Imagens, Representações e Práticas.* ANPUH/São Paulo : Marco Zero/FAPESP, p.239.

_____ . *Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo.* Campinas : Papirus, 1998. (Coleção Textos do Tempo).

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAIFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia.* Rio de Janeiro : Campus, 1997.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Idéias Malditas: O DOPS e as Minorias Silenciadas.* São Paulo : Estação Liberdade ; Arquivo do Estado/SEC, 1997.

CARONE, E. *A República Velha.* São Paulo : Difel, 1970.

_____. *A Segunda República.* São Paulo : Difel, 1976.

_____. *A Terceira República.* São Paulo : Difel, 1977.

_____. *O Marxismo no Brasil.(Das Origens a 1964).* Rio de Janeiro : Dois Pontos, 1986.

_____ . *A República Liberal*: instituições e classes sociais (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985.

CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e Ilusões:* Os Comunistas e a Redemocratização da Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1986.

CERRONI, Umberto. *Teoria do Partido Político.* São Paulo : Ciências Humanas, 1980.

CESÁRIO, Ana C. C. *Poder e Partidos Políticos em uma Cidade Média Brasileira: um Estudo de Poder Local - Londrina 1934-1979.* 1986. Tese (Doutora em Ciências Política) -Departamento de Ciências Sociais, FFLCH/USP, São Paulo.

CHACON, Vamirech. *História dos Partidos Brasileiros.* 3.ed. ampl. atual. Brasília : Ed. Univers. Brasília, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo : Brasiliense, 1986, p.32-33.

CHARTIER, R. *A História Cultural entre Práticas e Interpretações.* Lisboa : Seara Nova, 1973.

_____ . *História da Vida Cotidiana.* São Paulo : Cia das Letras, 1991.

_____ . *Práticas da Leitura.* São Paulo : Estação Liberdade, 1996.

CHAUÍ, M. *Conformismo e Resistência.* São Paulo : Moderna, 1982.

CHAUÍ, M. & FRANCO, M.S.C. *Ideologia e Mobilização Popular.* Rio de Janeiro : Paz e Terra/Cedec, 1985.

CHAVES NETO, Elias. O café: uma civilização e um problema. *Revista Brasiliense*, n.33, jan./fev., p.49, 1961.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro – Conflito e Integração – 1922-1972.* Rio de Janeiro : Graal, 1982.

CLAUDIN, F. *A. Crise do Movimento Comunista: A Crise da Internacional Comunista./ O Apogeu do Stalinismo.* São Paulo : Global, 1985/1986.

COLNAGHI, Maria Cristina. *Colonos e Poder. A luta pela terra no sudoeste do Paraná.* Curitiba, 1984 (Dissertação de Mestrado).

CORRÊA, Mariza. *Morte em Família:* Representações Jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro : Graal, 1983.

COUTINHO, C.N. *A Democracia como Valor Universal.* Rio de Janeiro : Salamandra, 1984.

_____ . *Cultura e Sociedade no Brasil.* Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1990.

CUNHA, P.R.R. *Aconteceu Longe Demais - a Luta pela Terra dos Posseiros de Formoso e Trombas e a Política Revolucionária do PCB, no Período 1950 –1964.* Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1994.

CUNHA, Wladson Paterneze. *Colar de Pérolas e Tomatinhos: luz e força em Londrina, 1929-1949.* 1998. Monografia (Especialização em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Londrina.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB - Do Getulismo ao Reformismo (1945 – 1964).* São Paulo : Marco Zero, 1989.

DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil.* São Paulo : Edaglit, 1962.

DIAS, Giocondo. *Os Objetivos dos Comunistas.* São Paulo : Novos Rumos, 1983.

DUARTE DAMASCENO, Angela. *Agricultura capitalista e campesinato no Norte do Paraná; região de Porecatu: 1940 – 1952.* 1984. Dissertação (Mestrado), UFPr.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900 - 1935).* Trad. (de) César Parreira Horta. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1977.

_____ . *O Comunismo no Brasil (1935 - 1945).* Trad. (de) Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos.* Trad. (de) Cristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro : Zahar, 1970.

FAJARDO, Elias. *Em julgamento a violência do campo.* Petrópolis : Vozes/Fase, 1988.

FARAH, Elias. "A história do Paraná e a história do norte". *Panorama.* 26. 1976, p.19-21.

FAUSTO, B. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano* São Paulo : Difel, 1981. v.III.

_____ . *Trabalho Urbano e Conflito Social.* São Paulo : Difel, 1976.

_____ . *Crime e Cotidiano:* A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984, p.22.

FERREIRA, Angela D. D. *Agricultura capitalista e campesinato no norte do Paraná 1940 – 1952.* 1984. Dissertação (Mestrado), UFPR, Curitiba.

_____ . "Movimentos sociais rurais no Paraná". In: BONIN, Anamaria et. al. *Movimentos sociais no campo.* Curitiba : Criar/Scientia et Labor, 1987.

FERREIRA, Pedro Roberto. *Imprensa Política e Ideologia - Orientação Socialista 1946 – 1948.* São Paulo : Morais, 1989.

_____ . *O Conceito de Revolução da Esquerda Brasileira – 1920- 1946.* Londrina : UEL, 1999.

FERREIRA, Jorge. Vargas e o imaginário do povo: Estado e cultura política popular. *História e Cidadania: XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH.* São Paulo : Humanitas Publicações/FFLCH-USP; ANPUH, v.1, p.243, 1998.

_____. *Prisioneiros do Mito. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956).* Niterói : EDUFF ; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

FILHO, Marinósio. *Crimes que abalaram Londrina.* Londrina : Artgraf, 1973.

_____ . *Dos porões da delegacia de polícia.* Londrina : Canadá, 1979.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. "All the World was America." John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. *Revista USP*, São Paulo : USP, 1993, n.17, p.30-53.

_____ . O Tempo das Ilusões. In: *Ideologia e Mobilizacão Popular.* Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1978.

FURET, François. *A Oficina da História.* Lisboa : Gradiva, [s.d.].

_____ . apud CAMARGO, Áspasia. O historiador e a história: um relato de François Furet. (entrevista). In: *Estudos Históricos* (1). Rio de Janeiro : Vértice, 1998.

GARCIA, M. A. Contribuições para uma História da Esquerda Brasileira. In: MORAES, R. et. al. *Inteligência Brasileira.* São Paulo : Brasiliense, 1986.

GAY, Peter. *O Estilo na História.* São Paulo : Cia. Das Letras, 1990.

GINSBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história.* São Paulo : Cia das Letras, 1990.

_____ . *O Queijo e os Vermes.* São Paulo : Cia das Letras, 1987.

GIRARDET, R. *Mitos e Mitologias políticas.* São Paulo : Cia das Letras, 1987.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.* Petrópolis : Vozes/FASE, 1987.

GIOVANETTI NETO, Evaristo. *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946.* São Paulo : Novos Rumos, 1986.

_____ . A esquerda e os impasses da transição democrática. *Revista de Sociologia e Política*, n.6/7, 1996, p.254-57.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas.* A esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo : Ática, 1987.

GUARINELO, Luiz N. Memória coletiva e história científica. *Revista Brasileira de História,* v.15, v.28, p.180-193. São Paulo : ANPUH, 1985.

GUIMARÃES, A . P. *As Classes Perigosas; banditismo urbano e rural.* Rio de Janeiro : Graal, 1982.

GUIMARÃES, Renato. O Esquerdismo: Doença Senil do Anticomunismo. *Revista Civilização Brasileira,* n.19/20, maio/ago., Rio de Janeiro, 1968.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective.* Paris : PUF, 1950.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta cabeça.* São Paulo : Cia das Letras, 1987.

HILTON, S. *A Revolta Vermelha.* Rio de Janeiro : Record, 1986.

HOBSBAWM, E.J. (org.). *História do Marxismo.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980/1989.

_____ . *A Era dos Extremos.* São Paulo : Cia das Letras, 1996.

_____ . *Revolucionários.* 2.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

_____ . *Sobre História.* Trad. (de) Cid Knipel Moreira. São Paulo : Cia das Letras, 1998.

_____ & RANGER, Terence. *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.

HOFF, Sandino. A ocupação do norte. In PAZ, Francisco (org.). *Cenários de economia e política: Paraná.* Curitiba : Prephácio, 1979.

IOKOI, Zilda Márcia Grícole. A História das Resistências pelos Arquivos da Repressão. *História e Cidadania.* São Paulo : Humanitas Publicações/FFLCH-USP; ANPUH, 1998. V.1, p.277.

IUMATTI, Paulo Teixeira. *Diários políticos de Caio Prado Junior: 1945.* São Paulo : Brasiliense, 1998.

_____ . *O Brasil atual e a mundialização.* São Paulo : Loyola, 1997.

JOFFILY, José. *Londres - Londrina.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

JOVCHELOVICH, Sandra & GUARESCHI, Pedrinho (orgs). *Textos em Representações Sociais.* Petrópolis : Vozes, 1994.

KONDER, L. *A democracia e os comunistas no Brasil.* Rio de Janeiro : Graal, 1980.

KOWARICK, Lúcio (org.). *As Lutas Sociais e a Cidade.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981.

LE GOFF, J. & NORA, P. *História: novos objetos.* Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1976.

_____ . *História: novas abordagens.* Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1976.

_____ . *História: novos problemas.* Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1976.

LE GOFF, J. Memória-História. *Enciclopédia Einaudi.* Porto : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v.1, 1984.

LEFORT, Claude. *As Formas da História.* São Paulo : Brasiliense, 1978.

_____ . *A Invenção Democrática.* 2.ed. São Paulo : Brasiliense, 1987.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos.* 2.ed. Buenos Aires : EUDEBA, 1973.

LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia. Contribuición a la teoria de las Representaciones.* Trad. (de) Oscar Barahona y Uxoa Doy Hamboure. México : Fondo de Cultura Económica, 1983.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política.* Campinas : Papirus, 1986.

LIMA, Haroldo. *História da Ação Popular da JUC ao PC do B.* 2.ed. São Paulo : Alfa-Ômega, 1984.

_____ . *Itinerário de Lutas do Partido Comunista do Brasil (PC do B) de 1922 a 1984.* 3 ed. Salvador : Ed. Maria Quitéria, 1985.

LINHARES, Temístocles. *O Paraná vivo*: um retrato sem retoques. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1953.

LOPES, Ana Y. D. P. *Pioneiros do Capital.* A colonização do norte novo do Paraná. 1982. Dissertação (Mestrado) -Departamento de Ciências Sociais, FFLCH/USP, São Paulo.

LORNER B. A. *O PCB e o Manifesto de Agosto.* 1985. Dissertação (mestrado) – Universidade de Campinas. Campinas.

LUIZETTO, Flávio Venâncio. *Os constituintes em face da imigração*: Estudo sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na Constituinte de 1934. 1975. Dissertação (Mestrado) –USP-FFLCH.

MACHADO, Brasil P. & BALHANA, Altiva P. Contribuição ao Estudo da História Agrária do Paraná. *Boletim da UFPr - Departamento de História.* Curitiba, n.3 jun., 1963.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephol. *O Paraná reinventado. Política e governo.* Curitiba : IPARDES, 1989.

MALIN, Mauro & FREITAS, Milton. Do Manifesto de Agosto à Declaração de Março. *Voz da Unidade,* v.1, n.29, São Paulo. Edição de 17/10 a 23/10, 1980.

_____ . O Impacto do XX Congresso na Vida Interna do PCB, *idem,* n. 30, 24 a 30/10.

_____ . O Tortuoso Processo de Mudança de Linha do PCB, *idem*, n. 32, a 13/11.

_____ . Em 56, um Mês de Discussão Aberta, *idem,* n. 37, 12 a 18/12.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e Democratização (Brasil 1945/1950).* São Paulo: Brasiliense, 1979.

MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella.* São Paulo : Livramento, 1979.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa – Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989).* Rio de Janeiro : Revan; Campinas : UNICAMP, 1998.

MARIANI, Bethania. Os Primórdios da Imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrõi memória. In: Discurso Fundador. Campinas : Pontes, 1993.

MARTINS, Carlos Estevam & ALMEIDA, Maria H. Tavares de. *Modus in Rebus Partidos e Classes na Queda do Estado Novo.* São Paulo, 1973. (Mimeo.).

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil.* 2.ed. Petrópolis : Vozes, 1983.

_____ . *A Chegada do Estranho.* São Paulo : Hucitec, 1993. (Ciências Sociais 32).

_____ . Reflexões sobre a história política do Paraná nos anos 50. *Revista História: Questões e debates.* Curitiba, v.7, n.12, p.79-85, 1986.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada. A Política dos Comunistas no Brasil.* Marilia : UNESP ; São Paulo : Boitempo, 1999.

MÉSZÁROS, I. *A Necessidade do Controle Social.* São Paulo : Ensaio, 1987.

_____ . *O Poder da Ideologia.* São Paulo : Ensaio, 1996.

MILLS, C. W. *Os Marxistas.* Rio de Janeiro : Zahar, 1968.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.* São Paulo : HUCITEC, 1984.

MORAIS, R. et. al. *Inteligência Brasileira.* São Paulo : Brasiliense, 1986.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismo e Reforma Agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História – Dossiê: arte e linguagens.* São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, v. 18, n.35, p.329, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho (1917-1964).* São Paulo : Perspectiva ; FAPESP, 2002.

MUNAKATA, Kazumi. *A Legislação Trabalhista no Brasil.* São Paulo : Brasiliense, 1981. (Col. Tudo é História).

NASCIMENTO, Noel. O camponês no norte do Paraná. *Revista Brasiliense.* São Paulo, n.1, 1962.

NICHOLS, William H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920 - 1965. *Revista Brasileira de Desenvolvimento, n.*26, set./out., p.21/53, Curitiba, 1971.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História*: Novos Problemas, Rio de Janeiro : F. Alves, 1988.

ORLANDI, Eni P. (org.). *Discurso Fundador: a formação do pais e a construção da identidade nacional.* Campinas : Pontes, 1993.

_____ . *Gestos de leitura: da história no discurso.* Campinas : Ed. UNICAMP, 1994.

_____ . *Discurso & Leitura. 3.ed.* São Paulo : Cortez; Campinas : Ed. UNICAMP, 1996.

_____ . *Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.* Campinas : Pontes, 1996.

_____ . *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.* Petrópolis : Vozes, 1996.

_____ . *As Formas do Silêncio. No Movimento dos Sentidos.* 4.ed. Campinas : Ed. UNICAMP, 1997. (Coleção Repertórios).

_____ . *Terra a vista*: Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo : Cortez/UNICAMP, 1990. (Biblioteca da Educação - série 5 - Estudos da linguagem, v.5, p.8/9).

_____ . A fala de muitos gumes (As formas do silêncio). In: *A linguagem e seu funcionamento.* As formas do Discurso. 2.ed. rev. e aum. Campinas : Pontes, 1987, p.263.

PACHECO, E. *O Partido Comunista Brasileiro (1922 -1964).* São Paulo : Alfa-Ômega, 1984.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná.* São Paulo : Hucitec, 1981.

PANDOLFI, D. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB.* Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1995.

PAOLI, Maria Célia. Violência e Espaço Civil. *A Violência Brasileira.* São Paulo : Brasiliense, 1982.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil.* São Paulo : Ática, 1990.

PEDREIRA, Fernando. A nossa esquerda, militarista e pequeno-burguesa. In: *Impávido Colosso.* Rio de janeiro : Nova Fronteira, 1982, p.110-111.

PINHEIRO, P. S. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil.* São Paulo: Cia das Letras, 1991.

_____ . *O Estado Autoritário e os Movimentos Populares.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.

_____ . *Política e Trabalho no Brasil.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975.

_____ . Violência do Estado e Classes Populares. *Dados,* n.22. Rio de Janeiro, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos.* 12.ed. São Paulo : Brasiliense, 1980. (1.ed. 1933).

_____ . *A Revolução Brasileira.* São Paulo : Brasiliense, 1966.

_____ . *A questão agrária no Brasil.* 3.ed. São Paulo : Brasiliense, 1981.

PRESTES, A L. *Luis Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora.* Petrópolis : Vozes, 1997.

_____ . *Carta aos Comunistas.* São Paulo : Alfa-Ômega, 1980.

PRIORI, Angelo. Partido X Igreja: História de um conflito sobre a organização dos Movimentos Sociais (1950–1964). *História e Cultura: V Encontro Regional de História.* Ponta Grossa: ANPUH –Pr./ Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1997.

_____ . *A Revolta Camponesa de Porecatu*: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952). 2000. Tese (Doutor) -UNESP, Assis/São Paulo.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras.* Trad. (de) Emir Sader. São Paulo : Brasiliense, 1985.

RAZENTE, Nestor. *Ocupação do Espaço Urbano de Londrina.* Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano da UFPe) -Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Recife, s/d.

REIS, Dinarco. *A Luta de Classes no Brasil e o PCB.* São Paulo : Novos Rumos, 1985 e 1986, 2 vol.

RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política.* Trad. (de) Dora Rocha. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Luís Carlos. O autoritarismo no imaginário político paranaense. *História e Cidadania. v. 1.* São Paulo : Humanitas publicações/ FFLCH – USP; ANPUH, 1998, p. 255.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste.* 4.ed. Rio de Janeiro : José Oympio, 1970.

RODRIGUES, Edgard. *Novos Rumos (História do Movimento Operário e das Lutas Sociais no Brasil – 1922-1946).* Rio de Janeiro : Mundo Livre, 1976.

ROMANO, Roberto. *Brasil. Igreja contra Estado.* São Paulo : Kairós, 1979.

_____ . *Conservadorismo romântico. Origem do totalitarismo.* São Paulo : Brasiliense, 1981.

_____ . O conceito de totalitarismo na América Latina: algumas considerações. In: *América Latina Contemporânea: Desafios e perspectivas.* São Paulo : Edusp/Expressão e Cultura, 1996.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Partido Comunista, Cultura e Política Cultural.* 1986. Tese (Doutor) -Departamento de Ciências Sociais da USP, São Paulo, (mimeo.).

RUCKERT, Sérgio Joaquim. Persuasão e Ordem: A Escola de Quadros do Partido Comunista do Brasil na Década de Cinquenta. *Ciências Sociais Hoje.* São Paulo : Vértice/Anpocs, 1988.

SADER, Emir. *O Anjo Torto: Esquerda (E Direita) no Brasil.* São Paulo : Brasiliense, 1995.

SANTOS, R. A. *Primeira Renovação Pecebista.* Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1988.

SEGATTO, J. A. *Breve História do PCB.* São Paulo : LECH, 1981.

_____ . *Reforma e Revolução: As Vicissitudes Políticas do PCB: 1954 –1964.* Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.

SERRA, Elpídio. *Processos de ocupação e luta pela terra agrícola no Paraná.* 1991. Tese (Doutor) -IGCE:UNESP, Rio Claro.

SILVA, Marcos A. da (coord.) *República em migalhas*: história regional e local. São Paulo : Marco Zero/CNPq, 1990.

SILVA, O. *A História das Tendências no Brasil.* São Paulo : Dag Gráfica Editorial, s.d.

SILVA, Osvaldo Heller da. Communistes et antcommunistes: L'enjeu du siyndicalisme agricole dans l'Etat du Paraná. De 1945 a la fin des annees 70. Tese (Doutor) -Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. 1993. (2 de julho).

SILVA. Zélia Lopes da. O DIP e a Juventude: Ideologia e Propaganda Estatal (1939-1945). *Revista Brasileira de História: Instituições.* São Paulo : ANPUH/Marco Zero, v.7, n.14, mar./ago. 1987, p.99.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização.* 11.ed. São Paulo : Brasiliense, 1987.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo.* Rio de Janeiro : Saga, 1969.

SODRÉ, N. W. *Brasil: Radiografia de um Modelo.* Buenos Aires : Orbelius, 1973.

_____ . *História da Burguesia Brasileira.* Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1964.

_____ . *Introdução à Revolução Brasileira.* São Paulo : LECH, 1978.

_____ . *Contribuição à História do PCB.* São Paulo : Global, 1984.

_____ . *A Intentona Comunista de 1935.* Porto Alegre : Mercado Aberto, 1986.

SOREL, Georges. *Reflexões sobre a Violência.* Trad. (de) Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Col. Tópicos).

SOUZA, Maria do C. C. *Estado e Partidos Políticos no Brasil 1930 - 1964.* São Paulo : Alfa- Ômega, 1983.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital, 1850 - 1980.* São Paulo : Brasiliense, 1986.

VELHO, Otávio G. *Capitalismo Autoritário e Campesinato.* São Paulo : Difel, 1979.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A Teia do Fato:* uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo : HUCITEC/USP, 1997.

VINHAS, Moisés. *O Partidão - A Luta por um Partido de Massas (1922-1974).* São Paulo : Hucitec,1982.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades.* São Paulo : Brasiliense, 1987.

WAACK, William. *Camaradas.* São Paulo : Cia das Letras, 1993.

WACHOWCZ, Ruy C. *História do Paraná.* Curitiba : Gráfica Vicentina, 1972.

WESTPHALEN, Cecília M. ; MACHADO, B. P. & BALHANA, Altiva P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná.* Curitiba : Departamento de História, n.7, 1968.

WILLIANS, Raymond. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura.* São Paulo : Cia das Letras, 1989.

WELCH, Cliff ; GERALDO, Sebastião. Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Morais. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.

WOLFE, Joel. "Pai dos Pobres" ou "Mãe dos Ricos"? : Getúlio Vargas, industriários e construção de classe, sexo e populismo em São Paulo. *Revista Brasileira de História: Brasil 1954 – 1964.* São Paulo : ANPUH, v.14, n.27, 1994.

ZANI, Antonio Carlos. *Repertório arquitetônico e sistemas construtivos das casas de madeira de Londrina.* Dissertação (Mestrado em Arquitetura) –Departamento de Aquitetura e Planejamento, EESC-USP, São Carlos.

ROMANCES, MEMÓRIAS, BIOGRAFIAS, DEPOIMENTOS

AMADO, Jorge. *Vida de Luís Carlos Prestes - O Cavaleiro da Esperança.* São Paulo : Martins, 1945.

_____. *Seara Vermelha.* São Paulo : Martins, 2.ed., 1950.

BARATA, Agildo. *Vida de um Revolucionário.* 2.ed. São Paulo : Alfa-Ômega, 1978.

BASBAUM, Leôncio. *Uma Vida em Seis Tempos.* São Paulo : Alfa-Ômega, 1978.

BEZERRA, Gregório. *Memórias.* (Primeira parte: 1900-1945; Segunda parte: 1946-1969). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966, 1967, respectivamente (3v.).

BRANDÃO, Octavio. *Combates e Batalhas - Memórias.* São Paulo : Alfa-Ômega, v.1, 1978.

CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas do meu tempo: memórias.* São Paulo : Alfa- Ômega, 1977.

CORRÊA, Hércules. *Memórias de um stalinista.* Rio de Janeiro : Ópera Nostra, 1994.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que Eu Conheci (Vinte Anos de Clandestinidade).* Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1988.

FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

GOMES, Paulo Emílio Salles. Paulo Emílio: O Intelectual e a Política na Redemocratização de 1945, entrevista a BENEVIDES, Maria Victória. *Revista de Cultura Contemporânea,* v.1, n.2, jan., São Paulo : Cedec ; Rio de Janeiro : Paz Terra, 1979.

LEMME, Paschoal. *Memórias.* São Paulo : Cortez, 1990. 2v.

LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos - Memórias de Militância.* São Paulo : Brasiliense, 1982.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos.* 2.ed. Buenos Aires : EUDEBA, 1973.

MORAES, Dênis & VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas e Autocríticas.* Petrópolis : Vozes, 1982.

SILVA, Joaquim Carvalho da. *Terra roxa de sangue: A guerra de Porecatu.* Londrina: UEL, 1996.

TONELLA, C. ; VILLALOBOS, J.U.G. & DIAS, B.R. *As memórias do sindicalista José Rodrigues dos Santos*: As lutas dos trabalhadores rurais do Paraná. Maringá : UEM, 1999.

VIEIRA, Ildeo Manso. Memórias torturadas (e alegres) de um preso político. Maringá : UEM, 1998.

ZORTEA, Alberto João. *Londrina Através dos Tempos e Crônicas da Vida.* São Paulo : Juriscredi, p.67, 1975. (Edição comemorativa ao 40º aniversário de Londrina).